

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPH**

ROSÂNGELA CARVALHO DOS SANTOS MENDONÇA

**SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ/PR: MEMÓRIA, HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA (1950-1975)**

**MARINGÁ
2023**

ROSÂNGELA CARVALHO DOS SANTOS MENDONÇA

**SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ/PR: MEMÓRIA, HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA (1950-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, cultura e política. Linha de pesquisa: História, cultura e narrativa. Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota.

**MARINGÁ
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M539s

Mendonça, Rosângela Carvalho dos Santos

Santo Antônio do Caiuá/PR : memória, história e historiografia (1950-1975) /
Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. -- Maringá, PR, 2023.
332 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em
História, 2023.

1. História Local . 2. História Oral. 3. (RE)ocupação - Noroeste do Paraná. 4.
Historiografia -Noroeste do Paraná. 5. Memória - Noroeste do Paraná. I. Mota, Lúcio Tadeu
, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.62

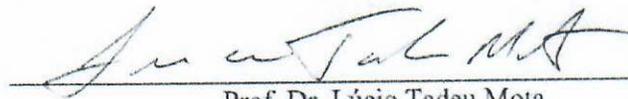
Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

ROSÂNGELA CARVALHO DOS SANTOS MENDONÇA

SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, PR: MEMÓRIA, HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA (1950-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito para a obtenção do título de
Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva
Membro Convidado (UNIOESTE)



Prof.ª Dr.ª Solange Ramos de Andrade
Membro Corpo Docente (UEM/PPH)

Maringá
2023

Às NETAS: Diana e Mariah.

Aos meus FILHOS e GENRO: Indianara Tainá e Robson, Dione Urender e Jhonathan Willyan.

Aos meus PAIS: Matildes Carvalho dos Santos e Dario Ferreira dos Santos (in memoriam).

Aos meus IRMÃOS: Ricardo, Ana Regina, Rose Cristina (in memoriam) e Ronyeber (in memoriam).

Aos AVÓS Anna Josepha Ciriaco de Carvalho (in memoriam) e José Xavier de Carvalho (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de inspiração, sabedoria, benção e proteção.

Aos familiares por terem vestido a camisa e externado amplo apoio.

A minha mãe, Matildes Carvalho dos Santos, pelo sonho em ver registrada a história do município, em que chegou na década de 1950, início da colonização.

Ao meu irmão, Ronyeber Carvalho dos Santos (*in memoriam*), pelo companheirismo ímpar nas incontáveis viagens ao município.

À Safira de Carvalho Alves Cotrim pelo apoio com os aportes teóricos.

À Professora Lúcia Gonçalves Francisconi por atender com rapidez e eficiência minhas solicitações.

Aos santo-antonienses, Primo Rossato Filho e Alfredo Rosário Inácio, pela colaboração incansável às fontes de pesquisa. O primeiro amigo de infância e o segundo em construção. Ambos têm em comum gentileza e competência no exercício da função pública.

Ao Doutor Lúcio Tadeu Mota pelas orientações e indicações dos aportes teóricos e metodológicos.

Aos doutorandos, Ana Paula Mariano dos Santos, Cezar Felipe Cardozo Farias, Laine Milene Caraminan e Mariane Rosa Emerenciano da Silva, pelas relações construídas e sugestões proferidas.

A todos que gentilmente concederam entrevistas e tenham contribuído direto ou indiretamente com a produção desta dissertação.

MENDONÇA, Rosângela Carvalho dos Santos. **Santo Antônio do Caiuá/PR: memória, história e historiografia (1950-1975)**. Folha nº 332 f. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2023.

RESUMO

O estudo vinculado à dissertação de mestrado aborda sobre “**Santo Antônio do Caiuá, PR: memória, história e historiografia (1950-1975)**”. A produção objetiva discorrer acerca da formação e do desenvolvimento do município de Santo Antônio do Caiuá/PR, às margens do rio Paranapanema, no noroeste do estado. O objeto busca evidenciar como se deu sua formação a partir da colonização pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no início da década 1950, evidenciando sua composição social, formada por migrantes provenientes de vários estados brasileiros e imigrantes europeus e descendentes de diferentes nacionalidades. Ressalta também a produção agrícola através do cultivo do café, lavoura branca e criação de gado, a partir da chegada dos (re)povoadores nos lotes urbanos e rurais, a derrubada das matas e a instalação das primeiras empresas. Esse coletivo impulsionou a economia local. Encerramos o objeto em 1975, com a grande geada intensificando a transição do café para a pastagem e a criação de gado e a introdução da mandioca, somada a redução demográfica e inovação de tecnológica no campo. Os estudos se pautam metodologicamente pela história oral, através de fontes orais (49 entrevistas com moradores e ex-moradores do município) e documentais, possibilitando escrever sobre a formação sociocultural e político-econômica do município, levando-se em conta o recorte proposto.

Palavras-chave: História Local. História Oral. Memória. (Re)ocupação. Noroeste do Paraná. Vale do Paranapanema. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Santo Antônio do Caiuá.

MENDONÇA, Rosângela Carvalho dos Santos. Santo Antônio do Caiuá, PR: memory, history and historiography (1950-1975). Sheet No. 332 f. 2023. Dissertation (Master in History) – State University of Maringá (UEM), Maringá, 2023.

ABSTRACT

The study linked to the master's thesis addresses "Santo Antônio do Caiuá, PR: memory, history and historiography (1950-1975)". The production aims to discuss the formation and municipality development of Santo Antônio do Caiuá/PR, on the banks of the Paranapanema River, in the northwest of the state. The object seeks to show how it was formed after colonization by the Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, in the early 1950s, evidencing its social composition, formed by migrants from various Brazilian states and European immigrants and descendants of different nationalities. It also highlights the agricultural production through the cultivation of coffee, white tillage and cattle breeding, from the arrival of the (re)settlers in the urban and rural lots, the felling of the forests and the installation of the first companies. This collective boosted the local economy. We closed the object in 1975, with the great frost intensifying the transition from coffee to pasture and the creation of cattle and the introduction of cassava, added to the demographic reduction and technological innovation in the field. The studies are methodologically guided by oral history, through oral sources (49 interviews with residents and former residents of the municipality) and documentary, making it possible to write about the sociocultural and political-economic formation of the municipality, taking into account the proposed cut.

Keywords: Local History. Oral History. Memory. (Re)occupation. Northwest of Paraná. Paranapanema Valley. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Santo Antônio do Caiuá.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de Mandaguari	35
FIGURA 2 – Localização do município	37
FIGURA 3 – Processo de emancipação do município	38
FIGURA 4 – Município de Alto Paraná	38
FIGURA 5 – Família Rossato	40
FIGURA 6 – Santo Antônio do Caiuá, 1955	40
FIGURA 7 - Rios que compõem o município de Santo Antônio do Caiuá	41
FIGURA 8 – Município de São João do Caiuá – Plano Rodoviário, 1966	43
FIGURA 9 – Malha urbana do município de Santo Antônio do Caiuá, 1971	43
FIGURA 10 – Malha urbana do município de Santo Antônio do Caiuá	44
FIGURA 11 – Caminhão de Fredrich Frenher transportando pessoas	54
FIGURA 12 – Transporte de tração animal no município	57
FIGURA 13 – Jardineira na balsa do Porto Angelim	57
FIGURA 14 – Pista de pouso na fazenda Rossato	58
FIGURA 15 – Transporte coletivo no município	59
FIGURA 16 – Casal Xavier	62
FIGURA 17– Armazém de secos e molhados Xavier	64
FIGURA 18 – Moradia urbana de pau a pique	70
FIGURA 19 – Residência da família Carniel	73
FIGURA 20 – Construção com parede dupla	73
FIGURA 21 – Porão na casa da família Manuel Becher de Araújo	74
FIGURA 22 – Residência da família Xavier	75
FIGURA 23 – Porão da casa da família Carniel	75
FIGURA 24 – Edificação urbana de madeira e alvenaria.....	76
FIGURA 25 – Casa edificada por Rafael Schnato.....	77
FIGURA 26 – Residência da família Stersa	77
FIGURA 27 – Casa e tulha da família Purificação	78
FIGURA 28 – Casa edificada em lote rural 182.....	78
FIGURA 29 – Residência da família Concatto	79
FIGURA 30 – Porto Angelim abre passagem à São Paulo, pelo Morro do Diabo, 1957.....	80
FIGURA 31 – Local escolhido para a instalação da balsa.....	80
FIGURA 32 – Galpão para a construção dos batelões da balsa	82
FIGURA 33 – Batelão da balsa em direção ao rio Paranapanema	82
FIGURA 34 – Balsa atracada no Porto Angelim	84
FIGURA 35 – Caminhão de tora no Porto Angelim	85
FIGURA 36 – Primeira Prefeitura do município	88
FIGURA 37 – Stersa Júlio Maximiliano Ângelo	88
FIGURA 38 – Arnaldo Rossato	93
FIGURA 39 – Ademário Carlos Ferreira	96
FIGURA 40 – Casa Agropecuária	98
FIGURA 41 – Notícia sobre a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950	98
FIGURA 42 – Corretores acompanham compradores a Santo Antônio do Caiuá	102

FIGURA 43 – Compradores visitam lotes em Santo Antônio do Caiuá	103
FIGURA 44 – Florada do Café.....	104
FIGURA 45 – Balança fixa para pesar o gado.....	107
FIGURA 46 – Gado da família Xavier.....	111
FIGURA 47 – Gado da família Reck	120
FIGURA 48 – Família Sobrinho registrou a florada do café.....	124
FIGURA 49 – Estrada do Paranapanema, 1954	129
FIGURA 50 – Mapa de Santo Antônio do Caiuá desenvolvido pela CMNP	138
FIGURA 51 – Porcentagem dos lotes divididos por glebas municipais	140
FIGURA 52– Casal Carniel.....	144
FIGURA 53– Representação da fixação de José Xavier de Carvalho no lote 177.....	146
FIGURA 54 – Reconstituição da instalação dos ranchos 1951, sítio no São Pedro	147
FIGURA 55 – Residência da família Vial	148
FIGURA 56 – Família Vial	159
FIGURA 57 – Povoamento rural de Santo Antônio do Caiuá, 1971.....	151
FIGURA 58 – Caminhão transportando café.....	153
FIGURA 59 – Caminhão carregado de algodão.....	153
FIGURA 60 – Colônia de casas em imóvel agrícola.....	155
FIGURA 61 – Meeiros ensacando café em 1960.....	156
FIGURA 62 – Meeiros, administradores e proprietário ensacando café.....	156
FIGURA 63 – Serraria Brinco de Ouro.....	164
FIGURA 64 – Jovens com traje de passeio.....	183
FIGURA 65 – Corrida de cavalo promovida por José Rocildo.....	186
FIGURA 66 – Cavalos de corrida de José Rocildo.....	187
FIGURA 67 – Jogadores da Associação Atlético Caiuaense.....	189
FIGURA 68 – Campos de Futebol em Santo Antônio do Caiuá.....	191
FIGURA 69 – Time da Vila Xavier.....	192
FIGURA 70 – Time urbano.....	193
FIGURA 71 – Antigo cinema da cidade.....	194
FIGURA 72 – Clube CREPAR.....	198
FIGURA 73 – Praça Ney Braga, atual Pioneiro Primo Rossato.....	200
FIGURA 74 – Praça Pioneiro Primo Rossato arborizada.....	201
FIGURA 75 – Monumento Praça Pioneiro Primo Rossato.....	202
FIGURA 76 – Dom Benjamim Sousa Gomes.....	202
FIGURA 77 – Igreja Santo Antônio de Pádua.....	203
FIGURA 78 – Paróquia Santo Antônio de Pádua,	204
FIGURA 79 – Capela Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, 2020.....	204
FIGURA 80 – Praça da capela Nossa Senhora Auxiliadora.....	205
FIGURA 81 – Família Frehner e amigos no córrego do Diabo.....	206
FIGURA 82 – Localização dos espaços sociais no município.....	208
FIGURA 83 – Escola Isolada Porto São João, 1953.....	212
FIGURA 84 – Parte interna da Escola Isolada Porto São João.....	212
FIGURA 85 – Alunos ensaiando para o desfile de 7 de setembro.....	214
FIGURA 86 – Livro de chamada.....	215

FIGURA 87 – Escolas Rurais de Santo Antônio do Caiuá, 1953/1979.....	216
FIGURA 88 – Escola Isolada Primavera.....	223
FIGURA 89 - Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá.....	224
FIGURA 90 – Professores do Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá.....	225
FIGURA 91 – Alunos do Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá.....	225
FIGURA 92 – Curso para professores santo-antoniense e região, em Paranavaí.....	232
FIGURA 93 - Construção da capela Santo Antônio.....	246
FIGURA 94 – Capela Santo Antônio	258
FIGURA 95 – Procissão de Santo Antônio.....	252
FIGURA 96 – Bispo D. Jaime Luiz Coelho em visita à capela Santo Antônio.....	253
FIGURA 97 – Pe. David Reichert na procissão de Nossa Senhora Aparecida.....	253
FIGURA 98 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 1961.....	254
FIGURA 99 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora (interna)	254
FIGURA 100 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 1997.....	257
FIGURA 101 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora.....	257
FIGURA 102 – Capelinha Nossa Senhora Aparecida.....	259
FIGURA 103 – Nova Capela Nossa Senhora Aparecida, em alvenaria.....	261
FIGURA 104 – Capelinha Nossa Senhora do Caravaggio.....	262
FIGURA 105 - Casal de foliões.....	271
FIGURA 106 - Benzedeira umbandista católica.....	275
FIGURA 107 – Gongar dos orixás.....	279
FIGURA 108 – Congregação Cristã no Brasil	281
FIGURA 109 – Parte interna da Congregação Cristã no Brasil.....	282
FIGURA 110 – Novo templo da Congregação Cristã no Brasil.....	285
FIGURA 111 – Igreja Assembleia de Deus	289

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Processos de desmembramentos do município.....	35
TABELA 2 – Censo Demográfico.....	48
TABELA 3 – Empresas e instituições que constituem a área urbana do município (1951 a 1971)	50
TABELA 4 – Resultado eleitoral do ano de 1961.....	90
TABELA 5 – Resultado das eleições para o Executivo municipal.....	93
TABELA 6 – Vereadores eleitos no pleito municipal de 1965.....	94
TABELA 7 – Resultado das eleições ao Executivo municipal, 1969.....	96
TABELA 8 – Proprietários de trator.....	115
TABELA 9 – Número de lotes em hectare.....	140
TABELA 10 – A cultura do café mesclasse com a lavoura Branca nos anos iniciais.....	160
TABELA 11 – Escolas rurais em Santo Antônio do Caiuá.....	217
TABELA 12 – Inspetores de Ensino em Santo Antônio do Caiuá.....	226
TABELA 13 – Professores das escolas rurais de Santo Antônio do Caiuá.....	227
TABELA 14 – Crismados em Santo Antônio do Caiuá.....	248
TABELA 15 – Párocos da paróquia São João Batista.....	249
TABELA 16 – Párocos da paróquia Santo Antônio de Pádua.....	250
TABELA 17 – Ministros da paróquia Santo Antônio de Pádua.....	252
TABELA 18 – Primeiros batismos dos Congregados no sítio Mercúrio.....	283
TABELA 19 – Pastores da Congregação Cristã no Brasil.....	286
TABELA 20 – Cooperador de jovens e menores na Congregação.....	286

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
BA – Bahia
BRAVIACO – Companhia Brasileira de Aviação e Comércio
CD – *compact disc* – disco compacto
CIA. – Companhia
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNEC – Campanha Nacional das Escolas da Comunidade
CREPAR – Clube Esportivo e Recreativo Paraná
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CR\$ – Cruzeiro
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização
DOE – Diário Oficial do Estado
EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande
EMATER – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
GETA – Grupo Experimental de Teatro
LTDA. – Sociedade Limitada
IBC – Instituto Brasileiro do Café
ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MG – Minas Gerais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PDC – Partido Democrata Cristão
PEMD – Parque Estadual Morro do Diabo
PPP – Projeto Político Pedagógico
P – Permanente
PO – Pura Origem
PR – Paraná
P.t. – Permanente e temporária
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RG - Carteira de Identidade ou Registro Geral
RS – Rio Grande do Sul

S.A. – Sociedade Anônima

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SINOP – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná

UDN – União Democrática Nacional

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E (RE)OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ	30
2.1. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO	36
2.1.1 ENERGIA EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ.....	53
2.1.2 LOCOMOÇÃO E TRANSPORTE NO MUNICÍPIO	54
2.1.3 A VILA XAVIER.....	61
2.1.4 COMPOSIÇÃO DA ARQUITETURA LOCAL	68
2.1.5 PORTO ANGELIM LIGA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ A SÃO PAULO.....	79
2.1.6 O GADO DINAMIZA A ECONOMIA LOCAL	86
2.1.6.1 Aluguel de pasto na vila Xavier.....	86
2.1.7 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO.....	88
2.1.7.1 Primeira gestão	88
2.1.7.2 Segunda gestão no município	93
2.1.7.3 Terceira gestão do município	96
2.2 A ATUAÇÃO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ	98
2.2.1 A VENDA DE TERRA INTERMEDIADA PELA PROPAGANDA E CORRETORES	98
2.2.2 O ÊXODO E A TRANSIÇÃO DO CAFÉ PARA OUTRAS CULTURAS	103
3 AS FAMÍLIAS CHEGAM EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ.....	122
3.1 PLANO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP	132
3.2 DA FIXAÇÃO NA NOVA TERRA AO PLANTIO E EMPREENDIMENTO.....	142
3.3 COLONOS ADOCEM NA FASE INICIAL DA COLONIZAÇÃO	166
3.4 A SOLIDARIEDADE ENTRE AS FAMÍLIAS NA ZONA RURAL.....	169
3.5 COMO AS FAMÍLIAS TRABALHAVAM	174
3.6 A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS SANTO-ANTONIENSES.....	176
3.7 A INDUMENTÁRIA DE PASSEIO E TRABALHO	180
3.8 ESPAÇOS DE LAZER	184
3.9 CORRIDAS DE CAVALO EM ESPAÇO RURAL	185
3.9.1 As competições.....	188
3.10 JOGO DE FUTEBOL MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL.....	188
3.11 O CINEMA EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ.....	193
3.12 CLUBE RECREATIVO PARANÁ (CREPAR)	196
3.13 PRAÇAS PÚBLICAS: CENTROS DE ENCONTRO.....	200
3.13.1 Praça Pioneiro primo Rossato.....	204
3.13.2 Praça Dom Benjamim de Souza Gomes.....	203
3.13.3 Praça da Capela Nossa Senhora Auxiliadora	204
3.14 OUTROS MOMENTOS DE LAZER NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO	205
4 OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ.....	208
4.1 A EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ANTECEDE A ESCOLA.....	208

4.1.2 ESCOLA NO PORTO SÃO JOÃO, POSTERIOR PORTO ANGELIM.....	210
4.1.3 AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ.....	215
4.1.4 ATAS DE EXAME E DOCUMENTOS.....	220
4.1.5 ESCOLA ISOLADA SÃO ROQUE.....	222
4.1.6 EDUCAÇÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ....	223
4.1.7 O MUNICÍPIO DEMANDA O CURSO GINASIAL.....	233
4.1.8 AS INSTITUIÇÕES PRIMÁRIAS ADOTAM AÇÕES INTERNAS.....	235
4.1.9 INSPETORIA ELABORA PROVAS FINAIS DO ENSINO DE 1º GRAU (1ª A 4ª SÉRIE).....	237
4.1.10 ÊXODO RURAL PROMOVE CENTRALIZAÇÃO DE ESTUDANTES EM INSTITUIÇÕES URBANAS	237
4.1.11 AUTORIDADE, DISCIPLINA E ALIMENTAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	238
4.1.12 A EDUCAÇÃO FAZ PARCERIA COM O TRABALHO	240
4.1.13 O TEATRO NO CHÃO DA ESCOLA.....	241
5 SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ E SUAS CRENÇAS	244
5.1 A ANTIGA CAPELA SANTO ANTÔNIO É PROMOVIDA À PARÓQUIA.....	245
5.2 CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA NA VILA XAVIER	253
5.2.1 A capela perde as características originais.....	256
5.2.2 Divergências entre padre e comunidade afasta fiéis na Vila Xavier	258
5.3 CAPELINHA NOSSA SENHORA APARECIDA.....	259
5.3.1 Edificação do antigo morador no início da década de 1950.....	259
5.4 OUTRAS CAPELAS EM PROPRIEDADES RURAIS	261
5.5 AS FESTAS EM DOMICÍLIOS RURAIS: SÍTIOS E FAZENDAS.....	263
5.6 FESTAS DO PADROEIRO DO MUNICÍPIO	266
5.7 FOLIA DE REIS.....	268
5.7.1 Indumentária da Companhia Estrela do Norte	277
5.7.2. Inicia-se a folia de reis.....	271
5.8 BENZEDORES(AS) NO MUNICÍPIO.....	272
5.8.1 Benzedeira se torna umbandista em São Paulo, capital.....	277
5.9 IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL.....	280
5.9.1 Edificação do novo templo da Congregação em Santo Antônio do Caiuá.....	285
5.9.2 A Orquestra na Congregação Cristã no Brasil	287
5.10 IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS.....	288
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	291
REFERÊNCIAS.....	295
ANEXO	329

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela história do município de Santo Antônio do Caiuá/PR nasceu do amor exacerbado de minha mãe, Matildes Carvalho do Santos, pelo lugar. Uma grande contadora de histórias que assim fez desde a minha mais terna infância.

Em 2010, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em uma orientação coletiva, disponibilizei-me a auxiliar uma colega, que estava com dificuldades em encontrar fontes sobre o seu objeto de pesquisa que investigava o tropeirismo. Contei-lhe que meu avô foi tropeiro. A orientadora ficou logo interessada e disse-me: “Vou enviar um grupo da UEL para entrevistá-lo”. Respondi: “Meu avô já faleceu”. Perguntou-me, então: “Quem lhe contou?”. Respondi: “Minha mãe”. Com isso, a Dra. Regina Celia Alegro solicitou que eu mesma o fizesse. Dito e feito. Entrevistei minha mãe e transformei as memórias em texto, levando-o à universidade no dia da orientação previamente agendada.

Infelizmente, a entrevista não teve relevância para o trabalho da colega, pois meu avô foi tropeiro na Bahia e o objeto de estudo dela tratava do tropeirismo no Paraná. A referida doutora me orientava sobre os movimentos sociais, como o MST, e essa proposta de estudos envolvia alunos do 2º grau. O fato é que me apaixonei pela pesquisa e resolvi escrever a história da minha família. Ao mergulhar nesse universo, conheci um pouco mais sobre minha origem, as migrações até a fixação em Santo Antônio do Caiuá e a participação no processo de formação do município. Diante disso, pensei: “Vou a Santo Antônio, levanto entrevistas e escrevo a história do município”.

Assim nasceu meu amor pela pesquisa após 20 anos atuando na educação. Lembro que, quando concluí os créditos e as produções do PDE, comentei com minha orientadora: “Não consigo parar de pesquisar e escrever”. Me apaixonei pela pesquisa, já somada ao amor pelo lugar. A esse sentimento, “elo afetivo entre a pessoa e o lugar”, o geógrafo Yi-Fu Tuan denominou “Topofilia” (TUAN, 1980, p. 5).

Minha mãe sempre perguntou a nós, seus filhos: “Quer ser feliz? Pise na terra que seus avós pisaram”, ela já havia convidado uma amiga para escrever a história do município.

De carona no sonho materno, em 2014, professora com 40 horas-aula, tendo disponíveis alguns feriados e período de férias, não hesitei, dando início às pesquisas e recolhendo documentos e fotografias. Sempre que havia uma brecha no calendário, deslocava-me do centro-oeste do Paraná, no Vale do Ivaí, a Santo Antônio do Caiuá, no noroeste do estado. Assim foi por quase 10 anos.

O projeto iniciado fora do espaço acadêmico ganhou força com o mestrado na Universidade Estadual de Maringá (UEM), em dezembro de 2020, com o pretensão objetivo de escrever a história do município onde nasci e vivi parte da minha adolescência e trago boas memórias.

Mergulhar na memória de seus povoadores possibilitou realizar a análise e o registro do processo de formação, emancipação e desenvolvimento do município, contribuindo, assim, para a preservação da memória e da história local.

Enfrentei dois percalços: o primeiro, com a Plataforma Brasil e o Comitê de Ética. Como aprendiz de tecnologia, solicitei a colaboração de colegas para a postagem. Resolvida a dificuldade anterior, emergem as exigências do comitê de ética da referida plataforma, que solicita um projeto minucioso e detalhista para liberar a realização das entrevistas. Após postagens, correções e ajustes, o projeto teve parecer favorável.

O segundo impasse é com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), com a qual entramos em contato inúmeras vezes. Foram várias ligações e solicitações, as quais a secretária comunicava a ausência do presidente. Às vezes em que coincidia de ter chegado, a secretária passava a ligação, mas ele não atendia a linha.

Acatando a sugestão da minha filha Indianara, resolvi contar uma história emocionada da chegada de meu avô José Xavier de Carvalho a Santo Antônio do Caiuá, no Lote 177, na Gleba Paranapanema, em 24 de agosto de 1950. Assim, enviei dois e-mails, com cópia, um dirigido ao presidente da Companhia Elton Gomes Ferreira, e outro, à empresa, isso no dia 21 de julho de 2021, às 15h29, solicitando pesquisar os arquivos. No dia 27 de julho de 2021, às 9h37, a secretária Camila Cunha Centurion Melo (27/07/2021) respondeu:

Bom dia, Rosângela, tudo bem?
Conversei com o Elton referente à pesquisa que gostaria de fazer nos arquivos, podemos fazer a busca para estar confirmando ou comprovando sobre os imóveis referentes às entrevistas que realizou com os pioneiros, preciso que nos envie uma simples autorização deles para passar as informações sobre os imóveis, referente a fotos e a demais documentos que estamos no processo de digitalização e catalogação dos registros, não chegamos nesse município ainda, então não conseguimos passar por agora.

Mediante tal solicitação, aguardei a aprovação do projeto pelo comitê de ética da Plataforma Brasil. Enquanto isso, escrevi uma autorização para que o proprietário ou ex-proprietário do imóvel no município autorizasse liberação de informações junto à Companhia. Já no município, visitei os possíveis entrevistados e expliquei sobre a imposição da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para liberar a pesquisa em seus arquivos.

Desconfiados, muitos se recusaram, mas outros o fizeram por eu pertencer a uma família muito conhecida no município. Alguns me perguntavam: “Quem assinou a autorização?” e “Como vou pôr meu CPF e RG nesse documento?”. Foi uma situação constrangedora.

Essa insegurança levou-me a outra tentativa: acatando sugestões de amigos e familiares, levei um documento pronto ao Legislativo e ao Executivo municipal, solicitando apoio ao projeto junto à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Deixei claro que fizessem as alterações que achassem necessárias e as enviassem por e-mail.

Inconformada com a decisão da Companhia em fornecer informações parciais, escrevi um novo requerimento ao presidente, solicitando a liberação do arquivo físico sobre o município, sem restrições, com amplo acesso à pesquisa, afirmando à referida empresa que não se faz pesquisa consistente com poucas autorizações de acesso a documentos. Anexeï também o projeto do mestrado, dois requerimentos, um meu e outro do Executivo Municipal de Santo Antônio do Caiuá, um ofício da Câmara Municipal e autorizações.

Foi a forma que encontrei para pressionar a empresa, mas como os e-mails retornaram, entrei em contato por telefone com a secretária da empresa. Ela argumentou que no local havia sido instalado um programa para detectar vírus, mas que solicitaria aos funcionários a entrada. Como não o fez, enviei um novo e-mail, como resposta a um antigo e deu certo, no dia 23 de fevereiro de 2022, às 12h41.

A empresa respondeu ao e-mail tão esperado quatro meses depois, em 24 de junho de 2022, às 17h34: “Rosângela, boa tarde! Gentileza, nos encaminhar os dados necessários que você queira apresentar em sua pesquisa, colocando a data, o lote e o nome do proprietário para que possamos fazer o levantamento pra você” (CAMILA CUNHA CENTURION MELO, 24/07/2022).

De: Elton Gomes Ferreira <eltonferreira@cmnp.com.br>
Enviada em: terça-feira, 21 de junho de 2022 08:26
Para: Camila Cunha Centurion Melo <28102@cmnp.com.br>
Cc: Vinicius de Souza Pires <23938@cmnp.com.br>
Assunto: RES: Solicitação de acesso a pesquisa nos arquivos da Companhia sobre Santo Antônio do Caiuá, PR
Bom dia,
Este pedido foi atendido? Senão, verificar quais informações dos compradores a pesquisadora pretende analisar, pois com relação às vendas não haveria problema fornecer algumas informações específicas dos lotes que envolvem a pesquisa dela (reprodução autorizada).

Fiquei me questionando: o que vou fazer se a Companhia não abre os arquivos para pesquisa? Como posso dar credibilidade aos dados que a empresa quer me enviar? Não

consultei os arquivos, não vi as fichas nem os documentos do período da colonização. Como posso levantar e escrever uma história próxima do real sem essas fontes? Do que a Companhia tem medo? A frustração tomou conta de mim, mas não me deixei abater.

Posto isso, o presente trabalho objetiva analisar o processo de (re)ocupação e formação do município de Santo Antônio do Caiuá/PR, no Vale do Paranapanema, noroeste do estado, colonizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Segundo o Dicionário Online de Português (2022), “reocupação” é no sentido de ocupar novamente um território já ocupado, entendendo que esse território foi habitado por diferentes povos antes das Companhias de terra, migrantes e imigrantes.

Na conjuntura da segunda metade do século passado, sobre o avanço da cultura cafeeira e outras lavouras no arenito Caiuá, vamos tratar de um microrrecorte local, Santo Antônio do Caiuá/PR. Como se deu a divisão dos lotes de terra pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná no município de Santo Antônio do Caiuá? Quais são os percalços que foram enfrentados por esses novos habitantes no município? Por que o município não cresceu?

Os estudos têm a pretensão de escrever a história do município de Santo Antônio do Caiuá, ouvindo as diferentes composições socioculturais e político-econômicas que deram origem à sua formação, por meio de entrevistas¹ com moradores, ex-moradores partícipes e testemunhos do processo de colonização e desenvolvimento.

A pesquisa estuda o município de Santo Antônio do Caiuá, localizado no noroeste do estado do Paraná, no período de 1950 a 1975. O recorte temporal de 1950 está ligado ao início do processo de colonização² do lugar pela Companhia de Terras Norte do Paraná, logo denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e à chegada das famílias, devastação da floresta e a introdução de novas culturas (monocultura do café, lavoura temporária, pastagens (gado) com predominância da primeira. Encerramos o objeto em 1975, com as grandes transformações que se viralizam no Paraná e regiões, avançado do processo de erradicação do café, associado ao esvaziamento do campo, transformação econômica local, introdução de novas culturas, mecanização do campo, ampliação das pastagens, criação do gado de corte, leiteiro e expansão da cultura da mandioca. Desde o primeiro quinto da década de 1970 do século passado, o município Santo Antônio do Caiuá, assim como o Paraná e região, está em

¹ O histórico foi construído a partir das entrevistas realizadas com moradores e ex-moradores de Santo Antônio do Caiuá/PR, para tanto, optamos por manter o modo de falar regional.

² O conceito está “associado a cultivar e ocupar uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço” (SILVA; SILVA, 2009, p. 67). Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2009.

processo de êxodo rural em busca de outras fronteiras agrícolas e principalmente migrando para centros urbanos. Nesse sentido, a geada de 1975 foi o sopro final para as transformações rural e urbana no Paraná.

O projeto se pauta metodologicamente pela história oral, local/regional e por documentos. Para tanto, fez-se uso das entrevistas temáticas e de histórias de vida. Nas entrevistas temáticas, o entrevistado relata sobre sua vivência ligada a um tema específico, enquanto a história de vida está centrada na trajetória de vida do indivíduo, no entanto, ela poderá revelar a história temática. Embora diferentes, as entrevistas de história oral se coadunam com o método bibliográfico, evidenciando vivência e experiência.

As entrevistas temáticas adequam-se a temas ligados à trajetória de vida dos depoentes, no caso de uma função desempenhada, experiência ou conjuntura específicos (ALBERTI, 2008). Como antiga moradora do município e conhecedora de várias famílias, em conjunto com minha mãe, a pesquisa foi feita com o uso do critério qualitativo, uma lista elaborada de possíveis pessoas a serem entrevistadas, sendo que muitas dessas fizeram outras indicações. Do total de 50³ entrevistas, 47 foram gravadas (caderno de campo para anotações complementares) e transcritas, para duas, foram disponibilizados o questionário e a carta de consentimento de entrevista por e-mail e uma por *WhatsApp*, sendo um em razão da distância e da idade, em tempos de covid-19. As entrevistas tiveram início após validação do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil⁴.

O questionário foi elaborado de forma a revelar dados referentes ao entrevistado que permitissem aprofundar sobre a formação e desenvolvimento do município, embora não o tenha seguido rigidamente na íntegra, porque, muitas vezes, o entrevistado não se habilitou a responder, mesmo assim, trouxeram alguns registros específicos e significativos sobre o município, revelando acontecimentos de relevo, levando-nos a outras entrevistas.

Grande perceptual das entrevistas foram realizadas com pequenos proprietários de terra e trabalhadores do campo, os quais descrevem sobre suas vivências e experiências na zona rural, bem como das grandes propriedades agrícolas as quais trabalharam.

O questionário compreende questões que permitem conhecer e analisar origem, idade, estado civil, motivo da migração, religião, profissão, entre outros elementos, possibilitando

³ Todos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido de entrevista (autorização para o uso parcial ou integral para estudos e publicação).

⁴ O projeto foi aprovado pelo CAAE: 52155221.5.0000.0104, parecer: 5204289, parecer favorável assinado por Maria Emília Grassi Busto Miguel, em 01/01/2022. Disponível em: <<https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf;jsessionid=5F8FD41BCD5579ECE6C84702308D2B31.server-plataformabrasil-srvjpdf130>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ouvir o entrevistado para compreender o processo de formação, povoamento e desenvolvimento do município a partir das fontes levantadas e analisadas, bem como dos documentos e da abordagem teórica já tratadas sobre a região, onde está localizado o município.

Nesse sentido, embora tenha elaborado o questionário de entrevista previamente, o entrevistado discursou livremente sobre o que pretendeu revelar, nem sempre seguindo o proposto, o que respeitamos e acolhemos. Ancorada em Alberti (2008), enquanto o entrevistado fala, o pesquisador ouve, visando sistematizar e analisar com imparcialidade e coerência as narrativas subjetivas.

Reitera Alberti (2008, p. 177), que “o roteiro é uma orientação aberta e flexível”. Portanto, as memórias reveladas pelos santo-antonienses foram diversificadas, muitas vezes, sobre temas específicos, a exemplo da política local, religião (folia de reis, Umbanda, etc.), aspecto da cultura ou um misto da colonização, englobando o social, o político, religioso e cultural.

No processo, houve a necessidade conforme avançavam as entrevistas e análises, de realizarmos novos (re)agendamentos com os mesmos entrevistados, sejam com visitas domiciliares ou por e-mail, *WhatsApp* e vídeo chamadas para sanar algumas lacunas. Nos diferentes casos citados, vários depoentes nos disponibilizaram fotografias, jornal e vídeo familiar, fontes referentes ao período de estudo. Nesse entendimento, as fontes orais coletadas por meio dos recursos midiáticos anteriormente citados dinamizaram a pesquisa.

Enquanto o processo de transcrição se mantém íntegro em relação às entrevistas realizadas com gravador quando a palavra falada é transformada em palavra escrita, a transcrição de relatos via *WhatsApp* congrega duas formas de linguagem: a escrita, a falada e, para os mais ousados, a audiovisual. Somados áudios e mensagens escritas, os relatos via *WhatsApp* passaram a integrar o rol de fontes utilizadas para traçar o perfil (LUPION, 2018, p. 1).

As entrevistas passaram por um processo de análise, categorização e tabelamento para constatar semelhanças, diferenças e contradições entre esses novos povoadores do município, facilitando a sistematização do conhecimento.

As memórias múltiplas possibilitaram ampliar o repertório histórico a ser analisado e escrito, levando-nos a contatar outros moradores por indicação do entrevistado, assim, encontramos vários entrevistados sucintos em suas falas e outros eloquentes, com amplo repertório de vivências e experiências socializadas. Nessa direção, “a história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2008, p. 155).

Corroborar a mesma autora “a memória é essencial a um grupo porque ela está atrelada à construção. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade” (ALBERTI, 2008, p. 167). Para a autora citada, a entrevista de história oral precisa ser tomada como fonte a ser analisada pelo pesquisador para constituição da memória, do contrário, é apenas construção de identidade (ALBERTI, 2008).

A construção da história do município de Santo Antônio do Caiuá conta com fontes plurais para dar conta do passado. Diante do exposto, além de entrevistas, foram utilizados os seguintes itens: decreto episcopal de criação da Paróquia Santo Antônio de Pádua, de Santo Antônio do Caiuá; fotografias; contratos de construção; contratos agrícolas; declarações de vendas de terras à Igreja; atas das Câmaras Municipais de São João do Caiuá e de Santo Antônio do Caiuá; atas da Paróquia São João Batista, de São João do Caiuá; atas de exames das escolas rurais do município em estudo; atas do Clube Esportivo e Recreativo Paraná – Crepar; jornal Folha de Londrina, 1953; cartografias; dados do IBGE (1960, 1970, 1980); mapa da Companhia com a divisão dos lotes rurais (em situação precária – falta de legibilidade); mapa urbano do município; e mapas do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná - ITCG. Também reconstituímos algumas antigas construções, por meio de depoimentos, fotografias parciais e/ou contrato de construção, por meio do programa *Ms Paint*, aplicativos do *Windows* e imagens de satélite do *Googles Maps*; também utilizamos o programa *Blender*, versão 2.81; para a cartografia, utilizou-se o software de mapeamento livre QGIS, versão 3.16 *Hannover*.

A coletânea de entrevistas forma um aporte documental para análise a partir de Verena Alberti (2008) e Alessandro Portelli (1997; 2010). Nesse sentido, Alberti (2008) pontua que ouvir sujeitos que presenciaram acontecimentos ou conjunturas tem sua origem com Heródoto, mas somente em 1948, a história oral ganha projeção (gravador e fita), atingindo os Estados Unidos e países da Europa, chegando ao Brasil na primeira metade da década de 1970.

Portelli (2010) evidencia a história oral que nasce do encontro do depoente com o historiador, portanto, ambos devem se pautar pela verdade e transparência. O mesmo Portelli (1997) salienta que, no processo de entrevista, entrevistado e entrevistador se analisem. Tal encontro reivindica relações prazerosas em busca de bons resultados. Destaca o mesmo autor que entrevistas evidenciam fatos desconhecidos ou parte deles (PORTELLI, 1997).

Todo documento é fabricado socialmente por grupos de força e poder. Portanto, documento é monumento passível de análise e desconstrução científica em prol de resultados verossímil ou próximo dela (LE GOFF, 2003).

Alberti (2008, p. 184) afirma que “a entrevista é produzida para ser monumento”. Por meio do projeto, é publicizada a memória do passado do depoente eleito. O caráter “monumental” se faz presente quando o pesquisador elenca o entrevistado, e este participa narrando as suas memórias (ALBERTI, 2008).

As fontes históricas orais são subjetivas após gravadas, transcritas e analisadas devem ser comparadas com documentos existentes em virtude das memórias equivocadas (PORTELLI, 1997).

Cabe, então, a todo pesquisador fazer a crítica ao documento para alcançar os resultados seguros na efetivação do trabalho a que se propõe.

No limite, não existe documento verdade. [...] cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo [...] um monumento é uma [...] roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos monumentos (LE GOFF, 2003, pp. 537-538).

A partir da análise das entrevistas, à luz de documentos se houver e dos aportes teóricos, pretende-se refletir sobre o processo de ocupação e formação do município, além de seus percalços e as transformações do lugar. Nessa direção, corrobora Silva (1999, p. 383) que a “história local é indispensável para a construção da história nacional”.

[...] pensar história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre si mesma [...]. Não só a história oral é teórica, como constitui um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas (MIKKA, 1988 *apud* FERREIRA; AMADO, 2006, p. 13).

O objeto é composto de vários questionamentos ligados à pesquisa de campo e ao pensar a história oral como metodologia para compreender a formação do município, considerando a identidade e a memória externada nas narrativas dos entrevistados.

O estudo se dará na escala local (fase do povoamento de 1950 a 1961) e também de municipalização (de 1961 a 1975). No entanto, Endlich (2006, p. 287) menciona que “a convergência entre o municipalismo e as pequenas cidades, [...] não é possível estudar as pequenas cidades de maneira isolada do seu entorno territorial, fundamental para explicar as dinâmicas nelas existentes”.

Para Smith (2000 *apud* ENDLICH, 2006, p. 287), “no jogo de escalas, o local se encontra entre a escala nacional e a doméstica. No Brasil, a menor instância de poder entre as diversas funções, atribui-se ao município”.

No âmbito político, discursos sobre pequenas cidades abrem caminho para o municipalismo em escala local. Político e administrativamente formaliza-se a existência de municípios e não de cidades. Portanto, a história do municipalismo confunde-se com a da instituição da sociedade local (ENDLICH, 2006).

A história local traz a possibilidade de registrar a história do seu povo, desenvolvendo a consciência cívica, a valorização da identidade e o amor ao lugar por meio da interação e intervenção, promovendo o desenvolvimento daquele espaço habitado com características e individualidade específicas do conjunto nacional (SILVA, 1999).

Portanto, o diálogo entre o nacional, o regional e o local faz-se necessário para compreender que Santo Antônio do Caiuá integra um micro espaço do noroeste do Paraná no Brasil, e a ocupação e valorização dos espaços pela ação humana e sua relação homem/natureza proveram a transformação desses espaços.

Pensando na metodologia de análise de dados, levou-se em conta a partir de Alberti (2008): transcrição das entrevistas viabilizando consulta (sumário e índices temáticos); ajustar a transcrição para leitura; fazer crítica das fontes; perceber recuos e avanços no tempo; refletir sobre a parcimônia do discurso das entrevistas; estar atento à narrativa dos entrevistados (ouvir o que as entrevistas dizem); atentar para relatos, interpretações e pontos “desviantes”; ser fiel à lógica e escolhas dos entrevistados; estabelecer tipologias se necessário; e comparar as entrevistas com outros documentos.

A produção inicia com a introdução, abordando o porquê da escolha do tema, as fontes e a metodologia de estudo bem como os percalços enfrentados. O objeto de estudo se orienta pela história hora/regional/local e está disposto em capítulos.

O capítulo 2 contempla a revisão bibliográfica sobre a ocupação e a (re)ocupação do Paraná e, principalmente, da região noroeste, onde está localizado o município em foco. Inicia-se o estudo com a origem do território pré-colonial e os povos que ocuparam a região, além das disputas pelo espaço entre esses e os europeus e bandeirantes. As terras que compreendem o norte e o noroeste do Paraná, próximas ao Paranapanema, há sinais robustos da presença humana, remontando à chegada do branco (MOTA; NOELLI, 1999; MASSUIA, 2019).

Ressalta-se também, a colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, efetivada por meio da compra de terras que se encontravam habitadas por índios e posseiros. A empresa em questão pagou ao governo paranaense vultuosas somas, limpando o território dos possíveis “intrusos”, deixando-o fatiado à disposição de compradores nacionais e estrangeiros por meio de corretores e propagandas.

Descrevemos e analisamos o processo de formação do município, infraestrutura rural e urbana, a Vila Xavier e o Porto Angelim (sua relevância econômica e logística para o município e região, além de cidades paulistas, Porto de Santos e Mato Grosso do Sul). Destacamos ainda o complexo arquitetônico local, edificações características da cultura sulista, sudestina e nordestina ali estabelecidas, integrando o patrimônio histórico do município e composição político-administrativa dentro do recorte proposto.

Evidencia-se a publicidade e comercialização dos lotes pela Companhia Melhoramentos, seguida da visita de potenciais compradores, acompanhados de corretores ao Arenito caiuíá, bem como a chegada dos (re)povoadores nacionais estrangeiros ao município e o desmatamento e a introdução do café, nem sempre como primeira opção de cultivo.

Fechamos o capítulo analisando o contexto e a conjuntura em que se dá o esvaziamento do campo em razão da modernização da agricultura que avançava sobre os municípios paranaenses, somado as intempéries, enfraquecimento do solo caiuíá, processos erosivos, levando a transição do café para a pastagem com a introdução do gado (de corte e leiteiro), promovendo a acentuada queda demográfica.

O terceiro capítulo destaca a chegada das famílias no município em questão, a divisão dos lotes de terra pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a participação das mulheres no processo colonizador, hábitos alimentares, indumentária, espaços sociais de cultura e lazer, destacadas as formas subjetivas de apropriação desses espaços pelos seus moradores e visitantes.

O capítulo 3 trata da chegada das famílias e solteiros (as) ao patrimônio de Santo Antônio do Caiuíá, empresários, proprietários de terra e trabalhadores abordando infraestrutura, cultivo, dificuldade de adaptação e a solidariedade aos que chegavam. Ainda são elencados os empreendedores industriais e comerciais, habitações e as formas de trabalho.

O processo educativo integra o quarto capítulo, no qual se busca refletir sobre a aprendizagem no convívio familiar e social, bem como nas instituições de ensino urbano e rural (1953 – 1979). Descreve-se o dia a dia de professores e alunos, as características arquitetônicas das escolas rurais, a criação do grupo escolar de Santo Antônio do Caiuíá (1953) e do curso ginásial (1960) e a centralização da educação na sede do município em decorrência do êxodo rural (1979). Aborda, ainda, questões como disciplina, alimentação, teatro e a aliança entre trabalho e estudo.

O quinto capítulo narra sobre as diferentes denominações religiosas que ascendem no município entre os anos de 1952 e 1961, evidenciando a construção de capelas católicas (urbana e rural) e domésticas em razão de promessa. Destaca-se também divergências entre pároco e

fiéis envolvendo questões econômicas e políticas na vila Xavier, além das festas de Santo Antônio, São João e São Pedro no campo, do padroeiro do município, folia de reis, benzedores (as), e umbandista, paróquia católica Santo Antônio de Pádua e Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus. Encerramos o estudo com as considerações finais.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E (RE)OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO PARANÁ

Na região noroeste do Paraná, localiza-se o município de Santo Antônio do Caiuá, margeado pelo rio Paranapanema. No passado, o lugar foi cenário de enorme floresta, habitada por diversos povos indígenas: “três tribos principais habitam o vale do Paranapanema: os Coroados, os Cayuás e os Chavantes” (SAMPAIO, 1890, p. 124). Ainda segundo o mesmo autor, os Cayuás encontravam-se em maior número ocupando áreas imensas (SAMPAIO, 1890).

No final do século XV, essa região integrou o território do Guairá, sob o domínio da Espanha e, no final do XVII, foi incorporada ao domínio português. Os primeiros fundaram o povoado de Ontiveiros, posteriormente, transferido e nominado Ciudad Real Del Guairá e Vila Rica do Espírito Santo. Na primeira década do século XVII, chega a Companhia de Jesus estabelecendo 14 colônias. As populações indígenas, habitantes desses espaços territoriais, foram parcialmente dizimadas pelas bandeiras paulistas, lideradas por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

O território do Guairá, [...] compreendia parte da região norte e todo o noroeste do Paraná, foi local de trânsito de portugueses e espanhóis que iam e vinham de Assunção em direção às vilas do litoral brasileiro, e palco de guerras variadas e constantes. A conquista desses territórios indígenas foi feita [...], com o uso da espada, do arcabuz, da besta, de doenças e de acordos. Alianças foram estabelecidas e rompidas e, de ambas as partes, fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas (MOTA; NOELLI, 1999, p. 32).

Os estudos sobre a região onde se insere o município Santo Antônio do Caiuá evidenciam que o noroeste do Paraná “não estava vazio”, era palco de disputas entre europeus (espanhóis e portugueses) e, desses com indígenas, que se encontravam no território muito antes dos ibéricos.

O território entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, no norte e no noroeste paranaense, foi ocupado por outros povos antes da chegada dos europeus ao continente, dando início às guerras contra os indígenas que ali se encontravam (MOTA; NOELLI, 1999). Destaca Mota (2000 *apud* MENDONÇA, 2022), na foz do Rio Pirapó no Paranapanema, século XIX (1857), a existência da colônia indígena de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó. No mesmo espaço, duzentos e vinte anos antes (1630), esteve ocupada pela redução jesuítica Nossa Senhora do Loreto, Itaguajé, PR. O aldeamento foi gerido

pelo frei Mathias seguido do Frei Timóteo de Castelnuovo. Enquanto a colônia indígena de Santo Inácio do Paranapanema se estabeleceu em 1862, com a migração da colônia indígena de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó para a foz do Rio Santo Inácio no Paranapanema, possível local da redução do mesmo nome, no município paranaense de Santo Inácio.

Portanto, no Vale do Paranapanema encontravam-se as reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio⁵, o que reafirma a ocupação desse território.

Os padres da Companhia de Jesus fundaram junto com os índios 14 reduções nos vales dos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Instaladas no vale do Paranapanema estavam as reduções de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio. No Vale do Tibagi se localizavam São José, São Francisco Xavier, Encarnación e São Miguel. Na margem do Ivaí ficava Jesus Maria, Santo Antônio e São Paulo; no Rio Corumbataí foram instaladas São Tomás e a dos Sete Arcanjos. Nas cabeceiras dos rios Piquiri, São Pedro e Conceição; no médio Piquiri, Nossa Senhora de Copacabana. Todas elas foram abandonadas ou, em sua maioria, destruídas pelos ataques dos bandeirantes paulistas no final da terceira década do século XVII (MOTA; NOELLI, 1999, p. 33).

Segundo Sampaio (1890), os Cayuá eram índios fortes, brandos, comunicativos e astuciosos. O grupo numeroso tinha poucos estabelecimentos no vale do Paranapanema: “Da sua tribo [...] há muita gente nas matas, [...] apesar de domesticado há para com ele grande repugnância e séria desconfiança” (SAMPAIO, 1890, p. 125). Ainda de acordo com o mesmo autor, esses habitantes eram vistos com baixo preparo para a agricultura, mas hábeis canoieiros e nadadores, experientes em navegação fluvial. Viviam em ranchos e palhoças, assim, humanizando as duas margens do Paranapanema e no Morro do Diabo, localizado no atual município de Teodoro Sampaio/SP. Em deslocamento, o fogo era mantido aceso pelas mulheres. Nas matas, mantinham o fogo aceso próximo dos ranchos e dormiam com os pés voltados para a fogueira. Em trânsito, na floresta, eram cautelosos e sutis (SAMPAIO, 1890).

Nessa descrição, Sampaio ao tratar o indígena como brando, retira dele o papel de “luta e resistência” à colonização (MOTA; NOELLI, 1999). A adjetivação “índios brandos” são representações feitas por não-índio.

Frei Goevert (1992) narra a sua ação missionária em Paranaíba, esclarecendo que, no início da segunda metade do século XX, conviveu com a presença indígena nos primeiros anos, mas, com a chegada dos colonizadores e a devastação das matas, estes se

⁵ Para mais aprofundamento, ver Mota (2000).

afastaram. Contudo, foram registrados sítios arqueológicos na microrregião de Paranavaí, na unidade hidrográfica do baixo Ivaí, Paraná 1, e unidade hidrográfica Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4, em 12 municípios, sendo encontrados artefatos indígenas de várias tradições, somando um total de 84 sítios: Cruzeiro do Sul, 7; Diamante do Norte, 2; Inajá, 1; Jardim Mirador, 5; Olinda, 13; Paraíso do Norte, 7; Paranacity, 14; Paranapoema, 5; Paranavaí, 6; Santo Antônio do Caiuá, 12; São Pedro do Paraná, 6; e Terra Rica, 4 (IPHAN, 2021). No entanto, Massuia (2019) apresenta em seus estudos Querência do Norte, 1; Santa Cruz de Monte Castelo, 2; somando um total de 14 municípios, os quais não se confirmaram no site do IPHAN. Ainda Massuia (2019, p. 36), na microrregião de Paranavaí há “74 sítios arqueológicos registrados”, mas, ao conferir os dados do Iphan, foram constatados 84 sítios. Destacamos ainda a mesma fonte: “no município de Paranavaí foram registrados sete sítios arqueológicos”, no entanto encontrou-se apenas seis sítios, dos quais, três deles de tradição Tupi guarani, um de tradição Bituruna e dois deles com artefatos cerâmicos e líticos lascados, não foram identificados” (IPHAN, 2021).

Em Santo Antônio do Caiuá, foram registrados no Iphan 12 sítios arqueológicos próximos ao rio Paranapanema (Porto Angelim 1, 2, 3; Fazenda Dona Amélia 1, 2, 3, 4, 5; Fazenda Ângelus 1) e também no rio Caiuá (Caiuá 1, 2 e 3), sendo 11 sítios tupi-guarani cerâmicos e, apenas no Angelim 3, um lítico lascado, isso com base nos estudos efetivados pelo pesquisador Igor Chmyz, entre os anos de 1987 e 1991 (IPHAN, 2021 *apud* MENDONÇA, 2022).

Voltando para Massuia (2019, p. 35), esta elabora uma tabela apresentando 13 sítios arqueológicos no referido município, no entanto, são apenas 12. O Sítio Arqueológico da Lancha 3 localiza-se em São Pedro do Paraná, e não em Santo Antônio do Caiuá (IPHAN, 2021 *apud* MENDONÇA, 2022).

Nesse sentido, Santo Antônio do Caiuá e seus municípios vizinhos em terras paranaenses, Paranavaí e Inajá (um único sítio arqueológico lítico lascado, em Porto Nhô-Nhô Morais, no rio Paranapanema), somam um total de 19 sítios arqueológicos, dos quais 14 são tupi-guarani, com 11 desses majoritariamente no município do objeto de estudo. Ao Sul, em São João do Caiuá, não foi encontrado nenhum registro arqueológico (IPHAN, 2021).

No início do século XX, o governo brasileiro concedeu terras devolutas à Companhia -Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), que repassa em 1920 parte de seus domínios à Companhia Brasileira de Aviação e Comércio (Braviaco). Esta

deveria construir a estrada de ferro e criar núcleos de povoamento ao longo da ferrovia. A Gleba Pirapó, entre os rios Pirapó, Ivaí e Paranapanema, integrava as terras da Braviaco, nominada Fazenda Brasileira (MARCELO, 1988 *apud* ROMPATTO, 2012).

Em 1930, o presidente Getúlio Vargas cancelou todas as concessões, inclusive a da Braviaco, pelo não cumprimento do acordo contratual e confiscou o título de propriedade, anulando-o em 1931, provocando o abandono das famílias nordestinas ali fixadas. Em 1933, o interventor Manuel Ribas a denominou colônia Paranaíba (317 mil alqueires de terra), passando para o controle do estado do Paraná em 1944, embora parte dessa colônia tenha participação particular. Além do estado, outras empresas colonizaram o noroeste paranaense, como as imobiliárias Ipiranga de Boralli & Held, no Alto Paraná, a Progresso Paracity, e a Silas Pioli, que colonizou São Carlos do Ivaí, todas em 1949 (ROMPATTO, 2012).

Calírio (2005) faz uma rápida abordagem sobre o processo de colonização do município Terra Rica na década de 1950, em terras que foram domínio do estado, posteriormente, repassadas à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop). Essa área integrou o distrito de Paranaíba, e este ao município de Mandaguari.

Em 1924, Lord Lovat (Simon Frazer), juntamente com outros ingleses, criou no Brasil a *Plantations Syndicate LTD.* e, no processo, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Essa companhia adquiriu terras no estado do Paraná, envolvendo uma extensa faixa margeada pelos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, habitadas por índios, posseiros e empreendedores, com concessões outorgadas pelo governo paranaense (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

A Cia. colonizou uma área com mais de 500 mil alqueires, que passou por processo de divisão urbana e rural, interligada por estradas aptas a serem negociadas. A empresa teve respaldo do Governo do Estado do Paraná, na pessoa do Dr. Affonso de Camargo, e do interventor Manuel Ribas (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Endlich (2006) evidencia que o governador paranaense Moysés Lupion (1946-1950 e 1956-1960) realizou ações suspeitas, levando seu sucessor Bento Munhoz da Rocha (1950-1955), a regularizar a questão fundiária através de levantamento aerofotogramétrico.

A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu terras do governo paranaense em 1925. A negociação bem articulada possibilitou à empresa pagar 20 mil réis por

alqueire paulista, correspondente a 24.200 m² (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

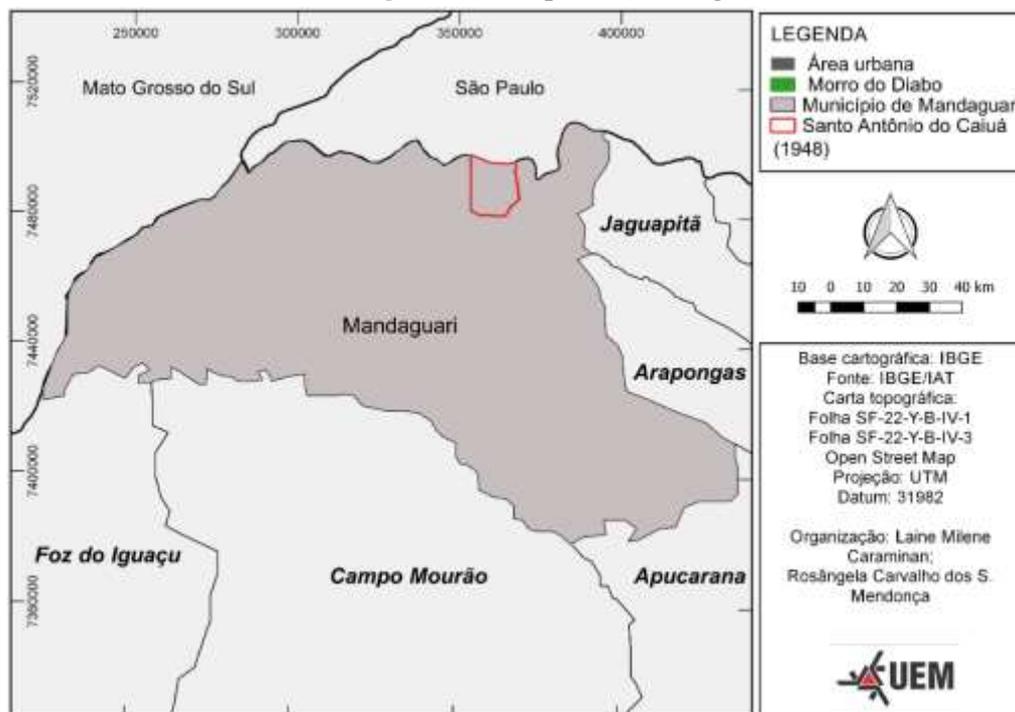
Nesse ínterim, sublinha Luz, que:

[...] a Paraná *Plantation Limited*, como se denominou inicialmente, controlava suas subsidiárias brasileiras – Companhia de Terra Norte do Paraná e Companhia Ferroviária de São Paulo-Paraná -, visto que era necessário haver um perfeito entrosamento entre o loteamento e a visita férrea (LUZ, 1997, p. 19).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977) dividiu a área urbana em datas de 500 m² e lotes rurais com medidas em alqueires distintas, com frente para a estrada e fundos para um rio. No espigão, o cultivo do café na baixada, a edificação da casa, outros cultivos, aliados à criação de animais. As famílias negociariam o excedente da produção nas localidades próximas, consumindo no comércio local, ação fortalecedora da economia. As propriedades foram negociadas a prazo, com juros. Os núcleos urbanos⁶ foram planejados a cada 100 quilômetros para serem transformados em metrópoles. Entre esses núcleos, a cada 15 quilômetros, aproximadamente, foram criados pequenos patrimônios para servir como centro de abastecimento para a população rural. A Cia colonizou uma área correspondente a 13.166 mil quilômetros quadrados, fundou mais de 60 cidades e patrimônios e comercializou áreas urbanas e rurais a brasileiros e estrangeiros (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Em 1943, ocorre a repatriação do capital inglês ao país de origem. Em 1944, a Companhia de Terras Norte do Paraná, sob controle brasileiro, passa a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 1951 (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977). Nesse mesmo ano, a referida empresa criou o patrimônio de Santo Antônio do Caiuá, proveniente de sucessivos desmembramentos, envolvendo quatro jurisdições, alcançando a emancipação política em 1961.

⁶ Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama, Apucarana e Paranavaí (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Figura 1 – Mapa de Mandaguari

Fonte: CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S, 2022.

Tabela 1 – Processos de desmembramentos do município

Município	Imobiliária e fundação	Criação do Distrito Administrativo	Lei de criação do município	Instalação oficial
1º nome: Lovat 2º nome: Mandaguari	Companhia de Terras Norte do Paraná. Povoado emerge a partir de 1936.	Decreto n.º 199, de 30 de dezembro de 1943.	10 de outubro de 1947, pela Lei n.º 02.	O primeiro prefeito nomeado foi Ary da Cunha Pereira, sendo Décio Medeiros Pullin o primeiro prefeito eleito (1948-1951).
1º nome: Capelinha 2º nome: Nova Esperança	Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 1946 – Capelinha.	Sem passar pelo estágio de distrito.	Com o nome de Nova Esperança. Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951.	14 de dezembro de 1952: o primeiro prefeito eleito foi José Teixeira da Silveira.
Alto Paraná	Empresa Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held. Agosto/1948.	Lei Estadual n.º 613, de 27 de janeiro de 1951.	Lei Estadual n.º 1.190, de 19 de agosto de 1953.	Em 5 de maio de 1954. O primeiro prefeito foi Agostinho A. Stefanello; legislatura instalada em 1955.

São João do Caiuá	Companhia de Terras Norte do Paraná. 1951.	Lei n.º 16, de 10 de fevereiro de 1953, foi criado o Distrito Administrativo e o Distrito Judiciário pela Lei Estadual n.º 1.542, de 14 de dezembro de 1953.	Lei Estadual n.º 253, de 26 de novembro de 1954.	Domingos Beraldi, em 17 de dezembro de 1955, foi eleito prefeito.
Santo Antônio do Caiuá	Companhia de Terras Norte do Paraná. Patrimônio foi fundado em 12 de dezembro de 1951.	9 de abril de 1959.	Lei Estadual n.º 4.338, de 25 de janeiro de 1961.	Em 25 de novembro de 1961, Stersa Júlio Maximiano Ângelo foi eleito.

Fonte: FERREIRA, 2006. Organizado pela autora (2022).

Já Cancian (1981, p. 119) relata que, a partir da década de 1950, o café atingiu três microrregiões paranaenses:

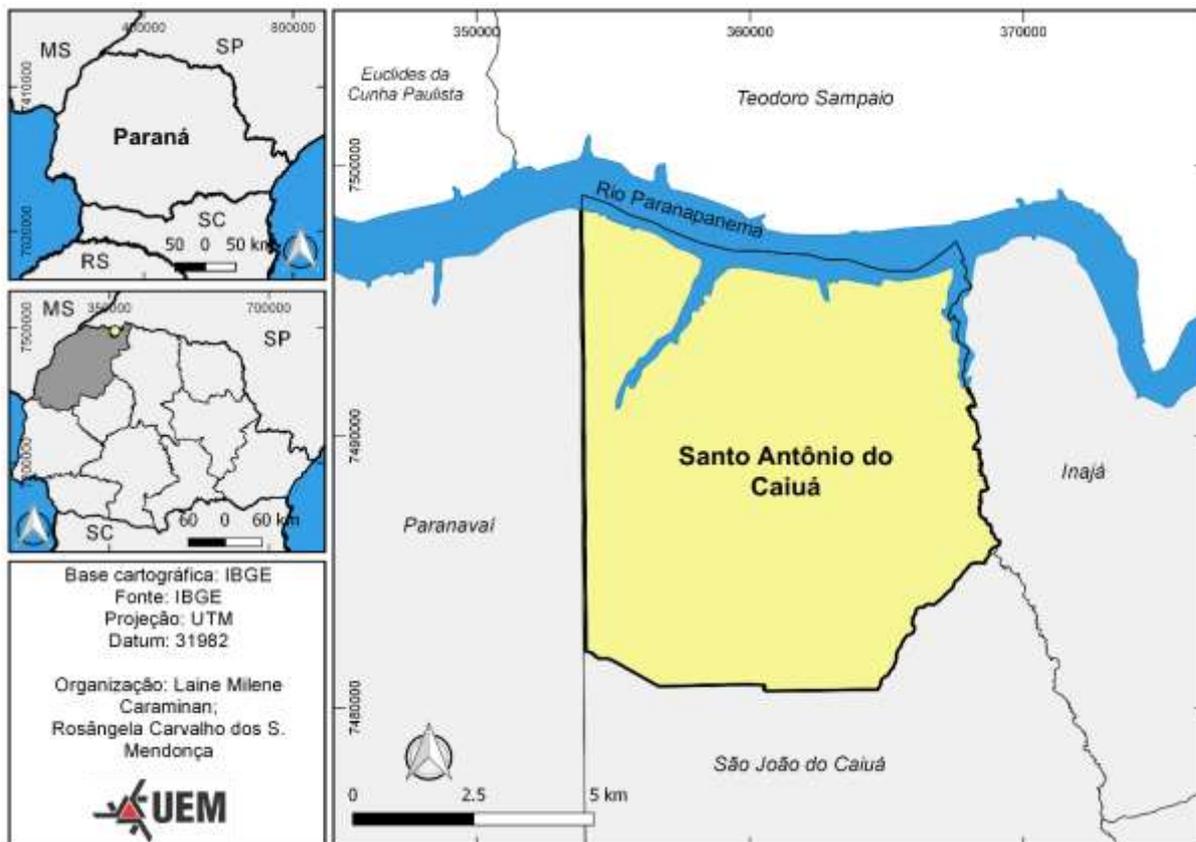
microrregião 281 – Norte Novo de Londrina, durante a vigência dos preços incentivadores do café, o caminho seguido é em sentido norte-noroeste, atingindo a microrregião 282 – Norte Novo de Maringá, 283 – Norte Novíssimo de Paranavaí e finalmente a microrregião 285 – norte novíssimo de Umuarama, extravasando inclusive pelo Extremo oeste, microrregião 288, até as barrancas do rio Paraná (CANCIAN, 1981, p. 119).

Constata-se pelo conjunto das entrevistas que as primeiras famílias chegaram ao patrimônio de Santo Antônio do Caiuá no início da metade do século XX, iniciando imediatamente a transformação do espaço geográfico com a (re)ocupação, derrubada da mata e a instalação dos primeiros ranchos e a introdução da lavoura branca⁷. O café é cultivado a partir de 1951.

2.1. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

“Quando eu cheguei, tinha uma placa identificando o lugar. Patrimônio de Santo Antônio do Caiuá”
(MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 2022).

⁷ Grão de feijão, arroz e milho. Ver Tiago de Oliveira Loiola. A produção de lavoura branca no projeto Assentamento Humaitá nos períodos de 1996/1997 e 2005/2006. Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas apresentada à Universidade Federal do Acre como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas em 2009.

Figura 2 – Localização do município

Fonte: CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Santo Antônio do Caiuá está localizado na mesorregião noroeste do estado do Paraná, que integra a microrregião MRG-1 de Paranaíba (IPARDES, 2021). Esse município ocupa uma área de 219,068 km², com uma população estimada de 2.611 habitantes e densidade demográfica de 12,45 hab./km² (IBGE, 2021). O município faz divisa com Paranaíba, São João do Caiuá, Inajá e Teodoro Sampaio (SP). Integra a Bacia 04 Paranapanema, o Norte Novíssimo, e pertence à comarca de Alto Paraná⁸.

Já o nome é proveniente do:

[...] latim “sanctus”, designando homem canonizado, sagrado, inviolável, virtuoso, digno de veneração e que vive conforme os preceitos da lei divina, segundo a tradição judaico cristã. (GGS – ABHF). Antônio nome pessoal masculino, vem do latim “Antonius”, de étimo obscuro, significando inestimável ou digno de apreço. Trata-se de nome de uma gens romana (século II a. C.), com possibilidades de origem etrusca [...] grega “antheos”, que significa flor. (TER, AB, GGS). do Contração da preposição “de” (posse), com o artigo masculino “o”. Caiuá Vem do tupi “ka’k-üua”... morador do mato (FERREIRA, 2006, p. 286).

⁸ Criada a comarca de Alto Paraná, em 21 de janeiro de 1961, pela Lei n.º 4336, porém sua instalação só ocorre um ano mais tarde, via Portaria n.º 231. Mais informações no site <<https://www.tjpr.jus.br/documents/397262/4513290/ALTO+PARAN%C3%81/464ae847-c325-45c5-9ab1-708d02d69cf5?version=1.1>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

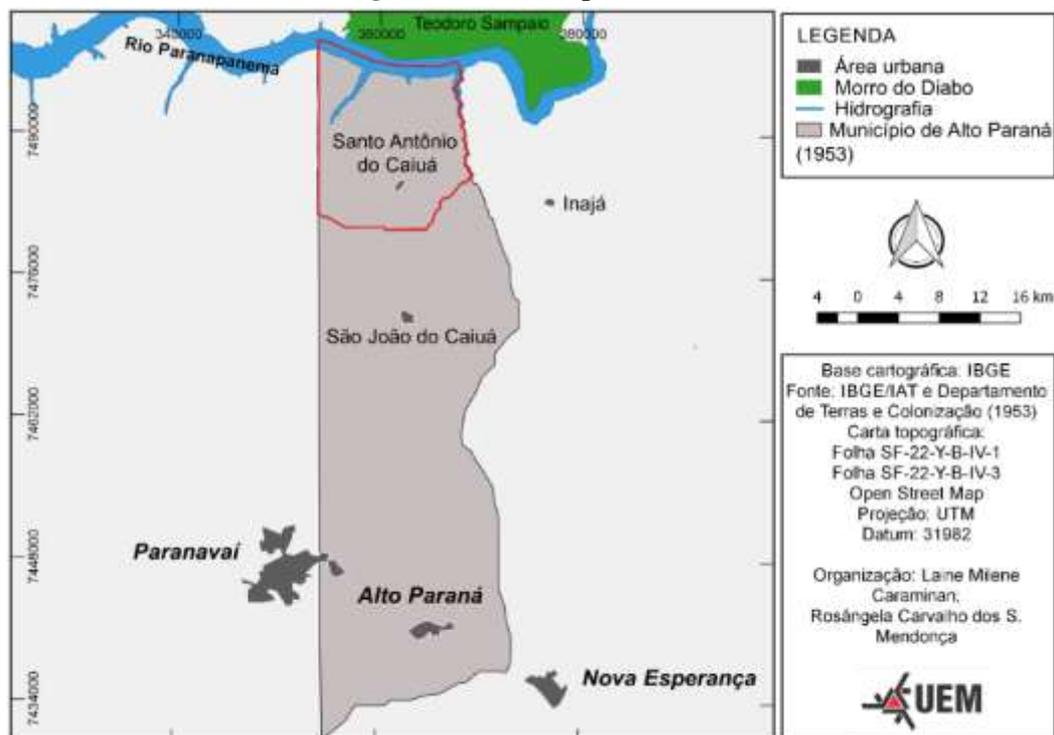
Figura 3 – Processo de emancipação do município



Fonte: Ferreira (2006). Organizado pela autora (2022).

Criado em 12 de dezembro de 1951, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o patrimônio de Santo Antônio do Caiuá desmembra-se do município de Mandaguari. Nesse mesmo ano, passa para a jurisdição de Nova Esperança e, em 1953, com o desmembramento de Alto Paraná, foi integrado a esse novo município. No ano seguinte, com a emancipação de São João do Caiuá, Santo Antônio do Caiuá passa a integrá-lo (FERREIRA, 1999).

Figura 4 – Município de Alto Paraná



Fonte: DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO - DGTC, 1953. Adaptado por CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

No início da segunda metade do século XX, começam a se estabelecer no lugarejo os primeiros migrantes e descendentes de imigrantes e (re)imigrados, remanescentes de índios guaranis, como trabalhadores (rurais ou urbanos)⁹, proprietários de imóveis rurais ou urbanos, agricultores e empresários. Nessa direção, Ferreira alega que:

Os pioneiros da colonização foram Rubens Carneiro Monteiro, Luiz Carlos Monteiro Carneiro e Antônio Monteiro Carneiro. Em seguida chegaram as famílias de Hagem Schonrock, José Maria Alves, Primo Rossato e Domênico Ernesto Carniel. Na área rural as primeiras clareiras na mata foram abertas pelas famílias de Antônio Sobrinho, Sebastião Sobrinho, José Xavier de Carvalho, Natal Piastrelli, Rafael Schenatto, Willy Hardth, Arlindo dos Santos, José Maria Porte e José Pena (FERREIRA, 1999, p. 447).

Observa-se que o autor coloca em evidência apenas os homens, no caso, empresários, administradores de fazenda, proprietários de imóveis agrícolas ou empreendedores comerciais. Onde estão as mulheres e os trabalhadores que contribuíram para a construção e o desenvolvimento do futuro município? Onde estão os trabalhadores nesse contexto social, político e econômico? De que forma contribuíram para a formação e o desenvolvimento do povoado?

O referido autor separa os colonizadores em dois grupos, os moradores urbanos dos rurais, no entanto, todos são sujeitos oriundos de estados brasileiros e nacionalidades que chegaram em datas distintas, repovoando os espaços limítrofes do município.

Segundo o Dicionário On-line de Português (2022, p. 1), o termo pioneiro significa “aquele que primeiro abre ou descobre regiões desconhecidas, e nelas tenta estabelecer uma colonização; explorador, desbravador”. Nesse sentido, Ferreira (1999) ignora estudos e registros que afirmam que o noroeste paranaense encontrava-se humanizado muito antes da chegada dos europeus (SAMPAIO, 1890; MOTA; NOELLI 1999; MOTA 2000; MASSUIA, 2019) ao tratar os (re)povoadores como pioneiros.

⁹ Entre os anos de 1950 a 1975: corretor de imóvel, gerente, administrador e fiscal de fazenda, arrendatário, meeiro, porcentageiro, empreiteiro; formador de café; peão, peona, gato (agenciador de trabalhadores), boia fria, campeiro ou vaqueiro, leiteiro, capataz, coureiro, domador de animal, castrador de animal, pescador (a), vendedor, mascate, farmacêutico, médico, enfermeira, dentista, padeiro, cartorário – serventuário da justiça, inspetor (a), auxiliar de ensino, professor, diretor (a), secretária, zelador(a), inspetor de quartirão (não remunerado), delegado, furador de poço, dona de casa, empregada doméstica, babá, cozinheira, lavadeira, passadeira/engomadeira, benzedeiro(a), parteiro (a), sapateiro, costureira, alfaiate, carroceiro, balseiro, taxista, motorista (caminhão, ônibus, *Jeep*), tratorista, eletricitista, encanador, guarda, prestadores de serviço, açougueiro, maquinista (operador (a) de máquina), telefonista, carteiro, contador, quitandeiro, vendedor ambulante, padre, catequista, pastor, organista, crocheteira, bordadeira, rendeira, prostituta, coveiro, coletor de lixo, músico, funileiro (trabalhador informal), barbeiro, cabelereira, manicure, prefeito, vereador, mecânico, bilheteiro, saqueiro (carregador de saco), carpinteiro, pedreiro, oleiro, comunicador (serviço de alto falante), projecionista de filmes, fotógrafo, frentista de posto, bancário((a), telefonista, funcionário público municipal. Organizado por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Segundo Matildes Carvalho dos Santos, que chegou ao lugar em agosto de 1950, no sítio São Pedro, próximo do rio Paranapanema, a sede do patrimônio de Santo Antônio do Caiuá inicia-se com quatro casas de madeira. Na avenida São João, a dos irmãos Monteiro Carneiro; a de Zezinho Português e Primo Rossato; e na rua José Pena, nº 573, a da Companhia Melhoramentos com um poço de água, com a função de abastecer os moradores. A depoente evidencia a existência de muitas pessoas derrubando a mata e construindo em suas propriedades rurais (MENDONÇA; MOTA, 2021).

Figura 5 – Família Rossato



Fonte: Acervo de Pedro dos Santos Fernandes. Da direita para a esquerda: Família Rossato. Osvaldo Rossato, Frederico Rossato, 03- Primo Rossato, 04 - Vima Rosa Maria Rossato (Purina), 05 - Fernando Rossato, 06 - Maria Dal' Ri Rossato, 07 - Luiz Rossato, 08 - Arnaldo Rossato, 09 - Onofre Rossato. Ano 1953. Fotomontagem realizada pela família Rossato, em 2012.

Figura 6 - Santo Antônio do Caiuá, 1955



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá. Posto Esso – Rafael Schenato. Local: Avenida Paranapanema, próximo à rodoviária, Santo Antônio do Caiuá. Fotógrafo desconhecido. Ano de 1955.

Em 1958, os moradores do patrimônio de Santo Antônio do Caiuá enviaram um abaixo-assinado ao governador, Moysés Lupion, e ao presidente do Legislativo, Guataçara Borba Carneiro, solicitando a elevação do povoado a distrito. Sabendo da

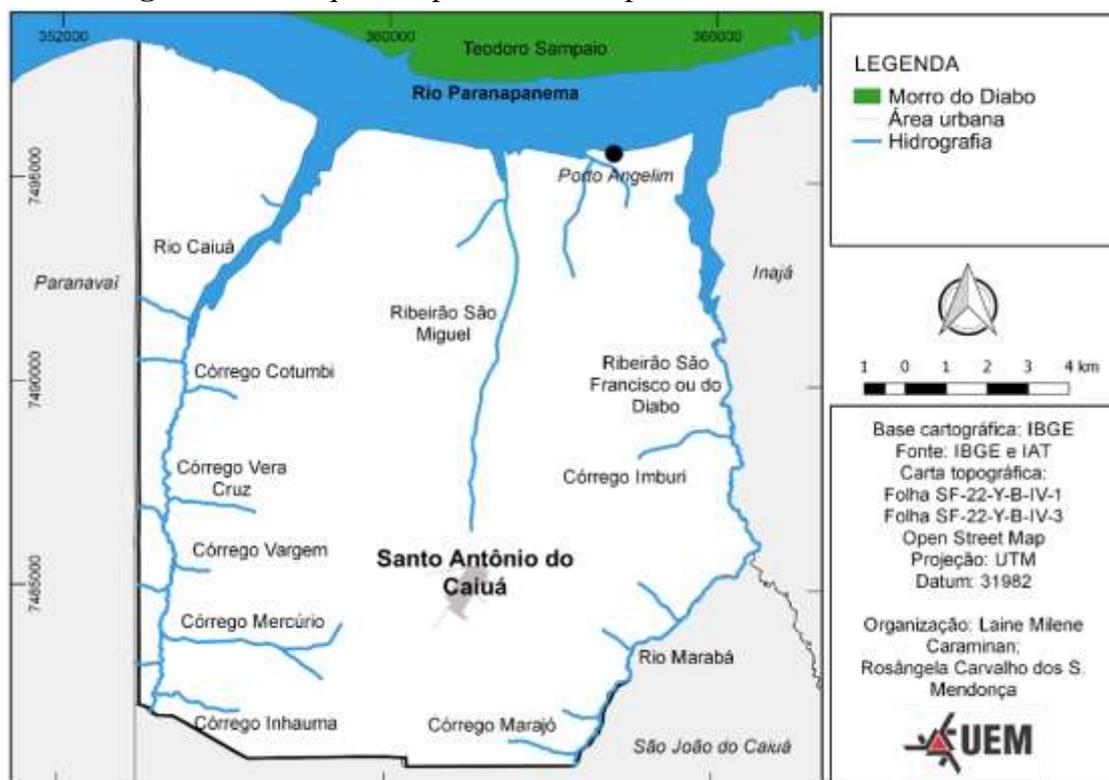
mobilização dos santo-antonienses, a Câmara Municipal aprovou essa elevação em 9 de abril de 1959 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, 1959).

Contudo, foi somente através da Lei Estadual n.º 4.338, de 25 de janeiro de 1961, no Art. 14, que Lupion criou oficialmente o município de Santo Antônio do Caiuá, desmembrado de São João do Caiuá (PARANÁ, 1961).

Nessa direção, a lei acima citada define as divisas do município recém-criado:

[...] tomando-se por ponto inicial o cruzamento da estrada de Santo Antônio do Caiuá e S. João do Caiuá com a de Cristo Rei, segue-se esta estrada até encontrar-se a ponte de madeira construída sobre o Ribeirão Caiuá. Continua-se pela mesma mais ou menos 600 metros até encontrar-se o marco divisório das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná com as do Estado, atualmente de propriedade do Sr. Reno Massi. Segue-se pela picada divisória até encontrar-se a desembocadura do Ribeirão do Diabo. Subindo Ribeirão acima, atinge-se o seu afluente Ribeirão Marabá e por este acima encontra-se o marco divisório dos lotes sob n.ºs. 471 e 472. Seguindo-se em linha reta espigão acima, atinge-se a estrada de Santo Antônio do Caiuá a São João do Caiuá. Continuando-se por esta estrada cerca de 200 metros à direita, encontra-se a estrada de Cristo Rei, onde deu-se princípio e dá-se fim a esta demarcação (PARANÁ, 1961).

Figura 7 - Rios que compõem o município de Santo Antônio do Caiuá



Fonte: CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

O município está situado na bacia Paranapanema, sub-bacia Paranapanema IV, divisando ao norte com o estado de São Paulo e Rio Paranapanema, à montante do

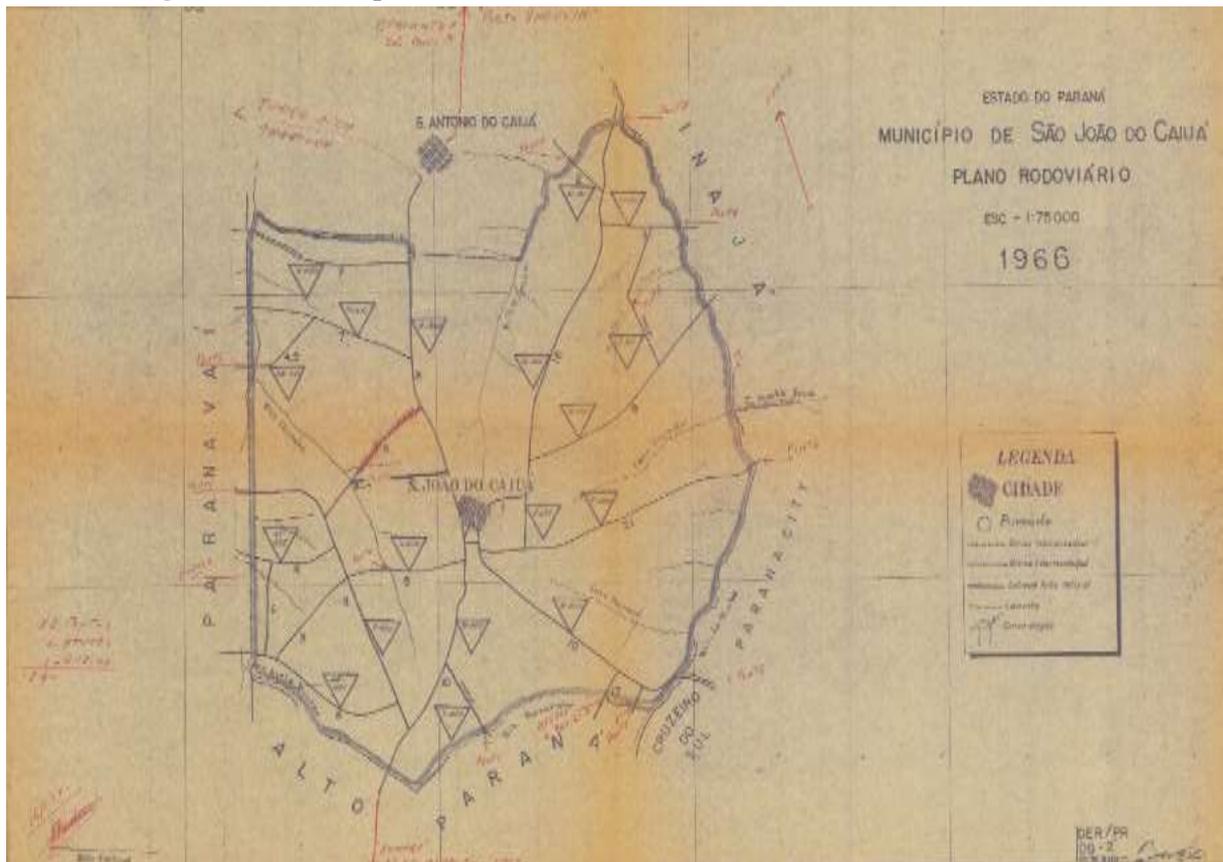
reservatório da barragem da Usina Hidrelétrica de Rosana. Integram o município: rio Paranapanema; os ribeirões Caiuá e do Diabo; os córregos São Miguel, Catumbí, Vera Cruz, Vargem, Mercúrio, Inhauma, Imburí, Marajó, Itaberéu e Encantado; e o rio Marabá, que é afluente do rio do Diabo (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO, 1971).

O substrato geológico do município de Santo Antônio do Caiuá é composto predominantemente por rochas da Formação Rio Paraná, pertencentes ao Grupo Caiuá. Essas rochas são formadas por arenitos finos a muito finos, bem selecionados, com coloração marrom avermelhado a arroxeadado. Em algumas áreas, apresenta camadas de lamitos arenosos maciços (BESSER, BRUMATTI E SPISILA, 2021).

Portanto, os solos de Santo Antônio do Caiuá são derivados do intemperismo das rochas da Formação Rio Paraná, predominando no município os latossolos vermelhos e os argissolos vermelhos (MAPA DE SOLOS DO ESTADO DO PARANÁ, 2020). Os latossolos são solos em estágio avançado de intemperização, muito evoluídos e geralmente, são profundos a muito profundos. Outra característica marcante dessa ordem de solo é a pouca diferenciação visual, química e física entre os horizontes superficiais, subsuperficiais e em profundidade (SANTOS *et al.*, 2018). Devido aos aspectos físicos da rocha-mãe, esse solo apresenta textura média, composto principalmente pela fração areia, seguida pelas frações silte e argila (CARAMINAN, FRUET E GASPARETTO, 2021).

Já os argissolos são solos também constituídos por material mineral, no entanto, apresentam horizonte B textural evidente no perfil pedológico (SANTOS *et al.*, 2018). Neste horizonte, são incrementadas maiores quantidades de argila, o que permite a dificuldade de infiltração pelo perfil, favorecendo, assim, a presença de erosões, voçorocas etc. na área. Os argissolos apresentam profundidade variável, e no município em destaque, esse solo apresenta predominância da fração areia em sua constituição mineral.

Figura 8 – Município de São João do Caiuá, Plano Rodoviário, 1966



Fonte: Acervo digital do Instituto Água e Terra (IAT). PARANÁ, 1966.

Figura 9 – Malha urbana do município de Santo Antônio do Caiuá, 1971



Fonte: Acervo digital do Instituto Água e Terra (IAT). Departamento de Geografia, Terras e Colonização, 1971. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

O mapa de 1971 é uma representação de uma situação esquemática do município. As ruas e avenidas estão definidas, enquanto nos lotes urbanos separaram apenas os contornos de quadra, mas não os dividiram da forma presente. O mapa apresenta as estradas, ruas e avenidas na entrada e na saída do município. A avenida São João está em

linha contínua. A entrada da avenida está na mesma rua, com saída dando acesso à estrada Paranapanema e outras.

Figura 10 – Malha urbana do município de Santo Antônio do Caiuá



Fonte: MOBILE DO EXÉRCITO BRASILEIRO - BDGEX (1980). Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

O mapa de 1980 traz uma ampliação da área urbana, identificando o cemitério e o campo de futebol, mas continua não apresentando a avenida Paranapanema dentro do miolo urbano do município. Os quarteirões são apenas uma questão de representação.

Demonstra o contorno e as saídas da cidade sem informar com exatidão as avenidas e os contornos de quadra. Portanto, o contorno de quadras e avenidas não se encontram bem definidos.

Esse mapa apresenta a entrada da avenida São João reposicionada com a sua real localização. Comparando o mapa da década de 1971 com o de 1980, no último, ocorreu a (re)divisão de quadra a leste, enquanto a oeste ganhou quatro quadras. O de 1971 tem a representação de 24 quarteirões, enquanto que no de 1980 são 33.

Segundo a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022): “em 1960, o patrimônio de Santo Antônio já tinha cemitério”, e Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022) relata: “me lembro que em 1959 faleceu uma neta de um dos sitiantes na água do Mercúrio e foi enterrada em São João do Caiuá. Então o cemitério de Santo Antônio surge a partir de 1960”. As afirmações demonstram que o mapa urbano de 1971 é uma representação parcial do município. No início da década de 1960, ele já apresentava a configuração de quadras correspondente ao mapa de 1980.

Segundo informações verbais da prefeitura municipal e em observância ao mapa urbano de 2021, em 1970, o contorno urbano é formado por 29 quarteirões (do 01 ao 26 e o 29, 40 e 51 A, formado inicialmente por 8 datas), somando um total de 495 datas. As quadras variam de 4 a 24 datas, com área de até 600 m². Em decorrência de algumas subdivisões de datas, ocorreu o aumento de aproximadamente 50 e seus tamanhos variam. A área do cemitério municipal tem um tamanho diferenciado das demais áreas.

O município é cortado por duas rodovias paranaenses: a PR-556, que o liga a Inajá pela PR- 470; e a PR-557, a Paranaíba.

Constata-se, ao pesquisar os nomes das estradas que compõem o município para localizar vias de acesso a possíveis entrevistados, e mesmo nas entrevistas, os moradores dão vários nomes para a mesma estrada, mas também identificamos estradas de acesso aos lotes sem nomenclatura. Os nomes são dados pelos moradores e estão ligados ao dono da propriedade, a um antigo proprietário do lugar ou ao rio que corta o lugar ou é parte da divisa. Observa-se ainda que, quando o proprietário muda, os moradores atribuem o nome de outro antigo morador residente. Geralmente, os nomes utilizados são dados como referência para localizar o lugar, por exemplo: ao perguntarmos “Qual a saída pra Inajá?”, eles respondiam: “A estrada do Piastrelli”. Mas quem foi Piastrelli?

Natal Piastrelli foi um antigo morador do município, no início da década de 1950, proprietário do lote 148, gleba Parapanema. Na sua fazenda, estava localizada a Escola Isolada São Roque (segunda escola rural mais antiga do município). Com a mudança do antigo morador, anos depois, ao questionarem sobre a saída do município, os moradores citam outro como referência: Estrada do Cosmo.

Cosmo chegou ao município em 1964, no lote 149, gleba Bararuba, com propriedade na divisa de Santo Antônio Caiuá com Inajá, através do rio do Diabo, popular São Francisco. Nesse sentido, a pesquisadora sugere ao legislativo local nomear oficialmente as estradas, identificando-as com placas, assim, facilitando a localização por moradores de outros extremos do município e também por visitantes.

O município é formado ainda pela Vila Xavier, que teve início na década de 1950, vindo a arrefecer a partir de 1970, e a Vila Rural Esperança, criada em 1998, composta de 34 domicílios e habitada por aproximadamente 100 pessoas.

Também faz divisa com Teodoro Sampaio, estado de São Paulo, pelo rio Parapanema. No ano de 1956, um projeto de Angelim Stersa, em articulação com o governador paulista, Jânio Quadros, e com outros políticos paranaenses, favoreceu a

instalação da balsa no Porto São João¹⁰, dando acesso ao estado de São Paulo pela reserva florestal Morro do Diabo, onde santo-antonienses e paulistas abriram uma estrada de aproximadamente 26 quilômetros – no meio da reserva – ligando os dois municípios e estados. Segundo o conjunto dos entrevistados, a abertura do porto potencializou o fluxo de veículos no município pela estrada Paranapanema, favorecendo as relações comerciais com várias cidades paulistas e paranaenses.

Com isso, as empresas comerciais e as indústrias estabeleceram-se na sede do patrimônio, nas avenidas São João e Paranapanema, e também no povoado¹¹, que se formou no campo, a 1,5 quilômetro do rio Paranapanema, a partir de 1951, com crescimento ascendente até a década de 1970.

Inspirando-me em Endlich (2006), descreve-se a área urbana do município a partir da cartografia de 1971 e das memórias que os entrevistados trazem do período.

A área urbana segue o traçado ortogonal de outras cidades. É cortada por duas avenidas e, a partir da década de 1950, ganha empresas comerciais, instituições públicas, igrejas e residências particulares, que se mesclavam ao longo de avenidas e ruas. No final da década, o patrimônio já continha praças e cemitério públicos.

As habitações de Santo Antônio do Caiuá eram 100% de madeira entre os anos de 1950 e 1954. Essas configurações sofrem transformações no início da segunda metade da década de 1950, com as primeiras construções de alvenaria em área rural e urbana.

O Jornal Folha de Londrina de 11 de outubro de 1953 traz o título “O patrimônio de Santo Antônio do Caiuá, sua gente e seu desenvolvimento”. Segundo o jornal, o pequeno povoado tinha “um açougue, barbearias e diversos bares. [...] hotéis [...] pensões, 4 armazéns de cereais e secos e molhados, cinco serrarias, uma olaria, uma escola [...] estavam construindo uma igreja católica” (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 1953, p. 4).

O agricultor e empresário local, Primo Rossato, ocupou no período a função de “inspetor de polícia e presidiu a subcomissão pró municipalidade de São João do Paraíso”, posteriormente, nominado São João do Caiuá. Nesse período, São João e Santo Antônio pertenciam a Alto Paraná. O veículo de imprensa londrinense evidencia que o patrimônio tinha “três mil habitantes” e “cinco milhões de pés de café plantados que [...] não sofreram os efeitos da geada, encrustadas em terras férteis, representam a início de sua lavoura

¹⁰ Primeiro nome oficial do Porto, localizado na divisa de Santo Antônio do Caiuá com o Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio/SP.

¹¹ Passou a ser chamado anos mais tarde “Vila Xavier”.

cafeeira – arroz, milho, feijão, grão de bico” (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 1953, p. 4).

O referido jornal exalta a pujança econômica do café como carro-chefe do patrimônio recém-criado pela Melhoramentos e, simultaneamente, a alta produtividade da terra, ao citar outras lavouras e o lugar. A reportagem reforça a existência de certa infraestrutura comercial, educacional e religiosa a ser desfrutada, ou seja, um convite a outros sujeitos para ali se estabelecerem.

No entanto, nesse ano, ocorreu a primeira geada após a criação do patrimônio. Quem chegou em 1950 já tinha plantado café. Alguns pequenos proprietários perderam tudo, principalmente quem tinha propriedades próximo ao Paranapanema ou em outros pontos de baixada, entrando em desespero pela perda do café e por conta da parca economia familiar.

Tem-se logo abaixo, exemplos de como agiram os proprietários. Um buscou como alternativa a venda do lote recém-comprado; outro pegou empreita e a (re)empreitou a outros trabalhadores. Foram opções para superar a crise provocada pelas intempéries, que atingiram em cheio Paraná e região, afetando a economia e, principalmente, os pequenos proprietários. Xavier era um homem bem articulado, de visão, com habilidades para negócios. Conseguiu ter posse de uma pequena parte da posterior Fazenda São Cristóvão, na gleba Paranapanema, para criar gado. Já Carniel resolveu instalar uma serraria. Foram formas utilizadas pelos que ali chegaram para sair da crise, enquanto outros buscaram destinos diferentes.

Segundo a entrevistada Liana Terezinha Vial (27/03/2022): “meu pai Abrahão e meu tio Ernesto Vial perderam todo o café com a geada 1953. Voltaram ao Rio Grande do Sul e venderam a propriedade ao Bispo Antônio Zattera, retornando como administradores do sítio”.

Geraldo Ciriaco Xavier, em entrevista, salienta que seu pai foi autorizado pela Companhia em 1951 a derrubar a mata no fundo da sua propriedade, com o córrego São Miguel. Essas terras foram posseadas no início da década 1950 para além do lote que havia adquirido.

Meu pai derrubou uma área de aproximadamente 8 alqueires em 1951, no que viria ser mais tarde a fazenda São Cristóvão. Tocou fogo e semeou capim. Colocou vinte cabeças de novilhas Gir. Após seis anos, abandonou a área. No período que o gado estava na área cedida pela Companhia, meu pai foi derrubando e preparando a pastagem em nossa propriedade. A Companhia quis beneficiar meu pai, pois já havia proposto a troca do lote comprado nas

proximidades urbana do povoado com terras no extremo do município, porque ela precisava vender e usava o meu pai como referência dizendo: o Xavier já está morando nas proximidades do Rio Paranapanema (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Constata-se que, ao propor a troca do lote, houve uma negociação articulada, em que a empresa busca compensar o comprador, permitindo explorar parte de terras vizinhas abertas à negociação. Xavier soube tirar proveito disso, pois no período a madeira era muito barata e havia maior interesse pela terra nua. A empresa precisava vender terras nos pontos distantes do pequeno patrimônio em crescimento, ainda muito tímido. Essa opção de livre escolha exigiu muito suor e trabalho do agricultor, já que era preciso empreender na terra desmatada.

A entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) esclarece que:

Meu pai, José Xavier de Carvalho, superou as dificuldades porque ele ia derrubando a mata devagar, plantando aos poucos. Quando apertava, ele arranjava uma empreita. Ele pegou de empreita o sítio de 20 alqueires do vizinho, o doutor Paulo (um gaúcho), para derrubar a mata em 1954, foi em Alto Paraná e contratou 20 peões para fazer a derrubada. Este doutor Paulo nunca morou no município, mas aparecia para arrendar e pagar a empreita. Depois ele contratou outro empreiteiro para covear e plantar café. Então meu pai sempre deu um jeito de ganhar um dinheiro extra (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Tabela 2 – Censo demográfico

Ano	Município	População total	Urbana	Rural
1960	São João do Caiuá	10.290	3.770	6.520
1970	Santo Antônio do Caiuá	7.296	2.508	4.788
1980	Santo Antônio do Caiuá	4.058	2.136	1.922

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1960; 1970; 1981). Organizado por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977) apresenta São João do Caiuá com 18.542 habitantes em 1960, e 20.667 em 1968, já Santo Antônio do Caiuá tinha 10.460 habitantes em 1968.

Caso comparar-se os dados apresentados pela Melhoramentos em 1968 com os de Santo Antônio do Caiuá, publicado pelo IBGE em 1970, observa-se que apresenta uma diferença de 3.164 habitantes em relação aos dados evidenciados pela Companhia. Se quando comparamos os dados de São João do Caiuá apresentados pela Companhia com os do IBGE, no mesmo período, há uma diferença de 10.377. Observa-se a tentativa da Companhia de superpopulacionar o lugar.

O jornal Folha de Londrina ressalta o patrimônio Santo Antônio do Caiuá com 3.000 habitantes em 1953, momento em que integra o município de Alto Paraná. O censo do IBGE não o traz discriminado, porque nesse período era um pequeno povoado, portanto, a contagem populacional integra o censo do município de Alto Paraná.

Os dados dispostos na tabela demonstram que a população rural de Santo Antônio do Caiuá era mais que o dobro nos anos 1970 e sua população rural estava acima do dobro da urbana.

Constata-se, ainda, a prática do absentéismo no município em relação a pequenos, médios e, principalmente, grandes proprietários desde a fase inicial da colonização. Segundo o conjunto das entrevistas, reafirmadas pelo departamento de cadastros rural e fiscal do município em questão, o referido departamento estima ter em torno de 5% de seus proprietários rurais (com uma predominância dos médios e grandes) residindo em outras cidades paranaenses, estados da confederação e países (Espanha, Estados Unidos, Japão, Hungria, Itália e Suíça).

Destaca-se também esse setor, com apenas três proprietários residentes, com imóveis rurais, apresentando áreas (contínuas ou não) de 140 a 290 hectares no município até a presente data.

Absenteísmos são questões já tratadas por Endlich (2006), que estuda o noroeste paranaense. Segundo essa autora, as ações absenteístas estão presentes na história de formação dessa região, desfavorecendo o aumento demográfico dos municípios.

Segundo depoentes, desde a colonização (1950-1975), no município, figuram imóveis rurais de tamanhos variados, pertencentes a proprietários não residentes do lugar, sejam eles monocultores de café e algodão, policultores (lavoura temporária ou perene) ou criadores de gado, com predominância para grandes fazendeiros, mas não era regra como já se afirmou anteriormente. No entanto, os diferentes proprietários geravam trabalho assalariado ou arrendamento de terra para outros sujeitos. Por outro lado, colaboraram com doações, seja de produtos ou em espécie, com os eventos religiosos locais, mediante solicitação a seus proprietários ou administradores, mas se encontravam ausentes da vida política do município.

Evidencia Martins (1973, p. 149 *apud* ENDLICH, 2006, p. 263) os: “solos arenosos, onde predomina a pecuária extensiva. [...] uso econômico, que traz poucos resultados para a dinâmica local, os absenteístas municipais não ocupam o espaço político da pequena localidade, que [...] passa por um esvaziamento”. As práticas absenteístas do

produtor do campo “apresentam implicações negativas na dinâmica demográfica do município” (ENDLICH, 2006, p. 247).

Gradativamente, o patrimônio vai ganhando ares de cidade: escolas rural e urbana (1953), igrejas (católica em 1954), Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil em 1960), ampliação das empresas locais, cinema (1958), linha de ônibus (1951), instituição de inspetores de quarteirões na sede do povoado e no Porto São João (a partir de 1953), onde também instalam a balsa (1957, no rio Paranapanema) e são eleitos os primeiros vereadores¹², representando o distrito de Santo Antônio do Caiuá, junto a São João do Caiuá, cidade de sua jurisdição.

As famílias, instituições religiosas e os comércios faziam uso doméstico de vela, lamparina e do lampião a querosene. As duas últimas instituições principalmente usavam o lampião, um ou mais, pendurado na parte central do estabelecimento. Algumas famílias urbanas já faziam uso da energia a motor a partir de 1953, e as rurais em 1960, disponibilizando-a a outras, em horário predeterminado mediante pagamento em espécie.

Com a emancipação, o município ganharia duas praças públicas: Dom Benjamim de Souza Gomes, em frente à Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua; e Ney Braga (1960), (re)nominada Pioneiro Primo Rossato (1995). Também chegam o clube Crepar (1960); a prefeitura (1961); a coletoria e o posto fiscal, objetivando a arrecadação; o cartório (1962); a energia elétrica (1967); a delegacia (1969); um parque infantil (1969); um poço artesiano (1969); o Banco Banestado (1969); um telefone de uso interno (1969); a Sanepar (1972); e um telefone público (1973).

Já na arborização, destaca-se a espécie *Caesalpineia peltophorides* (Sibipiruna). A partir da década de 1980, essa espécie foi sendo substituída, em decorrência de queda, pela *Ficus benjamina* (Ficos) e pela *Licania tomentosa* (Oiti).

O município também recebeu brasileiros de diferentes estados, nativos da terra e estrangeiros de várias nacionalidades, com aptidões e funções distintas. Com o grupo de proprietários e empresários, chegam também os demais trabalhadores com todos os tipos de função.

Tabela 3 – Empresas e instituições que constituem a área urbana do município (1950 - 1975)

Ano	Empresa/instituição	Proprietário/função
-----	---------------------	---------------------

¹² Domênico Hernesto Carniel, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e Willy Hardt, pelo Partido Republicano – PR, para o período de 1956-1959. (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 1955).

1951	Casa de Ferragem	Roberto Monteiro Carneiro (Betinho mineiro) (sociedade com dois irmãos)
1953	Stersa/Corretor de imóveis	Júlio Maximiliano Ângelo Stersa
1953	Inspetor de quarteirão Delegado Juiz de Paz	Primo Rossato
1953	Sítio Farropilha: Gado (02 vacas)	Germano Concatto
1953	Serraria Bom Jesus	Domênico Ernesto Carniel
1953	Farmácia Nossa Senhora da Abadia (Farmácia do Chiquinho)	Francisco (?)
1953	Açougue Coutinho	Coutinho (popular “Neguinho”)
1953	Farmácia Nossa Senhora Aparecida	Eurípedes Figueiredo
1953	Armazém de secos e molhados	José Leite
1953	Armazém de secos e molhados	José Neves
1953	Sorveteria	Artur – Vendeu: 1954 - Primo Rossato, Bar e sorveteria 1955 - Bar esportivo e hotel, Família Barbosa
1953	Bar do Flor	Flor (?)
1953	Funileiro/conserto de máquina de costura e Bicicleta (informal – fundo de quintal)	Fortunato Alves
1954	Farmácia	José Inácio
1955 1970	Posto de Gasolina Esso Posto Copa Setenta Posto Purificação	Rafael Schenato Anibal (?) Agostinho da Purificação
1955/1970	Cafeeira Concatto e Silocki - (sociedade)	Germano Concatto e Orlando Silocki (sócios)
1955	Armazém de secos e molhados	Cesar Gaspar
1955	Hotel	Agostinho da Purificação
1955/1959	Padaria Capelari	Luís Capelari Vendeu para: Paulo Bugmar, 1960/1964 - Padaria Bugmar Frederico Rossato, 1965/1970- Padaria Rossato Onofre Rossato, 1971/1989 - Padaria Nossa Senhora Aparecida

1955	Casa Paulista de secos e molhados	Primo Rossato
1956	Máquina de arroz Santo Antônio	Primo Rossato
1956	Cerealista Paulista	Primo Rossato
1956	Cerealista Sasaki	Antônio Sasaki
1957	Coletoria	Milton Saes
1958	Cine Caiuá	Arnaldo e Osvaldo Rossato
1959	Casa Paraíba	Ademário Carlos Ferreira
1959	Loja de tecidos Milagrosa	Júlio Martins
1960	Cerealista Ouro Branco	Osvaldo Rossato
1960	Bazar Feitosa Corretor de terra/ Barbeiro/ Carro de praça (taxista)	Manuel Alves Feitosa
1960/1968	Cafeeira Zattoni	Armando Zattoni . Vendeu: 1969 - Leonide Barbão
1960	Farmácia Choia	Paulo Choia
1960	Bazar	Luiz Guilhermino dos Santos
1960	Açougue do Praça	Plácido Cardoso de Oliveira
1960	Clube Crepar	Sociedade anônima
1960	Barbearia	Sebastião (?)
1962	Cartorário	Osvaldino Chaves da Conceição
1963	Açougue Fachiano	Roque Fachiano
1968	Serraria Stersa	Argiberto Antônio Stersa 1969 - Agostinho da Purificação 1970 - Gil
1969/2000	Banco Banestado	Banco Estatal (até outubro de 2000)
Outubro de 2002/2007	Banco Itaú	S.A.
1969	Bicicletaria Progresso (concerto e venda de peças)	Olival Renato Pereira
1969	Alfaiataria do Toninho	Antônio Alfaiate
1969	Costureira	Jandira (?)
1970	Consultório dentário	José dentista

Fonte: Coletivo de entrevistas, 2002. Jornal Folha de Londrina, 1953. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

O conjunto das entrevistas revelam que as fazendas São Cristóvão e União tinham serraria e olaria, e São Miguel, apenas serraria, e a Marambaia estava equipada com serraria e máquina de beneficiamento de café. O sítio São Pedro explora a pedreira no interior da propriedade.

Os proprietários de terras com poder econômico, além de instalarem indústrias em seus imóveis particulares, administrando o empreendimento ou disponibilizando-o para arrendamento, a exemplo da olaria (União) e da pedreira (Xavier), paralelo ao cultivo das lavouras e da criação de gado, ou seja, tudo era transformado em mercadoria.

Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) corrobora: “meu pai tinha uma pedreira, no sítio, e um senhor contratou pessoas para cortar a pedra, a transportava em caminhão e comercializava o produto”, caso em que o agricultor vê a pedreira como oportunidade de melhorar sua economia por meio do arrendamento. O comprador que a explora contrata a mão de obra para cortar o bloco de pedra talhada com cunhas de ferro, na marreta e picareta, logo transformado em brita, também cabendo a ele toda a logística.

2.1.1 ENERGIA EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

As famílias recém-chegadas utilizavam em seu *hábitat* (urbano ou rural) iluminação com lampião, lamparina a querosene e vela. A partir de 1953, várias famílias, instituições e empresas de diferentes ramos instalaram motor a diesel, facilitando a iluminação das residências e/ou dos empreendimentos. Destaca-se, nesse contexto, Primo Rossato, Domênico Ernesto Carniel, Agostinho da Purificação, Domingos Barboza, Cesar, a Capela Santo Antônio¹³, a Cafeeira Concatto/Silocki (1955), José Xavier de Carvalho (1960), a fazenda Ângelus, entre outros.

Segundo a entrevistada Marlene Maria Carniel da Silva (20/02/2022), Carniel, seu pai, “fornecia energia da serraria para várias famílias do município e cobrava uma taxa. Mas tinha um tempo de fornecimento, não era à vontade não. Das 19h às 22h, após o tempo combinado, desligava e aí só no outro dia”.

A energia elétrica, uma das grandes conquistas do lugar, chegou ao patrimônio em 14 de novembro de 1967, em postes de madeira (eucalipto), mudando totalmente a rotina urbana.

O entrevistado Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022) relata que a instalação da luz elétrica no município “foi uma festa, as pessoas compraram geladeira, chuveiro, ferro elétrico”, trazendo mais conforto e tranquilidade aos moradores.

A entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) relata: “instalei bomba elétrica no poço de 60 metros (1970), e comprei ferro elétrico, fogão a gás e televisão somente em 1973, pago à prestação”. No entanto, tal realidade não se estendeu com a

¹³ Paróquia Santo Antônio de Pádua, em 1970 (CÚRIA DIOCESANA DE PARANAÍ, 1970).

mesma rapidez às populações carentes de trabalhadores assalariados. Para essas famílias, o acesso à energia elétrica e aos eletrodomésticos levou um tempo maior, pois ocorreu de forma lenta e gradativa. Na zona rural no início da década de 1960, a família Xavier adquiriu uma “geladeira à querosene”, afirma o entrevistado (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

A energia rural, contudo, passou a ser uma realidade apenas no ano de 1976, na gestão de Arnaldo Rossato, no governo de Jaime Canet Júnior (1975-1979). A ação favoreceu os proprietários do campo, obtendo a claridade noturna domiciliar, ao toque das tomadas, beneficiando os pequenos produtores de leite, com a instalação de refrigeradores, trituradores de ração para alimentar os animais (gado, caprinos, equinos, aves e suínos) e empreendimentos voltados ao turismo rural nas barrancas do rio Paranapanema.

2.1.2 LOCOMOÇÃO E TRANSPORTE NO MUNICÍPIO

Figura 11 – Caminhão de Fredrich Frenher transportando pessoas



Fonte: Acervo Valter Frehner. Casal Fredrich Frenher e Irene Rosa Frehner, serraria Brinco de Ouro.
Local: Estrada Paranapanema, porto São João; lote 169B, Vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR.
Fotógrafo desconhecido. Ano: 1954.

As pessoas que chegavam ao povoado no início da década de 1950 realizavam o percurso de jipe ou jardineiras, acompanhados de corretores da empresa. Os que compravam lotes ou não, chegavam com a mudança em caminhões pau de arara.

No município, o transporte se dava por meio da tração animal (carroças, charretes movidas por cavalo, burro e mula; carroção de roda dura por uma pareia de boi). Os

animais citados, assim como o jegue, também transportavam indivíduos sobre arreo ou em pelo. Algumas famílias deslocavam-se a pé, outras faziam uso da bicicleta, caminhões, jipes de praça¹⁴, ônibus, balsa (no rio Paranapanema, dando acesso a Teodoro Sampaio, de 1957 a 1978) e avião, este para os políticos ou fazendeiros abastados economicamente.

Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022) destaca: “o meu pai veio, viu a situação do lugar, voltou a Andradina e comprou umas bicicletas. Ele até aprendeu a andar, facilitando ir e voltar do sítio”. Já a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos declara que:

Meu pai trouxe 4 burros da Bahia, que eram usados para montar no arreo, puxar carroça, arrastar palanque, transportar colheita e arar a terra. Eles foram transportados de trem até São Paulo, depois fizeram o resto do caminho por terra até Alto Paraná e de lá para Santo Antônio do Caiuá. No final da década de 1960 comprou um jumento (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Os relatos evidenciam no primeiro caso que os Rossato tomaram consciência da dificuldade de locomoção quando chegaram ao município, retornando a São Paulo para adquirir algo mais adequado, tendo que aprender a usá-lo em pleno areião. Xavier, pai de Matildes, chegou precavido com quatro muares. Xavier e Rossato estabeleceram-se no lugar, no início da colonização.

Constata-se que os veículos que chegaram ao município com os colonizadores estão ligados ao poder econômico das famílias e, em alguns casos, aos proprietários dos lotes que disponibilizam ao empregado em razão da função que exerce junto ao imóvel rural que administram.

A famílias Concatto e Silocki receberam um jipe para locomoção até a fazenda Nossa Senhora do Caravággio, local que administravam; Carniel e o suíço Frenher trouxeram caminhão, utilizado para transportar tora e madeira beneficiada. Os primeiros citados eram empregados e o veículo era dos proprietários do imóvel, os demais eram empresários e proprietários do veículo. Tem-se aqui duas situações distintas: migrantes que chegaram como empregados, outros como empreendedores de serraria e outros com estabelecimentos comerciais.

Os equinos e muares compõem o principal meio de transporte, salientam os entrevistados.

¹⁴ Denominação que se dava ao táxi no período. Os jipes ficavam estacionados na praça, aguardando o viajante interessado.

Presenciei inúmeras vezes, meu pai ou meu irmão arreando os cavalos (Meia Branca, Pombo Roxo e a Campolina) para irem ao sítio ou com outro destino: colocavam o freio, jogavam no lombo do mesmo um baixeiro, depois o arreo, seguido de um pelego (pele de carneiro tingida de vermelho, amarelo ou laranja), alforgere, baldrame de couro. Feito isso, amarravam a barrigueira para ficar bem firme. Por último, colocavam a peiteira na cabeça do animal, uma espécie de colar confeccionado em couro, ornamentado com argolas (de bronze ou prata). Às vezes, amarravam na lateral do arreo um laço de couro. Tinha arreo com rabicho, um orifício onde passavam o rabo do animal. No Alforgere, guardavam alguns objetos, vestimenta ou produto. Antes de montá-los, colocavam a espora, na bota ou sapatão e pegavam o relho ou tala de couro.

A espora é um objeto de metal, trazia na ponta uma roseta, em formato de estrela. Arreado o animal, passavam o pé no estribo e partiam par a par.

Esses animais eram bem cuidados. Meu pai dava banho, escovava, tosava a crina, orelha e o rabo. Tinha outros cavaleiros que cortavam a crina e o rabo bem curtos, outros deixavam comprido e faziam trança.

Andar a cavalo era muito comum por homens, mulheres e crianças (varia a idade). Eu e meus irmãos andávamos a partir dos nove anos. Minha mãe Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022) destaca que “alguns senhores compravam animais marchadores, porque andavam bonitos e macios. Muitos os comparavam a um corcel. O animal trotador judia do montador. Montei animal e dirigi carroça também”.

Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022) acrescenta ao relato que, “Santo Antônio estava em franco desenvolvimento, todo mundo abrindo suas terras. A gente via muitas carroças, no sábado. As pessoas vinham ao pequeno comércio do patrimônio”.

O movimento de pessoas a pé, em carroças, animais e nos caminhões carregados de gente passando pelo local nos finais de semana demonstra consumo e moeda corrente circulando. Havia também documento por escrito, emitido pelo administrador, autorizando a compra e comprometendo-se com os gastos do arrendatário ou colono. A ação impulsiona a economia local, fortalecendo a ampliação de capital de alguns comerciantes ali estabelecidos. Nesse sentido, “meu pai aumentou o patrimônio dele com uma máquina de arroz” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Figura 12 – Transporte de tração animal no município



Fonte: Fotógrafa: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Local: Estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá, PR.

Figura 13 – Jardineira na balsa do porto Angelim



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S., 2022. Balsa atracada no rio Paranapanema. Local: Estrada Paranapanema, Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano:1958.

Nas primeiras três décadas de Santo Antônio do Caiuá, em meados de 1950 a 1975, a limpeza urbana era realizada com pá e rastelo, transportada em carroça de tração animal. A prefeitura designou o funcionário público “João Rendas Sanches para o exercício dessa função, que recolhia o lixo e simultaneamente comandava a carroça e o cavalo Pinhão” (PRIMO ROSSATO NETO, 13/02/2022).

As famílias mais carentes se locomoviam a pé, transportando os produtos nas costas, em sacos de estopa ou saco coronel¹⁵. De acordo com o poder econômico, faziam uso de arrastões, carroças, carroções e lombos de animais, carros de praça, jardineiras, caminhões e jipe para alcançar o comércio do povoado. Pequenos volumes eram

¹⁵ Sacos de algodão. Em 1944 a empresa São Paulo Alpargatas S.A entre vários produtos, fabricava sacos para colheitas e sacos para colheita de café “coronel”. Para saber, mais leia São Paulo Alpargatas S.A (1883-1980) e a relação com Pilar do Sul. Disponível em: <http://caminhodosul.blogspot.com/2017/07/sao-paulo-alpargatas-sa-1883-1980-e.html>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

transportados pelo próprio agricultor e os grandes por caminhões da cerealista compradora.

Os pequenos proprietários procuravam dividir o peso do produto de forma equilibrada para ambos os lados para não maltratar o animal.

Quando o sujeito tinha, colocava um cangaço no lombo do animal, se não, era em pelo mesmo. Era meio saco de arroz de cada lado e levavam na máquina dos Rossato pra limpar. Às vezes o maquinista já tinha arroz beneficiado, era só trocar. O agricultor deixava os sacos em casca e levava o arroz limpo ou deixava para beneficiar e pegava mais tarde (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Tornaram-se muito comuns os deslocamentos a pé, seja dentro do município ou mesmo intermunicipal, em função dos poucos recursos. Portanto, a pé ou de avião, o que determinava a forma de locomoção eram os tostões.

O depoente Geraldo Ciriaco Xavier afirma que:

[na década de] 1960 os proprietários da fazenda São Cristóvão e da fazenda Interiores resolveram se unir. Com quem vai para a fazenda Campo Grande hoje, São Cristóvão estava à direita e a Interiores à esquerda. Eles se uniram e construíram uma pista de pouso de avião que atravessava as duas fazendas. Era por esse meio de transporte que esses fazendeiros chegavam e saíam do município (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

No início da década de 1970, instalou-se na sede do município, na fazenda dos Rossato, o campo de pouso de avião, que transportava políticos em voos particulares fretados ou fazendeiros com propriedades no lugar. Nesse mesmo período, a fazenda União (atual Dona Amélia) também construiu seu campo de pouso no imóvel rural.

Figura 14 – Pista de pouso na fazenda Rossato



Fonte: acervo da prefeitura municipal de Santo Antônio do Caiuá. Fazenda Rossato. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1970.

Portanto, o município teve quatro pistas de pouso, atendendo à elite política e econômica que visitava o lugar. Uma era voltada a compromissos sociais e políticos, enquanto as demais serviam especificamente a interesses sociais e econômicos particulares, que movem grandes capitais. Leia-se, nesse último caso, proprietários absenteístas que apenas cumprem uma agenda econômica no município, mas não integram o coletivo dos residentes.

Há um sentimento dos entrevistados moradores, em relação à ausência dos senhores proprietários, a quem muito responsabilizam o não crescimento do lugar, como: “eu não conheço”, “conheço de vista”, “já trabalhei para ele, mas nunca vi”. Eles moram em centros maiores, alguns têm vários imóveis rurais em São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Levam uma vida itinerária, assim, as causas do não crescimento do município vão muito além do absenteísmo.

O administrador da fazenda Dona Amélia, Natalício Correia de Araújo (28/02/2022), destaca que o campo de pouso de avião foi construído “em 1973, mas em 1975, seu Homero Severo Lins comprou avião. Ele tinha um piloto contratado. Vinha de São Paulo uma vez por mês fazer o pagamento pro pessoal. Aqui trabalhava com 108 peões”.

Figura 15 – Transporte coletivo no município



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S., 2022. Transporte coletivo do município em frente a casa do Primo Rossato. Avenida São João. Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Década de 1950.

O povoado também passa a receber várias empresas de ônibus, que faziam as linhas intermunicipal e interestadual. A seguir, empresas de ônibus com itinerário no município.

- 1951 – Linha de ônibus da imobiliária;
- 1951 – Asa Branca – Paranavaí;
- 1952 – Empresa Santa Ana LTDA (parada de ônibus – os motoristas pousavam no Xavier e partiam pela manhã);
- 1953 – Empresa Estrela do Norte;
- 1958 – Empresa Mar Azul, que atravessava a balsa do rio Paranapanema para Teodoro Sampaio – linha interestadual às 7h e às 15h (Andorinha posteriormente comprou a Mar Azul);
- 1958 – Empresa Bom Geovani, com a linha Presidente Prudente-Paranavaí;
- 1967 – Empresa Andorinha (atravessava a balsa no Porto Angelim).

Em momentos distintos, as empresas tinham pontos obrigatórios de parada de ônibus e pernoite para os motoristas: na fazenda União, no José Xavier de Carvalho (vila Xavier), e no Primo Rossato (na sede do município, na avenida São João, decorrente da inexistência de uma rodoviária). A transferência de ponto ocorreu com a edificação do terminal na década de 1970.

Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022) aponta que: “no início a Estrela do Norte vinha uma vez por semana até Santo Antônio e parava. Depois é que ela passou a ir até o rio Paranapanema”. A esse respeito, temos também a fala de Marlene Maria Carniel (20/02/2022): “de 1961 a 1963, estudei em São João do Caiuá. Ia com o ônibus Santa Ana e Mar Azul. Eu saía 11h30m. e retornava às 17h30m., às vezes, o ônibus encalhava e os pais vinham buscar a gente”.

As empresas atendiam a uma demanda de moradores na sede do município. Quando aumentava essa demanda, elas circulavam entre os diferentes endereços nas estradas Paranapanema e União e nas intermunicipalidades, transportando também estudantes.

Assim, a fazenda União passou a ser atendida pelas empresas de ônibus em decorrência da grande demanda de pessoas. Segundo o entrevistado e usuário desse transporte urbano coletivo, Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022):

A empresa Asa Branca fazia a mesma linha da Santa Ana, o itinerário Paranapanema, Santo Antônio, São João do Caiuá, Sumaré e Paranavaí. A Estrela do Norte (comprada pela Mar Azul), faz a linha saindo da Fazenda União, depois em Santo Antônio, São João do Caiuá, Paranacity, Cruzeiro do Sul e Nova Esperança. São duas linhas de atendimento. A Mar Azul saía de Paranavaí passando por Sumaré, São João do Caiuá, Santo Antônio do Caiuá e Vila Xavier, atravessando o rio Paranapanema pela balsa, no porto Angelim, no Paraná, para Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Santo

Anastácio, no estado de São Paulo. A empresa Bom Geovane faz a linha Presidente Prudente a Paranavaí, Sumaré, Santo Antônio do Caiuá, Paranapanema, Inajá, Santa Inez, Itaguajé saindo pela ponte de Santo Inácio. Posteriormente a Rápido Régia comprou a Bom Geovane e pôr fim a Andorinha comprou a Rápido Régio (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Percebe-se, com isso, que as referidas empresas de transportes coletivos facilitavam a integração entre campo e cidade no município, ao mesmo tempo em que encurtavam distâncias intermunicipais e interestaduais, atendendo a diferentes itinerários, grupos e demandas.

2.1.3 A VILA XAVIER

“Morre o homem, mas fica o nome” (JOSÉ XAVIER DE CARVALHO).

Porto São João é o nome oficial dado à divisão de fronteira dos municípios de Santo Antônio do Caiuá e Teodoro Sampaio. Contudo, em 1957, foi renomeado “Porto Angelim”, em homenagem a Stersa Júlio Maximiliano Ângelo, popularmente conhecido como Angelim Stersa, o idealizador da instalação da balsa, ligando as duas fronteiras estaduais. Os primeiros registros dessa nova nomenclatura estão na cartografia (DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO - DGTC, 1971).

A aproximadamente um quilômetro e meio do rio Paranapanema, três moradores, José Xavier de Carvalho e os irmãos Abrahão e Ernesto Vial, deram início a um pequeno povoado que, inicialmente, foi nominado Panema, Vila Cafezal e, posteriormente, Vila Xavier.

Questionado sobre quem nomeou o lugar, o entrevistado Geraldo Ciriaco Xavier respondeu:

O povo. O nome Panema, em decorrência da proximidade com o Rio Paranapanema; Cafezal não durou muito tempo porque o café não vingou no lugar. Aqui é uma baixada e qualquer frio geava. Tiveram vários proprietários que não plantaram café; Vila Xavier também foi o povo. Quando iam se referir ao lugar, diziam: lá no Xavier, e aí pegou, Vila Xavier. Era uma forma de referência, identificavam o lugar se referindo à pessoa (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Esse nome “Vila Xavier” consta em mapas rodoviários do município de 1978, identificando o povoado no município de Santo Antônio do Caiuá (CAIUÁ, 1978). Encontra-se ainda no Plano Diretor do município de 2008 (CAIUÁ, 2008) e no conjunto das entrevistas ao se referirem ao lugar. Já o Google Maps (2021) identifica-o como

Patrimônio Angelim. Os entrevistados, por sua vez, referem-se ao lugar como Vila Xavier. Afirmam o conjunto dos entrevistados: “a Vila é Xavier e o Porto é Angelim”. Constata-se, com isso, a valorização e o reconhecimento dos moradores e ex-moradores a esse “nordestino”, de Umburanas/BA, que ali chegou em 12 de agosto de 1950, no lote 177, na gleba Paranapanema, próximo ao rio de mesmo nome.

Figura 16 – Casal Xavier



Fonte: Acervo MENDONÇA, R.C. S. Anna Josepha Ciriaco de Carvalho e José Xavier de Carvalho.
Local: Umburanas, atual Guirapá/BA. Fotografia desconhecido. Ano: 1940.

Em 1951, José Xavier de Carvalho, atendendo a uma solicitação da Melhoramentos, cedeu ao empreiteiro Manuel Rodrigues, gratuitamente, a parte da frente de sua propriedade para montar alojamentos para aproximadamente 150 peões, que chegaram para trabalhar na derrubada da mata dos proprietários de fazendas do município. No ano seguinte, Xavier, residente no fundo da propriedade, às margens do córrego São Miguel, transferiu para a parte da frente da propriedade ainda em mata, onde construiu, no meio, a residência da família, recuado 30 metros da estrada Paranapanema. Montou um pequeno armazém de secos e molhados, comercializando produtos aos moradores, trabalhadores e pessoas que passavam pelo lugar.

O povoado era formado por pequenas e grandes propriedades, com predominância das primeiras. Uma parcela de seus habitantes rurais optou por residir próximo à estrada, facilitando a relação do coletivo no lugar.

A entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) destaca que: “era muita gente circulando, peões, proprietários, moradores do lado paulista que atravessavam a

reserva florestal de Teodoro Sampaio pelo rio Paranapanema de bote, vindo até o povoado que começava a crescer”.

Em 1960, o Bispo Zattera, ao revender a propriedade agrícola aos antigos proprietários, os irmãos Vial, acordam com eles que era preciso delimitar uma área para a construção da capela na Vila Xavier. Segundo Liana Terezinha Vial (27/03/2022), o Bispo Antônio Zattera, da Diocese de Pelotas/RS, aponta ao lugar da futura igreja e diz: “Abraão, aqui você constrói a Igreja”.

A vila inicia, então, com três edificações, em duas propriedades frontais, divididas apenas pela estrada Paranapanema, a casa das famílias dos irmãos Abraão e Ernesto Vial (moravam de parede e meia) e pela família de José Xavier de Carvalho, popular Xavier, em dezembro de 1952, e a Igreja é inaugurada no segundo semestre de 1961.

No início do ano de 1953, a comunidade local articulou-se para a criação da escola por meio das lideranças de José Xavier de Carvalho e dos irmãos gêmeos Abraão e Ernesto Vial. Na falta de espaço, o gaúcho Olívio Frigo, arrendatário no lote 170 de propriedade de Ângelo Vial, disponibilizou a sala da casa onde morava com a família, agora transformada em sala de aula, em que Matildes Ciryaco de Carvalho passou a ministrar aulas. Seis meses depois, transferiu para a sala da família Xavier, que logo se articulou e conquistou uma escola para aquela comunidade rural, edificada em sua propriedade, o lote 177, onde funcionou por mais de uma década. No início de 1966, essa instituição foi transferida para a propriedade de Evaristo Versales, no lote 176, através de “concessão verbal” para sua instalação, em benefício da comunidade local, segundo informações da Prefeitura Municipal.

A partir de 1953, Xavier passou a alugar edificações no seu imóvel rural para pessoas que buscavam morar ou empreender, enquanto os Vial fracionaram a área da propriedade beirando a estrada Paranapanema, vendendo-a para particulares, que construíram casas e prédios comerciais. Segundo Geraldo Ciriaco Xavier:

O povoado no seu auge chegou a ter aproximadamente 30 famílias e 20 comércios. O ônibus da Companhia fazia o trajeto transportando moradores em 1951. A frente da propriedade de meu pai era parada de ônibus da empresa Santa Ana. As pequenas propriedades tinham uma ou mais casa e as grandes tinham de 10 a 40 casas ou mais. Então tinham mais de 150 famílias que moravam próximas e ali vendiam e compravam. Como o lugar era parada de ônibus, sempre se consumia alguma coisa antes da saída ou na chegada. A instalação da balsa no porto Angelim colaborou, porque era muita gente indo e vindo de São Paulo e peões atravessando boiada. O local passou a ser lugar de passagem e parada obrigatória, por isso meu pai construiu quartos para alugar e servíamos refeições. As festas reuniam muitas famílias da vizinhança (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

As casas, na sua maioria de madeira, estavam dispostas de um lado e do outro da estrada Paranapanema, em propriedades próximas: duas serrarias, a do Vilão, em 1951, e Frenher, em 1954; a escola (1953); a capela Nossa Senhora Aparecida, em 1952¹⁶, distante um quilômetro do povoado; a construção da balsa no antigo porto Angelim em 1957; o posto fiscal em 1958; a capela Nossa Senhora Auxiliadora em 1961; dois campos de futebol. As pessoas apareciam para assistir ou participar do jogo de Malha, Bocha, baralho, futebol e corridas de cavalo na estrada, com isso, o povoado ganhou impulso.

A vila passa, então, a ser um ponto de encontro, por onde trafegavam as famílias locais, além de viajantes, aventureiros, peões, trabalhadores e mascates. Estes últimos, apareciam uma vez por mês, trazendo aviamentos, roupas prontas, tecidos, entre outros.

Figura 17 – Armazém de secos e molhados Xavier



Fonte: Acervo da autora. Local: Estrada Paranapanema, lote 177, Sítio São Pedro, Vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1955.

A Vila Xavier contemplava aproximadamente 30 estabelecimentos comerciais e a maioria estava centrada na vila ou próximo dela.

- Willy Hardth, popular Vilão: primeira serraria do município, em frente à fazenda Primavera, estrada do Paranapanema (1951);
- José Xavier de Carvalho: armazém de secos e molhados (1952), restaurante, padaria e hospedaria Xavier;
- José Xavier de Carvalho: introdução do gado Gir, 20 novilhas no porto São João (1952);
- Pedreira Xavier (1954 a 1970);

¹⁶ Primeira igreja do município (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022, Informação verbal).

- José Xavier de Carvalho, lote 177: parada de ônibus (1952);
- Capela Nossa Senhora Aparecida, lote 182 (1952, 1º capela do município);
- Escola Porto São João: Panema (1953 a 1965, no lote 177, de José Xavier de Carvalho, e em 1963, no lote 176, na fazenda Santa Aurélia, de Evaristo Versales);
- Friedrich Frehner: Serra Brinco de Ouro, lote 169 B¹⁷ (1954/1970);
- Friedrich Frehner: Moinho de fubá (1954);
- José (?): bazar (1955);
- Davi (?): primeira máquina de arroz (1955);
- Balsa no porto Angelim, no rio Paranapanema com saída para São Paulo: Stersa Júlio Maximiliano Ângelo (1957);
- Serraria e olaria no porto Angelim: Stersa Júlio Maximiliano Ângelo (1957-1963), posteriormente adquirida por Jaime Ribeiro;
- Artefatos de cimento como tanque de lavar roupa, caixa-d'água e cochos para animais): Tranquilo Zortea (1957);
- Posto fiscal no Porto Angelim: José Brito, funcionário (1958);
- Farinheira: Mario Orsi (1958) – produção para consumo familiar;
- Barbearia: Lorival, popular “Pernilongo” (1958);
- Armazém do Amadeu (1958);
- Farinheira: Belo Thorony (1960);
- Introdução do gado PO¹⁸ (puro de origem) para venda de reprodutores e matrizes: Bela Thorony – Fazenda Ângelus (1960);
- Primeiro cerealista da vila: Francisco de Oliveira Macedo, popular “Chicão” (1960);
- Armazém de secos e molhados: Sociedade Abraão Vial, Francisco de Oliveira Macedo e Valdemar Cicutti. Posteriormente, se desfaz a

¹⁷ Friedrich Frehner compra um pouco mais de dois alqueires de terra dos Irmãos Abraão e Ernesto Vial, nos fundos da propriedade, divisão com o Rio do Diabo, popular São Francisco, em 1954. Essas terras estão embaixo de água desde 1986, com a construção da Usina de Rosana, segundo depoente (VALTER FREHNER, 14/02/2022).

¹⁸ Puro de origem, possui registro de uma associação, tem genealogia conhecida dentro dos padrões raciais exigidos por esta associação de criadores (OUTRAS, 2022, p. 1). Disponível em: <<https://www.comprerural.com/ta-perdido-com-tantas-siglas-e-marcas-saiba-o-que-siginificam-iatf-poi-fiv-ceip-e-outras/>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

sociedade, permanecendo Cicutti (início da sociedade empresarial: 1960 a 1970, quando a empresa queimou);

- Pescador: Bruno de Souza Neves (1960-1974);
- Olaria Nossa Senhora Aparecida – telhas e tijolos; e porto de areia de Orlando Bravo: 1960 a 1973; adquirida pela Família Rezende, 1973;
- Capela Nossa Senhora Auxiliadora, lote 169 A (1961);
- Máquina de arroz: José Xavier de Carvalho (1962), gerava energia para o imóvel rural, inquilinos e vizinhos, das 19h às 22h;
- Armazém de secos e molhados: Brasilino (1965);
- Engenho de cana (década de 1960) e Empório/armazém de secos e molhados: Bruno de Souza Neves (1975);
- Energia elétrica rural: agosto de 1976;
- Água de poço artesiano atendendo ao coletivo dos proprietários rurais da gleba Paranapanema (1980).

O entrevistado Domingos Batista Santana (11/02/2022) reitera: “no Xavier tinha mais comércio que em Santo Antônio do Caiuá. Máquina de arroz e de café e armazém de compra de cereais. A cerealista do Chicão comprava arroz, feijão, mamona e algodão”. Ainda nessa direção, no imóvel rural próximo da Vila, na fazenda Ângelus:

Em Santo Antônio, em meados de 1960, meu pai chamou o seu Ângelo Dal Sóquio (o pessoal o chamava de Angelim) para ser gerente lá. Aí eles abriram primeiramente com farinha, foram derrubando o mato e plantando mandioca, arroz e depois pecuária. E aí foi comprando os lotes vizinhos sucessivamente. [...] A produção de mandioca não era de grande monta, então era vendida no mercado local (MARCELO THORONY, 10/02/2022).

Em períodos distintos, José Xavier de Carvalho e Abrahão Vial exerceram a função de inspetor de polícia no vilarejo, e Primo Rossato (1953), na sede do município. Essas lideranças eram conhecidas como “inspetor de quarteirão”.

O cargo de autoridade policial voluntária foi a alternativa encontrada para o policiamento de lugares distantes dos centros urbanos. Os cargos mais comuns eram o Subdelegado e o Inspetor de Quarteirão. O Inspetor de Quarteirão era responsável pela vigilância e conciliação de pequenos conflitos no espaço geográfico de sua jurisdição, tinha o poder restrito somente a vigilância e pequenos acordos (SZEUCZUK, 2013, p. 44).

O Decreto n.º 26.142, de 19 de julho de 1956, no seu Artigo 3º, afirma:

Só poderão ser nomeados Inspetores de Quarteirão cidadãos alfabetizados, de profissão definida, residentes na área do próprio bairro em que devam servir,

que desfrutem de bom conceito perante o público e que não registrem antecedentes criminais. Parágrafo único – Os bons antecedentes criminais serão provados com a apresentação de atestado de antecedentes, expedido pela autoridade policial da circunscrição em que o interessado tenha residido nos seis meses anteriores à nomeação (BRASIL, 1956, p. 1).

Confrontando o decreto com as entrevistas, observa-se, no caso do município, que nem todas as autoridades nomeadas eram alfabetizadas. A nomeação era muitas vezes realizada verbalmente. Em contrariedade ao decreto acima citado, dispensou-se tal burocracia, pois a indicação ou nomeação foi efetivada pelo delegado ou judiciário ligado ao município. Quanto às demais proposições do decreto, a função é designada a um residente do lugar provido de moral ilibada. Nessa linha, Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) declara: “Meu pai José Xavier de Carvalho foi nomeado por Ernesto Busch, uma autoridade de Alto Paraná”.

Ainda nessa direção, sublinha Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022) que: “o inspetor de quarteirão é uma pessoa que impunha respeito. Era liderança e autoridade, digamos assim: o delegado, que não era o delegado do município, mas exercia essa função quando chamado”. Complementa Maria da Gloria Rossato (15/03/2022) que o pai, Primo Rossato, “foi designado para a função pelo delegado de São João do Caiuá”.

Essas pessoas eram procuradas espontaneamente pela comunidade para resolver diferentes questões, sejam de ordem pessoal, da comunidade ou do município. Problemas de ordem particular (casamento, separação, criminal, político, negócios e até educação) passavam pela orientação dessas autoridades, trazendo, muitas vezes, soluções apazíveis e bem-sucedidas, outras nem tanto. Eram lideranças respeitadas pela comunidade, uma espécie de conselheiros. Maria da Gloria Rossato relata que:

Olha, uma vez eu me lembro, tinha um casal, sua mãe [Matildes Carvalho dos Santos] deve se lembrar disso: Pedro Orsi era um casal lá na vila Xavier. Estavam separando. Ela queria voltar lá pra Santa Catarina e estava dando o maior pau entre eles. Aí o marido veio e pediu socorro e meu pai foi lá pra fazer essa partilha. Então eles faziam assim: a parte de coisa de cozinha, isso pertence à mulher. Fogão, a máquina de costura e outros são da mulher, agora as outras coisas a gente divide. Dividiram os garfos, as facas, tudo. Chegou a hora de dividir as outras coisas e tinha a fotografia de casamento. Meu pai sempre contava isso. Aí ela queria ficar com a fotografia e ele também. E aquele impasse. A mulher era bravinha que era uma coisa. Aí o que que ele fez? O pai se encheu. Era difícil do velho Primo perder a paciência. Meu pai era um homem calmo, mas perdeu a paciência. O que ele fez? Pá, quebrou o vidro da foto, rasgou no meio e deu pro marido a foto dele, pra mulher a dela. Perguntou: pra que vocês querem fotografia de casamento se estão separando? Então vai cada um com a sua. É cada história! (MARIA DA GLÓRIA ROSSATO, 15/03/2022).

Já Liana Terezinha Vial (27/03/2022) conta o seguinte: “como não havia cadeia no Panema, quando alguém cometia um crime e era pego, ficava amarrado numa árvore até a autoridade policial chegar para pegá-lo”.

Meu pai recebeu uma denúncia de agressão. Ele mandou que eu entregasse um bilhete ao morador. Era uma intimação para o agressor comparecer à vila, porque o sujeito agredia a esposa. Sempre que havia alguma discórdia, ele se fazia presente ou pedia para entregar um bilhete pro sujeito comparecer (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Os relatos demonstram “o jogo de cintura” dessas autoridades locais e a diplomacia para lidar com os problemas que exigiam firmeza e poder de decisão. Por outro lado, mostra a falta de infraestrutura para casos complicados. A vila Xavier não tinha cadeia, portanto, a autoridade constituída amarrou o elemento na árvore. Observa-se no povoado em formação a ausência de infraestrutura e a nomeação de autoridades desprovidas de qualquer remuneração para exercer suas funções em condições adversas, embora a desempenhassem com prazer e satisfação. Assim, a comunidade, juntamente com suas lideranças, cria as condições para manter a ordem, organização e desenvolvimento do lugar.

Ainda de acordo com o mesmo entrevistado, “o grande sonho do meu pai José Xavier de Carvalho era transformar a vila em uma cidade” (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022). A ponte poderia acelerar tanto o crescimento demográfico quanto a economia das famílias da vila e do município. No entanto, o sonho de Xavier não se efetivou, em decorrência das intempéries climáticas, do desgaste do solo, da substituição do ouro verde pelo gado, fechamento do porto Angelim, a introdução de novas culturas e tecnologias, acelerando o esvaziamento do campo.

A ideia da cidade não floresceu, a vila declinou e o porto fechou, muitos de seus antigos habitantes não permaneceram, Xavier¹⁹ faleceu assim como muitos outros. Porém, os que por ali passaram construíram uma história de amor com o lugar e deixaram suas marcas.

2.1.4 COMPOSIÇÃO DA ARQUITETURA LOCAL

O conjunto arquitetônico faz parte da composição urbanística de um povoado, bairro, cidade e dos diferentes espaços limítrofes que compõem o espaço territorial de um

¹⁹ Faleceu com 75 anos, em 02 de setembro 1979, de trombose, na Santa Casa, em Maringá, sepultado na terra que escolheu para viver, Santo Antônio do Caiuá/PR.

município. As fontes imagéticas, assim como as fotografias integram o importante acervo para a preservação da memória e da história arquitetônica local. O coletivo dessas construções ajuda a contar a história de um povo e sua gente, oriundo de culturas distintas, estabelecidas no lugar. Esses sujeitos as trouxeram na bagagem, plantando-as na nova terra eleita como morada, reproduziram, mesclaram com outras ou simplesmente se desvencilharam delas.

A Constituição Brasileira de 1988, no capítulo III, seção II, trata da cultura. No Art. 216 afirma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC nº 42/2003) I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; [...] (BRASIL, 2005, pp. 138 – 139).

Esclarece Müller; Aguiar (2021, p. 2), que a cultura material é “o resultado da intervenção humana sobre uma ampla gama de matérias-primas disponíveis no ambiente para a produção de adornos, artefatos e utensílios”.

A arquitetura urbana e rural²⁰ do município de Santo Antônio do Caiuá, iniciada na década de 1950 do século passado, com a chegada dos nortistas, sulistas, sudestinos e imigrantes europeus, assim como outros municípios paranaenses e brasileiros, na sua fase inicial, as construções são ranchos de vara, pau a pique, seguidos de construções de madeira beneficiada. As construções de alvenaria chegam muito timidamente cinco anos depois.

Com o objetivo de catalogar e registrar o patrimônio arquitetônico histórico e cultural do município, optou-se por apresentar nesta seção as diferentes características de construção ali edificadas, sejam elas simples habitações ou prédios públicos e empresariais, urbano ou rural, no município no início da segunda metade do século passado, junto com a transição para a alvenaria.

Parte do patrimônio arquitetônico cultural do município encontra-se preservado em propriedades particulares e públicas em um permanente esforço em coletar dados e informações e registrá-los no sentido de preservar o patrimônio arquitetônico local, levando-se em conta que algumas ainda resistem ao tempo, outros foram demolidos e

²⁰ Os tipos de construções e processos construtivos merecem um estudo à parte.

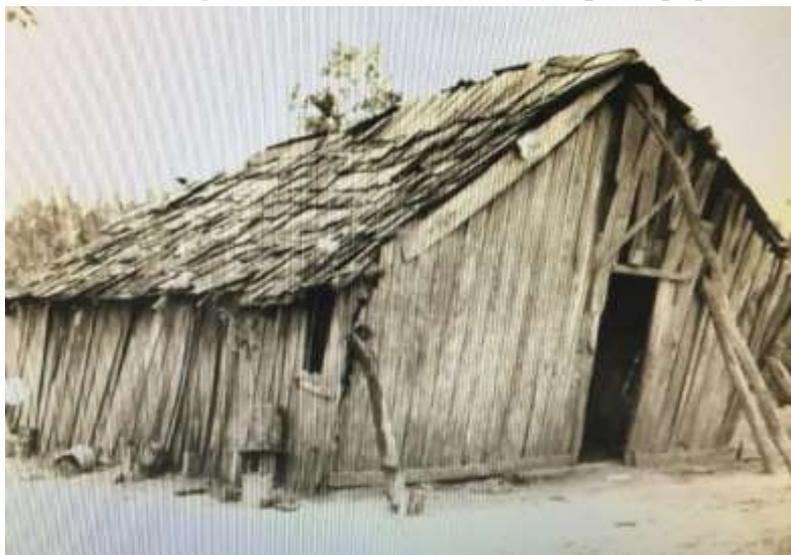
substituídos, restando apenas fotos (algumas parciais), descrições de contratos de construção ou lembranças que povoam parcialmente a memória dos seus moradores.

São construções simples de uma água, duas águas e quatro águas. Trazem nas suas edificações o estilo arquitetônico dos homens simples do campo ou a influência dos migrantes provenientes de outros estados brasileiros ou imigrantes que ali se estabeleceram.

Os ranchos de galhos de árvores, cobertos com capim, folha de coqueiro ou outros vegetais, e casas de pau a pique de chão batido, cobertas de sapé e de tabuinha, desprovidas de cerca de proteção, não chegaram aos nossos dias.

Corroborar a entrevistada Maria Madalena Souza (23/03/2023), que “nóis morava num ranchinho. Quando a chuva vinha, nóis ficava tudo moiado, porque a casa era de taubinha, coberta de sapé”. A narrativa demonstra o estado deplorável em que vivia a trabalhadora volante, que chegou na sede do município em 1952, assim como a de outros migrantes.

Figura 18 – Moradia urbana de pau a pique



Fonte: PEREIRA, 2020. Rancho de pau a pique. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano: 1958.

Recordo que algumas famílias situantes amassavam uma certa medida de terra, com cinza, estrume de vaca e água. Ao adquirir consistência e liga, era espalhado no chão, aplainado no rancho e alisado com um pedaço de pau ou ripão. Após secar, estava pronto para circular nos espaços. Para limpá-lo, colhiam um pequeno feixinho de ramo verde, mergulhavam rapidamente as pontas num recipiente com água o chacoalhando de um lado e outro da habitação, espalhando gotículas de água no chão para abrandar o pó ao varrer.

A maioria das casas era construída sobre tocos ou alicerce de tijolos, com predominância de assoalhos de madeira, desprovidas de forro e cercadas com balaústres. Algumas das antigas edificações de madeira em Santo Antônio do Caiuá ainda mantêm a arquitetura do projeto inicial.

O ano de 1955 é o marco inicial da primeira residência de alvenaria no patrimônio em área rural e, somente no final da década de 1950, início de 1960, essa característica de construção passa a compor o cenário urbano do então distrito.

Algumas fotos de arquiteturas ou representações reconstituídas por programa computacional (ranchos de vara e de pau a pique, residências urbanas e rurais, prefeitura, capelas, cinema, escolas, clube e casas comerciais) encontram-se ao longo da produção em outros capítulos e tópicos.

As arquiteturas são dinâmicas, portanto, as habitações sofrem alterações ou substituições à medida em que as famílias conseguem equilibrar suas finanças. A família Xavier, após dois anos, aposenta o antigo rancho de vara (levantado em agosto de 1950) e constrói a nova residência familiar em madeira beneficiada (em 1952) na vila de mesmo nome. Ela foi ampliada em 1963, sofrendo alterações no projeto inicial em 2012, quando a velha madeira foi substituída por tijolos e cimento.

Colabora Paul Oliver (2006 *apud* DANTAS; CABRALA, 2022) as habitações populares são uma arquitetura que conversa com o contexto ambiental e os recursos disponíveis, edificadas pelo proprietário ou comunidade, a partir de tecnologias tradicionais. A arquitetura popular vai ao encontro com as necessidades do povo, somada a valores, poder econômico e práticas culturais. Suas edificações passam por processos de trocas culturais e transformações.

Matildes Carvalho dos Santos destaca que:

Meu pai construiu a casa de madeira em 1952, com apenas 4 cômodos, com assoalho, sobre tocos, coberta de telha de barro e forrada próximo ao teto. Fez um puxado pelo lado de fora da casa, onde cozinávamos. Como eram 11 filhos, na época meus pais e 01 agregado (Nelson), somando 14 pessoas. Os cômodos não eram suficientes, as meninas dormiam num quarto em cima do forro, meus pais no quarto ao lado e meu irmão Atenor e o Nelson dormiam numa casinha próxima (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

O conjunto das entrevistas desmonta que os migrantes recém-chegados não tinham vida fácil ou condições de construir uma casa de madeira, portanto, as construíam com o que a natureza oferecia. Em média, levavam dois anos ou mais para edificar suas casas. Muitos vendiam as árvores (de seu imóvel) em pé e recebiam em espécie; outros

acordavam com o proprietário da serraria, a retirada das árvores. Faziam uma permuta: a serraria corta, transporta, retira, beneficia a madeira e devolve parte ao proprietário. O acordo verbal entre o proprietário do imóvel rural e a empresa era pago em produto. Nesse caso, a serraria atua como prestadora de serviço.

Matildes Carvalho dos Santos ainda explica que:

Frehner [proprietário da serraria] visita a floresta, junto com o meu pai, escolhem as árvores grandes e grossas, contam quantas serão retiradas, cubicam a madeira em metros cúbicos e a porcentagem a ser devolvida beneficiada. Com essa madeira meu pai construiu casas na propriedade. O dono da empresa após serragem devolvia em tábua, caibro, ripão, forro, assoalho, mata-junta e outros (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

As memórias permitem entender como se davam as relações comerciais e de trabalho, seja pelo pagamento em espécie ou em produto, período em que a riqueza principal era a madeira, o café está plantado, mas ainda não está produzindo, e a lavoura branca é a salvação das famílias. Com isso, buscam-se outras formas de viabilizar negócios.

Os ranchos eram construídos pelos proprietários e alguns se arriscavam nas construções de suas próprias casas, como os irmãos Vial, mas, no geral, contratavam-se carpinteiros e trabalhadores especializados.

Até mesmo empresários do ramo de serraria construíram casas simples com frestas para posteriormente edificar uma ampla e confortável residência familiar.

A antiga residência (rancho com frestas) da família Carniel em 1953 não existe mais, a segunda edificação em madeira com fino acabamento (1956), hoje, com 67 anos mantém o projeto inicial, enquanto as da família Primo Rossato²¹ foram demolidas.

Algumas arquiteturas rurais e urbanas, sejam residências, prédios públicos ou privados apresentam traços específicos das edificações gaúchas. Estas foram construídas com parede dupla (forração interna integral/parede e teto), a exemplo das casas das famílias Carniel e Concatto. A antiga capela Santo Antônio (1954)²² e Nossa Senhora Auxiliadora (1961)²³, na Vila Xavier, e o Cine Caiuá (1958) tinham o mesmo padrão de acabamento interno de construção.

²¹ Primo, Arnaldo e Osvaldo Rossato, residências localizadas na avenida São João, próximo à prefeitura.

²² Queimou em 1965, sendo reconstruída em alvenaria em 1966 (ATA DA 3º VISITA PASTORAL DE DOM JAIME COELHO, 1965, p. 30).

²³ Reformada em 1987 (reconstruída em alvenaria), perde parte das características originais.

Figura 19 – Residência da família Carniel



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Residência em madeira de Domênico Ernesto Carniel. Estilo de construção dos gaúchos. Local: Gleba Santo Antônio, lote 01, chácara Bom Jesus, avenida São João, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano da construção: 1956.

Figura 20 – Construção com parede dupla



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Parede da sala forrada – parede dupla. Estilo de construção dos gaúchos. Casa da família Carniel. Construção com parede dupla. Local: gleba Santo Antônio, lote 01, avenida São João, chácara Bom Jesus, Santo Antônio do Caiuá-PR. Ano da construção do imóvel: 1956.

As arquiteturas de madeira totalmente forradas (paredes e teto) dão acabamento refinado à construção. “Esse estilo de forração interna é comum no Rio Grande do Sul porque lá era muito frio, e aqui era realizado por pessoas que tinham mais posse” (MARLENE MARIA CARNIEL SILVA, 20/02/2022).

Alguns proprietários edificaram suas habitações (rurais e urbanas) com porões, a exemplo dos agricultores José Xavier de Carvalho, Manuel Becher de Araújo (popular Mané Rech), da estrada Paranapanema; Domênico Ernesto Carniel e Dario Ferreira dos Santos, avenida São João. Havia variação de tamanho, uns com possibilidade de livre trânsito pelo amplo espaço, outros pequenos, com acesso interno ao alcance das mãos.

Os porões das residências Xavier e Carniel foram cavados embaixo das casas. O primeiro tem 2,5 m e 2,5 m; o segundo, 60 m². O da família Rech tinha 8 m x 8 m; o da

família Santos, 1 m x 1 m (nesse caso, o produto depositado estava ao alcance das mãos, então seus proprietários aproveitaram o espaço e desnível do solo para improvisar o porão). Todos foram edificadas na terra sem revestimento, e dos quatro conhecidos no município apenas o dos Carniel se acessa pela parte externa; os demais, somente pela parte interna do imóvel. Essas construções de tamanhos variados, sustentadas por troncos de peroba à mostra, eram mal acabados, protegidos por paredes de terra desprovida de revestimento.

Figura 21 – Porão na casa da família Manuel Becher de Araújo



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2018. Porão da residência Manuel Becher de Araújo (popular Mané Reck). Local: Estrada do Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR.

O porão na residência dos Reck, por exemplo, sustenta-se também por troncos de árvore com aproximadamente 70 centímetros de grossura, fincados no arenito Caiuá, com 1,80 m de altura e acesso pela parte interna da casa, por meio de um dos cômodos, com parte do assoalho de madeira removível, dando acesso ao porão por uma escada de madeira.

Em geral, nada confortável e pouco ventilado, permitindo a crianças e adultos livre trânsito pelo local sem precisar se curvar. As famílias usavam o local para guardar objetos e alimentos, embora houvesse situações em que abrigavam pessoas ávidas por proteção. Segundo Marlene Maria Carniel da Silva:

A entrada do porão na casa de Santo Antônio do Caiuá se dava pelo lado de fora da casa através de uma escada grande que descia até embaixo. Com 2 metros e meio de altura, uns 60 metros quadrados, não era entijolado, e sim de terra. Guardávamos vinho sobre tábuas em prateleiras e toucinho e linguiça defumado sobre um girau. No Rio Grande do Sul, era comum toda casa ter porão, onde armazenavam compotas de verduras e frutas, defumados, vinho colonial e queijos. O inverno afetava a produção de alimentos, armazená-los era promessa de fartura e sobrevivência (MARLENE MARIA CARNIEL DA SILVA, 20/02/2022).

A depoente Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022) destaca o porão da casa da família Xavier, que estava localizado embaixo do antigo espaço comercial.

Meu pai construiu o porão 1952, embaixo do comércio. Lá guardávamos as bebidas e enlatados. Toda vez que os fregueses (colonos, peões, viajantes e mulheres) pediam esse produto, eu abria uma portinhola no assoalho e descia pela escada de madeira para buscar. Esse porão se encontra no mesmo lugar até hoje. É sustentado por tocos de perobas, acredito que está apodrecendo porque o assoalho está cedendo, afinal esta madeira está lá há 70 anos (MARLENE MARIA CARNIEL DA SILVA, 20/02/2022).

Figura 22 – Residência da família Xavier



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2020. Residência de José Xavier de Carvalho, edificada em 10 de dezembro de 1952. A casa passou por uma reforma em 2010, alterando sua característica original, com a substituição das antigas tábuas (parte externa) por alvenaria e das telhas de barro, por Eternit. Local: Gleba Paranapanema, lote 177, estrada Paranapanema, Vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR.

Em visita à antiga residência da família Carniel, em 2018, constatamos que as antigas paredes de terra do porão foram revestidas com alvenaria, portanto, o local sofreu modificações, realizadas pelos novos proprietários.

Figura 23 – Porão da casa da família Carniel



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Porão da casa da família Carniel, revestido em tijolos. Ano da restauração do porão desconhecido. Acesso externo por escada. Local: gleba Santo Antônio, lote 01, avenida São João, chácara Bom Jesus, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano da construção do imóvel: 1956.

Enquanto os gaúchos utilizavam o porão para depositar os alimentos de consumo familiar, uma tradição em seu estado de origem, a família Xavier o edifica como depósito de produtos, objetivando mantê-los em temperatura branda, prestes a serem comercializados e consumidos. Assim, temos os porões domésticos atendendo ao consumo familiar e o edificado com interesse puramente econômico, objetivando servir o freguês e buscando ampliar consumos e lucros. Salienta-se que pouquíssimas famílias construíram porões.

Os migrantes gaúchos trouxeram para a nova terra seus conhecimentos e estilos de construção, as quais disseminaram pelo lugar. Para Dantas; Cabrala (2022) as transformações culturais são provenientes do resultado da difusão de ideias ou artefatos ou da alteração da tradição advindos das inovações incorporadas pelo grupo.

No município, havia inicialmente quatro sobrados em madeira: um pertencente ao Caetano, na avenida São João, nº 476 (vizinha do Ginásio de Esporte Ilton Leandro de Souza); o hotel de Agostinho da Purificação; e o do Nilão Kirsten – os dois últimos, na avenida Paranapanema, próximo à rodoviária.

Figura 24 – Edificações urbana de madeira e alvenaria



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S. Bar em alvenaria. Sobrado do alemão Nilão Kirsten em madeira. O proprietário se encontra na entrada com a família. Local: Avenida Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano da foto: 1960.

De 1950 a 1975, moradores edificaram apenas três casas de alvenaria, na estrada Paranapanema, próximo à Vila Xavier: a de Francisco de Oliveira Macedo, popular Chicão (1960), a de Rafael Schenato (1955), a de Argiberto Antônio Stersa (1963). Na sede do município a residência do médico José Alberto Maya (com piscina). Edificam-se ainda prédios públicos e instituições: o cartório de Osvaldino Chaves da Conceição (1965); o clube Crepar (1968); a nova sede da prefeitura (1969); o posto de saúde (1969); e o Banco Banestado (1969). Reconstroem a Capela Santo Antônio (1966), a

Congregação Cristã no Brasil (1970) e alguns pouquíssimos comércios. Observa-se também que algumas fazendas haviam substituído as antigas habitações de madeira por alvenaria (década de 1970), a exemplo da fazenda Dona Amélia (antiga União), onde encontram-se várias casas na sede do imóvel.

Figura 25 – Casa edificada por Rafael Schnato



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2000. Casa edificada por Rafael Schnato, em 1955. Popularmente conhecida como “casa branca”. Local: gleba Paranapanema, estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR.

Figura 26 – Residência da família Stersa



Fonte: Acervo de Argiberto Antônio Stersa. Casa construída em alvenaria, em 1963. Em frente à residência, Laura Pacheco Stersa (esposa de Argiberto). Fotógrafo desconhecido. Local: Estrada Paranapanema, nas barrancas do rio Paranapanema, porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR.

O baiano Benedito Fernandes da Purificação, que chega ao município em 1951, anos depois, constrói a sua casa de quatro águas na chácara, do lado da tulha, para depositar o café. A residência sofreu alterações anos depois, como a incorporação de uma área frontal com colunas sustentadas por tubos de PVC, preenchidos com concreto. Esta propriedade se encontra no perímetro urbano do município.

Figura 27 – Casa e tulha da família Purificação



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Casa da família Purificação. Na lateral direita, uma tulha de café. Edificações em madeira. Local: lote 40/41, gleba Paranapanema. Chácara Purificação. Estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano de construção desconhecido.

As casas a seguir são construções em área rural, na estrada Paranapanema, ambas edificadas por famílias gaúchas. Analisando a imagem a seguir, fica muito claro que o agricultor inicialmente construiu uma casa duas águas no início da segunda metade da década de 1950, um “puxado menor na lateral direita no início da década de 1970” e acrescentando uma área, sustentada por pilares de PVC nos anos seguintes (IZAIAS BARRETO CARDOSO, 14/02/2022).

Quando a família de Barreto chegou em 1963 encontraram “janelas de madeira, erguia o vidro por dentro e abria a janela quatro folhas pra fora. Anos depois troquei, coloquei veneziano de ferro” (IZAIAS BARRETO CARDOSO, 14/02/2022).

Figura 28 – Casa edificada em lote rural 182



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2014. Casa edificada no lote rural, lote 182. Estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. Data de construção da casa: 1955.

A edificação da residência da Família Concatto (1960), em várias águas, com janela veneziana em madeira, também demonstra alterações do projeto inicial, com área também em PVC.

Figura 29 – Residência da família Concatto



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Estilo de construção dos gaúchos. Casa da Família Concatto. Local: lote 37, gleba Paranapanema. Chácara Farroupilha. Estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano da construção: 1960.

Em menos de cinco anos, o patrimônio com fronteira paulista, do noroeste paranaense, dinamiza a arquitetura tanto em área rural como urbana. Os sujeitos ali estabelecidos diversificam o estilo arquitetônico de construção e os materiais utilizados.

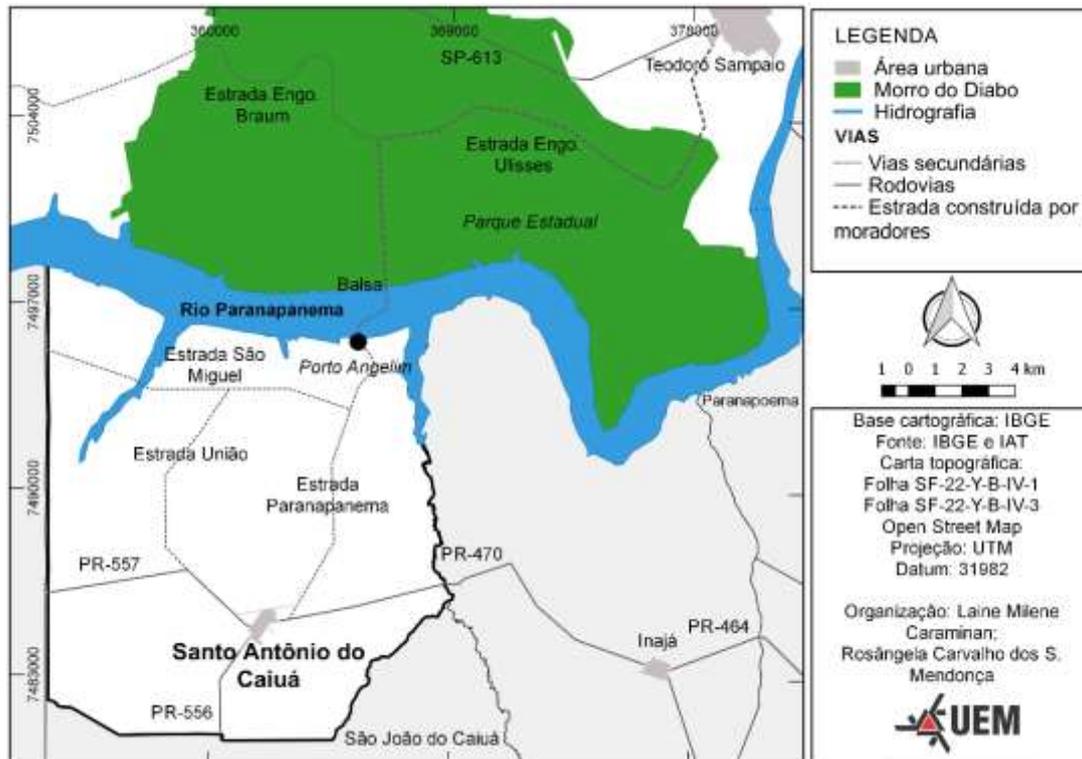
A entrevistada Vanda Alves da Conceição (28/03/2022) declara que a casa da família no município tinha uma “área com paredes decoradas com pedras de rio”. Salienta-se, várias construções sofreram alterações em relação aos projetos iniciais ou foram demolidas.

Apresentamos nesta sessão, o registro da pluralidade de tipologias de artefatos arquitetônicos no município santo-antoniense, propagada pelas trocas socioculturais com padrões estéticos de construção de um povo, como elemento promotor de memória e identidade.

2.1.5 PORTO ANGELIM LIGA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ A SÃO PAULO

“Custe o que custar, vou fazer um porto lá no rio Paranapanema” (ANGELIM STERSA, 1956).
 “Se é para o bem do povo do Norte do Paraná, eu autorizo a abertura dessa estrada!” (JÂNIO QUADROS, 1957).

Figura 30 – Porto Angelim abre passagem a São Paulo pelo Morro do Diabo, 1957



Fonte: Organizado por CARAMINA, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Figura 31 – Local escolhido para a instalação da balsa.



Fonte: Acervo Argiberto Antônio Stersa (1956). A imagem mostra o rio Paranapanema, quando Stersa, Júlio Maximiliano Ângelo foi mostrar ao Dr. Mário Estrela o local onde pretendia instalar a balsa no porto que receberá o nome de Angelim. Da direita para a esquerda: Argiberto Antônio Stersa, Júlio Maximiliano Ângelo (popularmente conhecido por Angelim Stersa), Dr. Mario Estrela (diretor do Banco Bandeirantes na época). Fotografia desconhecida.

O mapa (Figura 30) ressalta a estrada construída por agricultores santo-antonienses e paulistas dentro da reserva florestal Morro do Diabo em 1957.

A ideia para ativar o Porto São João nasceu em 1956 quando Santo Antônio do Caiuá ainda era um reles patrimônio pertencente a São João do Caiuá, sem saída para o estado de São Paulo.

Em 1957, o empresário e agricultor Stersa Júlio Maximiliano Ângelo conseguiu a liberação da construção de uma estrada que cortaria a reserva florestal Morro do Diabo. Esse projeto pretendia ligar Santo Antônio do Caiuá a Teodoro Sampaio, com a finalidade de escoar os produtos da região, estimulando a economia local.

Nós (eu e meu pai) tínhamos que atravessar para São Paulo, pois os negócios do café eram resolvidos na cidade de Bebedouro e Monte Azul Paulista/SP, perto de São José do Rio Preto. Nesta época, tínhamos que ir até o Porto Nho Nho Moraes, que fica no município de Inajá. Fazíamos a travessia pela balsa de Inajá/PR a Teodoro Sampaio/SP. Era um caminho longo. Meu pai não se conformava pela volta que dávamos. Daí, surgiu a ideia do Porto Angelim.

O local escolhido foi perto da corredeira do Diabo pra baixo da ilha do Pachequinho, como era conhecido na época. Esse local ficou inundado após fazerem a represa de Rosana.

Fomos ao Porto Epitácio, na capitania dos portos da marinha mercante, para tirarmos a licença; em seguida, fomos procurar o construtor para fazer a embarcação. Encontramos o senhor Licério com idade aproximada de 60 anos. Ele estava terminando a balsa do Porto Euclides da Cunha, que ficava em Terra Rica/PR. Entramos no acordo que ele viria fazer a nossa balsa. O governador de São Paulo, se não me falha a memória, era Lucas Nogueira Garcez. Nesta época, o governo estava fazendo o leito da ferrovia que iria de Presidente Prudente a Dourados/MT, passando pela serra florestal do Morro do Diabo (ARGIBERTO ANTÔNIO STERSA, 10/07/2022).

Segundo Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), o janista “Angelim era lutador e foi conversar com Jânio Quadros, governador de São Paulo. Para construir a estrada precisava da autorização e conseguiu colocar a balsa. Que era de interesse dele”.

O entrevistado Argiberto Antônio Stersa esclarece:

Conseguimos achar o local no rio que fosse possível instalar o porto.

Primeiro, fizemos o barracão longe do rio, com 30m de comprimento e 12m de largura e 6m de altura, para caber o batelão (barco).

E assim foi, começou a chegar madeira, e acabei ficando no pátio da obra, aprendendo e ajudando na construção. Tivemos um problema na época: não poderíamos cortar nenhum galho do outro lado do rio, devido ao projeto que foi criado pelo governo do estado de São Paulo, a reserva florestal, e por esse motivo, tinha a polícia florestal, que fiscalizava o local.

Dois anos depois de muitos problemas que enfrentamos com autorizações, fiscalizações, conseguimos fazer a estrada que ficava do outro lado da margem do rio, no estado de São Paulo. Para conseguirmos essa liberação, procuramos o Governador de São Paulo Jânio da Silva Quadros, que se encontrava em Londrina, no São Jorge Hotel, em reunião com políticos e nossos amigos. Conseguimos com a ajuda deles convencermos o governador a nos permitir abrir a estrada na reserva. Me lembro dele dizer esta frase: “Se é para o bem do povo do Norte do Paraná, eu autorizo a abertura dessa estrada!” Para nós, aquilo foi uma redenção. Conseguimos uma vitória que pelas normas legais seria impossível. Todos ali presentes aplaudiram e manifestaram muita alegria!

E meu pai pediu que ele desse essa autorização por escrito e assinada. Tendo a liberação em mãos, juntamos a população de Santo Antônio do Caiuá, e fomos com enxada, enxadão e muita vontade abrimos a estrada (ARGIBERTO ANTÔNIO STERSA, 2022).

Figura 32 – Galpão para a construção dos batelões da balsa



Fonte: Acervo Argiberto Antônio Sterza (1957). Galpão onde foi construído os batelões da balsa. Local: propriedade de Sterza Júlio Maximiliano Ângelo, Porto Angelim, em Santo Antônio do Caiuá/PR, próximo ao rio Paranapanema, na divisa com o Morro do Diabo/SP. Fotografia desconhecido. Ano: 1957.

Figura 33 – Batelão da balsa em direção ao rio Paranapanema



Fonte: Acervo de Argiberto Antônio Sterza (1957). Batelão da Balsa em direção ao rio Paranapanema. Local: Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1957.

Com a licença para construção da instalação da balsa e a liberação de abertura da estrada na reserva florestal Morro do Diabo²⁴, as atividades tiveram início, contando com

²⁴ Criada em 1941 pelo Decreto Estadual n.º 12.279, foi a primeira reserva florestal do Pontal do Paranapanema, com aproximadamente 34 mil hectares de Mata Atlântica do Interior. Essa unidade de

a participação dos santo-antonienses:

Angelim Stersa e meu pai José Xavier de Carvalho e vários outros agricultores equipados com machado, traçador, foice, facão, picareta, enxada e enxadão atravessaram o rio Paranapanema e iniciaram a abertura da estrada, na reserva paulista (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Segundo a mesma entrevistada, o processo de abertura iniciou simultaneamente. Um grupo paulista partiu de Teodoro Sampaio em direção ao Paranapanema, na divisa com Santo Antônio do Caiuá, e o outro paranaense saiu do porto São João, nas barrancas do Paranapanema (lado paulista), em direção a Teodoro Sampaio. Ambos se encontrariam praticamente no meio.

As lideranças santo-antonienses, ansiosas por efetivar a abertura da estrada, não aguardaram o engenheiro paulista, então convidaram aproximadamente 30 trabalhadores, munidos de armas e ferramentas, para iniciar os trabalhos, abrindo inicialmente picadas na mata. Abriam em linha reta aproximadamente 8 quilômetros de estradas. Percebendo que estavam fora do projeto previsto, tiveram que se direcionar mais para a direita, onde estava o grupo proveniente de Teodoro Sampaio.

De acordo com Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022), foi um trabalho duro, pois era tudo manual. Todos dormiam em redes na mata, em meio à movimentação de onças, porcos-do-mato, capivaras, cutias e outros bichos. Em 60 dias, aproximadamente 28 quilômetros de estrada estavam prontos.

Paralelo à abertura da estrada, havia de início a construção da balsa para facilitar o escoamento da produção (madeira, café, gado e outros), exportada via Porto de Santos. Essa ação vinha ao encontro dos interesses dos pequenos e grandes proprietários da região e também dos estados envolvidos.

Angelim Stersa era proprietário de dois imóveis no município, a fazenda Santa Luzia, na estrada do Piastrelli (saída pra Inajá), e outra às margens do rio Paranapanema. A exemplo dos agricultores da região, plantou café. Com visão desenvolvimentista, empreendeu a construção da balsa com recursos pessoais.

No ano de 1958, o primeiro carro a percorrer o trajeto foi o jipe do empreendedor Angelim Stersa. Para inaugurá-lo, foram churrasqueados 14 bois para a comunidade local e convidados. Foi um grande evento e, principalmente, uma grande conquista para o

conservação (UC) constitui a maior mostra de Floresta Tropical Estacional Semidecidual e uma das quatro áreas de proteção com mais de 10.000 ha contendo esse tipo de vegetação no país. Está inserida na bacia hidrográfica do Pontal do Paranapanema, espigão divisor dos rios Paranapanema e Paraná.

município. “Vieram pessoas de vários municípios da região” (ARGIBERTO ANTÔNIO STERSA, 10/07/2022). Assim, descreve o entrevistado Valdir Frigo:

O padre celebrou uma missa em cima da balsa. No dia anterior à festa, abriram um valetão na terra, cercaram de arame farpado, fizeram um corredor. Passava de um em um pra pegar o churrasco e saía lá na frente do lado direito da paineira, do outro lado da estrada. Estava tudo tomado de gente (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

Já os “balseiros Geraldo e Luís eram funcionários de confiança do Angelim” e foram designados para realizar a travessia (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

Constata-se que o interesse pessoal de Stersa, sua capacidade de articulação política e visão econômica beneficiaram seus moradores e municípios vizinhos, bem como os estados envolvidos.

A balsa tinha “625 m² por fora da mangueira, 400 m² por dentro da mangueira (espaço útil). Tinha 30 m² de comprimento”. Foi construída com madeira “1^a) Cabreúva, usada nos bicos do batelão e para o encavernamento (esqueleto)”, a “2^a) de Amendoim, para o fechamento do barco ou batelão”; a “3^a) Peroba, para o assoalho”. As madeiras para a construção da balsa eram “90%” retirada das terras de Angelim Stersa” (ARGIBERTO ANTÔNIO STERSA, 10/07/2022).

Figura 34 – Balsa atracada no Porto Angelim



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S., Balsa atracada no lado paranaense, no Porto Angelim, rio Paranapanema. Inauguração da balsa. Cidade: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1958.

Por meio da balsa, o porto permitiu a otimização da logística de transporte humano, matéria-prima local e industrializados para São Paulo, e deste e de outros estados para o Paraná, dando um *boom* na economia local. Foram toneladas e toneladas de

produtos do município em expansão sendo evacuadas pela balsa, produtos agrícolas (café, algodão, amendoim, mamona e outros) madeira bruta e beneficiada, dormentes²⁵, gado, leite, telhas, tijolos, suínos, aves, transporte coletivo (empresa Andorinha) com destino a Teodoro Sampaio, Presidente Prudente, e caminhões de atacadistas de doces em direção a Santo Antônio do Caiuá, bem como a outros municípios paranaenses, o que corrobora o entrevistado Osvaldo de Jesus da Purificação:

Aqui era comum, todo mundo tinha galinha. Galinha era demais, tanto é que daqui pra São Paulo nós exportamos muitas aves. Com o passar do tempo, saíam daqui caminhões e caminhões de galinha. Todo mundo criava. Vinham os compradores. Geralmente na cidade já tinha os picaretas. Se tinha galinha pra vender, já vendia. Vinham os caminhões e já levavam embora. Daqui foi muita galinha pra São Paulo, capital (OSVALDO DE JESUS DA PURIFICAÇÃO, 28/03/2022).

Figura 35 – Caminhão de tora no Porto Angelim



Fonte: Acervo Argiberto Antônio Stersa. Balsa transportando caminhão carregado de tora para o estado de São Paulo. Local: Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1961.

A balsa afundou entre “1959 e 1960, devido a uma colisão com uma rocha, próxima ao leito do rio, que na época estava com seu nível muito baixo. Nós a tiramos da água e a reformamos todinha” (ARGIBERTO ANTÔNIO STERSA, 10/07/2022).

Em 1963, próximo ao final do seu mandato como prefeito no município, Angelim Stersa vendeu suas terras e a balsa e mudou para Londrina, depois para o Mato Grosso, onde faleceu em 31 de julho de 1978.

O conjunto dos nossos interlocutores revela: logo que a balsa afundou, os veículos tiveram de passar pelo Porto Vitoreli ou Ceará para chegarem ao estado de São Paulo.

²⁵ A Serraria Bom Jesus, de Ernesto Domênico Carniel, vendeu esse produto para a ferrovia paulista. Informação verbal da entrevistada (Marlene Maria Carniel da Silva, 20/02/2022).

- 1ª balsa: Stersa Júlio Maximiliano Ângelo (1957 a 1963);
- 2ª balsa: Jaime Ribeiro (1965);
- 3ª balsa: Arno José Mânica (trouxe de Guaíra);
- 1972: João Francisco – adaptou a balsa para transportar carros, afundando em 1976.

No início da segunda metade da década de 1970, com a desativação da balsa, o fluxo de carro e pessoas na estrada do Paranapanema, que dava saída para São Paulo, diminuiu. Desestimulando o tráfego pelo Porto Angelim, “os viajantes passam a fazer a rota de São João do Caiuá a Colorado, passando pela ponte de Santo Inácio dando acesso de São Paulo” (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Segundo o coletivo das entrevistas, a comunidade local, juntamente com as lideranças políticas do município, cogitou a possibilidade da construção de uma ponte sobre o rio Paranapanema, ligando Santo Antônio do Caiuá a Teodoro Sampaio, mas o sonho não floresceu.

A construção da ponte em Colorado, a transformação econômica do Paraná e do município através da mecanização do campo, a diversificação do cultivo agrícola através da substituição da monocultura do café pela introdução de pastagens, a introdução do gado de corte e leiteiro, cultivo de mandioca e a geada de 1975 contribuíram para o êxodo rural. O esvaziamento do campo que já estava em andamento a partir de 1970, avançou com força nos anos seguintes.

2.1.6 O GADO DINAMIZA A ECONOMIA LOCAL

2.1.6.1 Aluguel de pasto na vila Xavier

A instalação da balsa e a abertura da estrada paulista ligando Santo Antônio do Caiuá a Teodoro Sampaio possibilitaram o aumento do fluxo de gente e de veículos, dinamizando a economia local, com a entrada volumosa de boiada por terra.

O Porto viabilizou o aumento do fluxo de famílias, principalmente nordestinas, que trabalharam no Mirante do Paranapanema a partir de 1957. Destaca o entrevistado Geraldo Ciriaco Xavier que:

A boiada que vinha de Três Lagoas/MS ou de São Paulo para o Paraná precisava de um ponto de apoio para os rebanhos para recria, engorda e depois comercializar na região, movimentando a economia. O fazendeiro José Nunes tinha uma fazenda localizada entre São João do Caiuá e Santo Antônio do Caiuá, e seu capataz Francisco (popularmente conhecido como Chico da

fazenda Monte Azul) conduzia a boiada de Três Lagoas/MS, atravessava o estado de São Paulo entrando no estado do Paraná. Esse gado chegava cansado. Meu pai José Xavier de Carvalho, entre outros fazendeiros, tinha a sua propriedade como ponto de apoio, alugando pastagem a esse e outros que traziam gado para a região. Aqui o gado pernoitava. Eram grandes rebanhos. Tinham fazendeiros que traziam aproximadamente de 2000 a 3000 novilhas de cada vez. As cabeças que enfraqueciam devido à longa viagem, o capataz alugava um pasto e as deixavam recuperando. Numa próxima viagem eram levadas com os outros animais (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

A respeito disso, Roberto José Barreto (11/02/2022) complementa que o “gado da fazenda Periquito, propriedade paulista, era gado mestiço, atravessado pela balsa, entrava no Paraná, pelo Porto Angelim, no município de Santo Antônio do Caiuá”; ainda o mesmo entrevistado: “era um gado recriado para venda” (ROBERTO JOSÉ BARRETO, 11/02/2022).

O imóvel rural de José Xavier de Carvalho está localizado a 1,5 quilômetro do Porto Angelim.

Predominam no município pequenas, médias e grandes propriedades, com 90% de café. Contudo, a geada de 1963 afetou a produção paranaense, desestimulando os produtores, provocando o processo migratório a outros centros urbanos da região e do país. Os agricultores com melhores condições econômicas permaneceram e, gradativamente, foram comprando as propriedades menores, dando início ao processo de concentração fundiária.

Segundo Geraldo Ciriaco Xavier (11/02/2022), seu pai foi um exemplo de resistência às intempéries: “com apenas 25 alqueires, passou a uma área de 56 em terras contínuas, foi comprando de pequenos proprietários a partir de 1963, chegando a 90 alqueires no município”. Portanto, a migração favoreceu algumas famílias que permaneceram, persistiram e acumularam algum capital, evoluindo de pequenos a médios ou grandes proprietários. Contudo, a conquista não chegou para todos.

Embora a ideia do Porto emergja de um interesse pessoal, abriu um leque de possibilidades a diferentes grupos econômicas do município, região e entre estados com negócios em diferentes cidades paulistas, rápido acesso à ferrovia e ao porto de Santos e cidades sul-mato-grossenses. Em território paulista, negocia-se madeira, café, algodão, cereais, animais, aves entre outros, e com o Mato Grosso o Porto Angelim abre trânsito para o gado. Existiam proprietários com fazendas nos três estados realizando esse remanejamento de gado para pastagens viçosas.

Foram inúmeros benefícios. O porto nos seus 20 anos de funcionamento agilizou o fluxo humano, animal e de diversos produtos nos dois sentidos.

2.1.7 EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO

2.1.7.1 Primeira gestão

O crescimento demográfico do patrimônio de Santo Antônio do Caiuá foi decorrente da (re)ocupação das famílias provenientes de diferentes regiões do Brasil em busca de terra fértil e estabilidade social e econômica. Após o processo de fixação, o coletivo ali estabelecido luta pela independência político-administrativa do lugar. Em 1959, Santo Antônio do Caiuá é elevado a Distrito.

Entre os anos de 1956 e 1960, foram eleitos dois vereadores locais, Domênico Ernesto Carniel e Willy Hardt, como representantes dos santo-antonienses (PELARIM, 1970).

O município de Santo Antônio do Caiuá completou 62 anos de emancipação política, e se encontra na sua 16ª gestão executiva. Nessa produção, busca-se ater ao recorte teórico, produzimos apenas sobre três gestões. Entre vários prefeitos, Arnaldo Rossato esteve no poder por 26 anos (seis mandatos), e seu sobrinho Onofre Rossato Filho exerceu o executivo por um período inferior a 9 meses, o mais curto do município.

Figura 36 – Primeira prefeitura do município



Fonte: (PEREIRA, 2020). Primeiro paço municipal. Local: rua Agenor Fernandes de Souza (Emater). Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1961.

Figura 37 – Stersa Júlio Maximiliano Ângelo



Fonte: Acervo Argiberto Antônio Stersa. Stersa Júlio Maximiliano Ângelo. Fotógrafo e ano desconhecidos.

Dois anos após a elevação do patrimônio a distrito, foi criado oficialmente o município de Santo Antônio do Caiuá, sendo eleito prefeito, no pleito de 1961, Stersa Júlio Maximiliano Ângelo, para atuar até 1965. O vice-prefeito, Ary Piccoly, foi eleito pela Câmara Municipal em 25 de abril de 1964. É importante ressaltar que uma parcela da sociedade indicou para pleitear a vaga de chefe do Executivo Municipal Primo Rossato, mas este não aceitou, tendo dado seu apoio a Luiz Guilhermino dos Santos, popular Luiz do Bazar.

Enquanto isso, o grupo divergente dos Rossatos formou uma comitativa, dirigindo-se até a fazenda Santa Luzia, de Angelim Stersa, no intuito de convencê-lo a se candidatar.

Stersa era um homem conhecido no município e bem articulado com empresários e políticos da região norte e noroeste do Paraná, bem como de outros estados brasileiros.

Proativo no município, Stersa instalou balsa no rio Paranapanema e conseguiu autorização para abrir uma estrada dentro do Parque Florestal Morro do Diabo ligando o futuro município a Teodoro Sampaio/SP, através do respaldo político com a participação e apoio de lideranças locais, como José Xavier de Carvalho e outros, por meio da autorização do governador de São Paulo, Jânio Quadros²⁶.

O entrevistado Argiberto Antônio Stersa evidencia que seu pai tinha fortes relações políticas dentro e fora do estado:

Meu pai teve oportunidade de conhecer pessoas de grande influência na política, cujo nome de algumas, vou citar a seguir: Souza Naves, Nelson Maculan, Amaury Silva (ex-Ministro do Trabalho antes do golpe de 1964), Jânio Quadros (antes de ser eleito presidente do Brasil), Faria Lima, Adhemar de Barros e outros que não me lembro dos nomes (ARGIBERTO ANTÔNIO STERSA, 10/07/2022).

Segundo o entrevistado Osvaldo Jesus da Purificação (28/03/2022), várias lideranças do município prestaram apoio incondicional a Stersa Júlio Maximiliano Ângelo. Afirmavam: “Angelim, tem que ser o senhor”. Stersa respondeu: “Não, eu tenho meus afazeres. Tenho a fazenda para administrar”, mas diante da insistência do grupo, “aceitou o pedido” (OSVALDO DE JESUS DA PURIFICAÇÃO, 28/03/2022).

Nessa direção, Argiberto Antônio Stersa (10/07/2022) argumenta que “entre tantos amigos influentes, todos diziam a ele para entrar na política. Foi aí que acabou se candidatando a prefeito para melhorar o município de Santo Antônio do Caiuá, onde ele tinha as suas terras na época”. Ainda segundo o mesmo entrevistado, no período eleitoral

²⁶ Governou de 31/01/1955 a 31/01/1959 (SÃO PAULO, 2022). Disponível em: <<https://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2021.

seu pai fazia campanha, “visitava as fazendas e sítios. Na época eram muitas propriedades pequenas e ele visitava todas. Marcava um local nesses sítios e reunia os eleitores para falar de suas propostas. Na cidade [...] eram [...] poucas pessoas, por isso ia às fazendas”.

O relato evidenciou um homem firme e seguro dos seus ideais, com traquejo para a política local, além de articulações regionais e interestaduais. O depoimento demonstra ainda que, na década de 1960, período em que se dão as alianças para a campanha política, o município era mais rural do que urbano. Portanto, o grosso do eleitorado estava fixado no campo.

Questionado como foi a campanha política de Stersa e os comícios, Argiberto Antônio Stersa (10/07/2022) responde: “a campanha foi muito sossegada, pois seu adversário era fraco. Meu pai conhecia a todos e tudo o que se passava no local, por isso ganhou estourado”.

Colabora René Rémond, na obra “Uma história Política”, no capítulo “As eleições”, a “eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos” (RÉMOND, 1996a, p. 40). Para o mesmo autor, a campanha eleitoral:

é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças. (RÉMOND, 1996a, p. 49).

Inserido na vida política, Stersa foi eleito pelo antigo distrito de Santo Antônio a vereador de São João do Caiuá para a gestão de 1961-1964. Como optou pela candidatura do município recém-criado, não concluiu o mandato.

Concorreram ao pleito de 1961 três candidatos a prefeito: Luiz Guilhermino dos Santos (Luiz do Bazar), pelo PDC; Stersa Júlio Maximiliano Ângelo (Angelim Stersa), pelo PTB; e Francisco de Oliveira Macedo, pela UDN (TRIBUNAL REGIONAL EEELEITORAL, 1961).

Segundo o boletim das eleições municipais de 8 de outubro de 1961, os candidatos a prefeito receberam a seguinte votação:

Tabela 4 – Resultado eleitoral do ano de 1961

Dados	Candidatos a prefeito	Número de votos
-	Stersa Júlio Maximiliano Ângelo (PTB)	532
-	Luiz Guilhermino dos Santos (PDC)	404

-	Francisco De Oliveira Macedo (UDN)	262
Soma	-	1.194
Branços	-	21
Nulos	-	10
Votantes	-	1.229

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Segundo Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022), o adversário do Angelim: “Luiz Guilhermino dos Santos era novo no lugar, [...] não tinha nome, vamos dizer assim. A minha família apoiou Luiz do Bazar, que mesmo assim perdeu as eleições”. A diferença para o vencedor do pleito foi de 128 votos.

Nessa primeira eleição, prefeito e vereadores foram empossados em 25 de novembro de 1961 no cinema local.

Nesse período, não havia a função de vice-prefeito. A eleição para o Executivo era composta apenas pelo candidato a prefeito, além dos vereadores que iriam compor o Legislativo. Somente em março de 1964, após aprovação da Câmara Municipal por unanimidade, assume o cargo de “vice-prefeito Ary Piccolli” (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 1961, p. 9).

No pleito de 1961, Stersa saiu fortalecido. O seu partido (PTB) conseguiu eleger um número expressivo de representantes para o legislativo municipal.

Favorecendo a ação do executivo, o PTB elegeu seis cadeiras, a seguir nominadas: Willibaldo Walhbruch – 111 votos; Pedro Jesus da Purificação – 92; Ernesto Busch – 72; Wilson Sasaki – 66; Linduarte Bernardes da Silva – 49; e Vicente Gonçalves Fernandes – 35. O PDC elegeu apenas dois candidatos: Arnaldo Rossato – 65 votos; e José Xavier de Carvalho – 37. A UDN, por sua vez, elegeu Danilo dos Santos Pereira, com 59 votos (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 1961, p. 1).

Salienta Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022) que “Ernesto Busch, morador de Alto Paraná, veio ao município apenas colaborar nas eleições. Embora tenha concorrido como vereador, pouco tempo depois deixou o município”.

Busch auxiliou no processo burocrático eleitoral do distrito que alçava a posição de município, em apoio a liderança política solicitante PTB, ao que tudo indica. Reitera Berstein (1996) sobre a relevância do partido na operação a mediação política.

Segundo Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), no poder, “Stersa contratou funcionários, adquiriu uma moto niveladora, deu grande impulso à saúde e à educação”;

e “estimulou o plantio de árvores frutíferas na lateral das estradas no município” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Alude o entrevistado Pedro dos Santos Fernandes que:

Angelim Stersa era um homem muito trabalhador, [...] tinha intenção de fazer muito mais por Santo Antônio do Caiuá, mas ele esbarrou na revolução de 1964 [...] ele era adversário do governador do Paraná, mas ele tinha amigos até íntimos, de Londrina, como Amauri Silva (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

O mesmo entrevistado destaca ainda que Stersa era um homem bem articulado politicamente, mas o golpe militar²⁷ de 1964 foi um entrave ao desenvolvimento de pequenos municípios.

Stersa era amigo de vários políticos influentes, entre eles, Amaury Silva, Ministro do Trabalho. Era um homem com quem ele tinha um relacionamento forte e [...] poderia trazer muitos benefícios pra Santo Antônio do Caiuá. Mas como eu disse, veio a revolução de 64 e ele ficou órfão de pai e mãe e impedido praticamente naquela época. Os municípios pequenos dependiam muito do governo estadual, ele já não tinha e aí no governo federal ele perdeu (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Para Maria da Glória Rossato Fernandes (15/03/2022), “a grande obra de Angelim Stersa aconteceu quando consegue implantar o ginásio no município”. A depoente nos relata:

Ele viu que as portas do governo se fecharam pra ele, conseguiu um ginásio [escola de 5º a 8º série]. Ele foi apelar lá em cima no Ministério da Educação. Lá ele conseguiu [...] essa escola comunitária [...] que era mantida pela comunidade e a prefeitura ajudava um pouco. Aí, isso pra mim foi, Rosângela, a coisa melhor. Por quê? Inclusive, eu me beneficiei [...] eu fiz o ginásio nesse colégio e ele iniciou um hospital. Lá onde é aquele colégio que tem, na avenida São João, ali na esquina, ali era a planta do hospital. Aí aproveitou-se o esqueleto que ficou lá e construiu-se o ginásio, mas ele deixou as bases ali. O que fez ele não ir avante com a construção? Foi a revolução que tirou dele totalmente o poder. O governo do estado já não era o mesmo e lá em cima mudou tudo e ele teve que se conformar em fazer, digamos assim, mais um ano de mandato porque foi em 64, ele entregou em 65. Ele fez mais um ano assim, coitado (MARIA DA GLÓRIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

O Golpe Militar de 1964 interferiu indiretamente no município de Santo Antônio do Caiuá, afetando a administração local no sentido de melhorar a infraestrutura. Meses antes do término do seu mandato, Stersa indicou o secretário municipal de sua gestão,

²⁷ O “movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945” (TOLEDO, 2004).

Orlando Silocki, para candidato a prefeito e Ary Piccolli como vice.

No ínterim final de mandato, Angelim Stersa chegou às turras com Ary Piccolli por divergências políticas, em plena campanha eleitora do segundo, também vice para a gestão de 1966-1969. Angelim tinha “Ary Piccolli como vice. Após divergências entram em luta corporal. Resultado: Angelim proibiu a entrada de Piccolli na prefeitura e este rompeu com Stersa” (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Após tal fato pitoresco para a época, Angelim retirou o apoio à chapa do adversário, que perdeu as eleições.

2.1.7.2 Segunda gestão no município

Dando continuidade ao Executivo municipal, foram eleitos para prefeito Arnaldo Rossato e para vice Leopoldo Tavares de Souza (o Leo Barbeiro) para o período de 1966-1969.

Na primeira e na segunda candidatura a prefeito, apontava-se Primo Rossato, que sempre renunciou em nome do filho Arnaldo, que no primeiro pleito é indicado para concorrer à vereança, e no segundo, ao Executivo.

Figura 38 – Arnaldo Rossato



Fonte: Acervo Pedro dos Santos Fernandes. Arnaldo Rossato. Fotógrafo e ano desconhecidos.

Arnaldo Rossato e Leopoldo Tavares de Souza (Leo Barbeiro) se candidataram pelo Partido Democrático Cristão - PDC. Quanto a seus concorrentes, Orlando Silocki se candidatou pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, tendo como seu vice-prefeito Ary Piccolli, pelo Partido Social Progressista – PSP, com pleno apoio de Stersa.

Tabela 5 – Resultado das eleições para o executivo municipal

Partido	Nome dos candidatos	Quantidade de votos	Resultados
PDC	Arnaldo Rossato (prefeito)	1.055	Eleito

PDC	Leopoldo Tavares de Souza (vice)	1.055	Eleito
PTB	Orlando Silocki (prefeito)	777	Não eleito
PSP	Ary Piccolli (vice)	159	Não eleito

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 1965. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Tabela 6 – Vereadores eleitos no pleito municipal de 1965

Partido	Nomes dos vereadores eleitos	Quantidade de votos
UDN	Vanda Alves da Conceição	149
UDN	Antônio Pereira da Silva	108
PTB	Valdemar Cicutti	143
PTB	Pedro Jesus da Purificação	120
PTB	Wilson Sasaki	104
PTB	Fortunato de Freitas	85
PDC	Milton Saes	128
PDC	Alberto Luiz Monteiro Carneiro	75
PSP	Jair Bedin	78

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 1965. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Entre os 51 concorrentes ao Legislativo municipal no período, participaram da disputa apenas duas mulheres (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 1965). A tabela evidencia a primeira mulher eleita com o maior número de votos entre os seus concorrentes: a baiana Vanda Alves da Conceição, residente no município desde 1962, esposa do cartorário local; uma mulher carismática, atuante na igreja e muito bem articulada.

Segundo Osvaldo de Jesus da Purificação (28/03/2022), “a sua votação se deve também ao esposo Osvaldino Chaves da Conceição, um grande articulador político”, embora isso não faça sombra à atuação e ao desempenho da vereadora.

No pleito de 3 de outubro de 1965, Arnaldo Rossato e Leopoldo Tavares de Souza (Leo Barbeiro) são eleitos respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Santo Antônio do Caiuá. Tomaram posse em seção solene, no “Cine Caiuá, em 25 de novembro de 1965” (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 1965, p. 11).

No período de pré-candidatura, Rossato passou a receber apoio incondicional da família, destacando o pai Primo, os irmãos Osvaldo e Onofre e o cunhado Pedro dos Santos Fernandes. Cada um assumiu uma função, visando o desempenho do coletivo, em que o resultado do pleito fosse favorável. A mãe, Maria Dal’ Ri Rossato, era a exceção, nunca aprovou, pois temia pela segurança econômica do filho. Dizia: “meu filho, política

não dá camisa pra ninguém” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Segundo a mesma entrevistada:

Osvaldo Rossato: assumia a função de tesoureiro de campanha; Onofre Rossato: estavam apostos, no caso de precisar. Um coadjuvante nesse processo; Pedro dos Santos Fernandes: exercia a função de estrategista da campanha e *marketing*; apresentava ideias, traçava estratégias e orientava a parte burocrática da política – leis de filiações, registro da candidatura a prefeito, vice, vereadores e acompanhava a apuração e regimento da câmara, entre outros (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Arnaldo Rossato decidiu pela vida pública aos 27 anos, quando foi eleito vereador pelo município de Santo Antônio do Caiuá/PR, em 1961. Em 1965, passou a visitar as famílias, deslocando-se até as “propriedades rurais de bicicleta, e como refeição do dia, sanduíche de mortadela e tubaína. Trabalhava até o anoitecer” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Ao constatar a existência de muitos analfabetos, desprovidos de leitura, escrita e título de eleitor, ele se dispôs a realizar trabalhos de base, esclarecendo e orientando-os sobre o processo eleitoral e a como obter o título.

Nesse sentido, Arnaldo passou a auxiliar os interessados, acelerando a obtenção do título. Fotografava o indivíduo, recolhia os dados pessoais, preenchia a ficha e encaminhava a documentação para o fórum. Paralelo a tudo isso, os futuros eleitores recebiam orientações e treinamento para escrever o nome e o número do candidato, levando-os a realizar com firmeza o voto no dia do pleito. Por meio desse trabalho voluntário – urbano e rural, simultaneamente – é que Arnaldo fez a campanha política de conquista e valorização do seu eleitorado.

Pessoas de hábitos simples, no trajar e no falar, diziam: “Eu quero tanto tira meu titro, meu tito”. Portanto, “lá ia eu, ensinava a escrever o nome. Aquelas mãos duras”. Nessa direção, “buscávamos treinar o maior número de eleitores possíveis” relata a irmã do candidato (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Definida a candidatura, “a campanha era realizada de boca em boca, de porta em porta, além de comícios e carreatas” (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Eleito, Arnaldo Rossato:

Fundou a APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância –, construiu o posto de saúde, iniciou a campanha de vacinação (paralisia infantil), médico, adquiriu para o município moto niveladora, caminhão

basculante, instalou parque infantil, construiu a prefeitura municipal, instalação de agência bancária do Banestado e da energia elétrica dia 14 de novembro de 1967, telefone residencial. Fundou o primeiro poço artesiano do município, onde disponibiliza água gratuitamente à população até a vinda da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Com isso, o município começou a ganhar novos ares e formas a partir dessas melhorias implantadas. Os munícipes podiam, assim, agilizar as transações bancárias sem precisar deslocar-se para outros locais. Já a energia elétrica transformou a vida dos santo-antonienses, favorecendo os passeios noturnos pelas praças locais e a aquisição de vários eletrodomésticos, entre eles, a televisão (pelas famílias mais abastadas).

Concluído o mandato e não tendo direito à reeleição, Arnaldo Rossato, então, apoiou seu secretário, Ademário Carlos Ferreira, como candidato a prefeito.

2.1.7.3 Terceira gestão no município

Figura 39 – Ademário Carlos Ferreira



Fonte: Acervo de Antônio Carlos Ferreira. Ademário Carlos Ferreira. Fotografia desconhecida. Ano: 1972.

O prefeito Ademário Carlos Ferreira compôs a terceira gestão municipal, tendo como vice-prefeito Leonides Barbão, no período de 1970-1973.

Tabela 7 – Resultado das eleições ao executivo municipal, 1969

Partido	Candidatos a prefeito	Quantidade de votos
Arena	Ademário Carlos Ferreira Leonides Barbão (vice)	1.108
MDB/1	Wilson Sasaki José Xavier de Carvalho (vice)	421
MDB/2	Osvaldo de Jesus da Purificação Fortunato de Freitas (vice)	160

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 1969. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Conforme a tabela acima, organizada com base no Tribunal Regional Eleitoral/PR (1969), concorreram às eleições três chapas. Ademário Carlos Ferreira ganhou com uma

diferença de quase 580 votos. O mandato de Ademário foi chamado “tampão”, com duração de três anos. Em geral, o período de gestão em outras cidades foi de dois anos, mas, no caso de Santo Antônio, o município foi emancipado em 1961, quando ocorreu sua primeira eleição. Como o mandato era de 4 anos, Ademário exerce a terceira gestão (de 1970 a 31/01/1973). Esse mandato foi a forma apresentada pelo governo federal, sob o pretexto de coincidir as eleições municipais com as estaduais.

[...] o Governo Federal havia estipulado, para o próximo pleito, um mandato tampão, de dois anos, que visava tornar as eleições coincidentes em todo o país. Dessa forma, os prefeitos e os vereadores eleitos em 15 de novembro de 1970 assumiriam no dia 31 de janeiro de 1971 e cumpririam seus mandatos por dois anos, até o dia 31 de janeiro de 1973 (LANNA, 1970, p. 1).

Segundo Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), “Ademário não fez a política de valorizar o companheiro, não se preocupou em manter o grupo que o apoiou no poder”.

Na eleição para deputado federal, existiram divergências dentro do próprio partido no município. Ademário apoiou Cid Rocha (Arena) e Arnaldo Rossato, Arnaldo Busato (Arena), embora ambos apoiassem o mesmo candidato a deputado estadual, Wilson Fortes. Nessa direção, colabora Rémond (1996b, p. 449) “a política [...] é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência”.

Busato presidia a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Paraná e, as lideranças do município pleiteavam junto a ele a criação do ginásio estadual. Para tanto, era necessário que Busato fizesse a liberação. Ele vinha exercendo seu papel político com o município, enviando vacinas e remédios para o posto de saúde, mesmo assim o prefeito Ademário o desconsiderou, dando apoio a outro candidato (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Divergências política à parte, Ademário Carlos Ferreira realizou:

A construção de pontes e readequação de estradas; construiu uma fonte luminosa na Praça Ney Braga, prédio da delegacia de polícia; Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná, saneamento de água com encanamento em ruas e residências; adquiriu vários veículos para administração pública (camionete, caminhões basculantes, trator agrícola, entre outros); construção do posto agropecuária mantido pelo estado do Paraná, para vender a preço de custo; vacinas, sementes, equipamentos agrícolas aos produtores rurais da região; instalação da repetidora de televisão e telecomunicações telefônicas (ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, 16/02/2022).

A Casa Agropecuária do Governo do Paraná facilitou a venda de medicamentos veterinários, produtos agrícolas, ferramentas, entre outros itens, a preços convidativos aos produtores rurais.

Figura 40 – Casa Agropecuária



Fonte: Acervo de Antônio Carlos Ferreira. Prédio da Casa Agropecuária do governo do Paraná. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1970. Local: Avenida São João, Santo Antônio do Caiuá, PR.

Concluído o mandato de Ademário Carlos Ferreira, Arnaldo Rossato candidatou-se novamente a prefeito.

2.2 A ATUAÇÃO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

2.2.1 A VENDA DE TERRA INTERMEDIADA PELA PROPAGANDA E CORRETORES

“Alguns amigos do meu pai vieram pra cá [...] e se apaixonou. [...] viu que pra cá, seria o futuro”
(OSVALDO DE JESUS DA PURIFICAÇÃO, 2022).

Figura 41 – Notícia sobre a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950



Fonte: PEREIRA (2020).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná utilizou-se de vasta propaganda impressa, dos corretores e dos escritórios, com o objetivo de expandir as vendas de imóveis urbanos e rurais nas regiões norte e noroeste do Paraná.

Segundo os entrevistados, corretores da Companhia estiveram no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em outros estados; no entanto, onde a propaganda não chegou, a

divulgação se alastrou como um rastilho de pólvora, por meio de outras pessoas, que ouviram dizer algo a respeito das novas terras. O preço, a facilidade de pagamento e a força do café despertaram nos migrantes e imigrantes o sonho de enriquecimento. Estas são afirmações encontradas nas interlocuções com entrevistados, bem como na publicação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, de 1977.

O meu pai era uma pessoa que gostava muito de aventuras. Ele tinha uma situação financeira muito boa em Andradina/SP. Era sitiante, tinha gado, tinha tudo. Mas o Paraná estava começando e aqueles corretores de terra da Companhia, tinham muitos na época. Eles passavam fazendo aquela propaganda, “que as terras do Paraná eram ótimas pra café”. Na região de Andradina, onde a gente morava, as terras já estavam enfraquecidas, virando pastaria. O pai naquele espírito de aventura, como as terras estavam baratas aqui no Paraná, porque era começo, pra atrair as pessoas. Então o preço era facilitado. O pai vendeu tudo o que tinha lá e veio pro Paraná pra plantar café (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Mesmo estabilizada economicamente no estado de São Paulo, a família Rossato ariscou-se em terras santo-antonienses, no Paraná.

Liana Terezinha Vial, nesse contexto, alude que:

Meus pais eram originários do Rio Grande do Sul e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná fez contato com o povo do Rio Grande do Sul, oferecendo terras nessa região, onde era possível obter produção agrícola. As terras eram boas. Então meus pais vieram em busca de melhorias (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

Já a baiana Matildes Carvalho dos Santos relata que seu pai ouviu falar da Companhia em São Paulo e, entusiasmado, dirigiu-se ao Paraná. A entrevistada declara:

Meu pai José Xavier de Carvalho tomou conhecimento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, através da propaganda, em São Paulo. Em 1946 veio conhecer Londrina e as lavouras de café e retorna a Umburanas/BA. Em 1948, arrenda terra para plantar algodão, na fazenda Santa Olga, em Guararapes/SP. Lá permanece por dois anos. Pós colheita, atendendo solicitação do cunhado Lindolfo Dias, doou sua parte do algodão. Em 1950 vendeu todos os seus bens na Bahia, foi a Pereira Barreto, SP., mas nada agradou por lá. Então retornou a Londrina, onde comprou no escritório da Companhia Melhoramentos 25 alqueires de terra, pelo mapa. Volta à Bahia, e vem com a família para o Paraná (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

O depoimento de Matildes descreve uma família em estado de insatisfação econômica. Xavier, residente na Bahia, arrendou terra em São Paulo, onde permaneceu dois anos. Doa toda a produção do algodão que lhe cabia, ao cunhado solicitante e comprou terras da CMNP, em Santo Antônio do Caiuá, PR., onde se estabeleceu em 1950.

Evidencia Marlene Maria Carniel Silva que:

As propriedades do meu pai Domênico Ernesto Carniel foram os dois casos. Primeiro comprou da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que é de Maringá. Quando ele comprou, ainda estava no Rio Grande do Sul. Eu creio que comprou sem nem ter vindo ver. Com o tempo ele comprou outras propriedades, de pessoas que já tinham derrubado a mata e o café já estava formado. Então ele comprou da Companhia como de outras pessoas. No Rio Grande do Sul, era muito frio, a gente tinha por aqui alguém conhecido e veio pra cá. Por exemplo, o homem da Companhia que era responsável pela venda de terra da Melhoramentos Norte do Paraná, era o seu Arnold Brune. Ele era de Santa Catarina e era o vendedor, o corretor de imóveis dessa firma. Então começou a fazer a propaganda e através de outras pessoas que já moravam aqui por perto. Falaram pro meu pai e ele teve a curiosidade de vir. Ele trabalhava numa sociedade com mais irmãos, no Rio Grande do Sul. Um irmão ficou em Santa Catarina com uma serraria e o outro em Bom Jesus, com outra, e o meu pai trouxe uma serraria do Rio Grande pra cá (MARLENE MARIA CARNIEL SILVA, 20/02/2022).

Essa narração demonstra que a família Caniel tinha estabilidade econômica no Rio Grande do Sul, mas optou por diversificar os negócios investindo em terras paranaenses, seja adquirindo as da Companhia ou de terceiros. Esse migrante visionário percebeu a urgência de uma serraria no patrimônio como forma de assegurar lucro imediato.

As pessoas da família Sobrinho deixaram a Bahia em busca de novas oportunidades econômicas em São Paulo, onde o gerente da usina trabalhava incentivando os trabalhadores a almejem a condição de proprietários.

Minha família é baiana de Caculé; em 1932, fugindo da seca, mudou para uma pequena cidade paulista chamada Oriente, próximo de Marília. De lá, mudou para a fazenda Paredão, onde meus pais trabalhavam na usina. Quando terminava a safra, o gerente José Maggi reunia os trabalhadores e os orientava a não gastar o dinheiro à toa, mas sim economizá-lo para comprar terras em Londrina, no norte do Paraná. Minha família economizou, veio a Londrina e comprou dez alqueires da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O gerente enfatizava: “você têm que ter a sua terra” (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Se Maggi obteve comissão com as aquisições desses trabalhadores, é algo a ser investigado, mas o fato é que esse sujeito promoveu a emancipação da família Sobrinho e de muitas outras através do sonho e da ação de abandonarem a condição de empregados assalariados, ascendendo a proprietários rurais, administrando a terra que trabalham com a família.

Constata-se que do conjunto dos 50 entrevistados: 9 proprietários compraram da Companhia, 9 de terceiros, 3 são empresários e 29 são trabalhadores. Destes últimos, 24 são trabalhadores do campo, formados por 4 administradores, 1 fiscal, 4 trabalhadores volantes, 1 campeiro e 14 arrendatários dos quais 3 se dizem formadores de café; 2 professores (rural). Na área urbana, 2 professores, 1 dona de casa.

Do conjunto de trabalhadores, 11 levaram em média 10 anos para comprar o seu lote.

Das 9 pessoas que compraram terras da Companhia, 5 empreenderam. Desses: 1 instalou serraria, olaria e a balsa no rio Paranapanema; 1 serraria e farinheira; 1 cafeeira; 1 armazém de secos e molhados e hospedaria; 1 indústria de beneficiamento (arroz, amendoim, mamona) e compra de cereais. Certamente sujeitos de visão e detentores de poder econômico.

Entre os proprietários que compraram da Companhia, um vendeu o lote em 3 anos, passando a trabalhador de assalariado; dos que compraram de terceiros, 1 ascendeu a agropecuarista e empresário, 1 vendeu após 4 anos de trabalho no campo, 3 venderam em 1975 (desses, dois se estabeleceram na sede do município, sendo que um para pagar dívidas ao banco e um terceiro mudou para o Vale do Ivaí; entre os trabalhadores volantes, apenas 1 ascendeu a administrador de fazenda; dos administradores e fiscal: 3 passaram a proprietários de terra e 1 agenciador de trabalhadores. Dos arrendatários, 7 famílias se tornaram pequenos proprietários. Portanto, do total de 29 trabalhadores do campo, 11 chegaram a proprietários de terra. Dos três empresários, apenas 1 se tornou agropecuarista.

Desse coletivo de entrevista, os imóveis contemplam na fase inicial da colonização de 02 a 60 alqueires (com a predominância de pequenas propriedades de 02 a 10, um com 15, outros 20, 25, 28 e um de 60).

Na presente data, do conjunto de nove famílias que compram da Companhia, apenas uma continua com a terra, dos que compraram de terceiro, cinco permanecem na terra. Do total de onze trabalhadores que compraram terra, apenas quatro permanecem na terra e do conjunto de três empresários iniciais, um comprou terra. Do total de 50 entrevistas, 30 adquiriram terra e, desse conjunto, apenas 10 continuam na agricultura. Do conjunto de 10 agricultores, apenas três conseguiram ampliar a concentração de terra (um com 70, outro 200 e um terceiro com 300) e 7 pequenos agricultores tem entre 2 a 10 alqueires.

Portanto, as intempéries que afetaram a agricultura, a baixa fertilidade do arenito caiuá, a modernização do campo não contemplou a todos. O grande número de filhos, o baixo retorno econômico, as dívidas bancárias contraídas com a lavoura, não facilitaram a vida do agricultor e muito menos a do trabalhador do e no campo.

Salienta-se que as cinquenta entrevistas são apenas um micro representação das funções exercidas pela população estabelecida no município, embora demonstrem a

dificuldade de sobrevivência no arenito caiuí e sua luta por permanência no campo. Havia famílias proprietárias e não proprietárias formadas por famílias grandes (variando de 2 a 17 filhos). Entre os entrevistados, há o relato de uma família de dezessete filhos vivendo em dois alqueires de terra, e outra com a mesma quantidade de filhos, estabelecida em 25 alqueires, como não era possível manter-se apenas com a produção de seus imóveis, ambas trabalhavam como volantes, por empreita, arrendamento e vendiam ambulante (hortaliças, legumes e frutas) no patrimônio e municípios vizinhos.

Nesse sentido, nem todas as famílias e/ou solteiros que compuseram a formação do povoado que ora se delineava eram proprietários de terra, mas sim de trabalhadores.

Os estudos evidenciam ainda que os migrantes das diferentes regiões do país vinham em grupos, compostos de várias famílias e pessoas solteiras, trazidas por empreiteiros, proprietários de terra, ou migravam por livre iniciativa. Chegaram famílias pequenas, numerosas ou indivíduos que vinham tentar a sorte.

Veio meu pai Miguel Rodrigues dos Santos, minha mãe Maria dos Santos, dois tios Sebastião Gomes Sobrinho e Maria Florinda Gomes, o sogro Laudelino dos Santos Cordeiro, pai de Laura Alves Gomes, esposa de Antônio Gomes Sobrinho. O sogro comprou terra em Santo Antônio (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Com isso, Stersa Júlio Maximiliano Ângelo exerceu a função de “corretor de terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”, favorecendo-o a examinar com cautela terras em lugares bem posicionados, nessas andanças, ampliou laços de amizade com pessoas de diferentes classes econômicas e poderes constituídos, permitindo-lhe chegar ao executivo municipal.

Figura 42 – Corretores acompanham compradores a Santo Antônio do Caiuí



Fonte: Liana Terezinha Vial. Jardineira da Imobiliária Ypiranga com um grupo de compradores parados sobre a ponte, a caminho de Santo Antônio do Caiuí. Está escrito na Jardineira: “Imobiliária Ypiranga”. O grupo é integrado pelos irmãos gaúchos Abraão e Ernesto Vial. Da esquerda para a direita, o segundo homem com chapéu e lenço no pescoço é Abraão. Local e fotógrafo desconhecidos. Ano: 1950.

Figura 43 – Compradores visitam lotes em Santo Antônio do Caiuá



Fonte: Liana Terezinha Vial. Jardineira da Imobiliária Ypiranga atrás. Na lateral do veículo, um grupo de compradores e visitantes. Sentado em cima da tora, com óculos e chapéu, o gaúcho Abrahão Vial. Local: porto São João (a 1,5 km do rio Paranapanema), Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1950.

Os compradores potenciais eram compostos por um coletivo masculino, vindos de diferentes estados brasileiros, que chegavam de jardineira, acompanhados de corretores, ao futuro município de Santo Antônio do Caiuá.

Na década de 1940, a Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held adquire uma área de 150.000 alqueires de terra da Companhia de Terras Norte do Paraná, onde dá início ao povoamento de Alto Paraná/PR. No segundo semestre de 1948, Alto Paraná recebe sulistas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, além de paulistas, mineiros e nordestinos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Os compradores de terra são levados a Santo Antônio do Caiuá, na jardineira (micro-ônibus coletivo) pertencente à Imobiliária Ipiranga, acompanhados de corretores de terra, como demonstram as fotos cedidas por Liana Terezina Vial, filha do comprador Abrahão Vial, um gaúcho.

Como a Melhoramentos não deu acesso físico aos arquivos e documentos, conclui-se, após análise que os corretores da Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held, também vendiam terras para a Companhia de Terras Norte do Paraná. Como a Cia terceirizava, os corretores da Ipiranga vendiam, mas fechar o negócio era com a referida Companhia, empresa colonizadora das terras santo-antonienses, no vale do Paranapanema, noroeste do estado.

2.2.2 O ÊXODO E A TRANSIÇÃO DO CAFÉ PARA OUTRAS CULTURAS

“Toda a vida, o povo nunca teve parada” (SALVADOR BATISTA DE SOUZA, 2022).

Os estudos evidenciam que, efetivada a venda dos lotes, chegavam pessoas para

trabalhar como colonos, arrendatários, formadores de café, gerentes de fazendas, administradores, fiscais, peões, trabalhadores-volante, boias-frias e outros. Alguns trabalhadores acumularam dinheiro com as colheitas, possibilitando a aquisição de lotes. De acordo com as entrevistas, os novos povoadores (moradores proprietários) tinham idade entre 40 e 50 anos (casados), e entre 15 e 25 anos (trabalhadores temporários, em geral, solteiros; embora também formado por mulheres, ocorria predominância masculina). Destes últimos, vários se tornaram arrendatários e alguns administradores. Os que acumularam dinheiro compraram posteriormente seus lotes de terra. Porém, também tiveram os que juntaram certo capital e retornaram aos estados de origem ou tomaram outros destinos.

O conjunto das entrevistas demonstra que os primeiros plantios de café têm início em 1951. À medida em que foi avançando a lavoura cafeeira, também aumenta a insatisfação dos agricultores com a geada e a seca, ocorridas em 1953, 1955, 1963, 1964, 1969 e 1975. Os agricultores persistentes insistiram por um tempo com o café, permanecendo em seus lotes. Os mais abastados foram comprando as pequenas propriedades, transformando-se em médios ou grandes proprietários. Já os inconformados, ansiosos por lucro rápido e fácil, não permaneceram ou se adequaram a outras lavouras ou formas de trabalho.

Cancian (1981, p. 66) afirma que a “monocultura e policultura era uma questão de preços e de mercado”. Ainda a mesma autora advoga que “a fertilidade das terras ainda novas diminuía os custos. Contudo, devem ser levadas em consideração duas questões: o aumento do plantio de café em pequenas propriedades e a ausência do mesmo dinamismo que se observa quando os preços estão altos” (CANCIAN, 1981, p. 68).

Figura 44 – Florada do Café



Fonte: Liana Terezinha Vial. Da direita para a esquerda: Abrahão (em pé) e Ernesto Vial (agachado), na florada do café. Local: Vila Xavier, Estrada Paranapanema, lote 169, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano: 1958.

Segundo Dean (1996, p. 196), o “café é uma planta perene, leva quatro anos para atingir a maturidade e pode permanecer produtiva por trinta anos [...] podia-se imaginar que, uma vez implantado, representaria um regime agrícola de perspectivas estáveis e conservadoras”.

Famílias recém-chegadas há dois ou três anos, em 1953, mudaram-se para outras regiões ou estados. A cada nova geada, um novo movimento de compra e venda e de pessoas em diferentes trânsitos, buscando oportunidades assertivas. Um exemplo é o grande baque das famílias gaúchas, no Porto São João, fixadas no lote 169 A, com a intempérie logo no início da colonização.

Derrubaram o mato e abriram as covas e plantaram café. Em 1953 era o primeiro ano de produção, veio a geada e matou o café. Minha família perdeu tudo. Eles ficaram muito triste. Meu pai, meu tio ficaram apavorados e choravam muito. Daí meu pai foi ao Rio Grande do Sul, ver se conseguia dinheiro emprestado ou vender a propriedade. Mas não tinha a intenção de voltar pro Rio Grande do Sul, que pra eles era muita humilhação ter perdido toda a lavoura, ser derrotado pela geada, e daí eles conseguiram vender a propriedade para o bispo de Pelotas, Dom Antônio Zattera, que comprou a propriedade, que ficou vinculada à Igreja de Pelotas e a uma instituição que mantinha crianças. Daí o bispo perguntou ao meu pai: “Eu não tenho como colocar pessoas para administrar. Então vocês ficam administrando a propriedade?” Eles [pai Abrahão e o tio Ernesto Vial] assumiram. Na mesma época que o bispo comprou a propriedade, os padres Arlindo Marcon e Manei (não lembro o sobrenome dele) e também o Luiz Bellini compraram e meu pai e meu tio ficaram administrando as propriedades do bispo e dos dois padres e do Luiz Bellini (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

A família Vial vendeu a terra e continuou no município como administradora de três propriedades, incluindo a que foi sua. Nessa nova função, os irmãos Abrahão e Ernesto reuniram novas economias e, anos mais tarde, conseguiram reaver a propriedade que venderam.

Eles administraram e sobreviveram. Meu pai e meu tio eram muito econômicos. Só se gastava o essencial, até porque não se tinha onde gastar. Não tinha nem o que fazer. E, anos mais tarde, o bispo Zattera percebeu que o meu pai e meu tio tinham condições de comprar, e vendeu a propriedade para eles de volta com uma ressalva: uma parte da propriedade ficava destinada à construção da primeira igreja local (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

É possível observar a frustração provocada pela intempérie, mas também o espírito de coragem, luta e resistência no depoimento de migrantes estabelecidos no patrimônio no período.

Como a maioria dos agricultores, o pai plantou café, realizou o sonho. Quando o café estava florando, parecendo uma noiva, veio a geada. Em 1955, a geada veio impiedosa, acabou com as lavouras. Eu me lembro de

tudo. A mãe tinha estado lá no sítio antes da geadada, para ver a bela florada. Falava assim: “que cheiro saudoso”. Passou um tempinho, lá veio a geadada. Me lembro como se fosse hoje: o meu pai sentado na varanda de casa, fumando palheiro e minha mãe, com o pano no ombro, chorando [...]: Mopri (apelido carinhoso do tempo de namoro – Mopri era Primo ao contrário). “E agora! O que nós vamos fazer, Mopri? O dinheiro acabou”. Ele disse: “Agora! Agora nós vamos começar tudo de novo”. E fez o quê? Podou o café queimado. Uns pés secaram outros brotaram. Teve que replantar. O café ficou desigualado. Não rendia, porque um cafeeiro estava produzindo, o outro em fase de crescimento. Resultado: meu pai desanimou do café e começou a plantar capim (MARIA DA GLORIA ROSSATO, 15/03/2022).

Em ambos os depoimentos acima citados, retratamos dois momentos distintos, nos quais os pequenos agricultores enfrentam a geadada buscando caminhos diferentes. Os irmãos Vial vendem o imóvel e trabalham como administradores (1954-1960, quando conseguem reaver o bem) e Primo Rossato substitui o café pelo capim e o gado.

Na fazenda União, estabeleceu-se no município por meio do cultivo de algodão por arrendamento. No início da década de 1970, os Lins cessaram esses arrendamentos, substituindo as lavouras de algodão por pastagens e a introdução do gado nelore. Com isso, as famílias arrendatárias deixaram a fazenda, provocando a redução demográfica do município. Nesse período, os herdeiros separaram a sociedade, e da divisão da fazenda União nasceu a fazenda Dona Amélia.

Segundo o entrevistado Natalício Correia de Araújo (28/02/2022), essas “famílias foram mudando. Inclusive o seu Léo, que é o seu Aureliano, comprou uma fazenda em Carapó e daqui dessa fazenda foram muitas pessoas pra outra fazenda no Mato Grosso do Sul. [...] uma propriedade de 1.500 alqueires”.

Trabalhei com frete de produtos e mudanças. Da fazenda União mudou mais de 100 famílias, hoje tem pasto e campeiro. Muita gente começou a ir embora do município em 1972, 1973 e 1974, já tinha muita gente mudado. Levei gente para Mato Grosso, Goioerê, Quarto Centenário, Mariluz. Só para uma fazenda em Carapó no Mato Grosso do Sul, levei mais de 50 famílias, em três freiteiros. Levava no caminhão de 03 a 04 famílias por viagem. Todo mundo viajava em cima do caminhão. Elas não tinham quase nada de mudança (JOSÉ LEANDRO FEITOSA, 16/03/2022).

O depoimento de José Leandro traz elementos que reafirmam a saída de famílias da Fazenda União, com destino a outras cidades e estados no início da década de 1970. Muitas famílias saem da fazenda com destino a Caiapó/MS. Ao olhar-se para os depoimentos e para o cenário local, regional e nacional, percebe-se vários movimentos migratórios: um rural urbano no próprio município; rural urbano centrado no Paraná; urbano/urbano (pequena cidade/grandes centros); rural/rural interestadual de uma fazenda paranaense para outra sul-mato-grossense (trabalhadores); e rural/rural inter-

regional no mesmo estado, pequeno proprietário agrícola vende e adquire outra pequena propriedade agrícola em outra região paranaense. Essas migrações ganham impulso a partir da década de 1970.

Quando cheguei à propriedade Dona Amélia, estava plantada toda em capim. Faltava fazer só as cercas e divisões. As mangueiras e divisões de pastos, isso foi no meu tempo, em 1972. Plantado o capim colômbio, introduziram o gado nelore. Aqui chegou a ter 6.500 cabeças de gado. Lotou o pasto. Seu Homero foi no estado São Paulo, em Marabá Paulista, e arrendou uma fazenda e levamos tocado por boiadeiro 1.500 boi pra lá. A fazenda União, que era do irmão dele, tinha mais 800 bois em pasto arrendado. O gado comercializado sempre saiu de caminhão e era vendido para abate no frigorífico Bordon, do Geraldo Bordon, em Paranavaí (NATALÍCIO CORREIA DE ARAÚJO, 28/02/2022).

Quando o gado chegava ou saía da fazenda Dona Amélia, era pesado na balança fixa²⁸, a qual observa-se na imagem abaixo.

Figura 45 – Balança fixa para pesar o gado



Fonte: Foto: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Balança para pesar o gado. Fazenda Dona Amélia. Junto à balança, o gerente Natalício Correia de Araújo. Local: estrada União, gleba Paranapanema, fazenda Dona Amélia, Santo Antônio do Caiuá/PR. Data: 12/05/2022.

Com base nas entrevistas, observa-se que o processo de êxodo no município tem início com as primeiras geadas, ainda em 1953, no entanto, uns vão, outros vem. Em 1963, ocorreu uma grande geada que matou os cafezais, provocando uma enorme seca. Nesse sentido, “as geadas de 1953 e 1955 alertavam para a necessidade de mudanças no perfil da agricultura paranaense” (STELMACHUK, 2003, p. 44). Matildes Carvalho dos Santos destaca:

Após a geada de 1963, veio uma seca tão grande que o fogo aparecia do nada.

²⁸ A mesma balança utilizada na década de 1960 para pesar os caminhões de algodão foi adaptada para pesar o gado na década de 1970, destaca o entrevistado (NATALÍCIO CORREIA DE ARAÚJO, 28/02/2022).

Era uma fumaceira danada. Meu pai fez um aceiro beirando a divisa da propriedade para impedir o avanço do fogo, mas de nada adiantou, o fogo pulou e queimou do nosso lado também. Nesse ano o meu esposo fez uma grande colheita de algodão na terra arrendada, do meu pai. Colhemos duas mil arrobas e com o dinheiro compramos um sítio de cinco alqueires de café queimado na estrada Piastrelli, saída para Inajá. Depois emprestamos do compadre Vilinha [Willibado Walhbruch] outro dinheiro e compramos mais cinco ligando os dois lotes, completamos 10 alqueires.

Como o governo estava pagando para arrancar, meu esposo arrancou e plantou lavoura branca e cinco alqueires de pasto para criar gado, cavalos, porcos e galinhas. Nesse período teve gente que foi vendendo sua pequena propriedade e foram embora e quem tinha dinheiro foi comprando (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Segundo Brasil (1952), o Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado pela Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, no governo de Getúlio Vargas, e implementado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) (BRASIL, 1961). Destaca Kohlhepp (2014 *apud* BARBIZAN, 2020), o projeto de erradicação foi realizado em duas etapas: a primeira, de 07/1962 a 07/1966, pagava Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por pé erradicado; na segunda, pagava-se em média Cr\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos de cruzeiros novos).

Os programas foram caminhos encontrados pelo governo para atrair o agricultor, remunerando-o como meio de convencê-lo à erradicação do café. Ação impulsionadora da elevação desse produto no mercado, por outro lado, favorecendo a diversificação agrária.

Complementa Stelmachuk (2003) que a Café do Paraná disponibilizou sementes aos agricultores, prestou serviços mecanizados e interveio no processo de comercialização da produção agrícola, objetivando proteger consumidor e produtor. Também disponibilizou aos produtores máquinas, implementos, fertilizantes e técnicas atualizadas. Os implementos poderiam ser locados ao produtor a baixos custos ou comercializado, à vista ou financiado.

Cancian (1981, p. 119 e 120) ressalta que, em “1960, a monocultura era evidente, tanto na sua forma mais pura, representada pela combinação **P.** como atenuada (**P. Pt.**) pela presença de pastagens, nas microrregiões de Maringá, Paranavaí e Umuarama”; ainda de acordo com a autora, “duas pequenas áreas, Santo Antônio do Caiuá (**T. Pt.**) e Querência do Norte (**Pt. P.**) partiram para a especialização em torno da pecuária (CANCIAN, 1981, p. 127, grifo da autora).

A referida autora permite compreender as relações humanas com o solo

paranaense²⁹:

Culturas permanentes (P.) que representam o café, as culturas temporárias (T.) e as pastagens (P.t.) demonstrando as modificações ocorridas em virtude de Depressão. A queda de preços do café corresponde a diversificação agrícola. Preponderavam as culturas temporárias, na maior parte dos municípios numa tendência clara de policultura (CANCIAN, 1981, p. 85).

Santos, a família de arrendatária baiana, fixada no município em 1962, passou por mais de cinco fazendas em sete anos. As passagens por várias propriedades demonstram certa insatisfação com os rendimentos econômicos do trabalho, por isso, continuaram tentando.

Nós saímos de Paratinga, Bahia pra Guararapes, São Paulo. Chegamos em Santo Antônio em 1962, na fazenda Marambaia. No final da colheita em outubro, nós mudamos para a fazenda São Miguel. Nessa propriedade trabalhamos como arrendatário até o mês de março de 1963, logo saímos por causa do enguiço com o fazendeiro. Meu pai arrendou dos turcos, um se chamava Jean, assim como várias outras famílias. Ele combinou que as famílias pegariam os alimentos nos armazéns de seco e molhado indicado por ele e pagaríamos após a colheita. Nós fizemos apenas duas compras e o fazendeiro não autorizou novas vendas. O café da propriedade tinha muito mato e para sobreviver trabalhávamos em outras propriedades por dia. Como o fazendeiro não cumpriu o acordo, meu pai foi ao promotor, em Nova Esperança. Ele o encaminhou ao sindicato, assim como outros meeiros da fazenda. O fazendeiro foi chamado e fizeram um acordo e meu pai saiu. Dali fomos pra fazenda Jeová, onde ficamos até o meio do ano, onde deu aquela geadada. Nós começamos a carpir café. Ali teve aquela colheita grande em 1963, ajudamos a colher o café. [...] esparramamos e ajeitamos o carreador e fizemos acero. Aquele fogo grande lá no meio do ano. Fizemos bastante acero, ainda fizemos umas catas por lá, ainda ficou muito serviço. Morreu tudo, até o mato. Não chovia, era muita seca e aquele fogo terrível. Para as mulheres não tinha serviço. Muita gente ficou sem serviço. No final do ano de 1963 fomos pra fazenda Mario de Paula. Trabalhamos lá até março de 1964, depois fomos pra fazenda Adrianela, onde ficamos de 1964, aí fomos colher algodão pro seu Emílio, depois pegamos café pra tocar que o seu Tomaz deu. Gostou da família nossa, que era muita gente e tudo trabalhava e deu pra nós o café e ficamos tocando o café ali até a colheita de 1969. Em agosto, setembro de 1969, ia começar as eleições, o Osvaldino Chaves da Conceição chamou o meu irmão José Lucas para trabalhar no cartório e depois trabalhou no escritório em 1971, 1972, e o outro irmão de boia-fria. Carpiu no Remo Masso e nas fazendas próximas (MARIA DAS NEVES DOS SANTOS, 23/03/2022).

O relato contribui para entender a trajetória de uma família nordestina em trânsito, proveniente da Bahia, região seca, que passa para São Paulo, depois, para Santo Antônio, de fazenda em fazenda, movida pelo fator econômico. Para completar, mulheres não conseguiam trabalho na roça nesse período de crise. O relato escancara a vida dura do trabalhador que vive lutando pela sobrevivência.

²⁹ Para saber mais veja. Capítulo 2 sobre a “Cafeicultura Paranaense 1900 -1970” (CANCIAN, 1981).

Além da crise econômica enfrentada por proprietários agrícolas e principalmente pelos trabalhadores³⁰, o relato corrobora para compreender que as relações entre ambos desencadearam processos desarmônicos. A depoente Maria das Neves revela indícios de conflito com o patrão, solucionados com acordo indenizatório via sindicato.

Ao relatar suas memórias, é possível detectar fragmentos da transição econômica, do café para o algodão, atingindo o município. A fazenda Adrianela, grande monocultora de café no período. Observa-se ainda a família deixando o campo, assumindo funções no cartório (em proximidade eleitoral) e em empresa local, enquanto parte dessa família continuou no trabalho rural como boia-fria.

Eram diaristas, contratados por “gatos”, para trabalhar em determinada propriedade. O “gato” era uma pessoa encarregada pelo proprietário para contatar esses trabalhadores. Esse senhor contratava o trabalho por um valor maior e tirava um percentual em cima de cada trabalhador. Inicialmente no município, os trabalhadores boias frias eram contratados pelo próprio proprietário, os quais se deslocavam a pé até o endereço de trabalho do contratante, locomovendo-se cinco quilômetros ou mais. Somente na década de 1980 são transportados em carrocerias de caminhão, camionete e no processo por conta do rigor da legislação, passaram a ser transportados de ônibus, nem sempre em bom estado.

Segundo Barbizan (2020, p. 7), boias-frias eram trabalhadores que “não tinham vínculo empregatício, moravam nas periferias das cidades e eram conduzidos às lavouras onde iam prestar [...] serviços sem um mínimo de segurança, na carroceria de caminhões e camionetas”.

Era o campo dando fortes sinais de mudança. O conde húngaro Belo Thurony, no imóvel rural próximo ao Paranapanema, em 1957, substituiu a mata pela mandioca, no início da década de 1960, introduziu pastagem e gado PO (pura origem nelore).

Segundo Geraldo Ciriaco Xavier:

Meu pai, José Xavier de Carvalho, conseguiu junto à Secretaria da Agricultura do Paraná, em Paranaíba, um touro nelore para melhorar o rebanho. Era uma troca. Meu pai deu um boi “pé duro” e pegou um reprodutor da raça Nelore. A Secretaria da Fazenda distribuiu mais de 100 touros na região (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

³⁰ As fontes orais dão algumas pistas de conflitos trabalhistas, no entanto, os indícios exigem aprofundamento de estudos em sindicatos, Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça buscando averiguar as razões de tais conflitos.

Figura 46 – Gado da família Xavier

Fonte: Acervo da família Xavier. José Xavier de Carvalho cria novilhas Gir e Índio Brasil em sua propriedade. Local: sítio São Pedro, Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1960.

Ney Braga, quando era governador do Paraná (1961 a 1965), nomeou Paulo Pimentel para Secretário da Agricultura. O referido secretário colocou em órbita vários projetos, entre eles, o direcionado à pecuária de corte, com predominância do gado nelore no norte paranaense. O projeto consistia em fazer permuta de animal sem raça definida por outro com *pedigree*. Para obter um exemplar da raça, o agricultor cadastrava-se na Secretaria. O Paraná, assim, transformou o espaço, com a introdução de aproximadamente “quatro mil reprodutores”, com destaque para o noroeste, com a popularização do gado nelore (BRAGA, 1996).

Constata-se que, em um quarto de século de colonização do município, grande parte da primitiva floresta deu lugar a outras culturas vegetais, introduzindo também outras espécies animais, sendo (re)ocupado o espaço por diferentes sujeitos. O café os trouxe, contudo, não lhes garantiu a permanência. O desmatamento, as geadas constantes e a ausência de correção do arenito caiuá provocaram a baixa produtividade, erosão do solo, o sopro desenfreado da revolução verde, solicitando a renovação tecnológica do campo, imprimiram nos sujeitos debilitados economicamente a ideia de trânsito e passagem, que levaram ao esvaziamento do campo.

Segundo Serra, (2010), Ribeiro; Wolfart; Silva (2020), Neves, *et al.*, (2010), a modernização da agricultura acelerou a expropriação dos trabalhadores do campo. Nessa direção, “pequenos proprietários, sem terras, meeiros, agregados e trabalhadores rurais, [...] representou uma série de rupturas e repercutiu em expropriações diversas, tanto dos seus meios de vida, como de saberes, conhecimentos e costumes” (RIBEIRO; WOLFART; SILVA 2020, p. 97).

De acordo com Juliana Santili (2019), o cessar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) fomentou a busca de novos mercados, ativando a circulação dos inventos e avanços da ciência industrial e química através da readequação das tecnologias de guerra para o campo. A chamada Revolução Verde, iniciada na década de 1950, dando um salto ao Brasil na década de 1960, difundindo a ideia de modernização do campo, erradicação da fome, aumento da produção, propagando a nova era da agricultura e abrindo perspectivas de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos. Tal revolução vem acoplada a um “pacote tecnológico” associado a insumos químicos, mecânico e biológico com crédito rural subsidiado, atendendo a um modelo agrícola monocultor.

A mecanização das atividades agrícolas e a prática da utilização em grande escala de insumos químicos, caso dos herbicidas, passam a comprometer o mercado de trabalho no campo na medida em que geram a dispensa em massa de trabalhadores. Com isso o Paraná, que até os anos 1960 se marcou, graças às lavouras de café como polo de atração populacional, passou a se destacar como polo dispersor quando o café entrou em crise e surgiram, em seu lugar, as lavouras mecanizadas (SERRA, 2010, p. 99).

Na década de 1960, o governo investiu na geração e difusão de conhecimento e de tecnologias. Iniciada pelo governo paulista e seguido pelo federal, ambos interessados nas exportações internacionais e na emergente agroindústria nacional. Nesse período, há convicção nacional de que o aumento da produtividade da terra e das fronteiras agrícolas estão atreladas à ciência (ALVES; CONTINI, 1988). Os mesmos autores afirmam que a “demanda por instituições especializadas em geração de conhecimento e tecnologia em ciências agrárias já está presente nos anos 50; no entanto, só a partir de meados de 60 e, [...] década de 70, é que o governo federal ampliou [...] os investimentos neste setor” (ALVES; CONTINI, 1988, p. 51).

Segundo Gabler (2012 *apud* RIBEIRO; WOLFART; SILVA, 2020), há registros na década de 1860, da criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. No governo Vargas (1930-1945), evidencia-se a constituição de escolas, institutos e instituições objetivando dinamizar a agricultura através da produção de gêneros, e formação de técnicos e engenheiros agrônomos (MENDONÇA, 1998 e 2007 *apud* RIBEIRO; WOLFART; SILVA 2020).

No processo de modernização da agricultura, emergiram conflitos resultantes de longos embates sociais e políticos que buscaram regular questões rurais. O Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o Estatuto da Terra (1964), legislação previdenciária (década de 1980) resguardando juridicamente o mundo rural

(PALMEIRA, 1989). Ainda o mesmo autor “os pressupostos [...] do Estado, articulados às [...] transformações [...] enquanto *máquina administrativa*, além dos efeitos provocados por sua presença [...] no campo, impuseram [...] mudança das relações Estado/grandes proprietários/camponeses” (PALMEIRA, 1989, p. 101. Grifo do autor).

Ainda nesta direção, Sergio Fojardo e Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, na produção “Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais”, no capítulo quatro, ao tratar de “Londrina e a sua polaridade no norte do Paraná” destaca que:

Muitos anos antes da geada de 1975 havia um processo de substituição de culturas que buscava introduzir, sobretudo, lavouras mecanizadas apoiadas no pacote tecnológico da Revolução Verde, como a soja. Ou seja, o processo de modernização da agricultura estava em andamento, o que a geada fez foi antecipar o fim do predomínio da cafeicultura no Norte do Paraná. O evento teve um caráter simbólico muito forte, mas seria ingenuidade colocar a culpa na geada por uma transformação que já vinha ocorrendo em várias partes do Brasil e estava iniciando no PR. Ao observar as cooperativas agropecuárias, tem-se a Coamo como um exemplo de cooperativa que surgiu já num contexto de diversificação e modernização (FORJADO; CUNHA, 2021, p. 27).

As transformações tecnológicas que atingem o campo brasileiro ganham impulso em Santo Antônio do Caiuá em meados da década de 1970, podendo ser testemunhado por todos que ali nasceram, residiram, empreenderam e trabalharam.

Preparam o solo a partir do sistema de coivara, utilizando as sementes crioulas, as quais eram selecionadas em colheita prévia, baseada no conhecimento tradicional, estavam com os dias contados. As primeiras tecnologias utilizadas nessa terra, ferramentas como o machado, a enxada, o rodo, enxadão, serrador, o arado e as máquinas de veneno entre tantas outras, entravam em estado de obsolescência, era preciso abrir para as mudanças.

Na década de 1950, os agricultores cultivavam o café Caturra, Bourbon e Mundo Novo. Embora o forte fosse o café no município, essa lavoura conviveu com outras culturas. A partir da década de 1960, constata-se através dos relatos dos entrevistados que o campo santo-antoniense passa operar timidamente com as inovações tecnológica, química e genética do mercado, paralelo às práticas e aos instrumentos tradicionais.

Os agricultores fazem uso de agrotóxico para combater as pragas do algodão. O uso excessivo desse produto, desprovido dos meios de proteção, levaram alguns agricultores a casos de intoxicação. Destaca o entrevistado Geraldo Ciriaco Xavier, que:

No cultivo do algodão passamos muito veneno para combater as pragas. Usava muito o BHC – Hexaclorobenzeno, vinha com o desenho de uma caveira no saco. Eram vários tipos de veneno, um para cada caso. Passamos veneno para

eliminar lagarto de folha, o bicudo e para dessecar as folhas o 3531040, facilitando a colheita (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Neves, *et al.* (2010) afirma que na transição dos anos 1960 para o 1970, a modernização no campo impulsionou o uso de insumos industriais na agricultura por meio de crédito agrícola para a incorporação de tecnologias, ampliando a produção agrícola, atendendo a demanda nacional e internacional através das exportações subsidiadas. O crédito para produtores do campo permitiu o “êxodo rural, a concentração fundiária e conflitos no campo pelos despossuídos” (NEVES, *et al.*, 2010, p. 24). Os mesmos autores salientam que:

A modernização trouxe [...] consequências ambientais em decorrência do avanço das fronteiras agrícolas, uso intensivo de agrotóxicos, redução da área de floresta e biodiversidade, recursos hídricos em latifúndios monocultores. Ignorou a demografia e conflitos. Portanto os planos estatais de modernização da agricultura foram contraditórios e unilaterais voltados aos interesses das elites agrárias (NEVES, *et al.*, 2010, p. 24).

Ressalta Alves; Contini; Hainzelin (2005, p. 9), “um grande número de pequenos produtores ficou à margem do progresso tecnológico”.

Na década de 1970, o café também passa a receber pequenas doses de adubo no entorno da saia e já ocorriam evidências e combate à ferrugem e à nematoide.

Para Valter Frehner (14/02/2022), “o que erradicou o café foi a doença nematoide, que dá na raiz do café”. O agricultor vai ter que lidar com esta situação para continuar cultivando, se assim o desejar ou fará outras opções. Este entrevistado escolheu o gado, outros continuaram tentando.

Embora o município tivesse algumas empresas de beneficiamento de café, as famosas cafeeiras, e fazendas também, há relato de agricultores que faziam uso de caminhões itinerantes, equipados com máquina para beneficiar o café *in loco*. Tal função era remunerada em espécie ou em produto. O proprietário negociava sua safra com este beneficiador, com outros cerealistas, ou armazenava o produto esperando bom preço.

O entrevistado Ricardo de Jesus Carvalho dos Santos explica que:

Após a colheita de café, me lembro que um senhor passava pelas propriedades cafeeiras de caminhão. Esse veículo transportava na carroceria uma máquina para descascar o café. O agricultor pagava uma taxa pelo beneficiamento, em dinheiro ou em café. Este senhor também comprava o café. As cascas eram utilizadas como esterco no campo (RICARDO DE JESUS CARVALHO DOS SANTOS, 05/05/2022).

Alguns sujeitos viram no café múltiplas possibilidades de ganhar dinheiro, ao invés do agricultor oferecer seu produto ao cerealista, o beneficiador itinerante realizava o processo inverso. Visita o produtor, presta serviço, recebe pelo trabalho (aceitava permuta, o beneficiamento por sacas de café ou em espécie) e faz uma proposta de compra do restante da safra, o atravessador. Este articulador constrói uma ponte direta com o agricultor. Dinâmica diferenciada das cafeeiras com endereço fixo, muitas à espera do agricultor visitá-lo para oferecer a safra.

A partir da década de 1970, alguns proprietários de terra, dedicados à monocultura do café, introduziram em suas propriedades o trator e o secador de café. No primeiro caso, agilizando o gradear do solo, no segundo, a celeridade da secagem para o processo de armazenamento ou comércio dos grãos. Algumas cerealistas no município adquiriram tratores, que acoplavam máquinas debulhadoras (de milho, feijão, entre outros) que eram locadas aos agricultores em período de colheita. Esses últimos contratavam os serviços dos primeiros a quem vendiam o produto.

No início da década de 1970, o empresário e agropecuarista Wilson Sasaki instala secador de café e máquina de beneficiamento desse produto em sua propriedade agrícola na gleba Paranapanema, saída para Inajá.

Os estudos demonstram que vários agricultores adquirem trator a partir do final da primeira metade da década de 1960 no município e no processo de implementos agrícolas para uso particular ou prestação de serviços.

Evidencia o mesmo entrevistado Geraldo Ciriaco Xavier (11/02/2022) que o gaúcho “Tranquilo Zortéia adquiriu um trator em 1965, tombava, gradeava, nivelava e preparava a terra para outros agricultores, mas o plantio era realizado através de máquina manual pelo próprio proprietário” e o cerealista “Wilson Sasaki enviava a debulhadora de grãos até o agricultor. O funcionário a transportava engatada ao trator para realizar a tarefa”.

Nos dois casos citados, os proprietários prestavam serviços. No primeiro, mediante pagamento e, no segundo, se o produtor negociasse a produção ou parte dela com cerealista, não havia taxas.

Tabela 08 – Proprietários de trator

Ano de aquisição	proprietário	Atende
1965	Tranquilo Zortéia	Tomba terra para terceiros.

1965	Jorge (Japonês)	Extensivo apenas a sua propriedade
1965	Manuel Becher Araújo (Mané Gaúcho)	Extensivo apenas a sua propriedade
1966	José Xavier de Carvalho	Extensivo apenas a sua propriedade
1970	Wilson Sasaki (cerealista)	Máquina debulhadora de cereais para terceiros

Fonte: Entrevistas com o coletivo de moradores e ex-moradores do município realizadas em 2022. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Ainda segundo o conjunto dos entrevistados, várias fazendas tinham tratores, os quais usavam para gradear o solo e transportar em carretinhas, as sacas de café colhidas, que eram secadas em terreirão, ou outros produtos.

Os pecuaristas, além da pastagem para o gado, reservam parte da sua propriedade para cultivo de produto para silagem. Alguns edificam refrigeradores para conservar o leite em baixa temperatura e também distribuía a ração para melhorar a produção de leite e a engorda do rebanho.

José Xavier de Carvalho criava gado de corte e leiteiro, plantou cana, sorgo, milho, mandioca e colômbio, comprou um triturador para fazer silagem pro gado. Na década de 1970, construiu silo para armazenar a ração para alimentar o rebanho. Criava-se para leite o gir, girolando, guzerá. Construiu o curral e um refrigerador para resfriar o leite. Ordenhava as vacas duas vezes por dia. O refrigerador era uma grande caixa de concreto com água refrigerada até a metade, onde depositavam os galões de leite, que eram entregues ao caminhão do laticínio pela manhã.

Mas essa não era a realidade de todos os criadores do período. Pequenos proprietários plantavam a cana e levavam feixe para o gado e ordenhavam a vaca no piquete. Nesse entendimento, como já registrado, grandes pecuaristas criavam gado de corte e nem todos os pequenos agricultores criavam gado ou eram portadores de tais benefícios tecnológicos.

As instalações das pastagens, além de vários outros fatores já apresentados, corroboraram para o esvaziamento do campo no município, levando ao fechamento das escolas e despovoamento da vila Xavier. Outro fator que contribuiu para a redução demográfica local, segundo o conjunto dos entrevistados, foi o fechamento do porto Angelim, pelo fato de ser uma reserva florestal, com o intuito de preservar o ecossistema e toda a biodiversidade que compõe esse reduto da Mata Atlântica, incrustado no vale do Paranapanema em terras paulistas.

No entanto, a transformação tecnológica do campo se acentua no final da Segunda Guerra Mundial, chega ao Brasil atingindo o Paraná também na pecuária, no governo de Ney Braga, através da renovação do plantel bovino, proposto pelo Secretário da Agricultura Paulo Pimentel, abraçando com força o noroeste paranaense e, no campo agrícola, tecnologias, novas sementes, fungicidas e adubos.

Portanto, as intempéries somadas a todos esses fatores confirmaram a queda vertiginosa da população local no município e na região nas décadas seguintes.

Da mesma forma que o homem substituiu a floresta pelo café, o fez pela lavoura branca e dessa para o gado, embora essa prática nem sempre se desse na mesma ordem.

Nos anos seguintes, os fazendeiros vão realizando a transição dos cafezais cansados e improdutivos por outras lavouras e pastagens e, simultaneamente, as famílias deixam o campo e seus trabalhadores indenizados.

A fazenda Adrianela segue o mesmo caminho da União, em 1968, abstém-se do café e das famílias de trabalhadores, optando pela pastagem e criação de gado.

Assim relata o entrevistado Orlando Mendes de Oliveira:

Meu pai [Tomaz Mendes de Oliveira] recebeu a indenização da fazenda Adrianela, em 1968. Os italianos venderam 250 alqueires de terra e 40 mil sacas de café pra indenizar todos os trabalhadores. Deram pro meu pai 100 alqueires de terra já escriturada, por tempo de serviço como administrador da fazenda e o Ferruci uma Rural Willys. Os proprietários, com medo do sindicato, venderam e passaram a cultivar só pastagem e gado na fazenda. O gerente das fazendas Ferruci chegou com dois objetos: A escritura de 100 alqueires de terra que deu pro meu pai e o documento de um carro, uma Rural na época 1968, que o gerente Sebastião Ferruci ficou pra ele (ORLANDO MENDES DE OLIVEIRA, 12/02/2022).

Há uma desistência contínua e gradual não só por causa do café, por outras culturas que exijam menos mão de obra e proporcione lucros, mas também por causa do sindicato que estava atento aos direitos trabalhistas. Os trabalhadores também estavam cientes dos seus direitos, resultando em acordo entre patrão e empregado, seguido de acentuado esvaziamento rural, configurando a queda demográfica do município em questão.

O desmatamento desordenado atrelado à introdução do gado e à mecanização, promoveu a aceleração do processo erosivo.

Em 1974, a fazenda Santa Luzia, bem próxima à divisa da propriedade de Dário Ferreira dos Santos (na estrada Piastrelli), na qual encontrava-se uma cratera erosiva profunda em área de pastagem, a qual tinha um olho de água. No fundo e centro da enorme

vala, a água da mina percorria um longo caminho em direção ao córrego Marabá, no fundo da propriedade.

Os proprietários de terra do município de Santo Antônio do Caiuá realizaram desmatamento desenfreado até as margens dos rios, provocando a erosão de forma descontrolada. Os representantes do Banco Interamericano do Desenvolvimento visitaram o famoso buracão. O município desenvolveu um projeto de contenção da erosão em 1982 com a edificação de 7 barragens, através da construção de curva de nível e reflorestamento, buscando amenizar o problema (ROSSATO, 2005 *apud* HARACENKO, 2017).

Segundo o Censo de 1970, o município teve um grande *boom* econômico e demográfico. Nos anos seguintes, ocorre um divisor de águas do ponto de vista do cultivo agrícola e das migrações, não só em Santo Antônio do Caiuá, como nos demais municípios paranaenses.

Segundo o morador José Alves de Almeida, filho de cearense, migrou para Mirante SP, vivendo do cultivo do campo, chegando em 1968 ao município de Santo Antônio com a família composta por 11 pessoas (pais e irmãos) em um sítio de seis alqueires na estrada Paranapanema, próximo à vila Xavier:

Meu pai nos contou, que na geada de 75, muita gente vendeu as propriedades pra poder [...] pagar as dívidas. Naquela época, as pessoas honravam as dívidas, hoje tem muita gente que prorroga a dívida, vai jogando pra frente. Naquela época não, você devia, o fiscal do banco estava quase todo dia a sua porta. Era obrigado a vender a propriedade pra pagar a dívida. O pessoal se sentia muito chateado, com o fiscal todos os dias na porta cobrando a dívida. Meu pai foi obrigado a vender o que tinha pra poder pagar [...] e veio pra cidade. Com o que sobrou, compramos uma casa e continuamos tocando nossa vida.

Com a erradicação do café, o pessoal que morava na zona rural. Veio pra cidade. Isso aí também fez com que a população procurasse outras cidades. Muitos foram embora naquela época pela necessidade. O preço baixo do café, foi tirando o pessoal da lavoura. Essa ideia de plantar café, não tendo o incentivo e preço fez, fez o pessoal migrar para as grandes cidades de São Paulo, Curitiba, Paranaíba, Maringá.

O município tornou-se uma cidade agrícola no ramo da pecuária. As pequenas propriedades foram se unindo às fazendas e isso foi afastando muita gente da zona rural pra outras cidade ou outras cidades maiores (JOSÉ ALVES DE ALMEIDA, 12/02/2022).

O relato de Almeida colabora no entendimento de que a geada foi apenas uma das consequências da situação periclitante que afetou o pequeno proprietário agricultor, no entanto o endividado, com as humilhantes cobranças e a falta de saída para renegociação com a instituição financeira, levou à perda da terra, bem de sustento familiar.

Surge uma nova onda de pequenos proprietários ou de grandes proprietários com capacidade econômica para adquirir as terras vizinhas. Na falta desses, outros sujeitos de outros municípios ou estados o fizeram. Instala-se o êxodo rural, somado à concentração fundiária.

Observa-se novos indícios de conflitos, famílias proprietárias simultaneamente a famílias de trabalhadores assalariados deixando o campo, incorporando ao contingente urbano e adequando-se a outras opções de trabalho ou integrando-se ao MST, na luta por um pedaço de terra e cidadania.

Algumas famílias de expropriados da terra no município integraram o assentamento Taperivá, do MST (1980), uma antiga fazenda localizada em São João do Caiuá. Sem contar que muitos dos expropriados do município migraram para vários estados brasileiros, outros emigraram para a Alemanha, Estados Unidos, Espanha, Itália, Japão ou Suíça em busca de novas oportunidades econômicas. Tem-se ainda um contingente significativo de pessoas trabalhando nos municípios da região noroeste, em diferentes funções.

Segundo Arnaldo Rossato, em entrevista a Haracenko (2007), muitas pessoas passam a trabalhar na cana em Paranacity, Junqueira, Colorado e Paraíso do Norte, mas também em São João do Caiuá, Paranavaí e cidades paulistas.

Figura 47 – Gado da família Reck



Fonte: Acervo Albina Reck. Gado no curral para ordenha manual. Manuel Becher Araújo (Mané Gaúcho), com dois filhos, na lida com o gado. Fotógrafo e ano desconhecidos.

O município empreende pastagem, com predominância para gado de corte (grandes propriedades), gado leiteiro de diferentes origens (pequenos proprietários), cultivo da mandioca e cana. Há também plantio de milho e cana para silagem, grande

parte transformada em ração para o gado e aviário local, destinado ao abate. Os parques filhos do campo foram centralizados nas escolas na sede do município.

Em geral, os pequenos proprietários no campo cultivavam café, lavoura branca, criavam animais (galináceos, suínos, caprinos, entre outros) para o consumo e equinos, asinino, muares (aragem do solo, tração animal e transporte de madeira para a produção artesanal de palanques, construção de cerca, cochos e pilões) e o gado (comercializavam e consumiam o leite e seus derivados e também algumas reses).

O trabalho familiar aliado à policultura, à criação de animais e à comercialização do excedente são formas adotadas pelo pequeno agricultor para ampliar a renda.

Destaca Marcelo Thorony (10/02/2022), “o gado PO vai para exposições e leilões, portanto levamos o nome de Santo Antônio do Caiuá para longe. Hoje é um dos municípios do noroeste do Paraná que tem mais pivô central, por influência nossa”.

A citação acima evidencia a supervalorização que o empresário agropecuarista Thorony presta a sua empresa no município, ressaltando a relevância da propriedade como criatório e reprodução de matrizes e, simultaneamente, exalta o papel desempenhado por ela, projetando Santo Antônio do Caiuá no cenário regional e nacional através de exposições e leilões de matrizes ali produzidas.

Revela Rossoni, A. *et al.* (2019, p. 73), “o estado do Paraná se destaca como grande produtor agrícola e pecuário em nível nacional.

O entrevistado Marcelo Thorony expõe que:

A pecuária tem dificuldades em pequenas extensões, não sobrevive. O ICMS que este empreendimento gera e a quantidade de pessoas empregadas são pequenas se comparados às indústrias. E a indústria do turismo no município ainda é insipiente, não gera retorno aos cofres públicos. Outra situação é a concentração fundiária, pois a empresa Agropecuária Paraná é detentora de quase 2.000 alqueires de terra no município. As pequenas propriedades foram incorporadas às grandes, com isso, muita gente migrou. Hoje, o município tem grandes extensões de terras nas mãos de poucos, isso aliado à ausência de indústria, dificultando a fixação do homem (MARCELO THORONY, 10/02/2022).

É consenso entre os entrevistados que a introdução do gado restringiu a oferta da mão de obra, somado à grande concentração de terra nas mãos de poucos, aliada à falta de indústrias forçaram o esvaziamento do campo. Corrobora Sotelli (*apud* HARACENKO, 2007, p. 265), “vi o boi no lugar do café [...] o boi tira o homem”.

Alguns proprietários rurais ou locatários, fixados na área de fronteira do município com São Paulo, margem pelo rio Paranapanema, com majestosa vista simultânea para esse rico manancial de água corrente e a reserva florestal Morro do Diabo, tornou-se

chamariz para o turismo rural, buscaram empreender (lanchonetes, restantes e alugueis de chalés), ação que mantém a família agricultora no campo e gera certa empregabilidade.

Nos últimos anos, surgiram as casas e chácaras de veraneio, onde seus respectivos proprietários passam finais de semana, feriados e períodos de férias ou alugam a interessados. O município mantém um calendário festivo, como a Festa do Padroeiro e o Carnaval de rua, que chega a reunir de 5 a 8 mil pessoas todos os anos.

3 AS FAMÍLIAS CHEGAM EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

“Era comum a turma partir do Norte para o sul. Ficamos sabendo que o Sul estava abrindo e viemos de caminhão pau de arara” (DOMINGOS BATISTA SANTANA, 2022).

Como cada família chegou ao patrimônio, seria difícil retratar com precisão, porém, será realizada a partir dos depoimentos de seus moradores.

Meu pai Dario Ferreira dos Santos, pernambucano de origem, migrou para a Paraíba e de lá para São Paulo, onde trabalhou na reserva Florestal Morro do Diabo por um período, alcançando o patrimônio de Santo Antônio do Caiuá, pelo rio Paranapanema, em 1953. Nesse lugar foi arrendatário de café, na propriedade do suíço Fhenher (1954) e de algodão, na família Xavier. Ali conheceu a jovem baiana Matildes, que já se encontrava no lugar desde 1950, com quem contrai matrimônio em 1959.

Meus pais se levantavam muito cedo. Ele, trabalhador do campo, ela professora. Tornaram-se moradores urbanos da pequena cidade em 1964. Ela acendia o fogo à lenha, moía o café e passava no coador de pano. Sentavam-se à mesa com os cinco filhos, enquanto tomavam o café, saboreavam a tapioca, o pão ou bolo e proseavam um pouco.

Logo que levantavam da mesa, ele arreava o cavalo para ir para a roça, a cinco quilômetros da sede do município, e a minha mãe ia para a escola ministrar aulas.

Meu pai foi arrendatário de café junto com o irmão Pedro (casado). Somente após o casamento, com o arrendamento de terra para cultivo de algodão, comprou um sítio no final de 1963, pós geadas. Optou pela erradicação do café queimado (aproveitando o incentivo econômico do governo brasileiro) e plantou lavoura branca (feijão de vara, milho, amendoim, mamona, algodão, mandioca, arroz – na várzea) cana, pastagem para criação de animais (equinos, muares, gado e porcos) e aves.

Na minha infância, não plantei tais produtos. Eu e meus irmãos não realizamos essas tarefas nesse município porque não aguentávamos com a máquina, mas os fizemos em Ivaiporã, a partir de 1975, na terra roxa, quando mudamos. Contudo, me recordo de trabalharmos na carpa e colheita desses produtos, no arenito Caiuá.

Tenho fortes lembranças do meu pai com o facão afiado, realizando corte na cana antes e após o nó, dividindo-a em partes, caindo sobre o monte que se avolumava. Estava preparando as mudas da cana para o plantio.

A égua Campolina segue em linha reta abrindo um sulco na terra, puxa o arado empunhado firme ao chão pelo meu pai. Assim, ele iniciava um dia de trabalho duro na roça.

Filho de agricultor aprende na prática do dia a dia. Assim foi comigo, meus irmãos e outros filhos de agricultores. Ele nos ensinou a plantar (eu com 9 anos, minha irmã Ana Regina com 10 e o Ricardo com 12). Nós íamos no monte já cortado com antecedência, enchíamos uma lata com toletes de cana cortado e íamos colocando no sulco. Cada um numa rua. Me lembro que pegamos uma coceira danada. Em casa, na hora do banho, minha mãe encontrou muito carrapato embaixo dos braços, nas dobras dos joelhos, dos cotovelos, do pescoço e partes íntimas. Eram carrapatos pequenos, chamados micuim, e outros grandes. Após retirá-los, passou álcool. Permanecemos várias semanas empelotados, numa coceira sem fim. Uma situação calamitosa e desesperadora.

O plantio de mandioca era a mesma coisa, só mudou o produto, mas nesse plantio não pegamos carrapatos.

Meu pai era “nordestino”, portanto, só plantava o feijão de vara, o qual colhíamos as bajas; quanto ao milho, participávamos apenas da seleção das sementes crioulas.

Em período de plantio, orientados por meu pai, íamos ao paiol do sítio, aprendíamos a selecionar as melhores e maiores espigas e a debulhar manualmente apenas o meio do milho numa lata de 20 litros, as quais eram utilizadas para o plantio. Com relação ao amendoim, meu pai contratava boia-fria (homens e mulheres, adultos de todas as idades) para a colheita. Esses trabalhadores arrancavam e batiam, nós não participávamos. Enquanto eles arrancavam e, posteriormente, batiam no balaio para separar as bajas dos galhos secos, trabalhávamos na carpa da mandioca. Meu pai sempre nos designava outro trabalho, mas observamos como se dava a colheita. Balaio cheio, os boias-frias amontoavam cada um num monte separado. No final da tarde ensacavam, meu pai ia costurando os sacos e logo chegava o caminhão da cerealista que levava o produto, pesava e pagava. Com relação à mamona, participávamos da carpa e da capação (tirávamos o olho para a planta não ganhar altura e soltar outros galhos no seu entorno). Além disso, como eu era a filha menor e magrinha, meu pai me ajudava a quebrar os cachos secos e os que estavam em processo de maturação e depositava no balaio, que eram transportados pelos irmãos maiores para o terreirão de chão batido, próximo ao plantio numa área aberta com fácil penetração do sol para facilitar a secagem. Quando todos os cachos secavam, batíamos com uma vara grande para debulhar. Meu pai e meu irmão Ricardo abanavam e colocavam nos sacos, após costurados, eram levados pela cerealista.

Quanto ao algodão, participamos apenas da colheita na fase inicial. Meu pai contratava boia-fria. Geralmente, não deixava eu e minha irmã trabalharmos com esse

coletivo. Logicamente, queríamos fazer parte do grupo, mas ele tinha esse cuidado, éramos pequenas.

O sítio era o local onde trabalhávamos com meu pai e passávamos as férias escolares em família, no mês de julho, janeiro e fevereiro. Era uma felicidade só, porque nossa mãe e os irmãos menores pernoitávamos nessa curta temporada por lá.

Passa-se à análise do papel desempenhado pela mulher no contexto histórico social:

Figura 48 – Família Sobrinho registrou a florada do café



Fonte: Acervo Antônio dos Santos Sobrinho. Florada do café Sumatra. Família Sobrinho. Da direita para a esquerda: Francisca Fausta da Conceição (avó), Sebastião Gomes Sobrinho (tio), Laura Gomes Alves (tia), Laudelino Gomes Cordeiro (primo), Florinda Maria Gomes (tia), João e a esposa Isabel Gomes Cordeiro com a filha (primos). Agachados: Dario Gomes e a irmã Sobrinho Marlene Gomes Sobrinho (primos). Antônio Gomes Sobrinho (tio). Local: Estrada União, próximo ao córrego Mercúrio, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1969.

Evidencia Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022), que:

Os homens dedicavam-se ao trabalho na lavoura de segunda a sábado. Chegávamos muito cedo na roça e saímos tarde. Na época de colheita, as mulheres também ajudavam.

O trabalho de casa era realizado pelas mulheres. Cuidar da casa, dos filhos, preparar os alimentos e levar até a roça para o marido. Na época da colheita elas arregaçavam as mangas e ajudavam. Todas, digo por exemplo, minha saudosa mãe e tias fizeram esse trabalho. Não tinha essa separação entre marido e mulher, todos trabalhavam. Meu pai chegava da roça e ajudava a minha mãe. Não tínhamos água encanada. Era água de poço, luz de lampião e lamparinas a querosene. Esse era o nosso dia a dia.

As mulheres participam das colheitas de todos os gêneros: do café, amendoim, arroz, feijão, mandioca, algodão. Nos primeiros anos do sítio a gente tinha tudo da terra. A compra que recorriamos ao armazém em Paranaíba era o querosene o sal, ferramentas, roupas e calçados. Porque o restante tudo a terra nos dava. A mulher sempre teve voz e participação. Como sabíamos que a mulher participa desde o governo de Getúlio Vargas. Meus pais e tios sempre participavam com suas esposas. Dia de eleição sentavam com a família os homens e mulheres e conversavam porque votar nesse ou naquele candidato,

porque devemos participar. Mesmo no interior a mulher participava. Ela tinha um papel naquela comunidade em que vivia. Participavam ativamente, não só no voto, mas participava da decisão sobre o que plantar, qual a melhor semente. A mulher tinha isso ativamente. A cobrança da minha mãe e tias sobre as tarefas da escola. As mulheres cuidaram dessa parte. Era tarefa da mãe.

Nas tarefas domésticas, os filhos ajudavam: alimentam os porcos, galinhas com milho, abóbora e mandioca. Pouca roupa, a mãe lavava com a água de poço e muita roupa utilizava a água de mina. Lavava-se em batedouros. Roupas mais encardidas do período de colheita colocava-se para ferver em latão com sabão de soda.

Os filhos menores ajudavam nessas tarefas. Digo isso porque trabalhei com minha mãe nessas tarefas e não me senti inferiorizado. A mulher tinha uma tarefa muito grande.

O homem matava o porco e limpava. Nessa tarefa a mulher e os filhos ajudavam a cortar o toucinho. Tinha os tachos próprios, sobre aquelas fornalhas. Colocava-se aqueles toicinhos picados, transformava-se em banha, separava o torresmo, colocava-se em latas de 18 litros com tampa, mesmo porque geladeira não existia. A carne frita também era colocada naquela gordura para posteriormente ser consumida. Essa carne não estragava, ficava meses. O trabalho da mulher era muito grande, ela participava, trabalha ombro a ombro com o marido.

Durante o ano até a florada e ruação o homem cuidava. Limpa debaixo do café com aqueles rodos (uma enxada grande), amontoando as folhas e galhos em montes. A mulher e os filhos participavam derriçando, limpando tronco e rastelando. O homem abanando (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

A narrativa do Antônio dos Santos Sobrinho revela mulheres com liberdade de opinião, voto e participação na tomada de decisão familiar, praticada por pouquíssimas famílias no período analisando, segundo o conjunto das entrevistas.

O depoimento demonstra a cumplicidade e união, através da cooperação do coletivo familiar em idade de trabalho, nas tarefas domésticas e do campo com o objetivo de vencer e prosperar. Esposo colaborando com a mulher e esta, com o marido e, nesse compasso, os filhos seguem o mesmo ritmo. Aparentemente, uma família despida de preconceito ao feminino, por outro lado, revelador da força feminina naquela conjuntura.

Para Schwendler (2003), a mulher é produto de uma construção social, estabelecida nas relações familiares de trabalho e nos embates sociais. Nesse entendimento, adquire força com Perrot (2008, p. 63), afirma que “não nascemos mulher. Tornamo-nos mulher [...] convida à desconstrução das definições tradicionais”.

As mulheres da família Xavier tinham liberdade para ir e vir, foram orientadas para o trabalho, tinham liberdade de decisão, estimulou-se a educação, mas existia regra quanto à conduta e divisão de trabalho. O pai trabalhava com peões, mas também utilizava o trabalho dos filhos quando necessário. Estas, por sua vez, além da tarefa doméstica e rural, atuaram como comerciárias, professoras, catequistas, costureiras, lavadeiras,

passadeiras, parteiras e estudantes. Portanto “as mulheres ganharam [...] dupla jornada de trabalho” (SILVA, 2021, p. 564).

Afirma a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (2022 *apud* MENDONÇA, 2022) que, sua mãe, Anna Josepha Ciriaco de Carvalho, esposa de Xavier, redigiu uma carta solicitando à empresa de ônibus Andorinha, na Estrada Paranapanema, para transportar moradores e estudantes, a qual foi atendida. Atendendo à solicitação do esposo, requere por escrito empréstimo na agência Banco do Brasil. Educados para a independência e autonomia, os filhos (as) tiveram professores a domicílio ainda na Bahia e estudaram corte e costura em Pindaí, BA.

Temos aqui uma mulher de agricultor alfabetizada com articulação política e econômica na década de 1950. Uma família que se preocupa com a comunidade, valoriza a mulher, a educação e a prepara para a vida. Nessa esteira, há mulheres santo-antoniense, atuando “na fronteira entre o público e o privado” (GODINEAU, 1991, p. 29).

Enfatiza Condorcet (*apud* PERROT, 2008, p. 24), “a mulher tem os mesmos direitos que os homens; [...] ela deve usufruir das mesmas facilidades para obter as mesmas luzes, pois só estas podem lhes proporcionar os meios de exercerem esses mesmos direitos com a mesma independência e a mesma amplitude”.

Enquanto a família Xavier se preocupava com a educação dos filhos (de 14 filhos vivos, 10 eram mulheres), outros pais se opunham ao estudo para eles em favor do trabalho. As “mulheres não precisam de estudo” Maria Irene Rodoviski (15/02/2022), hoje, agricultora. Ritinha Cavalcanti (20/02/2022), “estudei quando fiquei adulta”.

Eliana Terezinha Vial (27/03/2022) “minha mãe trabalhava lado a lado com o meu pai na questão de administrar [...] foram grandes apoiadores e incentivadores da educação dos filhos. Ainda a mesma depoente, em “1966, naquela época, se o carro estivesse no nome da mulher, não pagava imposto. O meu pai comprou e pôs no nome da minha mãe para não pagar imposto. Ela tinha um recalque, porque ele não permitiu que ela aprendesse a dirigir”.

Na família Vial, assim como na Sobrinho, as mulheres dialogam e participam das decisões do campo, na Xavier, a esposa Anna se abstém, mesmo porque era grande sua responsabilidade no entorno doméstico e empresarial. No entanto, observa-se que na Vial se priva a esposa de dirigir o veículo, mas tira proveito da lei, beneficiando-se da isenção de imposto com o carro no nome da esposa, o que demonstra certo controle ao feminino.

O conjunto das entrevistas evidencia que, na maioria das vezes, a opinião das mulheres não era ouvida e raramente acatada. Alguns entrevistados falam que ouviam as

mulheres, mas deixavam de lado. Geralmente, as mulheres andavam sempre acompanhadas.

Confirma Soihet (2001), que médicos e juristas se manifestaram “acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. [...] deveriam estar acompanhadas” (SOIHET, 2001, p. 365).

O coletivo das entrevistas demonstra que elas foram muito importantes no processo de colonização, trabalharam lado a lado com o esposo, exercendo, muitas vezes, dupla jornada, nas atividades domésticas e no campo, bem como na educação dos filhos. Estas, além de trabalharem muito, costuravam, remendavam as roupas e economizavam. Portanto, direta ou indiretamente, as mulheres fizeram parte de todo o processo colonizador. Para Gomes (2020), costurar para fora dava às mulheres retorno econômico e contato social.

Conclui-se ainda que nenhuma mulher comprou lote na fase inicial da colonização, no entanto, a viuvez deu a elas o poder de gerir e trabalhar a terra com os filhos, nem sempre tarefa fácil. Elas trabalharam como peoas, boias-frias, professoras, inspetoras de ensino, secretária (em empresas da família e públicas), diretoras de instituições educacionais, donas de casa, catequistas, benzedeiras, parteiras, costureiras, rendeiras, crocheteiras, bordadeiras, cabelereiras, comerciárias (empresa da família), operadoras de máquina em serraria (empresa da família), vereadoras, lavadeiras, passadeiras/engomadeiras, babás, cozinheiras, organistas, empregadas domésticas, zeladoras, doceiras, boleiras, bancárias, pescadoras, prostitutas, entre outras.

Afirma Soihet (2001, p. 367), “era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade”. A essa altura, essas trabalhadoras, enfrentavam a situação, falavam palavrões e eram fortes (SOIHET (2001).

Mesmo ocupando diferentes espaços, mantendo a si e à prole financeiramente, há relatos de mulheres que foram agredidas verbal, fisicamente e também tentativa de assassinato e efetivação. Algumas delas souberam dizer não a todo tipo de violência doméstica buscando a separação, enquanto outras não.

Relata Maria Madalena Souza:

As mulheres não tinham direito a nada. Ele que mandava, até que nós separo. Fiquei com seis fi [filho], tudo se cobria de balaio [filho pequeno]. Trabalhei de boia fria, de doméstica. Trabalhei muito pra cria os meus filho na roça. Na

falta da comida, as vezes matava um lagarto, fazia um pirão e comia (MARIA MADALENA SOUZA, 13/02/2022).

Assim como várias outras mulheres, Maria Madalena foi arrimo de família. Com a separação, assume o sustento dos filhos e da casa. Para tanto, alternou entre as funções de trabalhadora do campo (boia fria) e doméstica.

Alude Mendonça (2022), os inspetores de polícia José Xavier e Primo Rossato, foram requisitados no município de Santo Antônio do Caiuá, para atender casos de agressão feminina e de separação de casal na Vila Xavier, estrada Paranapanema.

A depoente Carmita de Souza Pena (10/03/2022) afirma: “as mulheres não tinham direito. Os homens decidiam tudo, inclusive em quem votar”. “Na minha casa [...] o homem é que mandava” (ORLANDO MENDES DE OLIVEIRA, 12/02/2022).

Esclarece Walter Frenher (14/02/2022): “as mulheres falavam amém”, nessa mesma linha de pensamento, “se ela desse o palpite certo, podia até ser ouvida. Quem é que ia apoiar o palpite errado?” (SALVADOR BATISTA DE SOUZA, 13/02/2022).

Do coletivo de cinquenta entrevistas, 31 foram realizadas com homens e 19 com mulheres. As narrativas revelam o universo doméstico (do recorte estudado), de controle fortemente masculino, por outro lado, evidencia-se claramente, mulheres fortes, não omissas. Embora tenham manifestado suas opiniões e decisões, nem sempre aceitas. Mesmo assim, esse pequeno recorte revela mulheres libertando-se dessas amarras de poder, seja pela instrução educacional, pelo trabalho (diferentes ramos e funções) assalariado, os quais, proporcionaram-lhes no processo, independência, autonomia e empoderamento.

Os relatos demonstram ainda que, em algumas famílias, as mulheres já vinham conquistando seus espaços, em outras, era algo a alcançar. No entanto, o processo de transformação encontrava-se em órbita. Corrobora Perrot (2008), elas lutaram para ocupar os diferentes espaços: direito à educação, trabalho, salário digno e, principalmente, por liberdade.

As interlocuções corroboram para desnudar como a participação e o posicionamento das mulheres eram tratados e vistos pelos homens na maioria das decisões tomadas nessa conjuntura histórica no município. Elas nem sempre se calaram, foram omissas e submissas.

Embora não seja dado o devido destaque e realce ao seu papel no processo colonizador, elas se fizeram presentes, com oração, brilho, força e trabalho. Integraram carreatas, palanques de candidatos, vida política, cultos, missas, procissões, teatros

amadores do município, e marcaram presença nas praças públicas, no cinema, bailes, quando puderam, decidiram através do voto seus candidatos, fizeram parte de comissões do clube Crepar no município ocupando diferentes funções, bem como comissões de festas religiosas, grupos de carnaval, entre outros. Com o trabalho assalariado, passam a decidir sobre onde e com o que gastar, parte delas passam a ser clientes bancárias, com isso, ganham autonomia e poder de decisão ocupando novos espaços na sociedade.

Toda essa transformação ocorre no município simultâneo à conjuntura nacional. Segundo Silva, o:

processo de individualização do trabalho libertou, [...] as mulheres das amarras do poder do pai-marido-patrão [...] por outro lado, ter aumentado as esferas da dominação, através de outros agentes [...]. Paradoxalmente, foi nos porões dessas relações de dominação/exploração de classe e gênero, que as mulheres foram construindo suas estratégias de recusa (SILVA, 2021, p. 572).

Com o falecimento do pai, a filha Maria Irene Rogovski, (15/02/2022) segue a vida cultivando a terra. “planto e colho para o consumo e vendemos o que sobra”. As mulheres “aprendem a lavrar a terra e a gerir seus negócios” (PERROT, 2008, p. 113).

O conjunto das entrevistas com homens e mulheres demonstra o poder e controle dos homens sobre as mulheres. Todavia, também revela mulheres exercendo diferentes funções e profissões no município. Mulheres de proprietários de terra e trabalhadoras exercem jornada dupla. As fontes evidenciam também, mulheres intervindo em nome da comunidade junto à empresa de transporte coletivo e solicitando empréstimo bancário para o cultivo agrícola. Nesse sentido, elas não se calaram, não permaneceram submissas, quando conseguiram liberta-se racionalmente, impuseram-se, pediram ajuda, denunciaram, separaram-se e seguiram a vida com independência e autonomia.

Figura 49 – Estrada do Paranapanema, 1954



Fonte: PEREIRA (2020). Imóveis nas laterais da Estrada Paranapanema em processo de desmatamento. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1954.

Contrariando a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o que ela chamou de estradas, alguns migrantes a denominaram “picadão”, em virtude da estreiteza e de algumas raízes e restos de tocos expostos pelo caminho. Nesse sentido, destaca a entrevistada Elvira Concatto (17/05/2022) que “de Sumaré pra cá era um picadão até Santo Antônio do Caiuá e vai até o Paranapanema. Nos deparávamos com troncos de árvores e raízes”.

A família Concatto chegou no patrimônio, no final de 1953, em outubro, portanto, já fazia quase 4 anos do desenvolvimento de infraestrutura local. Observa-se nos migrantes gaúchos um olhar refinado e exigente entre a propaganda da Companhia e o encontrado.

O grande *boom* migratório para o futuro município deu-se entre os anos 1950 e 1970 do século passado, mas nas décadas seguintes essa onda arrefece. Planejada em uma área de floresta, projeta-se a planta das urbes, traçam-se as avenidas e abrem-se as estradas, loteando as áreas urbanas e rurais. Anunciada a venda, inicia-se a corrida pela aquisição dos imóveis, à vista ou a prazo, pequenas e grandes áreas. Tudo depende da capacidade econômica de cada comprador, não importando a origem. Uns empreenderam, muitos outros buscavam trabalho no lugar, alguns o fizeram para especulação, e parte do coletivo humano permaneceu, outros seguiram viagem ou retornaram às suas origens.

Alguns empreendedores se estabeleceram na área rural e/ou urbana, em plena mata, prestes a ser tombada, enquanto outros, mais cautelosos, preferiram deixar por um período, a família ou parte dela segura, num centro, com ares mais desenvolvidos. Tem-se o exemplo das famílias Carniel, Barboza e Xavier, em que esposas e filhos menores permaneceram em Alto Paraná. A família de Abrahão e Ernesto Vial e a de Primo Rossato permaneceram em seus estados de origem, a última em Andradina e a outra no Rio Grande do Sul. Porém, tiveram famílias gaúchas, a exemplo da Concatto e Silocki, que chegaram de “mala e cuia”, morando os dois casais numa casa vazia do vizinho até construírem. Observa-se, com isso, certa insegurança de algumas famílias, em se estabelecer no lugar pela total falta de infraestrutura, que passara a ser edificada pelos que chegavam.

Segundo Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022), “a cada quinze dias ou mais eu e meu pai retornávamos a Alto Paraná para rever a família e fazer compras, voltando no início da semana a Santo Antônio. Minha família era grande e meus irmãos eram pequenos, por isso o pai não arriscou”. A entrevistada Marlene Maria Carniel Silva (20/02/2022) esclarece: “meu pai veio primeiro e derrubou parte da mata e construiu duas casas. Ia no início da semana e voltava todo final de semana a Alto Paraná”.

Os grandes proprietários adquiriam o imóvel rural e contratavam gerentes e administradores, com autonomia para contratar trabalhadores que viriam desempenhar as funções no campo. Famílias e solteiros de diferentes lugares e idades chegavam em caminhões pau de arara ou em jipe para trabalhar na derrubada da mata, nas lavouras de café e algodão.

Desse conjunto de trabalhadores, os peões são objeto de preconceito e discriminação. Para Martins (1982, p. 33), “o peão do trecho não tem estabilidade, não tem raízes, não tem família, não tem compromisso com nada, um sujeito totalmente expropriado [...] por isso discriminado [...] um marginal”, a quem Haracenko (2007) nominou trabalhadores volantes.

O depoente Domingos Batista Santana (11/02/2022) afirma que na fazenda Adrianela, onde chegou ainda solteiro com um amigo para conseguir trabalho, alegou para o administrador ser “parente do fiscal, porque eles não davam emprego para solteiro. Meu amigo era parente, mas eu não”. Vítimas de preconceito e discriminação, os solteiros inventavam uma história, que os colocavam em pé de igualdade com os casados e/ou os que viviam com os familiares.

Ainda, esse entrevistado relata que na mesma fazenda:

Chegaram dois caminhões pau de arara com japoneses barriga verde. A maioria era formado, médico, dentista. Trabalharam um tempo, depois foram pra cidade. Ninguém entendia o que eles conversavam. [...] chamados de barriga verde (novatos que chegavam de fora) (DOMINGOS BATISTA SANTANA, 11/02/2022).

Ao que o entrevistado Domingos denomina barriga verde, o Dicionário Informal (2022, p. 1) apresenta como “soldados da província de Santa Catarina, devido à sua vestimenta, [...] bravura, coragem, disciplina e honradez. [...] sendo aplicado a todos os soldados catarinenses [...] povo”.

Estrangeiros com qualificação profissional, movidos pela propaganda do café e se aventurando no espaço rural, mas não se adaptaram à vida rústica e dura do campo e logo desistem, retornando aos lugares de origem.

A entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) relata sobre os peões que chegaram com Manuel Rodrigues de Minas Gerais nas mesmas condições que os demais. O que muda no tratamento? Não por serem mineiros, mas sim, por fazerem parte do grupo do agenciador de trabalhadores, o “gato” contratante de peões para a derrubada responsabilizava-se por esses trabalhadores.

Seu Domingos é nordestino, sergipano de Itabaiana, trabalhador da roça, sem instrução bancária. Solteiro, chegou com um amigo e teve dificuldades para conseguir trabalho, porque não tinha garantias de boa conduta. Já os japoneses de procedência estrangeira, com formação superior conseguiram rapidamente. Há aqui claramente respeito e confiança aos estrangeiros, isso se comparados aos “nordestinos”.

Assim, procederam os empreendedores do patrimônio de Santo Antônio do Caiuá no início da década de 1950. Feito um formigueiro, desata-se uma correição humana, (portadores de diferentes estados civil), seja para tomar posse do lote rural ou urbano, com a visita de possíveis compradores ou em busca de trabalho.

Essa terra tinha um remanescente indígena guarani da região de fronteira. As possibilidades de enriquecimento trouxeram à nova terra: mineiros, paulistas, cariocas, alagoanos, paraibanos, pernambucanos, baianos, sergipanos, cearenses, catarinenses, gaúchos, descendentes de alemães, italianos, ítalo-franceses, africanos, espanhóis, portugueses, poloneses, japoneses, africanos e imigrantes alemães, austríacos, espanhóis, húngaros, portugueses e suíços (MENDONÇA; MOTA, 2021, *apud* MENDONÇA 2022).

De acordo com o coletivo de entrevistados, proprietários brasileiros e estrangeiros investiram adquirindo imóvel rural no município, embora não residissem nele.

3.1 PLANO DA COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ – CMNP

Em 1922, o presidente brasileiro Arthur Bernardes solicita empréstimo ao banco inglês Rothschild. A instituição financeira atrelou o empréstimo a uma auditoria que confirmasse honrar o pagamento. No final de 1923, o Brasil recebe a Missão Montagu, liderada por Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate. No início de março de 1924, a comissão de técnicos ingleses avaliou a crise econômica e apresentam um relatório com o objetivo de solucionar e reestabelecer a economia nacional, propondo sanar a dívida externa, redução de gastos, reformulação do sistema de impostos e de arrecadação, aumento de exportações, entre outros (TOMAZI, 1997).

O financiamento não foi concedido, pois o governo inglês havia embargado o lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres. Isso não significava o embargo para o lançamento de títulos de empresas inglesas que procuravam criar empresas em Londres com interesses em explorações no exterior. E foi isso que Lord Lovat implementou (TOMAZI, 1997, p. 182).

Ainda em 1924, em Londres, Simon Joseph Fraser, Lord Lovat, juntamente com Sir Frederick Eckstein, Artur M. Asquith, Edvard Green, Sir Alexander Mx Intyre, Percy Horsfall, entre outros, fundaram no Brasil a *Plantations Syndicate LTD.*, com 200.000 libras esterlinas. Posteriormente, o Lord cria a Companhia de Terras Norte do Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Um ano depois, certificando-se sobre a seriedade dos títulos de terra negociados, a Companhia toma posse da extensa área de terra localizada “entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, que naquela época era disputada [...] por posseiros e [...] possuidores de concessões outorgadas pelo Governo do Estado do Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 59).

Com o apoio do Governador do Paraná Caetano Munhoz da Rocha (1924/1928), a Companhia comprou títulos questionáveis e posses que contemplavam 415 mil alqueires, pagando valor exorbitante. Em um pouco mais de 2 anos (1925 a 1927), a empresa somava uma área de 515.000 alqueires de terras em mata (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Respaldados pelo Governo do Estado do Paraná, Affonso de Camargo, João de Oliveira Franco e do Interventor Manuel Ribas, a Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu do governo paranaense 450.000 alqueires por 8.712 contos de réis, em 1925. A falta de vias de acesso à região possibilitou um negócio vantajoso para a empresa no valor de 20 mil réis por alqueire paulista de 24.200 m² (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Segundo a referida imobiliária, os lotes com tamanhos diversos foram contemplados com acesso a estradas e à água corrente. A empresa indica o cultivo de rubiácea na parte elevada do lote. As frações de terra foram comercializadas a prazo (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977). A aquisição da terra implica a assinatura do contrato em que o adquirente deverá preservar 10% da área florestal do imóvel, complementa (LUZ, 1997).

No caso de Santo Antônio do Caiuá, várias chácaras no entorno do município encontram-se desprovidas de recursos hídricos (rios, córregos ou minas). Para suprir tal deficiência, os proprietários furaram poços em seus imóveis. Em relação à vegetação natural, em 1975, existiam propriedades em que a floresta foi totalmente erradicada.

Na parte alta do terreno planta-se café, ou produtos básicos para consumo e na baixada construiriam moradia, cultivam horta, pomar e criariam animais. Utilizavam água de poços ou de rios. As famílias moravam próximas, favorecendo o trabalho em mutirão

e vendiam o excedente, consumindo no comércio local fortalecendo a economia (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Corroboram os entrevistados que a prática do mutirão era comum no início da colonização entre pequenos proprietários em atividades ligadas ao campo, mas não era regra. Alguns proprietários não participaram desse modelo de ação coletiva e, nas fazendas, as famílias se adequam às determinações acordadas, seja por meio de contratos escritos ou verbais. Nesses casos, os mutirões ocorriam para organização de festas, ações públicas (construção de escola e igreja).

Deflagrada a Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a Inglaterra enfrenta uma crise interna, levando o governo britânico a determinar o retorno obrigatório do capital inglês aplicado no exterior até 31 de dezembro de 1943. Os empresários ingleses querem 1.520.000 de libras esterlinas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (o patrimônio, terras e a estrada de ferro que era uma concessão do Governo Federal, do qual os novos compradores deveriam obter anuência oficial). O presidente Vargas concordou com a transação, desde que a estrada de ferro (que se estendia de Ourinhos a Apucarana) fosse adquirida pelo governo federal pelo valor irrisório de 88.000 contos de réis em relação ao valor determinado pelos ingleses que era de 128.000 contos de réis (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

As ações da empresa inglesa foram adquiridas em 1944 por quatro grupos: Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmão Soares Sampaio. Esses investidores brasileiros adquiriram a ferrovia dos ingleses pelo valor acima citado e cederam ao poder público federal por 88 mil contos de réis, beneficiando o governo brasileiro. Em 1951, a companhia é nominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Posteriormente, os grupos Arthur Bernardes Filho e Soares Sampaio venderam a sua parte aos grupos Sulamérica e Matarazzo e, anos depois, para Vidigal e Mesquita, a parcela acionária que haviam adquirido (GASTÃO DE MESQUITA FILHO *apud* COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 99).

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546,078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 133).

Evidencia Endlich (2006, p. 78) que “outras 48 localidades tiveram sua fundação atrelada a outras iniciativas nas terras pertencentes à referida empresa. Atualmente são 54 sedes de municípios localizados em áreas que pertenceram à CMNP”. Desse coletivo, 26 encontram-se com uma população abaixo de 50 mil habitantes, integrando o elenco das pequenas cidades (ENDLICH, 2006). Portanto, a cidade de Santo Antônio do Caiuá integra esse último quadro, com uma população inferior a 2.500 habitantes, já evidenciada na p. 36 dessa produção (IBGE, 2022).

Segundo Melo (*apud* COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977), caberiam às empresas colonizadoras disponibilizar ao Ministério de Agricultura a relação de compradores, a área adquirida, população, produtos cultivados e estradas.

Nessa direção, o Ministério de Agricultura brasileiro externa uma preocupação em acompanhar e fiscalizar a ação das imobiliárias³¹, a produção agrícola e a infraestrutura que atendessem uma logística de locomoção e transporte.

O Paraná recebe brasileiros e imigrantes. Os colonos compraram barato e parcelado da Companhia. Plantavam café e lavouras temporárias e criavam animais, comercializavam o excedente. Predominava a agricultura familiar entre os pequenos proprietários (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Localizado no noroeste do Paraná, Santo Antônio do Caiuá foi (re)povoado por brasileiros (do sudeste, nordeste e sul), imigrantes europeus e asiáticos. Além dos proprietários de terra, muitos trabalhadores compuseram o cenário local exercendo funções na área rural ou urbana. Na sua fase inicial, nem todos residiram no município, permaneceram ou prosperaram. Há depoimento de entrevistados, em que pequenos proprietários perderam sua produção agrícola em decorrência da geada. Seria a sua primeira colheita, encontrando-se totalmente desprovido de qualquer capital, decidiram-se pela venda do imóvel passando a trabalhar como assalariados.

A publicidade e a venda a prazo foram estratégias utilizadas pela Cia para impulsionar as vendas. Do cultivo no imóvel agrícola, esses empreendedores tirariam fundos para sanar a dívida com a empresa em acordo contratual prévio.

Notoriamente pleiteando lucro célere, a Companhia diversificou os empreendimentos, através da aquisição e comércio de terra, fundando cidades, construção

³¹ Mais de 15 empresas (FERREIRA, 1959 *apud* ENDLICH, 2006, p. 76).

de estradas, produção de energia elétrica, fábricas de cimentos, usina de açúcar, controle de ferrovia, fazendas de café e pastagem com gado Nelore.

Afirma Luz, na década de 1950, que:

A conjuntura brasileira abria novas perspectivas para a colonização, a agricultura e a pecuária. A Companhia, que até então dependera exclusivamente da venda de terras, percebeu a necessidade de adotar critérios modernos de administração e aplicar inteligentemente as disponibilidades financeiras obtidas (LUZ, 1997, p. 38).

Nesse sentido, a Companhia comprou as fazendas Guatambu (em Birigui), Santa Emília e Caiuá (em Salto Grande), máquinas de beneficiamento de algodão em Bernardino de Campos/SP, controle acionário da Empresa elétrica em Londrina, construção da usina hidrelétrica Apucarantina; comprou usina de açúcar Jacarezinho, maior acionista da Companhia Brasileira de Material Ferroviário Cobrasma e Braseixos, e comprou ações da Companhia Ferrovia São Paulo-Paraná e, em 1928 (Ourinhos/Cambará), fábrica de cimento Portland Maringá, em Itapeva/SP e outras várias fazendas³² agropecuaristas no Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Declara Tomazi (1977), em 1876, que Thomas P. Bigg-Wither realiza conferência na Real Sociedade de Geografia de Londres sobre o Vale do Tibagi. O discurso evidencia sobre a expedição realizada por Bigg-Wither ao Brasil, 1875, publicado na capital Londrina, com a nomeação ‘Pioneer in South Brazil’. A referida obra exalta o Paraná e deixa clara a participação desse viajante inglês no “projeto da ferrovia Cicinata Braga que corta o Norte do Paraná de Ourinhos a Guaíra [...] ligando pelo continente sul-americano os oceanos Atlântico ao Pacífico!” (CORRÊA JR, 1991 *apud* TOMAZI, 1977).

Lord Lovat e sua equipe tinham conhecimento sobre a viagem e atuação de Bigg-Wither e documentos da ‘Parana and Mato Grosso Survey Expedition’, somado a estudos topográficos, fertilidade do solo, riquezas naturais e capacidade hídrica, os quais despertaram o interesse dos ingleses por negócios lucrativos no Brasil (TOMAZI, 1977). Ainda, o mesmo autor afirma que os ingleses já possuíam conhecimento no período anterior ao primeiro quartel do século XX e tinham interesses nas terras do norte do

³² Total de 19 imóveis rural (17 fazendas e 02 chácaras), onde desenvolvia o cultivo de café de variedades comerciais (Bourbon – vermelho e amarelo, Caturra e Sumatra e pastagens para criação de gado selecionado, com alto padrão genético com alta produtividade para corte (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977).

Paraná desde 1919, conforme reportagem da Folha de Londrina de 1982, a partir da declaração de Benedito Rodrigues dos Santos a Windson Schwartz (TOMAZI, 1977).

France Luz (1997) salienta sobre a rápida ocupação da região, com célere desenvolvimento agrícola pautado na estrutura fundiária e baseado nas pequenas e médias propriedades. As pequenas eram de produção familiar, combinada a poucos recursos, mas tinham como positivo a fertilidade do solo colaborando com o desenvolvimento agrícola local e regional. Nessa direção, a concorrência desenfreada entre empresas colonizadoras, levando-a a fazer uso da imprensa, do rádio e de cartazes, diversos trens no estado de São Paulo exibiam anúncios das terras do norte do Paraná. Assim nasceu Santo Antônio do Caiuá, margeando o rio Paranapanema no noroeste do estado paranaense.

A empresa abriu estradas interligando a sede do povoado urbano aos pontos extremos do município, como as estradas centrais Paranapanema, União, do Cosmo (antiga Piastrelli) e Marabá. As duas últimas têm saída para a cidade de Inajá. A área de 219.066 km² de Santo Antônio do Caiuá está dividida em três glebas: Paranapanema, Bararuba e Santo Antônio, além da área urbana. Assim, o espaço territorial foi loteado e disponibilizados aos compradores interessados.

Em observância ao mapa de divisão territorial do município, confirma-se a preocupação da CMNP em dividir os lotes em tamanhos variados, uma rede de chácaras no entorno da urbe e também em diferentes pontos do município.

Figura 50 – Mapa de Santo Antônio do Caiuá desenvolvido pela CMNP



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá/PR. Mapa de Santo Antônio do Caiuá/PR, com a divisão das glebas e lotes, produzido pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Ano: 1950.

Segundo o mapa da Companhia, encontrado na sede da prefeitura de Santo Antônio do Caiuá, o município é contemplado com 407 lotes rurais, distribuídos entre as glebas Santo Antônio, Bararuba e Paranapanema, medidos em alqueires paulista. A primeira é composta por pequenas chácaras, localizadas no entorno da sede do município. O conjunto dessas propriedades somam 25 lotes, contados do 01 ao 23 A. Dois lotes apresentam divisões: 21 em 21 A, e o lote 23 em 23 A. Nesse sentido, 21 lotes não têm (re)divisões territoriais.

Já a gleba Bararuba é formada por 72 lotes, iniciando com as numerações 319 a 354 e de 471 a 491, dispostos ao sul do município, na divisa com Paranaíba, São João do Caiuá e Inajá. Essa gleba não tem uma sequência de numeração, do lote 319 ao 471, fazendo uma quebra de 16 números, portanto, são inexistentes os lotes 355 a 470. Já o lote 471 encontra-se parcialmente em Santo Antônio do Caiuá (a maior parte pertence ao município de São João do Caiuá). Assim, do total de 72 lotes, 45 não têm subdivisões na gleba Bararuba.

A gleba Paranapanema, por sua vez, faz divisa com as glebas Bararuba e Santo Antônio e com os municípios de Paranaíba, Teodoro Sampaio e Inajá. É a maior gleba do município, contemplando 310 lotes, e não há uma sequência de numeração dos lotes de 1 a 263. Esta apresenta ruptura do 44 ao 141 (98 números) e outra do 220 ao 238 (19 números), portanto, 117 numerações não contemplam o conjunto de lotes da gleba Paranapanema, assim, há 51 lotes subdivididos. Os lotes 256 e 257 formam uma área de 302 alqueires paulistas, um total de 730.84 ha (uma propriedade formada por dois lotes, sob o domínio de um único proprietário). E os lotes 258, 259 e 260 formam uma área de 527 alqueires paulistas, em um total de 1.575.34 ha (uma propriedade formada por três lotes, sob o domínio de um único proprietário).

Nas glebas que compõem o município, em diferentes pontos, há lotes com a mesma numeração, no entanto, diferenciados por uma letra do alfabeto maiúscula ou ainda por uma letra e um número, em alguns casos, apenas por número. Existem casos de lotes com a mesma numeração e letra. Exemplos: dois 186 B, dois 174 A; dois lotes 249 A e dois 249 B. Estes surgem em uma sequência ou estão intercalados.

Figura 51 – Porcentagem dos lotes divididos por glebas municipais

Fonte: Mapa da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950. Gráfico elaborado por MENDONÇA, R. C. S; MENDONÇA, J. W. C. (2022).

Tabela 9 – Número de lotes em hectare

Dimensão do imóvel	Número de propriedades
Menos de 10 hectares	107
De 10 a 100 hectares	238
De 100 a 1000 hectares	62

Fonte: Mapa de lotes da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1950. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

A Tabela 9 evidencia no período estudado a predominância do corte de lotes entre 10 e 100 hectares. Se somarmos de 1 a 100, teremos um total de 345 lotes, que correspondem a mais de três quartos dos lotes do município. As fazendas União e São Cristóvão se destacam como as maiores propriedades rurais do município no período, ambas localizadas na gleba Paranapanema.

Embora a grande leva de pessoas que deram início ao povoamento do município tenham vindo em busca de enriquecimento através da monocultura do café, há depoimentos robustos de que pequenos proprietários desenvolveram a policultura, plantando lavoura branca e café, e de médios e grandes proprietários que nunca plantaram café. A fazenda União, que ultrapassa mil hectares, substituiu a área florestal por algodão e este por pastagem e gado de corte. O conde Bela Thurony adquiriu de terceiros dois lotes, totalizando 28 alqueires, no Porto São João, em 1957. Ao deitar a floresta, plantou mandioca e instalou uma farinheira, logo a substituindo por pastagem, iniciando, assim, a criação do gado PO.

Nessa direção, “o café desenvolveu-se paralelamente às culturas temporárias e pastagens” (CANCIAN, 1981, p. 94).

Segundo o conjunto dos memorialistas, mesmo em grandes fazendas, intercalavam-se outras culturas no meio do café conforme contrato e pequenos proprietários também o faziam. “Mesmo com o café alto, onde tivesse um espaço, plantava” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 2022).

Constata-se ainda que alguns pequenos e grandes proprietários compraram o imóvel em sociedade, a exemplo de Concatto e Silocki (Chácara Farropilha, 4 alqueires); dos irmãos Abrahão e Ernesto Vial (10 alqueires); dos irmãos Lins (Fazenda União); dos irmãos italianos Frederico, Godfredo e um outro (Fazendas Adrianela, Felicita e Santa Eulália); Domingos Batista Santana e Florêncio Leão (12 alqueires); e a fazenda Nossa Senhora do Caravaggio (5 sócios).

O entrevistado Domingos Batista Santana (12/02/2022) esclarece que ele e o sócio compraram do “João Domine, tinha uma fazenda e foi loteando em lotes de 10 e 12 alqueires e foi vendendo”.

Tais afirmações permitem constatar: pequenos e grandes proprietários se aliaram para adquirir terras da Companhia Melhoramentos: os 4 grupos de sócios iniciais, e o 5º adquiriu de terceiro. Nesse último caso, demonstra que seu João Domine, ao fazer as aquisições, vislumbrou a possibilidade de ampliar seu capital, com isso, reproduziu o ato da empresa, loteando a fazenda adquirida, revendendo-a em pequenos lotes, tendo em vista a especulação. A outra questão é que nem todos os recém-chegados ao lugar tinham dinheiro suficiente para comprar os lotes oferecidos, mesmo com condições facilitadas, as exceções são os pernambucanos, os irmãos Lins e os irmãos italianos, que adquiriram grandes propriedades no município, no período inicial da colonização.

Seu Domingos Batista Santana comprou com Florêncio Leão. Ele chegou com 17 anos, solteiro, desprovido de capital e trabalhou em várias propriedades. Com a renda dos arrendamentos, aliou-se a um amigo pagando à vista a um especulador. O quinteto gaúcho da Caravaggio, por sua vez, contratou administradores e arrendatários.

Via de regra, quando os proprietários das fazendas (União, Adrianela, Felicita, Santa Eulália e Caravaggio) apareciam, era para receber os frutos da produção.

Analisando o conjunto das entrevistas, em geral, um migrante desprovido de capital, trabalhando de arrendatário, levava em média 10 anos ou mais para adquirir um imóvel rural, quando conseguia. A aquisição dependia das condições do tempo, solo e de uma boa safra, portanto, nada fácil.

O loteamento de grandes áreas, aliado à criação do município, atendia ao projeto econômico da CMNP, de especulações e (re)especulações de terceiros, com subdivisões

de lotes.

No depoimento de Maria Xavier de Carvalho Macedo (24/03/2022), é possível observar que a CMNP, ao negociar lotes nas áreas extremas do município, usava em seus discursos a existência de outras famílias nas proximidades. “O lugar está habitado”, era uma forma de convencer as pessoas a comprarem e se estabelecerem nas áreas mais afastadas da sede do patrimônio.

Ainda segundo a entrevistada:

Meu pai comprou o lote da Companhia próximo à área urbana do município, mas quando veio para conhecer o encarregado propôs uma troca do lote com o outro próximo ao rio Paranapanema. Fez um acordo disponibilizando a meu pai transporte. Quando chegava um novo comprador à Companhia, diziam: “seu Xavier já comprou próximo ao rio Paranapanema” (MARIA XAVIER DE CARVALHO MACEDO, 24/03/2022).

Observa-se, com isso, um discurso de negação aos povos que habitaram a região do Vale do Paranapanema por quase “7 mil anos” (MOTA, 2017, p. 48), no início da década de 1950, Santo Antônio do Caiuá está sendo (re)ocupado por populações não índias.

3.2 DA FIXAÇÃO NA NOVA TERRA AO PLANTIO E EMPREENDIMENTO

No processo de colonização do patrimônio Santo Antônio do Caiuá, os (re)povoadores modificaram a paisagem, com a derrubada da floresta, a construção de habitações e a introdução da agricultura cafeeira, lavoura branca, do gado, da instalação das primeiras serrarias, máquinas de beneficiamento de cereais e casas comerciais.

A terra nova é um convite aos sujeitos ansiosos por uma vida promissora. A empreitada exigiu determinação e suor intenso dos que a elegeram como nova morada. Inicialmente, foram roçando os cipós e as árvores finas de uma pequena área. Depois, limpavam e construíram os ranchos para se abrigarem e guardarem os pertences. Posteriormente, deram continuidade às atividades, com a derrubada das árvores maiores na floresta imensa, onde se ouvia o movimento dos galhos das árvores, o cantar dos pássaros e o barulho dos animais. Contudo, com a (re)ocupação, havia também o barulho infernal dos machados no tronco das árvores centenárias prestes a ruir, dando início ao que o homem chama de “civilização”.

Os estudos demonstram que, em alguns casos, vieram apenas os homens, derrubaram uma pequena fração da mata, construíram suas habitações, depois trouxeram

o restante da família, que permanecera na cidade de origem ou foram acomodadas em cidades paranaenses próximas, em decorrência da total ausência de infraestrutura, no patrimônio recém-criado.

Um dos centros iniciais de acomodação para algumas famílias foi Alto Paraná, onde permaneceram de seis meses a dois anos. Porém, houve as que vieram para o patrimônio de Santo Antônio desprovidos de família para trabalhar de peões, além dos que chegaram com toda a família ou se fizeram presentes com apenas parte dela. Os proprietários absenteístas visitavam o imóvel uma ou duas vezes por ano ou mais para aferir os lucros.

Maria da Gloria Rossato conta como seu pai Primo Rossato fez para a edificação da casa da família, na área nobre do patrimônio, em plena avenida São João, logo após a derrubada da mata no início da urbanização.

Nós chegamos no Paraná dia 10 de outubro de 1951. Eu me lembro da chegada! Vieram dois caminhões carregados de mudança. Chegamos de madrugada, a casa do meu pai que é aquele terreno que está lá até hoje, tinha um tronco de uma árvore no meio da cozinha e o chão estava sem piso, sem nada. E no começo, nós fomos tirando aquilo lá a machado e alisando, e ficamos no chão batido até que veio tijolos e fizemos. O meu pai colocou tijolo bruto. Não tinha cimento, vermelhão, nada. Era chão batido mesmo (MARIA DA GLORIA ROSSATO, 15/03/2022).

Estabeleceu na sede do patrimônio famílias desprovidas de bens. Eram trabalhadores estabelecidos em áreas de terceiros.

Maria Madalena Souza relata:

Nóis viemo de Branquesão, Ceará, pra o Mirante, São Paulo para trabaiaá na fazenda Fulana Rosa na colheita de algodão. Nóis trabaieimo seis meis e viemo pra cá. Chegamo em Santo Antônio, em 1952, eu mais meu marido e um fio [filho] com 7 meis.

Quando chegamo aqui no patrimônio, num compramo nada, porque nóis num tinha dinheiro. O povo que chegava e queria po uma roça, pegava uma área e derrubava a mata, fazia o ranho [o povo ajudava], furava o poço, criava animal, galinha e plantava a roça ali. Quando ia colhe, aparecia o dono e a gente tinha que se arranca. Era expulso, num dia só. Era um tempo mei difícil. Ave Maria, Ave Maria, num gosto nem de lembrar. Aí fomo mora na fazenda por um tempo, depois vortemo. Eu trabaiva na roça e meu marido de “gato” (MARIA MADALENA SOUZA, 13/12/2022).

A entrevistada chega a lugar com família despossuída de qualquer bem material, se apossam de uma pequena área urbana, sem dono aparente. Fica claro na narrativa, a existência de várias famílias nesta mesma situação. Após derrubarem a mata e realizarem uma certa infraestrutura, eram expulsos da terra.

Os estudos demonstram a chegada de proprietários e migrantes trabalhadores fixados na área urbana como trabalhadores assalariados e também no campo como meeiro, porcenteiro, formador de café e ou colonos.

Entre tantas outras famílias que habitaram o lugar, constata-se que a situação de enfrentamento e trabalho foram muito duras. Para alguns grupos mais difíceis do que para outros, levando se em conta a questão do gênero, idade e origem étnica, entre outros. Em 1953, o gaúcho Carniel construiu duas casas, uma para a família e outra para o parente. Mesmo com certo poder aquisitivo, o agricultor e empresário fez uma casa simples e mal-acabada. Anos mais tarde, edifica uma casa ampla com fino acabamento.

Figura 52 – Casal Carniel



Fonte: Acervo de Marlene Maria Carniel da Silva. Domênico Ernesto Carniel e Assunta Cappelletti Carniel. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo: Leônidas Andrade. Ano desconhecido.

Meu pai abriu a clareira no meio da mata e construiu uma casa sem mata-junta. Do lado de dentro da casa, a gente via o lado de fora e do lado de fora por dentro. Ali entrava chuva, frio e vento. Ela foi construída em cima de tora. Ele construiu uma casa para Hélio Feyh e Zaida Nélia Feyh. Depois que ele construiu essas casas em Santo Antônio do Caiuá, então levantou a nossa nova casa (no meio da mata), que existe até hoje no município. Uma casa muito grande, com 15 cômodos, de parede dupla. Até um tempão, ficou no meio da mata, depois foram cortando.

Meu pai plantou um grande pomar. Ficou muito bom ali, tinha curral, tirava leite, fazia tudo que tinha que ser feito pra ajudar a família com a parte de alimentação. No começo não tinha energia. Os poços que foram furados eram muito fundo, era feito mictório do lado de fora da casa, esse mictório comum. E quando o meu pai trouxe a serraria, daí com a serraria tirava a água do poço com o motor. [...]. Com o passar do tempo a serraria também forneceu energia para a cidade. Então eles ligavam o vapor à noite, [...] comprou um gerador grande e fornecido energia das 19h até 22h da noite. Na época em que meu pai veio, a maioria era plantio de café, mais todo mundo tinha as suas hortas no meio dos cafezais, tinha plantação de frutas. Então tudo o que foi plantado dava. No pomar da casa da minha casa, tinha tudo quanto era tipo de fruta, muito abacaxi e laranja de todo o tipo. No Rio Grande do Sul todo mundo tinha muita fruta. O pessoal come muita fruta, então assim que o meu pai chegou

aqui ele já fez um pomar muito grande. Plantou muitas bananeiras e de tudo a gente colhia. Até pepino, repolho e melancia, era tudo plantado no meio da roça. Dava tranquilamente, porque era tudo terra nova. A gente tinha gado, porco, galinha e pato. Pegavam no mato pra criar jacu em casa (MARLENE MARIA CARNIEL DA SILVA, 20/02/2022).

Essas construções ocorreram na propriedade rural avizinhada com a área urbana, em posição privilegiada, na gleba Santo Antônio, lote número 01, na avenida São João. A chácara abrigava as famílias Carniel e Feyh, a primeira instalou a serraria Bom Jesus, que além de “madeira serrada também produziu num determinado período caixão de defunto” (MARLENE MARIA CARNIEL DA SILVA, 20/02/2022).

Carniel também disponibiliza a uma seleta parcela da comunidade urbana, energia gerada pelo motor a diesel da serraria, mediante pagamento mensal dos consumidores. Assim o fizeram outros proprietários urbanos e rurais com relação à energia: Agostinho da Purificação (serraria), Domingos Barbosa (hotel), Primo Rossato e José Xavier de Carvalho (máquina de arroz) e Bela Thurony.

Narra Maria Irene Rogovsk (15/02/2022): “meu pai era carpinteiro. Ele construiu essa casa que nós moramos. É uma casa de peroba, com madeira serrada na serraria, forrou e depois assoalhou. Ele também construiu muitas casas nas fazendas do município”.

A família baiana, depois de dois anos de arrendamento de terra para algodão em Araçatuba/SP, foi a Londrina e comprou da CMNP 25 alqueires de terra: o lote 177, na gleba Paranapanema. Retornou a Umburanas/BA e trouxe os familiares. Assim, um coletivo de 25 pessoas fixou-se inicialmente em Alto Paraná no dia 22 de junho de 1950. Xavier estava ansioso para chegar à nova terra, mas a Companhia solicitou aguardar alguns dias.

No dia 12 de agosto de 1950 meu pai José Xavier de Carvalho, eu, a cachorra Garota e o meu primo Sebastião e 6 peões chegamos com sacos de alimentos (jabá, mandioca, farinha de mandioca, arroz, feijão, açúcar e banha) para quinze dias. Pegamos carona no caminhão da Imobiliária Ypiranga, Boralli & Held, em direção ao Paranapanema. Toda semana os representantes da empresa realizavam o mesmo trajeto. Chegamos no marco da propriedade às 14 h, onde descarregam o caminhão. Meu pai desceu na frente pela divisa da propriedade, abrindo uma picada com o facão, eu atrás puxando a cachorra Garota pela corda e meu primo Sebastião e os peões atrás em fila, carregando parte da bagagem, utensílios e ferramentas. Andamos um percurso de três quilômetros e meio, chegando ao fundo da propriedade às 17 h. A 100 metros do córrego São Miguel, os peões deixaram as matulas debaixo de um pé de jaracatiá e cortaram rapidamente a vegetação do local, fizeram uma valeta, puseram em cima uma chapa de ferro e acenderam fogo. Enquanto eu preparava as refeições, meu pai construiu com os peões dois ranchos de vara, cobertos com folha de coqueiro. Naquela noite ninguém conseguiu dormir, de

tantos mosquitos. Meu pai propôs um revezamento para os homens: enquanto uns tentavam dormir, outros faziam plantão a possíveis ataques de animais (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Figura 53 – Representação do rancho no sítio São Pedro, no lote 177



A imagem é uma representação do lugar da chegada de José Xavier de Carvalho com parte da família (a filha Matildes Carvalho dos Santos e seu sobrinho Sebastião), além de peões e da cachorra Garota. Local: lote 177, a 100 metros do córrego São Miguel (divisão do imóvel rural), próximo ao porto São João, no Rio Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. A reconstituição da representação externa dos ranchos foi efetivada por Rivelino Proença Motta Costa, com base nas descrições da entrevistada Matildes Carvalho dos Santos, com esboço e coordenação da Autora. Programa: Blender, versão 2.81. Ano de esboço e reconstituição: 2022.

O depoimento de Matildes evidencia como se deu a chegada ao lugar pela fração familiar e trabalhadores nordestinos na propriedade, o que relembra a cena das obras “Retirantes”, de Portinari, e de Elezior Xavier, cada uma nas suas diferentes representações: o também Xavier, que veio para o noroeste paranaense, agora estabelecido em uma área de floresta, com esperança de futuro promissor. Por outro lado, o relato ainda demonstra as condições análogas ao Brasil da década de 1950, isto é, sem estrutura adequada à vida de uma família.

Após quinze dias seguidos de trabalho coletivo na derrubada da mata, Xavier retornou a Alto Paraná para rever a família e comprar alimentos, levando consigo o coletivo humano que trouxe. Ao voltar, queimou a derrubada e efetuou o plantio de lavoura branca, o primeiro plantio de café deu-se somente em 1951, quando “meu pai trouxe meio saco de café em coco de Mandaguari para fazer as mudas para o plantio. Seis meses depois, plantamos as primeiras mudas na terra” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Ressalta a mesma entrevistada que os trabalhadores “tinham alojamento, roupa lavada, comida e recebiam no final do mês, ou por empreita. Alguns permaneceram com meu pai por quase dois anos” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Figura 54 – Reconstituição da instalação dos ranchos 1951, sítio no São Pedro



Fonte: Reconstituição com base na descrição da depoente Matildes Carvalho dos Santos e, posteriormente, esboçada pela pesquisadora (lote 177, sítio São Pedro, estrada do Paranapanema, a 1,5 km do rio Paranapanema); trabalho final de Rivelino Proença Motta Costa via aplicativo Windows. Imagem de satélite: Googles Maps. Ano de representado: 1951 e 1952. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano: 2022.

Ainda no ano de 1951, atendendo à solicitação da Companhia, Xavier cedeu metade do terreno frontal, aproximadamente uma quarta de terra na propriedade ainda em mata, divisando com o lote 176, ao “gato” mineiro, Manuel Rodrigues, que trazia peões (homens, mulheres e famílias) em caminhão pau de arara para fazer derrubada nas fazendas do patrimônio em processo de formação. Na área acordada, os trabalhadores derrubaram a mata, atearam fogo e construíram aproximadamente 30 ranchos sem divisórias internas.

Meu pai mandou furar um poço [deu água com 16 metros], garantindo água aos novos moradores temporários. Todos os meses chegava e saía uma média de 150 peões de várias idades. Tinha um rancho grande que um casal preparava e servia as refeições para esses trabalhadores. Os demais ranchos eram menores, com capacidade para abrigar de cinco a seis pessoas. Seu Manuel Rodrigues era um senhor bem organizado; além de uma família para cozinhar, trouxe também sacos e sacos de alimentos (para o preparo das refeições), bebidas e doces para vender. Eram três caminhões transitando direto, levavam e traziam peões para as derrubadas e todo mês levava peões para Minas Gerais e trazia os mesmos ou outros. Era um movimento de gente danado no Porto São João. Esse “gato” permaneceu na propriedade por dois anos, depois levantaram acampamento, derrubaram os ranchos e se estabeleceram em outras áreas, dando início a nova derrubada (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Na outra metade frontal da propriedade, Xavier derrubou a mata e construiu em 1952 um rancho de 4 cômodos, próximo da estrada, substituído por madeira beneficiada em 1954. Comprou mais sementes de café em Mandaguari e fez um novo plantio.

“Fizemos as covas, plantamos as sementes e cobrimos com pauzinhos cruzados” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Os irmãos Abrahão e Ernesto Vial chegaram no mesmo ano, mas não se sabe precisar o dia e o mês.

Meus pais vieram em 1950. Trouxeram alguns mantimentos e montaram uma barraca de lona, no meio da mata próximo à estrada. E dentro dessa barraca [...] eles tinham alimentos. Como outras propriedades começaram também a acontecer ao mesmo tempo, então quando o pessoal precisava de fumo, cachaça ou de alguma coisa, eles iam lá e pegavam e [...] deixavam o dinheiro ali. Havia sim uma confiança [...] entre as pessoas, que ninguém lesava ninguém. Todos estavam começando, todos estavam precisando. Então, um tinha que dar a mão para o outro. Porque, imagina naquela situação, sem nada, se uma pessoa se ferisse ou se socorria com quem estava ali ou morria. No início [...] eles derrubaram o mato e abriram as covas e plantaram café. Em 1953 era o primeiro ano de produção desse café, aí deu uma geadada e matou o café. [...] meu pai escrevia para o Rio Grande do Sul, contava como estava a situação. E o meu tio depois [...] voltou a Passo Fundo pra se casar. Então contou que tinha algumas frutas do mato, mais frutas, pomar essas coisas não tinham nada, nem pra pedir pros vizinhos a semente. Então a minha mãe foi fazendo as mudas. [...] ela foi plantando as sementes e trouxe uma caixinha cheia de mudinhas. Na parte de citro, alguns tipos de laranja, mexerica, mas também pêssego, pera, marmelo e goiabeira. Inclusive na nossa infância, adolescência, tinha lá as árvores dessas frutas (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

Os Vial construíram a casa de madeira próximo da estrada. Segundo a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022), “a primeira casa de madeira beneficiada em serraria, no Porto São João”. Os irmãos Vial construíram uma casa de parede e meia para as duas famílias morarem, furaram um poço e edificaram um mictório.

Figura 55 – Residência da família Vial



Fonte: Acervo da família Vial. Fundo da casa dos irmãos Vial, poço de água e um forno. Ao redor do poço: Ermoge Vial (criança), Nadime Vial (de tiara, ao lado do priminho), Silvia e Regina (colegas). Distante do poço, uma japonesa (não recorda o nome). Local: estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1964.

Relata Liana Terezinha Vial que:

Meu pai e meu tio construíram na cabeceira do sítio, a quinze metros da estrada. Era uma casa grande, dividiram uma parede ao meio e as duas famílias moraram na mesma casa. Meu tio Ernesto com frente para a estrada e meu pai Abrahão com frente para os fundos da propriedade (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

Figura 56 – Família Vial



Fonte: Acervo Liana Terezinha Vial. Família Vial e o terreirão de café. Local: Sítio da Família Vial, Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano:1959. Da direita para a esquerda, iniciando com o da fileira de trás: Ernesto Vial; Elça Vial; No colo de Anna Elly Vial, a pequena Ieda Vial; Abrahão Vial; Abrahão Parsifal Vial (filha de Abrahão); Diogenes Vial (filho de Ernesto e Eça); Lilian Vial (filha de Ernesto e Eça); Atrás, Liana Terezinha Vial (filha de Abrahão); À frente, Mariza Vial (filha de Ernesto e Eça); e Nadime Vial (filha de Abrahão).

Os gaúchos Concatto e Silocki, por sua vez, chegaram em 1953 com a família para administrar a fazenda Nossa Senhora do Caravaggio, na estrada do Piastrelli, em direção a Inajá, pertencente a Francisco Garnieri e mais quatro sócios. Os dois administradores alugaram um caminhão e vieram de jipe cedido pelos proprietários da fazenda para se locomoverem. Eles também trouxeram uma reserva de capital e compraram em sociedade, no mesmo ano, a chácara Farroupilha, de 4 alqueires, lote 37, na gleba Paranapanema, nos arredores do município, no bifurcamento das estradas Paranapanema e Piastrelli.

Sobre isso, conta Elvira Concatto:

Vim com minha família de Farroupilha, Rio Grande do Sul, em outubro de 1953. Meu pai veio na promessa de que aqui são terras novas, pensando em plantar café. Foram oito dias de viagem. Em cima do caminhão vinham duas mudanças e, mais atrás, duas vacas pra dar leite pras crianças (porque aqui não existia vaca), e milho pra tratar das vaquinhas. Nós trouxemos muitas mudas frutíferas do Rio Grande do Sul: uva, caqui, depois foram pegando jaca,

manga, pêssego, pera, figo. O caminhão era alugado. A única coisa que tinha era um jipão bem grande com uma capota atrás. Era da sociedade. Então as famílias vieram naquele jipão, porque no caminhão não coube. No caminhão veio com as mínimas coisas, tanto nossa como do Silocki.

Então as pessoas das duas famílias e esse jipão acabou ficando ali pra eles trabalharem, levarem as pessoas para a fazenda para trabalhar e também pra eles se locomoverem.

Quando chegamos, ficamos numa casinha ali pra baixo [...] ali na família Rota, com quem vai para o Paranapanema. Ficamos em duas famílias, numa casa de quatro cômodos. A outra família também com quatro crianças.

No mesmo ano que chegamos, meu pai e o Silocki foram a Londrina e compraram da Companhia a chácara de 4 alqueires em sociedade. Derrubaram a mata pra depois nós irmos morar naquela casa em duas famílias também e furaram um poço. Fizeram uma casa só, mas dividiram em duas partes. Metade pra cada uma.

As duas famílias moraram de frente para estrada. Cada família tinha a parte da frente e a parte de trás. Primeiro derrubamos a mata e plantamos o pomar, a horta e depois o café. Plantamos um pomar muito grande com muita fruta, mas o clima aqui não ajudava, as plantas não se adaptaram. A uva mesmo, dava muito pouco. Tínhamos apenas duas vaquinhas de leite, não era muito gado, as galinhas e os porquinhos.

Meus pais compravam muito pouca coisa, tínhamos a sobrevivência da chácara Farroupilha: Leite, frango, horta e fruta. A nossa primeira casa foi construída logo em 1953 e a segunda em 1961.

No início a família comprava em Alto Paraná, no armazém do gaúcho Germano Osmarine. Lá levava o milho para moer e trazia o fubá para consumo e comprava também vinho, cachaça e óleo (ELVIRA CONCATTO, 15/05/2022).

A narrativa de Elvira evidencia a característica de ação de algumas famílias gaúchas já estabelecidas no município, como: casas construídas próximo à estrada; habitações internas integralmente forradas; mudas de frutas trazidas para o plantio do pomar; e formação de sociedade para compra da terra.

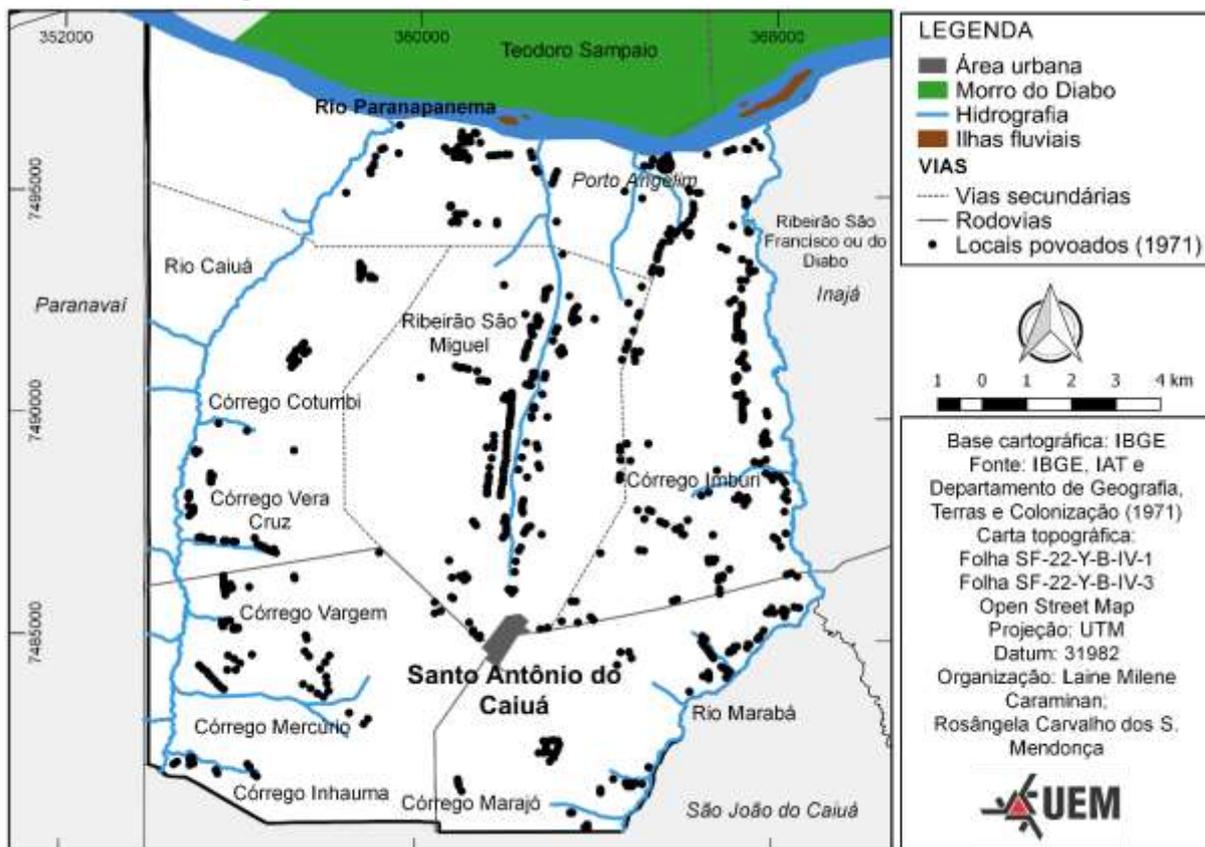
As chácaras Farroupilha (Concatto, lote 37, gleba Paranapanema), Bom Jesus (Carniel – lote 01, gleba Santo Antônio) e a da família Rogovski (lote 02, gleba Santo Antônio), assim como várias outras do município no entorno urbano, não tinham fundo pro rio. Portanto, optaram por morar próximo da estrada e furar poço, contrariando as afirmações generalizadas da Companhia Melhoramentos (1977) de que os lotes foram cortados com fundo para o rio ou uma aguada.

Concatto e Silocki vieram com a família e conseguiram uma casa pequena de quatro cômodos para morar, enquanto administravam, derrubavam a mata e construía suas casas. Essas famílias, contudo, perceberam que algumas plantas que trouxeram não tiveram o mesmo desempenho de crescimento e produção como no Rio Grande do Sul.

Constatam-se as características de moradias predominantes nas propriedades rurais, descritas pela Melhoramentos e reafirmada nos estudos de Marcia Regina de Oliveira Lupion (2003), em que ressalta a formação de comunidades em Lobato a partir das aguadas. Afirma ainda a autora que “os acidentes geográficos, são espaços para a

reprodução da vida humana e social” (LUPION, 2003, p. 81).

Figura 57 - Povoamento rural de Santo Antônio do Caiuá, 1971



Fonte: CARAMINAN, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

As entrevistas evidenciam e se confirmam pelo Mapa do Departamento de Geografia Terra e Colonização (1971) do município de Santo Antônio do Caiuá que parte desses moradores optou por edificar suas moradias próximo aos rios, mas essa característica não se padronizou. Nas estradas Paranapanema e do Piastrelli e em vários sítios e chácaras nas proximidades da área urbana, muitas habitações foram dispostas perto da estrada, onde foram furados poços. Nas fazendas, existiam colônias de casas próximo aos rios, mas também em pontos distintos da propriedade, principalmente no meio, por isso, essas famílias faziam uso da água de poço, ou de mina, segundo o conjunto das entrevistas.

Cícero Rodrigues da Silva (12/05/22) relata que quando morou em uma colônia da Fazenda Bom Retiro, no meio da propriedade, na estrada União “a água consumida pelas treze famílias vinha de uma mina. Lá em cima tinha duas rodas de água e a água era conduzida por bomba e depositada numa grande caixa e dali distribuída nas casas”.

O conjunto das entrevistas ressaltam que, raras as exceções, em Santo Antônio do

Caiuá, para obter água, era em poços a partir de 60 metros de fundura.

A propriedade de 10 alqueires, de mata pura, tinha fundos com o rio Mercúrio. Moramos a aproximadamente 300 metros do rio. Derrubamos a mata, preparamos a terra para o plantio. Construimos quatro casas para morar de pau a pique, chão batido, coberta de madeirinhas cortadas. Era o que tinha na região. Moravam dois tios, Antônio e Sebastião, meus pais, Miguel Rodrigues dos Santos e Maria Gomes, e minha avó, Francisca Fausta da Conceição, com a filha e o filho solteiro. Utilizamos a água do rio para beber, cozinhar e lavar roupa em prancha de madeira, chamada de batedouro.

Levou quase dois anos para construir novas casas com madeira serrada, coberta com telhas francesa, assoalhada e janelas. Desmanchamos os ranchos e construimos as novas casas, no mesmo lugar. A família cultivava milho, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, café e posteriormente algodão. Instalamos um engenho para moer cana e obter a garapa e uma farinha. O engenho foi construído sem pregos, apenas no encaixe de madeira. Fizemos chiqueiro, curral para tirar o leite e tinha um carro de boi, terreirão de chão batido e tulha. A propriedade produzia quase tudo o que era consumido pela família. Da mandioca produzimos a farinha. Compramos poucas coisas: o lampião, o querosene, o sal, o tecido e a roupa (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Nessa direção, corrobora Haracenko (2017) que os colonos cultivavam o café e aparelhavam o lugar com a infraestrutura necessária na unidade de produção, como casa, galpão, curral, chiqueiro e galinheiro.

O conjunto das entrevistas também evidencia tulha, paiol, terreirão de chão batido ou de concreto (a depender do poder aquisitivo), poço, forno de barro e mictório. Havia pequenos e grandes propriedades em que o café via de regra era depositado em tulha, até ser colocado à venda. No entanto, existiam propriedades desprovidas de infraestrutura, onde o colono mal tinha um rancho para morar. O excedente do produto cultivado era empilhado sobre troncos de madeira, coberto com palha ou saía diretamente da roça para a empresa compradora. Em algumas propriedades de diferentes portes, colhia-se o produto (algodão, amendoim, entre outros) e já se depositava em caminhões. A empresa compradora buscava o montante colhido no eito em horário pré-agendado (após o almoço ou no final da tarde).

A depoente Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) evidencia que vários agricultores foram lesados após a colheita.

Logo após a colheita, meu pai vendeu o algodão para uma empresa de Presidente Prudente, SP., assim como vários agricultores. Entregou toda a produção e o comprador não pagou.

Era comum aparecer nas propriedades, representantes de cerealistas para comprar a colheita. Mas geralmente meu pai ia oferecer o produto. Sempre era pagamento certo, mas às vezes acontecia alguma trapaça. Houve casos após muita insistência e idas a Presidente Prudente em que o cerealista pagou e

outros que o cerealista fugiu (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Figura 58 – Caminhão transportando café



Fonte: (PEREIRA, 2020). Antônio Sasaki na cabine do caminhão transportando café para a sua empresa - Cerealista Sasaki. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1960.

Figura 59 – Caminhão carregado de algodão



Fonte: Acervo família Xavier. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1960.

Nisso, corrobora a entrevistada Elvira Concatto (15/05/2022): “meu pai depositou toda a produção de café na antiga cafeeira da família desativada, numa madrugada roubaram. Ninguém percebeu nenhuma movimentação durante a noite. Foi uma tristeza pra toda família”.

Nem tudo eram flores para os agricultores: quando se livravam da geada e tinham uma boa produção, aparecia o caloteiro (pelo desejo de ganhar mais, faziam negócios com oportunistas no estado vizinho); quando guardavam a safra para uma necessidade maior, eram roubados; ao tomarem conhecimento que o trabalhador do campo acumulou algum dinheiro, preparavam um golpe para se apossar da quantia. Constatações demonstram as várias inseguranças pelas quais passava o homem do campo.

Segundo a entrevista Ritinha Holanda Cavalcante, filha de arrendatário, formador de café:

O dono vendeu o sítio e indenizou o meu pai. Naquele tempo o dinheiro dava pra comprar uma bela de uma chácara. Mas meu pai cabeça dura, quis comprar terra lá no Pará. Nós demo conselho pra ele, mas não adiantou nada. Ele

comprou as terras lá e era falsa. Perdeu tudo a terra e o dinheiro que deu. Os home saiu mostrando pra ele por cima, de avião. Imagina? Nessa época nós já tava com um sítio de 10 alqueires pago ali em Guaíra. Perdeu o sítio lá. Vendeu a parte do sítio pra dar o dinheiro pros home, aí se ferro porque não escutou nós, não escutou minha mãe. Ave Maria! (RITINHA HOLANDA CAVALCANTE, 20/02/2022).

Segundo o conjunto dos entrevistados, grande parte das propriedades rurais tinham casa de madeira à disposição dos trabalhadores que ali chegavam, enquanto outras, não. As que não ofereciam esse benefício, o trabalhador arcava com a responsabilidade de edificá-la. Esses trabalhadores rurais, em geral, eram formados por peões (trabalhadores volantes), colonos, arrendatários e administradores, esses últimos poderiam residir ou não nas propriedades.

Segundo Cícero Rodrigues da Silva (12/05/2022): “na fazenda Bom Retiro, o fazendeiro construiu uma fileira com treze casas beirando o carreador [estrada que corta a propriedade] para os colonos morar”. Já a Fazenda Nossa Senhora do Caravaggio construiu “quinze casas em 1955 após a derrubada da mata. Tinha 5 sócios, mas só lembro de um deles, o Francisco Garnieri” (ELVIRA CONCATTO, 15/05/2022). Ainda nessa direção, a entrevistada Hilda Ferreira da Silva (20/02/2022) relata: “meu pai Paulo Ferreira Marques Romano Robles foi arrendatário de café, formador de café na fazenda Marambaia, estrada da União. A propriedade tinha uma colônia de casas, serraria e máquina de beneficiamento de café”.

Já Liana Terezinha Vial afirma que o pai e o tio, respectivamente Abrahão e Ernesto Vial, foram:

Administradores de quatro propriedades de gaúchos no município. Administrou a dos padres Arlindo Marcon e Manei, a do bispo Antônio Zattera (que foi nossa) e do Luiz Bellini. Lá era café e tinha uma colônia de casa, tulhas e terreirões. Esses proprietários apareciam uma ou duas vezes por ano no período da venda do café LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

Em geral, os administradores eram submetidos a um contrato determinando as responsabilidades e obrigações relativas aos cafeeiros na propriedade e poder de contratação e demissão de empreiteiros e infraestruturas a serem construídas no imóvel rural.

O contrato agrícola assinado entre os proprietários irmãos Marcon e Luiz Bellini com os administradores irmãos Vial, mediante pagamento de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais, em 1958, em Alto Paraná, determinava aos últimos:

- a) Fiscalizar e administrar [...] os trabalhos que pertencem aos empreiteiros;
- b) Orientar e administrar a construção dos terreiros e tulhas, bem como [...] a compra dos materiais [...] e procurar a mão de obra competente para as [...] construções;
- c) Fiscalizar a forma e a limpeza do café fazendo com que os empreiteiros cumpram [...] os contratos [...] entre os proprietários e empreiteiros, tendo [...] poderes para despachar os faltosos e contatar outros;
- d) [...] Fiscalizar [...] os trabalhos [...] por ocasião das safras, [...] a colheita, a secagem, a seleção do café, etc., [...] que não haja desvios fraudulentos ou relaxamento nos [...] trabalhos;
- e) Vender o café e receber a importância correspondente (CONTRATO AGRÍCOLA, 1958, p. 1).

O contrato deixa claro toda a responsabilidade referente ao processo produtivo, os trabalhadores e a infraestrutura, enfim, todo o controle logístico, da produção à comercialização, competia ao administrador. Nesse caso, os contratantes eram gaúchos não residentes no município e os administradores, patrícios residentes.

Figura 60 – Colônia de casas em imóveis agrícola, em 1960



Fonte: Liana Terezinha Vial. Colônia de casas, terreirão e tulha de café no imóvel de 30 alqueires. Sete casas de madeira dispostas em linha reta, uma na lateral da outra. Sobre o telhado uma haste de madeira sustenta um fio de cobre. Crianças observam da porta da casa e convivem com cachorro e galinhas. Proprietário: Luiz Bellini. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1960.

Essas imagens têm relevância incontestável para a família Vial. Ela representa conjuntura de um Paraná rural que se projeta no cenário nacional como grande produtor de café, embora já se constatou sobre a diversidade agrícola local e paranaense em análises anteriores.

Segundo Wachowicz (2016, p. 320) “no final da década de 1950, o Paraná tornou-se [...] o maior produtor brasileiro de café, chegando mais tarde a produzir 60% do total nacional”.

A imagem é uma representação em que colonos, administradores e proprietários encontram-se para colher os louros. A colheita e comercialização do produto garantem

aos trabalhadores a remuneração do suor do trabalho em espécie para a sobrevivência da família e rentabilidade econômica lucrativa para o proprietário do imóvel.

Figura 61 – Meeiros ensacando café



Fonte: Liana Terezinha Vial. Meeiros ensacando o café na sede da propriedade, para venda. Proprietário: Luiz Bellini. Local: Santo Antônio do Caiuá-PR. Fotógrafo desconhecido. Ano de 1960.

Figura 62 – Meeiros, administradores e proprietário ensacando café



Fonte: Liana Terezinha Vial. Meeiros ensacando o café no bico da tulha em saco coronel na sede da propriedade para venda. Da direita para a esquerda: Proprietário Luiz Bellini (levantando a lata de 20 litros, com o relógio no pulso), Abrahão Vial (de camisa xadrez) e dois meeiros. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1960.

Ao observar a figura 60, percebe-se que a forma de disposição das casas dos colonos se assemelha com a descrição de outros entrevistados. Habitações dispostas em linha reta, construções simples de madeira sobre tocos, cobertas de telhas, assoalhos, portas e janelas com trameas. A parte central do teto da casa e a haste de madeira apontado para cima, a qual traziam na ponta um fio de cobre.

As imagens informam, através das hastes de madeira, com um fio de cobre no cume, a existência de rádio. O meio midiático comum para manter os moradores rurais e urbanos informados nesse município, confirmando-se pelo depoimento dos entrevistados. “Lá na nossa casa, próximo ao córrego Mercúrio, instalamos dois bambus muito compridos com o fio de cobre ligando as duas pontas. Todas as noites ouvia-se a Voz do

Brasil” (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Meus avós Jacomo Rossetto e Rosa Marzola Rossetto compraram 15 alqueires de terra junto a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em 1955, na estrada Parapanema, Vila Xavier.

Eles nunca moraram no município. Ele arrendou a terra. O arrendatário derrubou parte da mata, construiu uma casa e plantou café e lavoura branca.

Meus pais Augusto Rossetto e Aquilina Bianchini Rossetto, receberam a propriedade por herança, mudando com a família para Santo Antônio em 1964. Moramos numa casa no fundo da propriedade, próximo Rio São Miguel.

Quando chegamos tinha um cafezinho plantado (DINOCLECIO ROSSETO, 12/02/2022).

O descendente de italiano Jacomo investe o capital excedente na compra de terra no município, desmata, cultiva e constrói habitação no terreno. O seu descendente leva quase uma década para se estabelecer no município.

Por conta do absenteísmo ou não, é possível constatar a preferência dos proprietários de imóveis pelos conterrâneos para trabalhar como administradores ou arrendatários em suas propriedades quando tinham essa opção. Por exemplo: Ângelo Vial, gaúcho, contratou um arrendatário também gaúcho, Olívio Frigo; a família Lins, proprietária da fazenda Dona Amélia, proveniente da cidade pernambucana de Correntes, contratou para administrador o imóvel rural, uma pessoa do mesmo estado e cidade. O Bispo Zattera, irmãos Marconi, Belline, Doutor Paulo, proprietários da fazenda Caravággio, entre vários outros, são exemplos desse tipo de prática e contratação no município. Portanto, todos os citados optaram preferencialmente pelos conterrâneos ou parentes em alguns casos, evidenciando uma relação de confiança.

A fazenda Adrianela, de propriedade de italianos, era dotada de uma considerável infraestrutura, composta de casas, terreirões, tulhas, poços, carroças e carroções, tudo para atender a uma demanda de trabalhadores que seguem as normas do proprietário do imóvel. Esse imóvel rural contemplava ainda escola e campo de futebol. Uma infraestrutura montada para dar conta da sua majestade, o café, e simultaneamente possibilita espaços de sociabilidade ao trabalhador, que promove o crescimento econômico.

Tinha mais de 150 casas, construídas pelo fazendeiro, campo de futebol, escola, casa do administrador, garagem pra carroça, carroção de boi e burro pra puxar o café. Depois comprou trator, camionete e carreta. Umas 10 tulhas de café que cabiam em média de quatro a seis mil sacas, era um mundo veio, enchia. Era uma colônia de casas localizadas a vinte, trinta metros uma da outra. Elas estavam no meio da propriedade a mais de um quilômetro do rio e cada 3 ou 4 famílias consumiam água de poço. Cada colono após a colheita e secagem levava o produto para armazenamento na tulha da fazenda. Lá era

pesado e anotavam o nome do colono e quantas sacas de 60 quilos colheram: 100, 200 ou 500 sacas. Após a venda em Santo Antônio do Caiuá, São João Caiuá, Paranavaí ou Nova Esperança, pagavam o colono (ORLANDO MENDES DE OLIVEIRA, 12/02/2022).

Observa-se, com isso, que a fazenda Adrianela era bem organizada e estruturada. O trabalhador, ao depositar o café seco nas tulhas do proprietário, era a forma de garantia prévia para o segundo. O fazendeiro tem o controle da produção, assegurando para si a sua cota à parte, seguida da posterior venda e devolução em dinheiro do que cabia ao colono.

Enquanto isso, a fazenda União, com uma proposta administrativa diferenciada da Adrianela e também das demais do município, não disponibilizava abrigo aos arrendatários de algodão. A grande fazenda aberta em 1960 para o plantio de algodão financiava a todos com insumos e, na colheita, o próprio proprietário comprava toda a safra dos arrendatários para revender – negócio casado, com excelente logística, e não há armazenamento de produtos. A colheita é um momento de grande euforia e agitação, com muitos trabalhadores contratados. Enquanto uns colhiam, outros ensacavam e carregavam os caminhões enfileirados, que saíam pesados pela grande balança fixa do imóvel, com entrega garantida e confirmada em cidades paulistas. Essa empresa agrária se organizava de forma tal que levava os lucros sem ter muitos gastos.

Essa fazenda foi comprada da Companhia Melhoramentos em 1960 pelos irmãos Altino, Homero e Aureliano Severo Lins, derrubaram a mata e plantaram algodão direto, aqui nunca plantaram café. A União tinha 250 famílias em casas de tabuinha (aquela tabuinha de cobertura ou sapé), outras cobertas com telha., mas todas de chão batido. Em cada sessão, cada lote daqueles, tinha um poço. Os arrendatários furavam. Utilizavam fogão de barro. Esses arrendatários criavam animais: cavalos, galinhas e porcos. Tinha arrendatário que possuía carroça, camionete e até caminhão.

A fazenda tinha caminhão, mas era para as questões da fazenda. O fazendeiro financiava os arrendatários, plantavam, colhiam e vendiam o algodão para o fazendeiro. A própria fazenda comprava toda a produção. Bem aqui na frente tinha uma balança, para pesar o produto. Quando começava a colheita, formava tantas cargas. Chegavam os caminhões e iam enfileirando e levando direto para a empresa compradora. Aqui fazia as pilhas de algodão e levavam direto para estamperia em Rancharia, SP, pelo Porto Angelim. Aqui, no tempo de colheita, tinha mil pessoas trabalhando. Vinha gente de fora pra colher. Era um movimento muito grande de gente (NATALÍCIO CORREIA DE ARAÚJO, 29/02/2022).

Constata-se, a partir das entrevistas, a existência do comércio local com intensa participação de produtores rurais, mas também desses com municípios vizinhos maiores da região noroeste bem como cidades paulistas, pois Santo Antônio do Caiuá é um

município de fronteira. Seja do pequeno ao grande agricultor (grãos, algodão, carne e leite, entre outros) com as cidades paulistas ou por atravessadores.

Segundo o conjunto de depoentes, a maioria dos pequenos proprietários iniciam com a policultura através do cultivo familiar, produção esta que garante o sustento das famílias para posterior introdução do café. A pequena propriedade era autossuficiente, produzia-se quase tudo o que consumiam, comprava-se o básico.

Tem-se registros de pequenos proprietários que contratavam peões ou pagavam os vizinhos para trabalhar na safra ou faziam uso da troca de serviço na lavoura. Esses pequenos proprietários intercalavam café, lavoura branca, horta e pomar. Enquanto o arroz geralmente cultivava-se nas várzeas.

Os produtores não cafelistas, a exemplo de Dário Ferreira dos Santos, optavam por separar a área de plantio por cultura, através de talhões de mandioca, batata-doce, milho, cana-de-açúcar, amendoim, mamona e algodão. Quando o produto encontrava-se em ponto de colheita, acontecia tudo na mesma época: dobrava-se o milho, plantava-se feijão, arroz ou outro produto dependendo do período.

Ressalta-se, no entanto, que houve pequenos proprietários e fazendeiros que não elegeram o café entre os seus cultivos e/ou o fizeram por pouco tempo. O jovem solteiro, sergipano de Itabaiana, Domingos Batista Santana, que chegou aos 17 anos para fazer a vida, relata:

Vim de pau de arara de Sergipe até Indiana, São Paulo, trabalhar na colheita de algodão. A viagem levou 14 dias. O caminhão quebrava, parava e tinha que esperar arrumar. Por isso a viagem demorou. Fiquei em São Paulo apenas o tempo da colheita de algodão, dois meses depois vim para o Paraná. Em São Paulo o povo espalhava a notícia. Tinha um centro em São Paulo que o “gato” recolhia para trabalhar. Eles vinham de caminhão e contratava para colher algodão. Colhi em Canhabú. Quando chegamos nesse estado, teve um surto de piolho, tive que raspar o cabelo. Vindo por Paraná passei por Londrina, fui para Guaravera.

Estava em três primos. Um primo ficou na Fazenda Felicita, em Santo Antônio do Caiuá. Eu tinha um amigo que tinha um parente que morava na Fazenda Felicita e trabalhava na Adrianela. As fazendas Felicita, Adrianela e Santa Eulália eram tudo de um dono só. O administrador chamava Marão e era o gerente de 36 fazendas dos italianos. No final do mês o administrador dava ordem de compra, determinando o armazém de secos e molhado para comprar. A maioria das pessoas vinham a pé e levavam as compras nas costas, dentro de saco de algodão ou coronel. A fazenda acertava o trabalho no final do mês. Uns recebiam em dinheiro, outros pegavam um vale. Tinha que apresentar o vale no armazém para fazer a compra, senão não recebia o produto (DOMINGOS BATISTA SANTANA, 11/02/2022).

Entre os entrevistados, destacam-se as famílias proprietárias e não proprietárias e os solteiros despossuídos, que também vieram fazer a vida. Ressalta-se ainda o percurso

em terras paulistas via pau de arrara, a estadia em várias fazendas de algodão a trabalho e por terras paranaenses até atingir Santo Antônio do Caiuá, e a discriminação sofrida por pessoas solteiras, através da não admissão para trabalho em fazendas, ocorrendo a desconfiança também por pequenos proprietários em contratar migrante trabalhador nesse estado civil.

Matildes Carvalho dos Santos relata:

Em 1962 chegou em nossa propriedade um moço de aproximadamente 22 anos, chamado Antônio, popular Tonho, montado num belo cavalo, arreado, vestido com duas roupas, uma por cima da outra, pedindo pouso. Repetia ele por diversas vezes: “não sou ladrão, não”. Durante a noite todo mundo desconfiado, iam espiar o sujeito pelas frestas da tulha, onde dormia, e lá o viram tirando as várias roupas. Meu pai deu trabalho para ele, com o decorrer do tempo fomos adquirindo confiança. Ele dizia que era mineiro, o pai chamava João e a mãe Maria, mas não sabia dizer o sobrenome.

Acredito que tinha algum problema. Minha família o registrou com o nome de Antônio dos Santos, porque ele não tinha nenhum documento. Ele nunca foi embora, trabalhou com a minha família até falecer (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Ainda segundo Domingos Batista Santana (11/02/2022), a Fazenda Adrianela estava dividida em “7 seções [...]. Nesta fazenda fui formador de café. Antigamente o fazendeiro derrubava, queimava, emadeirava, em geral dava plantado. Pegamos para formar o café, o que produzia em 4 anos (arroz e milho) era nosso”. Através de contrato, ficavam determinados a colheita do café e o número de ruas de lavoura branca, que o formador poderia plantar entre uma rua e outra, e no vão, lugares de falha do cafeeiro.

O fazendeiro cultivava duas espécies: o “café Mundo Novo era muito alto e o café Caturrinha, baixinho. Cada formador tocava uma parte de cada um” (DOMINGOS BATISTA SANTANA, 11/02/2022).

Tabela 10 – A cultura do café mesclava-se à lavoura branca nos anos iniciais

Café Caturrinha	Café Mundo Novo
1º ano – 3 ruas de arroz	1º ano – 4 ruas
2º ano – 2 ruas	2º ano – 3 ruas
3º ano – 1 rua	3º ano – 2 ruas
-	4º ano – 1 rua

Fonte: Domingos Batista Santana (11/02/2022). Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Alude o mesmo entrevistado que havia casos em que tinha falha ou o café estava ralo, e assim era possível plantar mais ruas. Dependia do trecho, tinha lugar que o café estava bem formado, outros não. Após 4 anos, vencido o contrato, o formador poderia fazer novo acordo, mas como colono. Ainda segundo o mesmo entrevistado, alguns dos

proprietários italianos nunca vieram à fazenda.

Segundo Martins (2010, p. 72), “o colono era um trabalhador [...] coletivo que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de 7 anos” e praticava “a cultura consorciada de alimento e café, o que era do colono e o que era o dono” (MARTINS, 2010, p. 74).

Observa-se que, mesmo voltados à monocultura cafeeira, nos primeiros anos, os fazendeiros abriam espaço para a policultura, no sentido de segurar o trabalhador no campo. Para este último, era uma forma de buscar o sustento enquanto o café não vinha, reafirmado na publicação de Cancian (1981) que a agricultura compunha um quadro diverso.

Logo que casei, fui pro serviço e pedi para a minha mulher ir buscar a ordem de pagamento, o administrador disse a ela: “Quem não trabalha não come”. Isso me irritou, abandonei o trabalho e dei um jeito de comprar meu pedaço de terra. Trabalhei na fazenda Adrianela, em Santo Antônio, na fazenda Macoco em Cruzeiro do Sul, na Santa Sofia em Santo Antônio do Caiuá como arrendatário de algodão, mas não tive lucro. Mudei para São Mateus como arrendatário de café, também não deu. Como formador de café, eu fazia os buracos, plantava e emadeirava, o fazendeiro sedia as sementes novas (DOMINGOS BATISTA SANTANA, 11/02/2022).

Tal discurso demonstra uma insatisfação do administrador em relação ao trabalhador, e este, por outro lado, mostra-se inconformado com a insuficiência dos efetivos recebidos na função que exercia. Exalta-se com isso o trabalhador, em tentativas múltiplas, ora trabalhando em um lugar, ora em outro, que são mecanismos para conseguir acertar um retorno econômico satisfatório.

Em 1964, Domingos Batista Santana comprou com um amigo 12 alqueires de terra, na gleba Paranapanema, na estrada de mesmo nome.

Trabalhei como formador de café, dessa produção comprei o sítio. [...] no final de 4 anos colhi 100 sacas. Paguei a vista 90 mil réis adquirido na forma de café que peguei em 1959. Comprei em sociedade 12 alqueires de mata pura, 6 para cada um. Tinha peroba, amendoim, marfim, *canafistula*, coração de nego. Tora de 1,5 de diâmetro. Eu e meu amigo Florêncio Leão compramos do João Domine, ele tinha uma fazenda e foi loteando em 10, 12 alqueires e vendendo. Derrubamos a mata. De início derrubei meio alqueire e plantamos milho, algodão, amendoim e mamona. Construímos um barraco coberto de tabuinha. Fui no Brinco de Ouro [Friedrich Frehner] e comprei a tora e cortei as lâminas de cinco a 6 centímetros de espessura. Cortava o cedro e tirava no traçador. Tirava as toras, cortava em pequenas toras de 70 cm, com um facão especial, batia com a marreta tirando tábuas de 10 a 15 cm de tamanho. Tinha tabuinhas de toda largura. Não tinha uma bitola certa, era do jeito que saísse. Eram fixadas com prego. Era comum naquele período, a maioria das famílias moravam nesse tipo de construção. Tirava ripas e ripões dos coqueiros, limpava e rachava. As pranchas mais estreitas usei como parede. Serrei e

construí o quadro do rancho, sem divisões. Era um rancho de chão batido. Todos nós dormíamos no chão, no mesmo espaço. Depois de muito tempo é que fiz 4 divisões e ladrilhei. Construí no fundo da propriedade, próximo da água Cambuí.

Anos depois, para carregar a produção da roça e trazer compra da cidade, comprei um arrastão, um quadrado feito com duas vigotas, coberto de tábuas, puxado por cavalo. Com o sítio, foi só fartura, porco, galinha, construí o ranchinho. Tive 9 filhos: 03 mulheres e 06 homens (DOMINGOS BATISTA SANTANA, 11/02/2022).

O entrevistado Domingos evidencia a vida dura de trabalho, levando oito anos para comprar seis alqueires de terra pura mata. Destaca a diversidade da flora local, mas silencia quanto à fauna. A introdução da policultura (lavoura branca), criação de animais para consumo, a construção do rancho desprovido de qualquer conforto para abrigar a família numerosa e a aquisição de um arrastão para transportar produtos rural ou urbano. Tem-se aqui um nordestino, assim como tantos outros, que fez a vida no arenito, noroeste paranaense.

O cearense Salvador Batista de Souza chegou uma década depois do início da colonização, no dia 13 de agosto de 1961, para trabalhar como formador de café na fazenda Hortolândia.

Eu fiz um trecho de pau de arara. O patrão mandou buscar a gente. Já era trato. A gente já tinha um contato, que era o tio meu. Quando chegamos, as casas da fazenda eram boas. A gente do norte não tinha direito de compra nada. Naquele tempo eu estava quase pedindo esmola, ia compra como? Trabalhei como arrendatário em fazendas. Agora, nesses últimos anos, comprei uma chácara de três alqueires (SALVADOR BATISTA DE SOUZA, 13/02/2022).

Salvador, o entrevistado desnuda a realidade econômica a qual enfrentava no norte. Vem a Santo Antônio porque o contratante vai buscar a família. O trabalhador atende uma demanda do campo e mais de três décadas para comprar uma pequena propriedade agrícola de três alqueires.

A família Frigo, por sua vez, chegou em 1953, como arrendatária da propriedade de Ângelo Vial. Este não residiu no município.

Não compramos terra. Viemos trabalhar como porcenteiros no sítio dos Vial. Três irmãos compraram terra aqui, embora um deles, Ângelo Vial, não veio, arrendando o sítio de 10 alqueires para o meu pai Olívio Frigo. Osvaldo Lutz também era porcenteiro, mas a maioria das pessoas eram situantes. Anos depois, o patrão vendeu metade do terreno e deu a outra metade para o meu pai. Quando eu e minha família chegamos em Santo Antônio, tinha uma grande área desmatada e outras sendo desmatadas. Tinha também pequenas plantações de café. As casas eram todas de madeira. Os proprietários derrubavam a mata, deixando apenas as árvores mais grossas, esperavam secar por dois ou três meses e colocavam fogo para fazer o plantio. Quando nós chegamos, tinha uma casa coberta, sem janela, puxava água de poço. A casa estava localizada

próximo à estrada, protegida por cerca. Moramos muitos anos com aquelas janelas abertas, não tinha perigo não (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

Em geral, os migrantes que arrendavam terras ou vinham trabalhar em fazendas encontravam infraestruturas mais aprazíveis, se comparadas às dos pequenos proprietários. A maioria dos fazendeiros e um número ínfimo de pequenos proprietários disponibilizavam aos arrendatários, meeiros, formadores de café e, enfim, aos colonos recém-chegados as colocações. As colônias de casas eram construídas próximas umas das outras e a quantidade variava de acordo com o tamanho da propriedade. As casas eram de madeira de lei, com assoalho, janelas, poço de água, terreiro e tulha para armazenar o café. Algumas também possuíam escolas, campos de futebol e uma pequena construção ou espaço cedido para encontros religiosos católicos e evangélicos.

Na fazenda União, diferentemente de outros proprietários, foram os próprios arrendatários que construíram suas habitações e furaram os poços. As famílias foram dispostas em uma área muito extensa, algumas com acesso a minas e água dos rios que dividem e ou atravessam a propriedade. A fazenda faz “divisa com o rio Paranapanema e córrego Caiuá e tem alguma nascente, pouca coisa” (NATALÍCIO CORREIA DE ARAÚJO, 28/02/2022).

A referida fazenda contemplava 250 casas, três escolas dispostas em lugares distintos, quatro campos de futebol, uma olaria (1960 a 1965) arrendada, uma serraria e uma pista de pouso de avião (na década de 1970). E os colonos evangélicos da Congregação Cristã no Brasil tinham à disposição uma sala da escola para realizar o culto. Posteriormente, com o aumento de participantes, passou a realizar encontros ao ar livre.

A fazenda conseguiu implantar uma linha de ônibus, com tráfego obrigatório ao interior do imóvel privado, em atendimento a uma demanda significativa de passageiros residentes. Disponibilizou-se também, outra linha para a Vila Xavier, passando pela sede do município. No processo, várias empresas realizavam o transporte intermunicipal.

Tinha a empresa Asa Branca e a Santana. Saía daqui com destino a Paranavaí. Saía daqui da Dona Amélia e passava por Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, Paranavaí e depois voltava fazendo São João, Santo Antônio e posavam lá embaixo na fazenda. Saíam às seis horas da manhã. As onze horas da manhã tinha um ônibus de volta pra cá e depois tinha outro de ida pra lá. Quando uma estava vindo, a outra estava indo. Eram duas empresas e vinham em horários distintos (NATALÍCIO CORREIA DE ARAÚJO, 28/02/2022).

Ritinha Holanda Cavalcante (20/02/2022), migrante de Ipueras, Ceará, estabelecida no município em 1953, relata: “minha família trabalhou de arrendatário. Era

um sítio de 25 alqueires de terra. Só nós morávamos no sítio. O sítio era comprido assim, da beira da estrada até no fundo do córrego”.

O imigrante suíço Friedrich Frehner, estabelecido em Santa Catarina, migrou em 1954 para o patrimônio de Santo Antônio, fixando no Porto São João (posterior Angelim). Ali, ele comprou 2 alqueires dos Irmãos Abraão e Ernesto Vial, onde instalou a serraria Brinco de Ouro. Destaca o entrevistado: “quando chegamos, moramos num ranchinho no fundo da propriedade do Xavier” (VALTER FREHNER, 14/02/2022).

Figura 63 – Serraria Brinco de Ouro



Fonte: Acervo da família Frenher. Serraria Brinco de Ouro. Empresa de Friedrich Frehner. Local: Vila Xavier, gleba Paranapanema, lote 169 B, estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1954.

Meses depois, os Frehner construíram sua casa de madeira e instalaram a serraria, mudando para a nova morada. Os Vial cederam passagem, criando uma estrada na divisa da propriedade que levava ao lote recém-criado, após a venda e desmembramento. A propriedade do Frehner fazia fundo com o Rio do Diabo, popularmente conhecido como São Francisco.

Quando eu vim para cá, tinha 16 anos, era moleque. Meu pai Friedrich Frehner era industrial. A nossa serraria tinha guia de exportação, era indústria registrada. Meu pai comprou essa serraria do senhor Guido Chinal. Quem nos ofereceu foi Adolfo Fróner. Tínhamos também um moinho de fubá, no começo, depois paramos porque não dava futuro. Compramos uma serraria estragada, chamada de Pica Pau. Teve que arrumar tudo para trabalhar. A Pica Pau tinha poucos maquinários. Era só a serra mesmo. Depois o meu pai comprou mais maquinários (francesa/circulares) para cortar tábua, para fazer soalho. Gerávamos em média 10 empregos, 06 na serraria e 04 no mato, cortando e serrando toras, fora a família. Minhas irmãs Ema, Frida, Bety e Marta ajudavam na serra circular (VALTER FREHNER, 14/02/2022).

O relato evidencia corretor vendendo produtos de segunda mão, a exemplo da serraria; adolescentes assumindo funções que exigiam grande atenção e responsabilidade,

justamente para evitar possíveis acidentes. Além dos contratados, a serraria gerava trabalho para os homens e as mulheres na empresa familiar, o que comprova a participação delas no início da colonização, tanto no âmbito empresarial como no agrícola. O trabalho proveniente da indústria era muito tímido, assim como as vagas ocupadas por mulheres (da família).

O patrimônio, posterior município, foi abundante em madeira de diferentes espécies: “peroba, cedro, canelinha, ipê, cabriúva, *pau-d’alho* na beira do rio figueira” e outras (VALTER FREHNER, 14/02/2022).

No início da década de 1960, o morador do Porto Angelim decidiu empreender, montou um engenho movido por uma pareia de boi para moagem de cana e produzir outros produtos derivados.

Bruno de Souza Neves instalou engenho próximo na Vila Xavier, comprava cana dos agricultores ou pegava na ameia e moía a cana da vizinhança que não tinha engenho. Produziam o caldo, o melado e a rapadura.

Não tinha moleza. Seu Bruno cuidava da moagem e açoitavam os bois. O caldo era coado em peneira fina e levado ao tacho. De acordo à produção, era a quantidade de tachos. Uns para melado e outros para a rapadura. Designava uma pessoa para cada tacho, mexendo com uma pá de pau, com fogo leve depois que ferve, até virar melado ou rapadura. O ponto de melado era mais grosso e o de rapadura é de endurecimento. Para saber o ponto da rapadura, colocava um pingo desse melado na água, se endurecesse estava pronto para colocar nas formas para endurecer. Em média levava 24 horas para desenformar.

O agricultor pagava pela locação do engenho para a produção do caldo de cana, melado e rapadura. Quando uma coisa estava difícil, Bruno fazia outra, não enfeitava trabalho, foi pescador [entregava sob encomenda] e comerciante (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

As entrevistas demonstram que alguns agricultores optaram pela policultura, enquanto outros preferiram a monocultura de café, algodão, pastagem, cana e gado. Alguns se dedicaram apenas ao ramo empresarial, outros aos dois simultaneamente, mostrando estar atentos às novas oportunidades e buscando formas de se equilibrar economicamente diante das dificuldades.

O depoente José Alves de Almeida afirma que:

Minha família veio do Ceará, para o Mirante do Paranapanema, SP., nós tínhamos uma pequena propriedade e plantávamos amendoim. Procurando um lugar melhor para morar, meu pai veio a Santo Antônio do Caiuá, conheceu, gostou. Vendeu lá e comprou de um antigo proprietário em 1968 no município, um pequeno sítio, na estrada Paranapanema, onde moramos e trabalhamos. Na época meus pais chegaram com nove filhos pequenos. Plantavam algodão, mamona, amendoim e feijão. Em 1975, vendeu para cobrir financiamento bancário e mudamos pra cidade (JOSÉ ALVES DE ALMEIDA, 12/02/2022).

A família de cearenses encontra-se num processo migratório, assim como outras famílias “nordestinos” passam por cidades paulistas, realizam uma cruzada pela estabilidade econômica, não satisfeitos chegam a Santo Antônio do Caiuá quase no final da década de 1970, com prole numerosa para prática da policultura, onde permaneceram na área rural por apenas sete anos. Enfrentar a geada, família grande, honrar dívidas dificultaram sobreviver no campo, levando a uma vida urbana com outras opções de trabalho e funções.

De acordo com Luz (1997), a cultura cafeeira solicitava mão de obra abundante. A mesma autora destaca que, na década de 1960, ocorreu um aumento de produtividade, mas houve o enfraquecimento de diversas áreas agrícolas e a introdução de outras culturas, promovendo-as em detrimento do café (LUZ, 1997).

As entrevistas demonstram cultivo agrícola plural desde o início da década de 1950, reafirmado por Cancian (1982). Não há plantio de um produto exclusivo em terras paranaenses.

3.4 COLONOS ADOECEM NA FASE INICIAL DA COLONIZAÇÃO

No início da colonização, com a chegada das primeiras famílias e a derrubada da mata transformando o lugar, alguns desses novos moradores são acometidos por picadas de cobra, abelha e mosquitos (provocando a ferida brava), além de infecções nos olhos. No processo, aparecem a febre amarela e a maleita. Com a (re)ocupação do noroeste do Paraná, algumas pessoas adoeciam e faziam banho de ervas, procuravam a benzedeira, o farmacêutico e, em último caso, o médico.

Alude a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos que:

Em 1950, quando a minha família chegou em Santo Antônio do Caiuá, puro mato, mosquitos picavam braços, pernas e rosto. Nos abanávamos o tempo todo para afugentá-los. No início a picadura provocava um vermelhão na pele, houve casos que se ampliou em carne viva. Aquilo ficava pingando o tempo todo, muito feio de se ver. Eu, o Nelson, meu pai e alguns peões contraímos a tal da ferida brava. Para piorar a coisa meu pai pegou bicho de pé nas feridas do pé e na barriga da perna. Quando decidi olhar por causa da ardedura e coceira, estava cheio de bichos em torno das feridas. Tirou aqueles bichos de barriga, com a ponta da faca. Estavam todos gordos, saíram inteiro, mas ficaram os buracos.

Meu pai logo sarou, agora eu e o Nelson tomamos injeção de *Stibophen* em Alto Paraná, lavávamos com ervas do mato, amarrávamos um pano para nos proteger e fazíamos fogueira ao anoitecer para espantar os mosquitos. As feridas que contraí nas pernas levaram aproximadamente dois anos para cicatrizarem. Não esqueci o nome da injeção porque doía 24 horas (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

No Brasil, a leishmaniose tegumentar americana, conhecida como “úlcer de bauru” ou “ferida brava”, é transmitida pelo mosquito do gênero *Lutzomyia* (mosquito-palha). A doença infecciosa provoca feridas indolores no corpo. É contraída pela picada do mosquito contaminado ao picar pessoas ou animais portadores da doença (cachorros, gatos e ratos) e não se dá pelo contágio humano. Esse mosquito tem preferência por ambientes quentes, úmidos e escuros, entre eles, as florestas (VIANA, 2018).

De acordo com Vale e Furtado (2018, p. 424):

até a década de 1950 a LTA disseminou-se praticamente por todo o território nacional, coincidindo com o desflorestamento provocado pela construção de estradas e instalação de aglomerados populacionais, com maior incidência nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Ceará e Pernambuco. A partir daí até a década de 1960, a doença parece ter entrado em declínio, com o desmatamento já completado nas regiões mais urbanizadas do país, além da relativa estabilidade das populações rurais (VALE; FURTADO, 2018, p. 424).

Patrimônio criado, estradas abertas e áreas florestais fracionadas em lotes de terra receberam as primeiras famílias, dando início à transformação do cenário local. As matas foram derrubadas e infraestruturas improvisadas, que seriam modificadas durante o processo de (re)ocupação. O homem modificou o espaço natural, erradicando a biodiversidade vegetal e afugentando os demais seres vivos, como animais, aves, répteis e insetos, que instintivamente reagiram.

Ainda conforme o relato de Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022), em 1950, "minha irmã Maria Xavier e várias pessoas pegaram malária às margens do córrego São Miguel, local onde meu pai construiu os ranchos. Elas tremiam muito, tendo calafrios às 10 horas da manhã. Tiveram que ir até Alto Paraná para tomar injeções na farmácia".

Com base nas memórias dos entrevistados, foi possível identificar os vários incômodos enfrentados pelas famílias que (re)ocuparam a terra. As famílias recém-chegadas sentiram a diferença do clima: os gaúchos sentiram calor e os “nordestinos”, frio.

Sobre esse assunto, relata a depoente Elvira Concatto (15/05/2022):

Estranhamos muito a diferença de clima. Nós ficamos muito doente. Eu, meu pai e minha mãe. Meus pais me levaram de volta para o Rio Grande do Sul. Fiquei um ano na casa da minha avó. Nós chegamos aqui em outubro, um calor enorme. A gente sofreu muito. A noite dava correição dentro daquela casa de quatro cômodos, a gente tinha que sair todos pra fora e sentávamos nos bancos até aquelas formigas saírem de dentro de casa, porque não tinha nada que as fizessem sair. Era muita, muita formiga. Elas invadiam a casa. Aqui em Santo Antônio não tinha nada quando nós chegamos. Era muita dor nas vistas. A gente ficava com as vistas desse tamanho assim, aí tinha que tomar aquelas injeções de penicilina. Na época era isso que tinha. E a gente

chorava a noite, quando dava aquelas formigas. Cada dois três dias, a casa enchia de formiga. A gente sentava lá fora e esperava o sol sair, porque não tinha como dormir. E nós esperávamos aquelas formigas ir embora [ria] e todo mundo com dor de vista, inchado, vermelho, queimando, ardendo e aí chorávamos que queríamos voltar pra casa, eu meu irmão. Aí nós falávamos: “Vamos embora pra casa. Vamos embora pra nossa casa”.

Eu tinha nove anos. Foi muito difícil a nossa chegada, nós persistimos, porque já tínhamos vindo mesmo. Eu e meu irmão Belarmino chorávamos muito e essa aqui emagreceu [referindo-se a irmã Ana Lúcia, sentada ao lado], quase morreu (ELVIRA CONCATTO, 15/05/2022).

A depoente fixou-se no município em outubro de 1953 e teve dificuldade de adaptação. O lugar em plena mata era desprovido de infraestrutura, tudo ainda por construir. Os demais seres vivos reagiam aos intrusos humanos, já que estes invadiram o seu hábitat natural. Elvira conta e sorri, sentindo-se aliviada por não ter mais que passar por aquela situação periclitante.

O lugar estava repleto de animais emergentes da floresta. Liana Terezinha Vial (27/03/2022), moradora do antigo Porto São João, na divisa com o Morro do Diabo, relata sobre a existência de muitas cobras, sapos, ratos, aranhas, tamanduás: “meu pai falava de onça, parece que chegaram a ver uma. Mas ouviam mais os urros dela no meio do mato”.

Em 1951, ainda no início da colonização, ocorreu uma proliferação de rato. Eles invadiam as casas e barracos em bando. O povo tem mania de dizer assim: “no ano que as taquaras florescem os ratos proliferam”. Tinha tanto rato e como a casa não tinha forro, os ratos caminhavam em cima, nos barrotes e caíam às vezes nas pessoas que estavam dormindo (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

Nessa direção, o entrevistado Osvaldo Jesus da Purificação relata que:

Um dos riscos que nós enfrentamos aqui foi a saúde, porque a Bahia é uma região quente e aqui quando chegamos era muito frio, nós não estávamos preparados. Até os velhos [referindo-se aos pais] não tinham a visão da vida. Nós sofremos muito com o frio. Muitas vezes levantávamos e íamos pra roça, endurecia os dedos no caminho porque não tínhamos agasalhos. O povo do norte geralmente vem com dificuldade. Mas fomos superando. Uma delas era ter um alojamento. Aqui, quando nós chegamos, as casas eram de madeira e o assoalho era dessas tábuas largas e alto do chão. E naquele tempo o vento entrava por debaixo do assoalho. Porque aquele assoalho também servia para agasalhar as tralhas, ferramentas e mercadorias. Tudo botávamos ali (OSVALDO JESUS DA PURIFICAÇÃO, 28/03/2022).

O entrevistado evidencia a dificuldade econômica dos migrantes “nordestinos” para fazer a vida no lugar, pois a família chegou desprovida de agasalho.

Estranharam o clima, gaúchos e nordestinos, migrantes de dois extremos do país. Osvaldo estranhava também a construção, sobre tocos e cheia de frestas, favorecendo a

penetração do vento. Observa-se que, além da casa da família ser pequena, presencia-se a falta de infraestrutura para alojar a produção e as ferramentas de trabalho.

Segundo a depoente Marlene Maria Carniel Silva:

Eu sei que quando nós viemos pra cá, tudo era muito difícil. Minha mãe, por exemplo, estranhou muito, porque no Rio Grande do Sul era muito frio, e quando nós chegamos aqui era infestado de baratas. Então ela ficava a noite fervendo água e jogando nas baratas, pra matar e desesperada, porque lá não tinha isso, porque lá é muito frio. Então foi assim, alguma coisa que atrapalhou a gente (MARLENE MARIA CARNIEL SILVA, 20/02/2022).

A entrevistada Maria das Neves dos Santos afirma:

Chegamos no município em 1962 com a família. Trabalhamos como arrendatário, passando por várias fazendas. Em 1963 estávamos trabalhando na fazenda São Miguel e meu pai ficou muito doente. O patrão levou ele para se tratar em Nova Esperança. Era febre amarela (MARIA DAS NEVES DOS SANTOS, 23/03/2022)

Ou seja, o lugar não tinha condições para receber as famílias. Essas condições foram criadas. Nesse ínterim, destaca o entrevistado Valter Frehner (14/02/2022): “quando chegamos, moramos num ranchinho [...]. À tarde ninguém aguentava ficar dentro do rancho. Tinha muito borrachudo, mordida, ardia, doía e queimava igual fogo. Era muito pernilongo”.

O encontro dos animais e insetos com os colonizadores foi totalmente desprovido de cordialidade. A interferência dos últimos no habitat natural provoca a reação dos primeiros. Os últimos persistiram até obter o pleno controle da área.

3.4 A SOLIDARIEDADE ENTRE AS FAMÍLIAS NA ZONA RURAL

Era comum, nos primeiros anos da colonização, as famílias prestarem colaboração às outras espontaneamente ou por solicitação, isso em diferentes casos: em tempos de colheita e plantio; auxiliar parturientes, socorrer o vizinho com produto agrícola; partilhar do animal carneado para consumo; construção de habitações, em casos de falecimento etc. Houve solidariedade urbana, trocas e reciprocidade que se perpetuaram no campo por algumas décadas, mas se arrefeceram no decorrer do processo.

Cícero Rodrigues da Silva, morador da colônia composta por treze famílias da fazenda Bom Retiro, na estrada da União, conta:

Lá cada família fazia um chiqueiro de assoalho para engordar o porco. Quando um vizinho daqueles 13 moradores da colônia matava um porco, era dividido

um pedaço pra fulano, pra sicrano. [...] Sabe? Tirava aquele toucinho pra fazer banha. O gostoso é que a minha mãe fritava aquele porco num tacho, num fogãozinho de lenha lá no terreiro. Pnhava tudo numa lata, depois ia tirando pra gente comer. Era muito gostoso! Hoje não tem mais isso (CICERO RODRIGUES DA SILVA, 12/02/2020).

Havia um sentimento de união e solidariedade muito forte entre as pessoas da vila Xavier. O relato da entrevistada Liana evidencia uma preocupação do pai em se prevenir com medicamentos e instrumentos da medicina para qualquer emergência no início da década de 1950, em uma região de mata em um ambiente ainda desconhecido dos (re)ocupantes recém chegados.

Relata Liana Terezinha Vial:

Meu pai Abrahão Vial serviu o Exército, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Lá trabalhou na enfermaria. Quando veio tomar posse das terras que comprou da Companhia Melhoramentos em Santo Antônio do Caiuá, sabendo que era puro mato, trouxe com ele um kit de primeiros socorros, com medicamentos, pinça e estojo de injeção. Meu pai foi, muitas vezes, de madrugada, a cavalo, aplicar injeção em vizinhos doentes e também realizou partos (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

Distantes dos médicos e das farmácias, algumas mulheres e vários homens exerceram a função de parteira (o), trazendo vidas ao mundo, embora houvesse predominância de mulheres nesta função naquele período.

Destaca a depoente Matildes Carvalho dos Santos): “lá na roça era comum, próximo de ganhar o filho, alguém da família entrava em contato com a parteira. Quando a grávida entrava em trabalho de parto, avisavam-na e rapidamente vinha dar assistência. No começo, não tinha médico não!” Ainda a mesma entrevistada: “em 1952, nasceu o meu irmão Geraldo, minha mãe não tinha leite no peito para amamentá-lo, então a vizinha lhe emprestou uma cabrita. Ficamos com o animal por um ano, depois minha mãe a comprou” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

As formas de colaboração entre as famílias eram as mais diversas no município, em atendimento às necessidades dos que ali se estabeleceram.

Complementa Liana Terezinha Vial (27/03/2022): “quando uma mulher ganhava nenê, as mulheres da vizinhança se reuniam e iam à casa da senhora e realizavam todas as tarefas domésticas por alguns dias. Limpavam a casa, lavavam, passavam, cozinhavam, cuidavam da mãe e do bebê”.

Ainda nesse contexto, sublinha Valdir Frigo:

Quando uma pessoa morria e a família não tinha condições, como eu também era carpinteiro, reunia com outros vizinhos, ia na serraria do Brinco de Ouro buscar madeira. No caso de falecimento, o proprietário dava a madeira, não cobrava nada.

Levava a madeira pra casa do falecido, o povo ia chegando e nós fazendo o caixão pro velório. No dia seguinte, o defunto era transportado de caminhão até o cemitério (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

Os vizinhos se mobilizavam em apoio à família quando a situação financeira desta se encontrava minguada e era preciso realizar o velório. A comunidade se abraçava em todos os sentidos, seja para a festa, partilhando o pão ou presenteando o amigo ou compadre em visita com o que tinham (galinha, cachorro, tatu, um pássaro cantador).

Matildes Carvalho dos Santos conta que, quando:

Chegava uma família nova, minha mãe ia lá dar as boas vindas e se propõe a ajudar no caso de alguma necessidade. Também íamos convidar para as festas e terços.

Meu pai, ao passar por uma família recém-chegada, vendo que eles não tinham determinado produto, ia levar.

Me lembro de uma família que tinha muitas crianças e não tinha vaca. Meu pai levava o leite. Quando era época do milho, o vizinho que tinha levava para o que não tinha. Podia ser a falta de milho seco também, para fazer a polenta ou tratar dos animais, mas podia ser o feijão, amendoim, a cana, a banha, frutas e outros. Quando matava um porco era a mesma coisa, levava um pedaço para os vizinhos mais próximos. As quantidades variavam e eles geralmente retribuía com o que tinha de diferente ou quando faziam a colheita da sua produção. Às vezes o produto era o mesmo ou outro. Era uma família colaborando com a outra, uma prática voluntária, não havia obrigação de retribuir.

O vizinho ia visitar o outro e levava um pau de galinha. Amarravam os pés das aves e passava o pau no meio, ficando dependuradas. Colocava meia dúzia, uma dúzia, dependia da vontade de cada um.

As famílias também formavam mutirão, para o plantio ou para a colheita ou pagavam o dia de serviço ao vizinho pelo trabalho prestado, tudo a combinar (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2020).

Lembra Antônio dos Santos Sobrinho que:

Se a família chegou e não tem, pegávamos um frango ou um saco de arroz em casca e levávamos lá. Se a pessoa não tinha pilão pra socar esse arroz, colocávamos na carroça, levávamos na máquina de arroz do Primo Rossato, em Santo Antônio e levávamos um saco ou meio saco para a família que estava precisando (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

As famílias se solidarizavam com as outras de diferentes maneiras, seja doando, presenteando, dividindo ou fazendo permuta do excedente da produção, trocando ou emprestando. O mutirão se fazia presente, seja para o campo, para a edificação de construções públicas e eventos culturais ou religiosos. A participação de cunho econômico se dava através de contribuições em espécie, em produtos e prestação de serviços.

As construções da Capela Santo Antônio e dos templos da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil se deram por meio dessa forma de organização de trabalho coordenado por uma liderança.

Primo Rossato, por exemplo, “liderou o mutirão para a construção da primeira capela em 1954, solicitando doações de materiais e dias de serviço” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Não foi diferente com a Congregação Cristã no Brasil. Sob a liderança do cooperador Antônio Gomes Sobrinho, seus membros contribuíram com parte da produção agrícola e também com trabalho, inclusive com a participação das mulheres no preparo dos alimentos.

Na Congregação eram os próprios membros da igreja que faziam. O meu tio Antônio Gomes Sobrinho (Cooperador), o irmão dele, Sebastião Gomes Sobrinho, e outras famílias, como a do seu João Dino e do Ademar. Reuniam as famílias e faziam. Quem entedia de madeira ajudava a cortar, quem entendia de pintura pintava, me lembro que eu já era professor na época e fui incumbido de escrever o nome da Congregação na placa da igreja.

Comida também. Alguém que tivesse uma casa grande reunia lá três, quatro mulheres, pra cozinhar.

As pessoas vendiam o feijão, o café, o amendoim. Aquele que colhia, vendia parte da sua produção e doava para a construção da igreja. Não era dízimo, não tinha cobrança de dízimo, mas as pessoas colaboravam. Doavam dez sacos de café para construção, tantas arrobas de algodão (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2020).

A prática do mutirão não se estendeu a todos os pontos do município. Na região próxima ao córrego Mercúrio, os proprietários de terra optaram por contratar trabalhadores, peões vindos do Nordeste assim como outros contrataram mineiros.

Segundo o depoente Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022): “havia aqueles peões, vindo do Nordeste. No sítio da Água do Mercúrio, onde nós morávamos, essas pessoas eram contratadas pelo meu pai na época de colheita, se tinham habilidades. Trabalhavam por dia, recebiam a refeição e eram pagos”.

Era costume também no início da colonização, entre os pequenos proprietários de terra, disponibilizar o animal macho para o vizinho que não tinha, mediante solicitação, para emprenhar a fêmea sem custos.

Era comum emprestar o cachaco, o boi, cavalo, o cabrito para cobrir a fêmea da mesma espécie do vizinho, com objetivo de reprodução. Por esse empréstimo ninguém cobrava. Os pequenos agricultores que tinham a habilidade de castração eram chamados pelo vizinho para castrar o cavalo, porco, o cabrito, e o boi. Os três últimos após a engorda eram comercializados ou consumidos (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Algumas famílias produziam farinha, mandioca, polvilho, no sistema de mutirão. Em 1955, próximo ao período da colheita de mandioca, José Xavier de Carvalho resolveu montar uma farinheira para consumo familiar. Nessa direção, destaca a sua filha Matildes Carvalho dos Santos que:

Ele construiu um rancho coberto de tabuinha. [...] um salão, a casa de farinha, onde meu pai instalou a fomalha - uma construção retangular de um metro de altura por dois de comprimento com dois orifícios na parte inferior do forno para colocar a lenha e o outro menor para o respiro (sair a fumaça), sobre o forno fez uma laje de cimento, onde mexia a farinha.

Os peões arrancavam a mandioca, que era transportada em carroça, depositavam próximo à casa de farinha. Convidávamos antecipadamente os vizinhos para ajudar na produção da farinha. Nós fazíamos uma troca. Quando eles iam fazer a farinha deles, nós também colaborávamos. Era uma festa. Uns rapavam, outros ralavam numa máquina à manivela. Eram dois homens nessa função, um de lá e outro de cá, depois prensavam para sair a goma onde se produzia o polvilho. Levava vinte e quatro horas para prensar e torrar.

Era uma semana inteira nesse trabalho. Durante a torração preparava-se os beijus e íamos comendo. Era uma festa! (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Participavam do processo de produção um coletivo de 10 a 12 pessoas, formado por homens, mulheres e crianças. Os adultos realizavam um rodízio nas diferentes funções, produziam a farinha e o polvilho para o consumo familiar e vendiam o excedente.

A entrevistada Marlene Maria Carniel Silva ((20/02/2022), evidencia que sua família tinha um poço com motor, portanto “as mulheres da cidade vinham lavar roupa na serraria. Elas botavam aquelas pranchas, traziam uma bacia grande e lavavam a roupa ali. Pediam pro meu pai pra lavar roupa lá porque os poços eram em torno de 50 a 60 metros. Então o meu pai facilitou isso pra elas”.

O empresário Domênico Ernesto Carniel se solidariza com a necessidade dessas mulheres locais, por isso, cedeu acesso à água e permissão para lavar roupa em sua propriedade, uma demonstração que em várias habitações urbanas não tinham poço.

A moradora Maria Madalena Souza (13/02/2022), narra “quando nós chegamos aqui, ajuntava os peões e o povo tudim e ajudava fazer as casas pra mora dentro. Chegamos aqui num tinha nada”. O casal Alves chegou ao patrimônio de Santo Antônio em 1954. Como passava por dificuldades econômica, Primo Rossato disponibilizou parte do terreno de sua propriedade para morar e os demais vizinhos auxiliaram na construção e doaram material, para uma casa de três cômodos, desprovida de piso, coberta de tabuinha e socializam água (JÚLIA ALVES, 2014 *apud* MENDONÇA; MOTA, 2021)

Analisando o conjunto das entrevistas, a prática da cooperação com o outro esteve presente desde o início da colonização, independentemente da crença e da origem. A Companhia, o Xavier, o Carniel, família Sobrinho, família Concatto, família Vial, família Reck, família Rossato, família Frigo, os trabalhadores assalariados, os pequenos proprietários de terra, os fazendeiros e muitos outros colaboraram quando solicitados, seja cedendo água do poço para beber ou lavar roupa, dar pouso e alimentação a um ilustre visitante, seja com carona de tração animal ou de veículo ou mesmo cedendo a sala da casa para o funcionamento da escola, um terreno para a construção da escola, colaborando com a construção da casa de um morador ou da igreja.

3.5 COMO AS FAMÍLIAS TRABALHAVAM

O trabalho no campo exige empenho para se fazer produzir. Constata-se, nas pequenas propriedades, homens, mulheres e filhos, estes dos 7 aos 14 anos, que eram introduzidos nas atividades domésticas e do campo, portanto, predominava a agricultura familiar. Observa-se também, no início da colonização, a troca de serviço entre alguns vizinhos agricultores. Formavam um mutirão para o plantio e para a colheita, uma forma de assegurar o produto frutificado.

Como não tínhamos onde armazenar o mantimento no período de colheita do arroz, cortávamos e empilhávamos a cada trinta metros. Cada pilha tinha aproximadamente um metro de altura por cinco de comprimento. Em cima das pilhas prontas colocávamos uma camada de palha, por últimos alguns paus para as palhas não serem levadas com o vento e não entrar muita umidade. O lugar também era abrigo de cobras e ratos. Quando precisava para o consumo, batia num cavalete [banca de madeira] no meio da roça. No início, o produto era descascado no pilão, depois passou a ser beneficiado na máquina dos Rossato, em Santo Antônio do Caiuá (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

Observa-se, pelo conjunto das entrevistas, que essa técnica de estocar o arroz era prática comum dos pequenos agricultores, mas improvisavam-se outras formas em relação a outros produtos.

O milho era guardado em caixas feitas pelo próprio agricultor com tronco roliço de árvore. Enchia-se a caixa e a cobria com casca de peroba. Também era comum puxar algumas palhas da espiga para cima e amarrar as pontas das palhas e as colocávamos penduradas num pau, que eram guardadas num rancho para ser consumido de acordo com a necessidade ou amontoados e outra parte era comercializado dependendo da colheita, porque usávamos para tratar das aves e animais (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Conforme a entrevistada Ritinha Holanda Cavalcante (20/02/2022): “a gente tava

no sítio, derrubou o mato encoivrou tudo, coveou e plantou o café. Formou o café até cinco anos”. O baiano Osvaldo de Jesus da Purificação relata o aprendizado no cultivo e na colheita do café.

Nós viemos, parou lá. Foi até bom que já começou a entrar no clima carregado de nortista pra todo lado, ficou mais um pouco. Ali nós ajudamos a fazer a colheita naquele ano. Nós não sabíamos mexer com colheita de café, enquanto os outros moradores sabiam abanar, nós não sabíamos. Nós sabíamos derriçar mais com dificuldade e a grande maioria catava a mão mesmo. Daí fomos aprendendo a mexer com uma peneira, com os irmãos mais velhos (OSVALDO DE JESUS DA PURIFICAÇÃO, 28/03/2022).

Afirma Orlando Mendes de Oliveira (12/02/22): “desde os nove anos todos os filhos trabalhavam, quem não podia derriçar, limpava o tronco do café”. Nessa direção, Hilda Ferreira da Silva (20/02/2022) conta: “toda a família trabalhava. De pequenininho, já ia pra roça. Com oito anos, a gente já ia limpar cova, tronco e desbrotar café”. Corroborar Osmar Stachovski (11/02/2022): “a partir dos 10 anos eu já trabalhava e ajudava. Tirando o tempo da escola, eu já ajudava de pequeno. Era na enxada, na foice, colhendo mamona, milho”.

Eu e meus irmãos trabalhamos cedo colhendo café, algodão, mamona, mas o meu pai também contratava peões. Com 10 anos eu já tirava leite e com 14 e 15, dava aula na Bahia. No Paraná, aos 16, por um curto período, trabalhei na indústria de doces do José e da Felícia, em Alto Paraná. Em Santo Antônio do Caiuá, na Vila Xavier, ministrei aulas também a partir de 1953 na Escola Isolada Porto São João, mas nas horas vagas costurei e trabalhei no comércio da família (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

As narrativas nos levam a compreender como ocorria a introdução dos filhos desses trabalhadores rurais, proprietários ou não, na atividade agrícola, doméstica e no comércio. Ressalta-se a existência de algumas famílias nordestinas recém-chegadas desconhecem as formas de trabalho na lavoura cafeeira e, ao mesmo tempo, salienta-se como se dá o aprendizado. Por outro lado, elas se sentem bem ao se depararem com outros nordestinos, o que se coaduna com os estudos de Leal (*apud* RECCO, 2005) sobre o grande número de nordestinos na formação de Maringá.

O conjunto das entrevistas evidencia também como eles enfrentavam as dificuldades econômicas, bem como se davam as formas de improviso para guardar o produto colhido da terra e a diversificação da agricultura através da policultura.

As mulheres, ocupando-se de diferentes funções, colaboravam para o bem-estar familiar. O coletivo de proprietários e não proprietários trabalhava incansavelmente para obter a sobrevivência de suas famílias, em um período em que estes consideravam

prioridade o trabalho, e não a educação. Constata-se, assim, que não foi unanimidade entre os colonizadores conciliar estudo e trabalho na infância.

3.6 A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS SANTO-ANTONIENSES

Quando chegamos encontramos na mata: laranja da terra, jaboticaba, coquinho, ingá e muitos animais”
(MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 15/12/2022).

Historicamente, a cultura alimentar no Brasil é resultado da influência africana, indígena e portuguesa (SOUZA; HARDT, 2002). Ao longo de mais de meio milênio, a rica culinária nacional, dinamicamente vem sendo recriada, dando origem a novos cardápios, atendendo a diferentes paladares, “ritmos e estilos de vida” (SOUZA; HARDT, 2002, p. 32).

As famílias santo-antonienses tinham hábitos alimentares bem diversificados, variando de região para região. O arroz e o feijão formam a base alimentar, que não muda muito no cardápio coletivo. Variam os legumes e verduras que compõem a alimentação das famílias e as formas de prepará-los para consumo. O convívio social e a não adaptação de certas plantas cultivares ao lugar levaram à reelaboração e socialização das práticas culinárias e preparo de pratos similares.

A caça, a pesca, o mel e frutos da terra passam a integrar o cardápio alimentar dos (re)povoadores. As famílias apropriavam dos produtos cultivados para consumo. As menos abastadas, de prole numerosa, muitas vezes, não conseguiam diversificar e prover um rico cardápio alimentar, portanto, improvisavam com o que tinham.

Comer [...], é a origem da socialização, pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez [...] a própria linguagem. O uso do fogo há pelo menos meio milhão de anos trouxe um novo elemento constituidor da produção social do alimento. A comensalidade é a prática de comer junto, partilhando (mesmo que desigualmente) a comida (CARNEIRO, 2005, p. 71).

Os “nordestinos” formaram a base representativa demográfica do município, com ela, os seus hábitos alimentares: feijão de vara, feijão andu, fava, arroz, vagem (orelha de padre), mandioca, milho, abóbora, batata doce, mamão, maxixe, quiabo, coentro, cebola, cebolinha verde, alho, pimenta, entre outros.

Consumiam farinha de mandioca, cuscuz de farinha, pirão de água com farinha de mandioca. A criação de suínos e aves promove o preparo e consumo de proteínas, com as quais preparam outros pratos saborosos da cozinha “nordestina”, como pirão, cuscuz,

buchada. Consumiam o pirão de caldo de carne (suína, frango, pescados e caça, entre outros). Contempla o paladar dessa gente o jabá, beiju de mandioca, bolo (de puba, milho verde e fubá), pão (de mandioca, abóbora e batata doce), bolacha de polvilho, rapadura, melado e caldo de cana. Também preparavam o famoso bolinho de chuva à base de ovos, trigo, fermento e sal, ambos fritos em banha de porco ou óleo bem quente, que saboreavam acompanhado de café, leite ou chá. Aproveitava-se a sobra de arroz, mexia-se com ovos, pimenta, sal, cheiro verde, e fermento, passavam na gordura quente e consumiam no almoço ou em qualquer refeição do dia.

Os grupos humanos mais isolados, ocultos na cabeceira dos rios formadores do Xingu, vivendo em pleno Paleolítico, sem metais, cães, bananas, anzóis, animais domésticos, plantavam a mandioca, produzindo farinha, beijus, pirões e mingaus. Identicamente os rudes nambiquaras da Serra do Norte, na mesopotâmia do Juruena e Madeira, vários grupos estavam na Idade da Pedra, mas as roçarias de mandioca eram amplas e cuidadas. Não conheciam cães, ferro, bananas, mas a farinha, o bolo de mandioca, garantiam o passadio regular (CASCUDO, 2016, p.103).

Ainda segundo o mesmo autor, os índios brasileiros preparavam e consumiam farinha e carne assada pisada no pilão e peixe seco, além de bebidas fermentadas à base de milho e mandioca (CASCUDO, 2014). Complementa Carneiro (2005), Cascudo (2014, 2016), que o feijão integra o cardápio brasileiro. Afirmo Carneiro (2005), as crônicas dos viajantes no Brasil colonial e imperial registram o consumo do feijão consorciado com coco e carnes.

Proveniente de família “nordestina” (paraibano e baiana), inúmeras vezes, presenciei minha mãe preparando um tutu de feijão, ou virado de feijão. Ela produzia o prato com feijão andu, fava, feijão de vara, mas com feijão de arranca também. O preparavam, gordura e porco, com torresmo, carne, linguiça picada, ovos, cheiro verde e pimenta. Assim como fazia a minha avó, incontáveis vezes, me deparei com minha mãe, logo após servir o prato, comer com as mãos. Ambas juntavam a comida com as pontas dos dedos num canto do prato, fazia rapidamente uma espécie de bolinho amassado e levava à boca.

Assavam os pães, bolos e bolachas em forno de barro, na folha de bananeira ou na palha de milho. As famílias desprovidas de forno de barro ou fogão econômico com forno embutido colocavam braseiro embaixo da panela e outro sobre uma tampa para assar o pão, o bolo e a bolacha.

Faziam doce de leite, mamão verde, mamão com leite, abóbora, amendoim, goiaba, cidra (pastoso, em calda, cristalizado, cortado e paçoca). Preparavam o curau, a

canjica, a pamonha, o arroz doce. Alguns doces estavam ligados à temporada pós-colheita.

O cardápio constituído de carne ensopada era muito utilizado nas grandes famílias, porque rendia mais, no entanto, também a fritavam ou assavam.

Criava-se galinhas, patos e porcos em grandes cercados para o consumo familiar, mas comercializava-se o excedente. As primeiras forneciam também os ovos, muito apreciados e consumidos por diferentes nacionalidades e os suínos eram picados, temperados, fritos e conservados em latas de 20 litros prontos para consumo. Latas de banha e também carne frita na banha. Reserva-se parte da carne, a qual moíam, temperavam e enchiam tripas de boi ou do próprio animal. Famílias inteiras participaram desse processo de carnear o animal, inclusive eu. Algumas também criavam cabrito e ovelhas. Além dos animais domésticos, os bichos do mato (anta, porco do mato, lagarto, veado, tatu, pomba) e peixes figuravam no cardápio de várias famílias. Proveniente da caça com arma de fogo, armadilhas maiores, arapucas e estilingues.

Preparavam a carne de sol. Após matar o animal, temperavam em barrica de madeira à base de muito sal e colocavam ao sol para secar em varal a céu aberto ou em espaço semiaberto. Assim também faziam com o peixe, ou simplesmente com a cabeça, a qual passam o arame liso pelos olhos, formando um grande varal, o qual eram consumidos ensopado.

Várias famílias consumiam em forma de salada, a beldroega, serralha e caruru colhidos no meio da roça, mas também faziam horta com diferentes verduras. Saboreavam os frutos da mata nativa e os cultivados em área reservada ou no meio da lavoura: cana de açúcar, mamão, goiaba, manga, banana, fruta do conde, coco, limão, laranja, mexerica, jaca, caqui, entre outros.

Algumas famílias “nordestinas” consumiam o “feijão com leite e outras, feijão com rapadura ou açúcar. Nessas casas não faltavam rapadura e farinha de mandioca ou de milho” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS (15/02/ 2022)). Compreendemos esse hábito alimentar praticado por alguns “nordestinos” no município, está ligado à reprodução cultural do que a condições econômicas de consumo.

Nos primeiros anos, a carne bovina fresca não faz parte do cardápio das famílias fixadas no patrimônio, integrando-a no processo com a instalação de açougue, a partir de 1953.

As famílias gaúchas trazem na bagagem um cardápio específico da terra natal, que sofre alterações com o convívio social e produtos frutificados na nova terra. Como a gaúcha Vilma Concatto preparava o salame?

A migrante de Farroupilha moía a carne de porco, tirava toda a gordura, deixava somente a carne. Amontoava em cima da mesa e furava com o dedo. Preparava um tempero numa vasilha de vidro com um pouco de vinagre, alho, pimenta, acrescia 3 g de sal, mexia, colocava o tempero na carne. Misturava tudo muito bem e ensacava. Tinha que ser um ensaque bem firme para não estragar. Posteriormente, furava o embutido fresco com espinho de laranjeira para escorrer e defumava. Concluído esse processo, colocado em varal alto, pronto para ser consumido.

O preparo do salame não difere muito do preparo de outras famílias “nordestinas” e sudestinas. O diferencial está no tempero (cada um tem o seu), e no tempo de espera para consumo. O salame gaúcho e a linguiça passam pelo mesmo processo de preparo, no entanto, a última atende a um tempo mínimo para curar.

Várias famílias recém-chegadas no município produziam linguiça com “carne de bicho de caça no mato, outras misturavam a carne de porco moída com a de outros bichos do mato e consumiam” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Além do tradicional churrasco, a família gaúcha prepara o capelletete.

Era uma massa feita com farinha de trigo e ovos. Depois esticava e cortava os quadradinhos e recheava com frango.

Preparava um caldo bem forte com bastante galinha caipira e uns pedaços de carne com osso e fervia aqueles dois tipos de carne e fazia aquele caldo bem gostoso, bem temperadinho. Depois colocava esses capelletes para cozinhar. Era uma comida muito saborosa e o gaúcho lá no Rio Grande do Sul consome (ELVIRA CONCATTO, 15/05/2022).

Outra contribuição relevante para o município são as compotas e geleias. As gaúchas produziam compotas de várias espécies de frutas, principalmente de pêssigo e geleias de manga, uva, marmelada, jabuticaba, entre outras frutas.

A produção de compotas e geleias, assim como o preparo e consumo do churrasco salame e capelletete, era comum no Rio Grande do Sul, diferente de outras culturas aqui encontravam. Não fazia parte da culinária das outras correntes migratórias que repovoaram o lugar e passaram a conviver. Portanto, nessa socialização, nem tudo que degustavam se disseminava, ou seja, era incorporado pelo outro.

Por outro lado, esclarece a entrevistada Ana Lúcia Concatto (15/05/2022), o pai Gemano Concatto “não cultivava alguns hábitos da tradição gaúcha como: dançar vanerão,

xote e beber chimarrão”. Entretanto, os seus conterrâneos Abrahão Ernesto Vial usavam as famosas bombachas e não perdiam um baile, eram grandes dançarinos. O baiano Xavier também era “um pé de valsa” assim como muitos outros. Os Vial e Xavier tinham algo em comum além da agricultura e da dança, não deixavam as esposas dançarem com outros, mas eles se habilitavam à prática.

Demostram também uma valorização dos seus. Concatto sai de Santo Antônio para moer o milho, comprar a cachaça, vinho e óleo, do conterrâneo Osmarine, em Alto Paraná.

Enquanto alguns gaúchos chegaram arreigados na tradição, outros cultivavam parcialmente a culinária, e com o tempo, se mesclam aos costumes da nova terra e de sua gente. Portanto, o convívio social, promove o compartilhar e miscigenar das diferentes práticas de preparo e consumo alimentar.

Dentre as contribuições gaúchas, o churrasco³³ teve grande aceitação no município. Algumas famílias “nordestinas” e sudestinas incorporam. Segundo Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022), a família aprendeu a “produzir macarrão com catarinenses descendentes de italianos”.

Socializa Cascudo (2016, p. 540), “o homem assou a comida desde tempo imemorial. Milênios antes de possuir cozinha. E, mesmo quando surgiu esta, o domínio pertenceria à mulher. A lição clássica é que o homem assa e a mulher cozinha”.

Alguns sulistas e sudestinos, em decorrência da posição econômica, tiveram uma dieta farta e variada. Chegaram com uma situação financeira confortável se comparada aos “nordestinos”. Mas, no processo, a duras penas, muitos desses migrantes das diferentes regiões brasileiras aqui estabelecidos conseguem prover suas despesas domésticas através do cultivo da terra e do retorno econômico, enquanto outros enfrentaram dificuldades.

3.7 A INDUMENTÁRIA DE PASSEIO E TRABALHO

O município o qual se trata nesse estudo, tem características predominantemente agrícolas e faz fronteira com Teodoro Sampaio, SP. Segundo Peter Burke (2010), a

³³ Assar carne no espeto não é uma invenção local. Conhecemos os vestígios Paleolíticos. É uma técnica instintiva, natural, de lógica primária. Todos os povos caçadores a praticaram. E mesmo quando o homem não existia e sim o primo hirsuto de Neandertal, este espetava, assava, comia carne ao lume que já sabia acender (CASCUDO, 2016, p. 86).

globalização provocou diversos encontros culturais que, por sua vez, transforma a cultura a partir do trânsito das pessoas.

O autor conceitua cultura híbrida como resultado do encontro de diferentes culturas onde a fronteira passa a perder suas características específicas dando início ao processo de transformação cultural. Essa relação sociocultural dá origem ao hibridismo cultural (BURKE, 2010). Nesse entendimento, o historiador permite entender que os artefatos são relevantes para compreender a hibridização e todos os elementos culturais. Entre eles destacam-se aqui roupas e a moda.

Complementa Diana Crane (2006), que a moda e a arte são cultura material que só pode ser avaliada dentro de um grupo específico em decorrência do seu pluralismo. Para a autora, a cultura midiática e a cultura urbana surgem com a indústria cultural e a urbanização, com movimentos distintos, com poder de disseminação e influência social e cultural. A cultura urbana integra a alta costura (clássica tradicional) e grupos da classe operária. A cultura midiática atende as massas e a grupos especializados (CRANE, 2011).

Quanto à indumentária e acessórios, em casa, as mulheres trabalhavam descalças ou de chinelo. Usavam roupas batidas e surradas.

No campo, os trabalhadores³⁴ faziam uso de chapéu de palha com abas pequenas ou largas, camisa de manga comprida, calça comprida, sapatão de couro, chinelo ou descalço. Os campeiros usavam bota de plástico, de cano acima da canela. A mulheres vestiam blusa de manga comprida, às vezes, uma saia com uma calça comprida por baixo, um pano amarrado na cabeça ou um chapéu. Para Crane, (2006), as roupas para o trabalho e roupas para o lazer são fundamentais para entender as mudanças da indumentária analisadas no eixo de classe e gênero.

Quando a roupa encontrava-se em estado deplorável, recebia remendos. A impossibilidade de efetivá-los tornava a vestimenta descartável. Sempre que possível, reutilizam-na em outras funções.

Alguns homens usavam canivete, faca ou facão na cintura e pitavam cachimbo ou fumo de corda Arapiraca, que cortavam e desfiavam com as mãos. Posteriormente, enrolavam na palha de milho seco macia, colhida no campo ou em papel de seda, outros compravam o cigarro pronto de diferentes marcas. Acendiam com o fósforo ou com a binga (acendedor equipado com uma pedrinha, algodão e gasolina – emitia faísca acende).

³⁴ Reveja o item 3.2 Da fixação na nova terra ao plantio e empreendimento, nessa produção, a figura 59, p. 153; figuras 61 e 62, p. 156.

Era comum tomarem um gole da Caninha 51 (cachaça) quando retornavam do trabalho antes do jantar.

Para passeios, festas e viagens, homens e mulheres vestiam a sua melhor roupa³⁵. Os homens usavam terno e sapato social, mas há proprietários de terra que calçavam botas de cano curto ou longo, alguns usavam relógio modelo inglês de bolso e chapéu Panamá, de massa, de palha ou simplesmente não faziam uso desses acessórios.

O uso de chapéu manifestava status social, no século XIX (CRANE, 2006). No final do século XX, passa a ser substituído pelo boné.

Era comum encontrar trabalhadores a pé e proprietários a cavalo, ambos portando terno. As mulheres tinham a roupa de sair. Portanto, a vestimenta era reservada com essa finalidade. Várias delas usavam ornamentos no pescoço, orelha e braço, pó de arroz, ruge e batom. Algumas exageravam “faziam uma forte rodinha nas bochechas” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Em geral, as mulheres aprendiam o ofício da costura antes de se casarem, ou levavam os tecidos para o alfaiate ou costureira confeccionar o modelo escolhido com algumas modificações, o que Crane (2011) caracteriza como identidade individual ressignificada.

As que dominavam o ofício, compravam cortes de tecido dos mascates que passavam a domicílio urbano e rural ou iam à loja após a colheita e compravam rolos de tecidos e aviamentos para fazer roupas para toda a família. Costuravam vestidos, saias, anáguas, blusas, calça, camisas, calções³⁶, calçolas e outras peças.

Matildes Carvalho dos Santos relata que:

Eu e minha irmã Nahirdes aprendemos o corte de costura Madame Rocha Loures, em Pindaí, BA., com a costureira Angélica, antes da família mudar para o Santo Antônio do Caiuá, no Paraná. Depois tive instrução com um alfaiate [Lorival, era de Jaguapitã, - esteve acampado na ilha do rio Paranapanema, no município], com o objetivo de aperfeiçoar a costura de calça masculina.

Costurei muitas calças, camisas e ternos pra peões, lá no sítio São Pedro, além de vestidos de modelo simples, de noiva e de festa. Com isso passei a ter uma fonte de renda. Mas costurei para a família também.

Os ternos e calças eram de albene, um tecido liso e escorregadio, difícil para costurar, mas fiz também de casimira e brim. As roupas das crianças eram de tecidos mais baratos, como a chita e o xadrez. Naquela época, usava muito listado, xadrez e estampado. As mulheres usavam tecido xadrez, estampado e

³⁵ Em traje de passeio aparecem nas sessões: 2.2.1 Venda de terra intermediada pela propaganda e corretores, a figura 43, p. 103; no 3.2 Da fixação na nova terra ao plantio e empreendimento, figura 52, p. 144; 4.1.6 Educação na sede do município de santo antônio, figura 90, p. 225; figura 92, p. 232; figura 95, p. 252.

³⁶ Reveja sessão 3.3.3 Praças públicas: centros de Encontro, a figura 73, p. 200.

de bolinha para fazer vestidos ou saias no modelo Godê, godê ponche, godê simples, rodado e franzido, sempre com anáguas. Usavam roupas comportadas abaixo do joelho (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

As irmãs baianas, atendendo à orientação familiar, aprenderam corte e costura com uma especialista, e no município paranaense, Matildes aprende também o corte alfaiate. A última atende à demanda familiar e também da vizinhança.

Ressalta Perrot (2008, p. 121), “a costura foi um imenso viveiro de empregos, de ofícios, de qualificações para as mulheres, e isso durante séculos. Está ligada à importância do vestuário e da roupa íntima na nossa cultura”. À costura era parte da educação dada às moças do século XX, garantindo-lhes renda em prol das necessidades familiares. Tal função dava às mulheres autoridade, ampliando a clientela, informação e elos de convívio social, para maior (GOMES, 2020).

As famílias pobres compravam uma peça de tecido e faziam roupa para todos da família com a mesma estampa, mas algumas famílias optavam pelos cortes, diversificando a qualidade dos tecidos e estampas. Muitas mulheres provenientes de “baixa condição econômica, quando se casavam, levavam na mala apenas dois vestidos” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022). Ressalta a mesma depoente “na década de 1970, as mulheres passam usar calça social para passear” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Figura 64 – Jovens com traje de passeio



Fonte: acervo MENDONÇA, R. C. S. Da direita para a esquerda: Isaac Cotrin com a noiva Benta e seus irmãos Maria e Atenor Xavier de Carvalho. Local: São João do Caiuá, PR. Ano: 1970.

Lembro-me que ainda na infância, era sagrado, o sino tocou, nos preparávamos para ir para a igreja católica. Minha mãe cortava um pedaço do saiote de tule do seu vestido de noiva para mim e minha irmã Ana Regina, e nós íamos de cabeça coberta e lá

observávamos as mulheres de véu preto. Minha mãe nos explicou: elas são viúvas. Apenas algumas pessoas usavam esse acessório. Com o passar dos anos, essa prática caiu em desuso.

Afirma Burke (2010), os encontros articulam processo de troca e hibridização cultural que, por sua vez, sofrem novas transformações adquirindo novo formato como resultado de inúmeras influências, adaptações, ressignificações, apropriações, mudanças e transformações. Incorporando a ideia de circularidade cultural a partir do entendimento que as criações transitam, mudam de forma e significado.

Algumas mulheres provenientes de famílias com melhor poder aquisitivo tinham acesso midiático visuais, através da compra de revistas, cinema, televisão (poucas famílias a partir de 1970), a moda para escolher os modelos, os quais levavam para a costureira reproduzir. Outras optavam pela *Prêt-à-porter* (pronto para vestir, do francês)³⁷, compradas em centros urbanos paranaenses maiores ou em cidades paulistas.

No final do século XIX (1873), um escritor de revista feminina se pronunciou sobre o “zelar pela aparência” (CRANE, 2006, p. 107).

Belos vestidos exigem bonitos calçados, sonho que não atingiram a todas, pois as pessoas das camadas mais pobres calçavam chinelas, alpargatas, sandálias ou andavam descalço.

3.8 ESPAÇOS DE LAZER

“O lazer é [...] um estado de satisfação [...] tomado como um fim em si mesmo” (POIRIER, 2002, p. 193)

A vida social em Santo Antônio do Caiuá se dá a partir da década de 1950, através das visitas das famílias já estabelecidas às recém-chegadas, via encontro para os terços domiciliares e na capela do lugar. Com a construção das igrejas, vêm as missas e os cultos públicos, o encontro para orar ou rezar. A edificação de infraestrutura pública, como construção das praças, permitiu aglomerações em feriados e dias festivos, assistir a filmes no cinema, participar de bailes no clube local, além das corridas de cavalo, dos jogos de futebol (nas fazendas, na vila Xavier e na sede do município), jogos de malha, bocha, baralho e dos banhos de rio.

³⁷ Surge no século XIX, produzida pelas indústrias parisienses para serem comercializadas. Ver mais, em CRANE. Diana. A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Senac, 2006, p. 46-47.

Ocorria em algumas residências urbanas e rurais a festa de São Pedro, São João e Santo Antônio, ligadas ao santo de devoção da família. A de Santo Antônio de Pádua, o santo padroeiro, tornou-se uma das mais importantes do município a partir de 1955, seguida da festa de Carnaval, iniciada com a criação do Clube Crepar a partir de 1960, com as noites de festa e as matinês e, décadas depois, com o Carnaval de rua.

Afirma D. Riesman, B. Bill ou M. Kaplan (*apud* POIRIER, 2002, p. 148), “todas as atividades podem tornar-se lazer, se nos agrada, incluindo o trabalho, a atividade de participação política, religiosa ou familiar”.

3.9 CORRIDAS DE CAVALO EM ESPAÇO RURAL

As corridas de cavalo têm início em Santo Antônio do Caiuá com a colonização do lugar, na segunda metade do século XX, precisamente na década de 1950. Chegaram com os colonizadores, por meio do migrante gaúcho Valdemar Morone, organizador das primeiras corridas na vila Xavier de 1956 a 1969. Posteriormente, ganhou novo impulso com José Rocildo de Freitas, entre os anos 1970 a 1980 (na estrada do Paranapanema), e também ocorrendo na sede do município, no campo de pouso de avião, localizado na fazenda de Primo Rossato, no início de 1970, por curto período.

O autor José Alípio Goulart (1964, p. 119) afirma que as competições de corrida de cavalo foram umas das “maiores atrações sociais de caráter público” no Brasil. Essa prática esportiva tinha público garantido na maioria das províncias e capitais brasileiras, a exemplo de Recife, Alagoas, Maceió, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo. Os prados ganharam impulso na segunda metade do século XIX, quando essas corridas obtêm grande adesão popular e foram diminuindo com o passar do tempo (GOULART, 1964).

Precisamente no ano de 1956, as corridas aconteciam aos domingos e feriados, uma vez por mês, entre 9h e 11h da manhã. Saíam das proximidades do rio Paranapanema pela estrada central e percorriam aproximadamente 400 metros. O percurso era previamente demarcado até a propriedade de Ângelo Vial (lote 170, próximo à capela Nossa Senhora Auxiliadora). Designava-se um fiscal na saída e outro no ponto de chegada. O primeiro dava a largada, o segundo confirmava o vencedor.

Participavam das corridas apenas os homens. O cavalo corredor era montado pelos respectivos proprietários e/ou designava-se uma pessoa, em geral, com baixo peso e estatura mediana. Destinava-se à prática um animal previamente escolhido pelo proprietário, provido de arrancada e velocidade, com poder de levar seus competidores a possível vitória.

Houve participantes e muitos permanecem no anonimato em virtude da falta de registros e memória. No entanto, conseguimos evidenciar, entre eles, “Siliomar Tavares, que corria com os cavalos do Stersa Júlio Maximiliano Ângelo, popular Angelim Stersa” (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Segundo o conjunto dos entrevistados, corriam em média 5 páreos. A corrida era organizada por sorteio, uma dupla de cada vez. Nesse período, corria-se em cavalos com cabresto, em pelo ou com baixeiro e arreio. Escolhia-se para a montaria jovens magros e de estatura mediana, embora não fosse regra. Esses muitas vezes corriam de *shorts*, sem camisa, descalços ou calçados. Não havia um padrão para a corrida.

Ainda no início da década de 1970, ocorreram algumas corridas na sede do município, no campo de pouso, na Fazenda de Primo Rossato, por um curto período de tempo, e no José Rocildo de Freitas, entre as décadas de 1970 e 1980, a 3 km do rio Paranapanema. As pessoas se deslocavam por mais ou menos 9 km de Santo Antônio, a pé, a cavalo, de carroça com tração animal e/ou de jipe para assisti-la.

As corridas tinham como cenário a estrada Paranapanema aos domingos e feriados. Os corredores partiam de frente da propriedade de José Rocildo, em direção ao rio Paranapanema, até a antiga Escola Isolada Primavera, localizada na fazenda de mesmo nome. Percorriam uma distância de aproximadamente mil metros, correndo de dois em dois cavaleiros. Nesse novo endereço, o evento ganhou público e corriam aproximadamente de 5 a 10 páreos.

A maioria dos cavalos corredores era formada por animais utilizados no trabalho do campo, embora houvesse alguns casos raros de proprietários de animais participantes contratarem jóqueis e/ou homens com mais experiência e conhecimento sobre cavalos.

Figura 65 – Corrida de cavalo promovida por José Rocildo



Fonte: Arquivo pessoal de Maria José de Freitas Duarte. Fotógrafo e ano desconhecidos.

Nesse sentido, o agropecuarista José Rocildo contratou os jóqueis José Adelson e Nivaldo (“nordestino” afrodescendente, que participava de competições em Fortaleza). O contratante selecionou três cavalos para as corridas, “dois cavalos da raça manga larga, alazão, outro não me recordo do nome, e um cavalo árabe, puro sangue, o Pombo Roxo” (MARIA JOSÉ DE FREITAS DUARTE, 16/03/2022).

Os jóqueis prestadores de serviço à família Freitas passaram a morar na propriedade, em “um local com quartos ao lado do estábulo dos animais. Me recordo que os nossos animais eram bem tratados. Os jóqueis reservavam um tempo para proporcionar carinho e afeto, além dos cuidados com a higiene dos cavalos” (MARIA JOSÉ DE FREITAS DUARTE, 16/03/2022).

Figura 66 – Cavalos de corrida de José Rocildo



Fonte: Arquivo pessoal de Maria José de Freitas Duarte. Fotografia e ano desconhecidos.

Nessa direção, afirma o depoente Valdir Frigo (15/02/2022): “José Edelson foi o corredor oficial de José Rocildo. Ele era um homem baixo e magro, era o cuidador do cavalo e tinha habilidades para montaria”.

Os jóqueis eram pagos exclusivamente para cuidar dos cavalos, treiná-los e participar das corridas. Esses animais recebiam alimentação balanceada, com ração de insumos vegetais, para uma quantidade maior de energia. O treinamento e o tratamento diferenciados a esses animais fizeram com que fossem favoritos inúmeras vezes em competições no município e região. Destaca Maria José de Freitas Duarte (16/03/2022),

“dificilmente perdíamos as competições. Acredito que era pelo fato do meu pai contratar especialistas para o cuidado com os animais”.

Observa-se que, a partir de 1970, há uma preocupação do organizador do evento em ter cavalos aptos para corrida, com boa alimentação e com a contratação de um profissional, visando ao retorno econômico. Nem todos os proprietários possuíam cavalo de raça ou poderiam contratar um jóquei para a corrida. Muitos dos animais disponibilizados nas corridas eram da lida no campo, e os seus montadores eram trabalhadores rurais desprovidos da formação de jóquei.

Os entrevistados evidenciam ainda que muitos dos animais não utilizavam arreio e seus montadores não tinham vestimenta nem calçado adequados. O local do evento era a estrada ou a pista de pouso de avião da família Rossato. Todos eram agricultores, homens que lavravam a terra, buscando nela o seu sustento e o da família, e tinham nesse esporte um momento de sociabilidade e prazer.

3.9.1 As competições

Durante as competições, famílias, homens, mulheres e crianças se aglomeravam no local de saída e de chegada, embora também o fizessem em trechos do percurso demarcados para a corrida. Os apreciadores das disputas compareciam, seja para assistir, competir ou apostar. Uns torciam para esse ou aquele animal, outros faziam apostas em dinheiro ou apostavam o próprio animal, embora predominassem as apostas em espécie. Bastava o animal se posicionar na pista, surgiam os apostadores.

Um gritava daqui: “aposto tanto” e de lá gritava: “fechado”. Um terceiro casava o dinheiro, entregando o montante ao vencedor logo após a competição. A cada disputa, novas apostas e gritarias em favor do possível favorito. E assim prosseguia a “muvuca”, até a última disputa, naquele dia e local.

O evento promoveu encontro das famílias do lugar, bate-papo, entretenimento, rentabilidade econômica para alguns apostadores e corredores, enquanto outros, persistentes, tentariam a sorte na próxima corrida. “O lazer não é a ociosidade; não suprime o trabalho, supõe-no. Corresponde a uma libertação periódica do trabalho no final do dia, da semana, do ano ou de uma vida de trabalho para o todo dos trabalhadores” (POIRIER, 2002, pp. 149 e 150).

Nesse sentido, movidos por diferentes interesses e objetivos, a corrida de cavalo estabelecia um ponto de encontro entre corredores, apostadores, torcedores e famílias

3.10 JOGO DE FUTEBOL MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL

" o futebol é a única linguagem mundial além da ciência" (LAURENCE KITCHIN, 1996, tradução nossa)³⁸

O esporte nasceu como prática organizada na Inglaterra, no século XIX. Os jogos eram praticados com chutes a uma espécie de bola, entre os séculos XV e XVIII no continente europeu, na sociedade clássica e América hispânica, ligadas a aspectos religiosos ou míticos (FIORATO JUNIOR, 2016).

Para Pimenta (2013) e Fiorato Junior (2020), a historiografia sobre o futebol brasileiro ampliou nas últimas décadas. No entanto, evidencia Pimenta (2013), as pesquisas tratam do futebol profissional ou na fase do amadorismo os clubes sociais. Na fase amadora, o futebol esteve presente em todas as regiões do Brasil, mas são raros os estudos sobre futebol amador no âmbito rural.

Figura 67 – Jogadores da Associação Atlético Caiuaense



Fonte: Antônio dos Santos Sobrinho. Time de jogadores da Associação Atlético Caiuaense, pertencente à sede do município de Santo Antônio do Caiuá. Local: Rua Thomas Mendes de Oliveira, Santo Antônio do Caiuá/PR. Da direita para a esquerda: de chapéu – Miguel Rodrigues dos Santos; segundo – Antônio Gomes Sobrinho; terceiro – Vital Rodrigues Farias; quarto – Quiara (apelido dado pelo treinador), de roupa preta, em pé, o goleiro Valdomiro; o primeiro agachado da direita para a esquerda – Delico Pena; último da direita para a esquerda – José Benedito. Fotografia desconhecido. Ano: 1955.

O futebol passa a integrar a vida social dos moradores urbanos e rurais de Santo Antônio do Caiuá, como meio de acesso ao esporte e ao lazer. A maioria das fazendas

³⁸ “[...] fútbolo, que es «! único idioma mundial aparte de la ciência»” (LAURENCE KITCHIN, 1996 apud DUNNING, 1992, p. 14). Veja mais no prefácio (6-29) ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

(café ou algodão) era formada por colônias compostas por famílias numerosas, portanto, num mesmo imóvel, surgiu um ou mais times de futebol formado por trabalhadores do campo. Mas diferente das fazendas, surgem times formados por pequenos proprietários, os quais integravam trabalhadores rurais, pescadores, agropecuaristas, agricultores, comerciantes e funcionário público, entre outros.

Narra Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022), em “1955, o pequeno agricultor Miguel Rodrigues dos Santos, juntamente com outros integrantes da família Sobrinho e do município, reunia-se para derrubar a mata” da quadra número 05, localizada na rua Thomas Mendes de Oliveira, na sede do Patrimônio de Santo Antônio do Caiuá.

Nos finais de semana o coletivo de moradores interessados se revezava para derrubar a mata. Era tudo braçal, no machado, na foice e no facão. Depois de seco a mata e retirado a madeira grossa, colocamos fogo. Delico Pena, popular Lico, consegue um trator em Maringá para fazer a terraplanagem, além disso a grama e os caibros para fazer a trave do gol com a serraria Carniel. Planado o terreno, plantaram a grama e instalaram a trave do gol. O campo não tinha cerca. Era tudo aberto. O time de jogadores passou a se chamar Associação Atlético Caiuaense e usavam a camisa do Vasco da Gama. Jogavam com os times das fazendas do município e também com outros municípios (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

O primeiro campo de futebol rural no município surgiu no Romão Lucas de Lima (1954), entre as estradas do Paranapanema e São Miguel (rumo à União). Em geral, o futebol iniciava às 16h e terminava às 18h, com disputa de apenas um jogo. Os treinadores combinavam o jogo trocado, com dinheiro em garantia. Os jogos eram tratados com antecedência de 10 a 15 dias. A família de Romão participava da torcida, assim como outras famílias e também assistiam a jogos em outros lugares. Para Elias (1992), o jogo causa emoção, tensão e prazer.

Nesta mesma esteira, afirma Elias, Dunning (1992, p. 117)³⁹ na escolha de atividades recreativas, a consideração do próprio prazer e satisfação dentro de certos limites socialmente estipulados pode ser a primeira coisa a se levar em conta (tradução nossa).

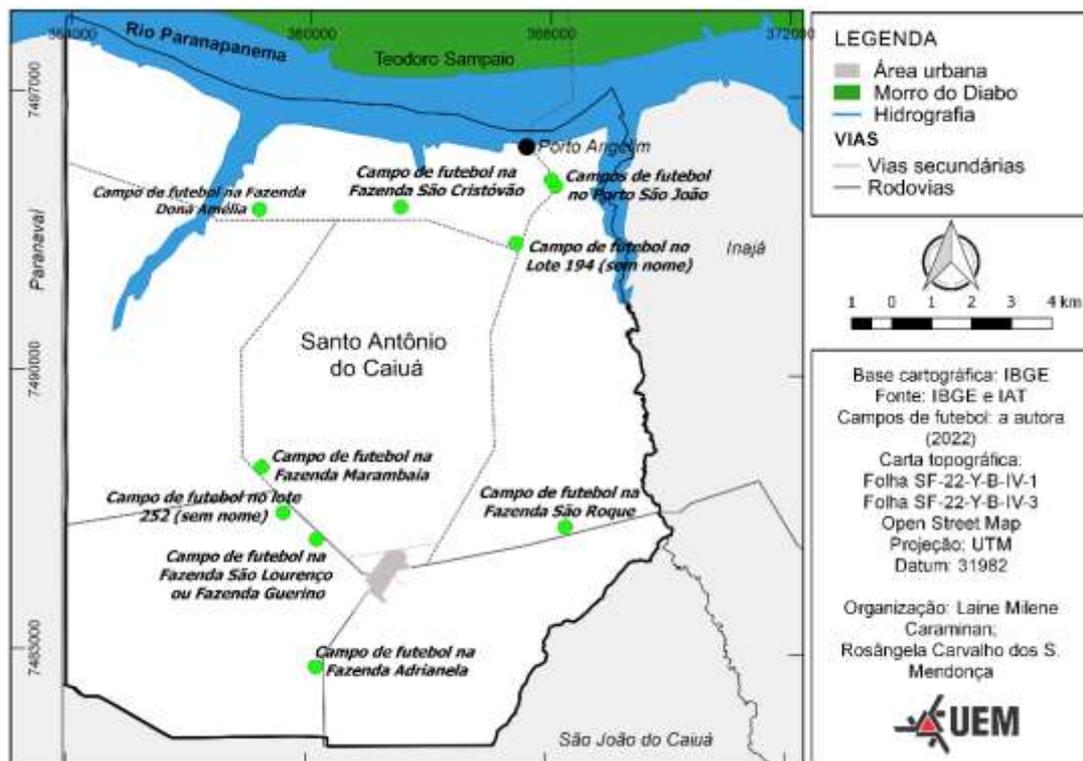
Destaca a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) que, quando passava de ônibus, via homens e mulheres no campo do Romão, uns apenas assistindo,

³⁹ “Al escoger las actividades recreativas, la consideración del placer y la satisfacción propios -dentro de ciertos limites socialmente estipulados- puede ser lo primero a tomar en cuenta. Queda por ver qué clase de satisfacción proporcio. nan y de qué manera” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 117). Veja mais no capítulo “II. EL OCIO EN EL ESPECTRO DEL TIEMPO UBRE.”.

outros torcendo, enquanto outros jogavam: “meu pai nunca disse nada, mas pelo olhar, sabíamos que não estávamos autorizadas a assistir ao jogo”.

Observa-se que, embora houvesse famílias com comportamentos e atitudes liberais, persistia entre outras, certo controle sobre o que as mulheres poderiam fazer e/ou frequentar. Porém, tem-se aí um processo de transição, em que algumas mulheres e famílias passaram a fazer parte de diferentes espaços.

Figura 68 - Campos de futebol em Santo Antônio do Caiuá



Fonte: Organizado por CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Segundo o conjunto dos entrevistados, de 1960 a 1970, a maioria das fazendas tinha campo de futebol. Os jogos amadores ocorriam nas fazendas União, Marambaia, Piastrelli, São Jorge, Hortelândia, Adrianela, Isabel, Paulista, Guerino, Santa Aurélia, Massan, na vila Xavier e no sítio que o pernambucano Romão arrendava⁴⁰. Havia lugares com mais de um time de futebol, como as fazendas União, Paulista, Guerino e vila Xavier. Os jogadores tinham idade entre 17 a 40 anos.

Afirma o morador Valdir Frigo que:

Não tinha lugar para trocar roupa nas fazendas. O time que ia jogar levava os torcedores que chegava de caminhão. Chegavam no campo marcado, encostavam num lugar e ali mesmo detrás da carroceria os jogadores trocavam

⁴⁰ Localizado entre a estrada Paranapanema esquina com a São Miguel.

de roupa. Os torcedores assistiam o jogo em pé, de cócoras ou sentado na grama. Todo jogo tinha boteco [time que recebia] para atender as pessoas presentes, onde vendiam pinga, Cinzano, cerveja, tubafina e doces. Às vezes, ocorria briga entre os torcedores (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

O ato de jogar, torcer, provocar e práticas jocosas, compõem o universo social do futebol profissional ou amador (PIMENTA, 2013).

Na área rural, os campos de futebol estavam localizados em uma comunidade, com predominância de um conjunto de casas, escolas e, raras exceções, uma capela ou salão de oração (Vila Xavier, Fazendas Marambaia e União).

Figura 69 – Time da Vila Xavier



Fonte: PEREIRA (2020). Local: Campo de futebol Leonides Barbão, Santo Antônio do Caiuá/PR. Da direita para a esquerda (iniciado pela coluna de trás: 1. Antônio Bento Bisoli (Lele); 2. Euclides (Cridão); 3. Onofre Rossato Filho; 4. Primo Rossato Neto, 5; Não identificado; 6. Euclides Lázaro Uceda (treinador com os filhos Lucilei Rodrigues Uceda e Gilmar Rodrigues Uceda); 7. Cícero (Cícero da cerâmica); 8. João Cipriano; 9. Não identificado; 10. João (João Cagão); 11. Zinho. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1980.

Constata-se que os campos de futebol nasceram dentro das comunidades rurais e urbana, possibilitando a socialização e o lazer, onde a infraestrutura estava ausente e por construir. Seus moradores e jogadores não se deixaram abater e permitiram-se viver aquele momento e período da forma que podiam. Nesse sentido, adotaram a arte do improvisado. Improvisava-se tudo: o boteco, o trocador de roupa e as acomodações durante o jogo, objetivando consolidar efetivamente o proposto.

Segundo Primo Rossato Neto (13/02/2022), “o bar era uma forma de arrecadar dinheiro para o time, atendendo algumas necessidades básicas como fardamento e chuteira”.

Os campeonatos ocorreram na sede do município, no Campo Leonides Borbão, por um período de aproximadamente dois meses. Por ter um único campo, ocorria um jogo de manhã, com início previsto para 9h, e dois à tarde, das 14h às 16h, e das 16h às 18h. O município de Santo Antônio tinha 17 times de futebol, sendo dois urbanos e 15 rurais.

Em campeonato ou torneio, o time vencedor era homenageado com um troféu, como forma de valorização e reconhecimento.

Figura 70 – Time urbano



Fonte: PEREIRA (2020).

A fase do grande *boom* do futebol ocorreu 40 anos atrás, entre os anos de 1976 e 1982. No campo Borbão, os torcedores (homens, mulheres, jovens e crianças) também assistiam aos jogos em pé. Somente em 1984, construíram uma parte das arquibancadas do lugar e o cobriram e, posteriormente, vieram as luminárias.

O futebol amador possibilitou no âmbito rural e também urbano no município, sociabilidade, relações interpessoais, sentimentos de pertença, solidariedade e relevância sociocultural local (PIMENTA, 2013).

3.11 O CINEMA EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

Acreditando no crescimento urbano do distrito emergente e, principalmente, no atrativo do instrumento de propagação de cultura, os irmãos e empresários Arnaldo e Osvaldo Rossato investiram parte do capital no projeto de um cinema⁴¹ local. Eles o edificaram em 1958, um prédio de madeira com paredes e teto revestido em pinho, com capacidade para 120 pessoas.

⁴¹ Funciona com gerador da família Rossato até 1967, ano da chegada da energia elétrica no município.

Para o entrevistado Pedro dos Santos Fernandes, o cinema era:

Coberto com telhas de barro onde projeta o filme em cima da bilheteria. Na frente tinha um espaço onde estava a bilheteria. Uma outra parede separava esta parte da sala do público. Onde estava a tela, havia também um palco. Acredito que eram duas águas e a frente era simples. Dentro da bilheteria havia uma escada que dava acesso ao local de projeção (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Na avenida Paranapanema, em frente à praça Ney Braga⁴², nasce, então, o “Cine Joia”, posteriormente “Cine Caiuá” (1965) (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 1961).

Figura 71 – Antigo cinema da cidade



Reconstituição do cinema, Cine Caiuá, com base nas descrições dos entrevistados Pedro dos Santos Fernandes, Primo Rossato Neto e Sebastião Avelino Pinto, com posterior esboço e coordenação da autora, com produção finalizada por Revelino Proença Motta Costa. Programa: Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022. Local: Avenida Paranapanema, antiga praça Ney Braga, atual Pioneiro Primo Rossato, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano da construção do cinema: 1958.

Negociados e acordados previamente, os “filmes vinham do município de Nova Esperança pelo ônibus, e os de lançamento eram devolvidos após a sessão”. Os filmes de mais bilheteria, a exemplo do “Mazzaropi, o locador envia a fita e o funcionário para trabalhar na bilheteria, garantindo 50% da renda” (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

O público proveniente da classe média e, principalmente, de mais poder aquisitivo, passou a compor as fileiras do cinema para assistir a filmes de Mazzaropi,

⁴² Renomeada Praça Pioneiro Primo Rossato em 30 de agosto de 1995.

Tarzan, Zorro, Paixão de Cristo, Faroeste, Texas, sessão infantil, entre outros comuns no período.

Os meus tios Arnaldo Rossato, Pedro dos Santos Fernandes e o funcionário Mario Inácio, ora um, ora outro, rodava o filme. O José Soldado passava com o farolete durante as sessões. Tio Pedro e tia Gloria também trabalhavam na bilheteria (PRIMO ROSSATO NETO, 13/02/2022).

Afirma Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), todas as vezes que “lançavam um filme, aumentava o público local”. Para Sebastião Avelino Pinto:

O cinema era um prédio de madeira antigo, [...] a gente [...] tinha aquela expectativa [...] lia os cartazes de divulgação e ficava informado do próximo filme que ia rodar e comentava com os amigos: “no fim de semana vai passar o filme tal”. Era uma maravilha! Eu adorava o cinema. Todas as vezes antes de começar a sessão, abria um prefixo com a música do Billy Voughn, ou com a música “Moendo café”. Era emocionante! Em certas partes do filme o povo vibrava e o cinema tremia [...] assistia o filme do Mazzaropi, que era filme de comédia, [...] de *bang bang* e muitos outros. Tinha filme de vários gêneros. Aqui tinha uma tradição de assistir à Paixão de Cristo. Na Sexta-Feira Santa tinha várias sessões. O pessoal comprava os ingressos e ficava na fila para assistir à sessão (SEBASTIÃO AVELINO PINTO, 15/05/2022).

Complementa a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos, que:

Levei meus filhos para assistir o filme da Paixão de Cristo no cinema, a fila era imensa. Como eu tinha cinco filhos pequenos, não dava para ficar aguardando na fila, então fomos para a praça em frente ao cinema. Lá tinha muita gente transitando, as crianças corriam para todos os lados, brincaram muito, mas como a fila não diminuía e as crianças cansadas de tantas estripulias, voltamos para casa (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Sebastião e Matildes, dois depoentes distintos. O primeiro é jovem, apaixonado por cinema, sempre atento aos filmes em cartazes e as futuras opções de filmes e sessões. Seu discurso evidencia o estado do prédio, sobre tocos, o que inspira cuidado. Enquanto Matildes leva os filhos pequenos, mas prefere a praça segura e espaçosa a encarar longas filas. Ambos se divertem como podem com suas escolhas.

O cinema disponibilizava serviço de alto-falante para a publicidade de filmes, avisos e música. Era comum jovens enamorados oferecerem músicas às suas eleitas. As músicas publicizadas na pequena cidade nos dias de funcionamento do cinema, horas antes do início das sessões, eram ouvidas nos quarteirões próximos.

Relata o entrevistado Antônio dos Santos Sobrinho que:

No alto falante fazia-se a descrição do filme. Antes de iniciar o filme as pessoas podiam oferecer música para o namorado, a namorada ou pros amigos. Às

vezes o rapaz oferecia música e apenas descrevia a característica da moça e das roupas que estava usando, mas não dizia o nome. Então tinha esse episódio, aquela coisa interiorana de raiz. Uma das músicas mais tocada foi a do Ronnie Von, “A praça” (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

A projeção de filmes, aliada à música em destaque disponibilizada ao público externo, animava os que esperavam ansiosos a próxima sessão na fila ou na antiga praça Ney Braga, no centro da cidade. Esse conjunto de difusão simultânea promovia forte agrupamento de gente animada, que se confabulava e paquerava enquanto aguardava a sessão seguinte. Essa fase é lembrada pelos entrevistados nostalgicamente nas sessões lotadas e filas enormes, principalmente nos filmes de Mazzaropi e da Paixão de Cristo, em que os empresários programavam várias sessões para atender à demanda.

Nessa mesma esteira, o lazer ocorre em tempo livre, como resultado da evolução econômica e social em que o sujeito busca satisfação pessoal (POIRIER, 2002).

Nos anos iniciais, o prédio também foi palco de diplomação de políticos eleitos, apresentações teatrais e formaturas. Destaca Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), “o cinema foi construído sobre tocos e, com o passar dos anos, não oferecia mais segurança”. A edificação do cinema sobre tocos não lhe deu longevidade, em decorrência do apodrecimento do alicerce e da inclinação do assoalho.

O cinema funcionou aos sábados, domingos e feriados por 20 anos (1958 a 1978), quando foi definitivamente fechado e demolido em seguida. Ao contrário de Santo Antônio do Caiuá, outros pequenos ou grandes centros urbanos paranaenses, o edifício dos seus cinemas ainda se encontra com certo estado de preservação, compondo a “paisagem dessas localidades como recintos refuncionalizados” (ENDLICH, 2006, p. 161).

A chegada dos primeiros aparelhos de televisão ao município, no início da década de 1970, despertou o consumo e o interesse por essa midiática e, simultaneamente, o arrefecimento público nas sessões de cinema.

3.12 CLUBE RECREATIVO PARANÁ (CREPAR)

No último quartel da década de 1960, o município de Santo Antônio do Caiuá tinha urgência por um espaço recreativo que comportasse eventos como bailes, formaturas institucionais, entre outros, atendendo a novas demandas sociais.

Em 1968, lideranças articularam-se para criar o clube no município. Destacam-se Pedro dos Santos Fernandes, Arnaldo Rossato, Leopoldo T. de Souza, Henrique Jacob Pfannemuller, Pedro Gouveia, Francisco Q. Correa, Manuel Lopes Pinto, Thomaz

Mendes de Oliveira, Wilson Sasaki, Arnaldo Zaton, Alfredo do Rosário Inácio, Ademário Carlos Ferreira, Afonso José da Silva, entre outros. No dia 5 de junho de 1968, às 20h, reuniram-se no prédio do Cine Caiuá, para deliberarem sobre o futuro clube recreativo.

Segundo a Ata da Assembleia Geral de Fundação do Clube Recreativo Paraná (1968, p. 1), o prefeito “Arnaldo Rossato assume a presidência da mesa declarando aberto os trabalhos dessa Assembleia, convida Henrique Jacob Pfannemuller para exercer a função de secretário”. Nessa assembleia, nominam a sociedade recreativa, “Clube Recreativo Paraná – Crepar”, aprovaram o “Estatuto da instituição”, consensuaram o “valor do título patrimonial” e o “valor da mensalidade”.

A referida assembleia também determinou o valor do título patrimonial em “Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos) com 50% de aumento para o ano de 1968, estipularam o valor da contribuição mensal dos sócios proprietários em 3% do salário mínimo” (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO CLUBE RECREATIVO PARANÁ, 1968, p. 1).

Em 6 de junho, ocorreu a primeira eleição para a presidência do clube. Participaram do processo 38 pessoas, e a apuração evidenciou 10 votos para a chapa Wilson Forte, e 28 para a chapa Arnaldo Rossato, portanto, a vencedora.

Empossada a primeira diretoria (06/06/1968 a 17/01/1970), Arnaldo transferiu a presidência, assim estabelecida:

Presidente de Honra: Arnaldo Rossato
Presidente: Pedro dos Santos Fernandes
Vice-Presidente: Leopoldo Tavares de Souza
1º Secretário: Henrique Jacob Pfannemuller
2º Secretário: Pedro Golveia
1º Tesoureiro: Francisco Quirino Correia
2º Tesoureiro: Manuel Lopes Pinto
Conselho fiscal: Thomaz Mendes de Oliveira, Wilson Sasaki, Arnaldo Zaton;
Suplentes: Alfredo do Rosário Inácio, Ademário Carlos Ferreira, Afonso José da Silva (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO CLUBE RECREATIVO PARANÁ, 1968, p. 2).

Na presidência do clube, Pedro dos Santos Fernandes conclamou a colaboração de todos para a construção do clube recreativo. Impulsionou o empreendimento e se comprometeu com a parte burocrática (estatuto e registro). Destaca o entrevistado: “aceitei ser o primeiro presidente para levantar o clube” (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

A assembleia tratou também da organização de comissões, objetivando a venda de títulos patrimoniais, bingos e concurso da Rainha Primavera para angariar fundos para a aquisição do terreno e, simultaneamente, para a construção do Clube Crepar.

Figura 72 – Clube CREPAR



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2018. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR.

O clube, edificado em alvenaria, com tijolos maciços, coberto de telha e com uma área de 616,98 m² de construção, estava localizado no centro da cidade, na rua Ibiruba⁴³, esquina com a rua Santo Antônio, nº 335, lotes nº 10, 11, 12, 13 e 14, da quadra 13.

O Crepar é uma sociedade civil sem fins lucrativos, rege-se pelo estatuto e tem por finalidades recreio de seus sócios e familiares, atividades de lazer através de reuniões, bailes, brincadeiras dançantes, jogos, excursões culturais e atividades esportivas.

Colabora Poirier (2002, p. 188), “o lazer pode estar na origem de um estilo de vida e [...] contribui para mudar a qualidade de vida (*quality of life*).”.

No seu Artigo 4º, o Crepar não admitirá nas suas atividades e no cumprimento do seu programa discriminação social, religiosa ou racial, nem se envolverá em atividades de caráter político partidário (ESTATUTO DO CLUBE CREPAR, 1981, p. 18).

Seus presidentes trouxeram orquestras, bandas e DJs, que embalsaram os eventos local: bailes de formatura e carnavalescos, matinês, bailes do *chopp*, festas juninas e posses de vereadores e prefeitos (nos anos iniciais). O clube chegou a ter 150 sócios, em levantamento de 5 de abril de 2001. Em 2019, este caiu para 100 associados (ATA DO CLUBE CREPAR, 2019). O Crepar tem mais de meio século de existência, e passaram por essa entidade 25 presidentes, todos do sexo masculino.

⁴³ Atualmente, rua Domênico Ernesto Carniel.

A partir de 1986, as mulheres passaram a integrar, timidamente, as chapas para concorrer à presidência do Crepar para as funções de secretária, Conselho Fiscal e deliberativo. Das 25 presidências da casa, as mulheres participaram de 8, equivalente a quase um terço do total, entre os anos de 1986 e 2005. Na presidência de Salvador Vieira de Souza, popular Doca, pela primeira vez na história do clube, Maria Aurea Costa Almeida foi suplente do conselho deliberativo, em 28 de setembro de 1986. A partir daí, outras mulheres, em diferentes gestões, encorajaram-se para concorrer e/ou repetiram a dose, candidatando-se em gestões seguintes. Um marco histórico na luta das mulheres por ocupar novos espaços no município.

Na Gestão de José Alves de Almeida, Lucenir Petri exerceu a função de secretária, e Maria Regina Cacilier Cardoso, a pasta do Conselho Fiscal (LIVRO ATA DO CREPAR, 1968). Na presidência de Luís Carlos Hiromi Soda, participaram Antônia Aparecida Costa/secretária, Maria Regina C. Cardoso e Lucenir Petri/conselho fiscal (13ª Diretoria de 22/01/1995 a 13/07/1995) (LIVRO ATA DO CREPAR, 1968, p. 43). Já na gestão de Juvane Frigo, tem-se como “Diretora Social Maria Rosa Batista e Maria Creuza Silva; Conselho Fiscal: Terezinha de Oliveira Feitosa e Antônia Aparecida Costa”, em 27/07/2003 (LIVRO DE ATAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CREPAR, 2018, p. 49). Com Ronaldo Campos de Souza presidindo, havia no “Conselho Deliberativo - 31/07/2005, Maria Luiza Romanim e Rosangela C. Costa”, que integraram a diretoria (ATA DE ASSEMBLEIA GERAL, 2005, p. 1-2). Por fim, na presidência de Marcos Aurélio Santos Camatari, houve no “Conselho Deliberativo - 29/11/2009, Maria Luiza Romanim e Rosangela C. Costa” (ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DO CLUBE CREPAR, 2005, p. 5).

Segundo o Estatuto Social do Clube Recreativo de Santo Antônio do Caiuá, de 15 de julho de 2011, a seção IV, da Diretoria, no Artigo 66, afirma que “o clube é administrado por uma diretoria eleita em Assembleia geral para um período de 2 anos” (ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE RECREATIVO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 2011, p. 14).

Seus presidentes buscaram melhorar a infraestrutura⁴⁴, bem como aumentar o número de associados. Criaram o Jornal Crepariano, que passou a circular em duas páginas, mensalmente, um informativo supervisionado pela diretoria a partir de 1971.

⁴⁴ Campo de futebol suíço, piscina, sauna, churrasqueira. Aquisição e reforma de mobiliários, entre outros (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL, 2005).

Para a escolha de um novo presidente, deve-se “pensar em um elemento que trabalha, pois o clube é uma sociedade. [...] infraestrutura para desfrutar” (ATA DA DIRETORIA DO CLUBE CREPAR, 1968, p. 12).

Segundo o Livro Ata nº 01 da Diretoria do Crepar (1968), em seu mais de meio século de existência, os presidentes creparianos promoveram bailes – de Carnaval, temático (Baile da Saudade, Dia das Mães, dos Pais, e Festas do *Chopp*, entre outras). O clube também atendeu a interesses de outros por meio de aluguel, embora isentasse os grêmios estudantis e as instituições educacionais e religiosas.

3.13 PRAÇAS PÚBLICAS: CENTROS DE ENCONTRO

3.13.1 Praça Pioneiro Primo Rossato

O município é composto por duas praças urbanas: a antiga praça Ney Braga, atual Pioneiro Primo Rossato, e a praça Dom Benjamim de Souza Gomes.

Figura 73 – Praça Ney Braga, atual Pioneiro Primo Rossato



Fonte: PEREIRA (2020). Os irmãos Wilson e Edson Sasaki. Praça Ney Braga, atual Pioneiro Primo Rossato Local: Avenida São João, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1972.

A praça central de Santo Antônio do Caiuá está localizada entre as avenidas São João e Paranapanema e a rua Agenor Fernandes de Souza. Segundo moradores, no início da colonização, o lugar era um grande banco de areia. No final da década de 1950, a área é transformada na praça arborizada, com *Caesalpinia peltophoroides* (sibipiruna), entre outras, e bancos distribuídos pelos espaços. Em 1972, a praça recebeu um chafariz iluminado. O lugar, sempre muito frequentado, está localizado no centro comercial da cidade.

No início, em seu entorno havia os carros de praça (táxi) e, com o cinema, ocorreu o aumento dos seus frequentadores e enamorados. Também surgiram as barracas de lanches, os encontros diários dos jogadores de baralho, a passagem obrigatória dos desfiles de 7 de setembro, comícios, apresentação da fanfarra e dos blocos de carnaval de rua todos os anos.

Figura 74 – Praça Pioneiro Primo Rossato arborizada



Fonte: PEREIRA (2020). Praça Pioneiro Primo Rossato. Local: Entre as avenidas São João e a Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR.

Em 1995, a antiga praça passou por reforma, houve a substituição das velhas árvores por outras, reconfiguração dos canteiros, ganhando novo calçamento, um púlpito (esquina da avenida São João com a Paranapanema), um monumento em seu centro e também um novo nome. No dia 30 de agosto do mesmo ano, na gestão do prefeito Arnaldo Rossato, a velha praça ganha novo *designer* e foi (re)nomeada praça Pioneiro Primo Rossato, em homenagem ao migrante paulista que chegou oficialmente no município com a família em 10 de outubro de 1951.

Quem foi Primo Rossato?

Primo Rossato nasceu dia 14 de outubro de 1900, em São João da Bocaina, próximo a Araraquara e Jaú, em São Paulo. Casou-se com Maria Dal' Ri em 22 de novembro de 1925, em Gavião Peixoto, no mesmo estado, com quem teve nove filhos.

Em 1951, Primo mudou com a família de Araraquara para Santo Antônio do Caiuá. Nesse município, mobilizou grupos de moradores para a construção da capela Santo Antônio, atual paróquia Santo Antônio de Pádua, e do grupo escolar de Santo Antônio do Caiuá, em 1953. Exerceu a função de inspetor de quarteirão no início da colonização, integrou as comissões em prol da emancipação de São João do Caiuá (1953)

e Santo Antônio do Caiuá (1959). No domingo de 25 de dezembro de 1988, às 7h30, o agropecuarista e empresário faleceu em seu domicílio.

Segundo Primo Rossato Neto (13/02/2022), “a prefeitura municipal contratou um senhor para fazer a escultura do meu avô. O escultor fez aqui na casa do meu pai Onofre Rossato, num banco. Este artista olhava a fotografia e moldava a escultura”.

Figura 75 – Monumento Praça Pioneiro Primo Rossato



Fonte: Fotógrafa Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Ano: 2022. Monumento Pioneiro Primo Rossato, na praça de mesmo nome. Local: localizada entre as avenidas São João e a Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá/PR.

O monumento é uma representação sociopolítica e cultural que contribui para o reavivamento da memória e da história local, através da exposição pública junto a sua gente e visitantes. Uma figura ilustre, fixada no cenário santo-antoniense.

3.13.2 Praça Dom Benjamim de Souza Gomes

Figura 76 – Dom Benjamim de Souza Gomes



Fonte: DIOCESE DE PARANAVAÍ, 2022.

A praça Dom Benjamim de Souza Gomes está localizada no entorno da Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua, na avenida São João, ruas Santo Antônio e José Pena. Após a construção da antiga capela Santo Antônio, em 1954, e posterior construção do barracão, ocorre a arborização com sibipiruna nos espaços laterais, e a entrada principal da igreja encontra-se ladeada por palmeiras. O espaço está bem servido de bancos para os que ali desejarem sentar, confabular e contemplar a paisagem.

Indicada como centro da cidade, a Igreja matriz revelava-se enquanto marco fundador; em seu entorno a praça [...] após a missa do domingo, [...] se tornava o ponto de encontro das crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos. [...] Espaço de trocas, convivências, sociabilidades, a Igreja matriz e sua praça pertencem à memória coletiva da cidade e praças congregam uma comunidade não apenas religiosa, mas também social (ANDRADE, 2012, p. 201).

O espaço público que integra ao seu cenário a Paróquia Santo Antônio de Pádua, recebeu o nome do primeiro bispo diocesano de Paranaíba. Dom Benjamim de Souza Gomes nasceu em 29 de novembro de 1912, em Ouriçangas, Bahia, ordenado padre em 1941 e bispo em 11 de março de 1968, exercendo essa função até 1985. Faleceu em 17 de novembro de 1995 (DIOCESE DE PARANAÍBÁ, 2022).

Figura 77 – Igreja Santo Antônio de Pádua



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/117884/pracaiejradesantoantonioemsantoantoniocaiua-fotojosemiguel dossant/santoantoniocaiua/> Foto: José Miguel dos Santos. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano desconhecido.

Figura 78 – Paróquia Santo Antônio de Pádua



Fonte: Acervo família Xavier (1975). Praça Dom Benjamim de Souza Gomes, a qual contempla a Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo e ano desconhecidos.

3.13.3 Praça da Capela Nossa Senhora Auxiliadora

A capela nossa Senhora Auxiliadora está localizada na Vila Xavier, Porto Angelim. A praça existe desde início da década de 1960, com a edificação da igreja. O lugar é frequentado pela comunidade local e visitantes.

Figura 79 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 2020



Fonte: Fotógrafa: MENDONÇA, R. C. S., 2020.

Segundo Geraldo Ciriaco Xavier (11/02/2020), “em frente à igreja ocorriam grandes comícios desde a emancipação do município. Nos dias de festa na nossa comunidade, toda o espaço no entorno da igreja era tomado pela comunidade local e visitantes”.

Em geral, ao entardecer de feriados e domingos, membros dessa comunidade visitam o lugar para conversar, esporecer, exercitarem-se na academia e passear com as

crianças, que brincam no lugar. A praça é visitada por “turistas e ex-moradores que, muitas vezes, param para fotografar o lugar” (Geraldo Ciriaco Xavier, 11/02/2020).

Figura 80 – Praça da capela Nossa Senhora Auxiliadora



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S., 2019. Praça da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Ana Vitória Rodrigues Xavier (à frente), Ana Clara Xavier (atrás) e Ronyeber Carvalho dos Santos. Local: Vila Xavier, Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR.

Nessa direção, salienta Poirier (2002, p. 192), “o lazer é a libertação das obrigações fundamentais primárias impostas pelos outros organismos de base da sociedade: instituição familiar, instituições sociopolíticas, socioespirituais”, possibilitando ao indivíduo momento de descontração e socialização.

A área arborizada pela sibipiruna ganhou uma academia pública a céu aberto em 2010. Assim como a reforma da capela e da praça, em 2021, as velhas árvores foram substituídas por exemplares de outras espécies.

Em decorrência da inexistência do nome da praça, esta pesquisadora sugeriu à Câmara de Vereadores a nomeação do espaço.

3.14 OUTROS MOMENTOS DE LAZER NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO

Na fase da colonização e nas décadas seguintes, os trabalhadores e proprietários de terra, empresários, moradores urbanos e rurais participavam de outras atividades ao entardecer, aos sábados, domingos e feriados. Estas se constituíam em momentos de socialização, onde diferentes atores diversificavam suas práticas de descontração.

Destaca Geraldo Ciriaco Xavier que:

Valter Frehner, o dono da Serraria na Vila Xavier, tocava uma sanfona danada, ele chega à tardinha depois do trabalho no comércio do meu pai para comprar alguma coisa e mandava ver. Os homens que frequentavam se aproximavam para apreciar, e aquilo ia longe (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Alguns “situantes ou trabalhadores depois da lida no campo vinham à pequena vila para tomar uma cerveja, cachacinha ou comprar outros produtos, vender sua produção, e permaneciam por ali conversando ou fazendo negócios” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Domingos Batista Santana (11/02/2022) lembra que na “Escola 204 e na Fazenda Massan, o povo se reunia pra jogar baralho. Nessa propriedade tinha campo de malha, campo de futebol [...]”.

Já a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos evidencia que:

A propriedade do meu pai tinha vários estabelecimentos comerciais, na dos Vial tinha a capelinha Nossa Senhora Auxiliadora no início dos anos 1960 e vários moradores tinham casas, nas propriedades vizinhas também. Mas o movimento de gente tem início em 1952, por causa do comércio. Eu atendia o balcão. Todos os dias à tardezinha e nos sábados, domingos e feriados os homens faziam uma marcação na estrada central em direção ao rio Paranapanema e jogavam malha. Em frente ao Pedro Gaúcho, vizinho do meu pai, eles assavam um churrasco enquanto jogavam pife e quem perdia o jogo de cartas pagava o churrasco. Nesses ambientes masculinos, em geral, as mulheres não faziam parada, mas passavam na estrada (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Figura 81 – Família Frehner e amigos no córrego do Diabo



Fonte: Acervo Valter Frehner. Serraria Brinco de Ouro. Lote 169 B, Rio do Diabo (popular São Francisco). Segunda da direita para a esquerda, com blusa preta, Maria Frenher. Local: Vila Xavier, Porto Angelim, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano desconhecido.

Na vila Xavier, os homens também jogavam malha, bocha e futebol, complementa o entrevistado Geraldo Ciriaco Xavier (11/02/2022). Liana Terezinha Vial (27/03/2022) destaca: “meu pai era gaúcho, grande dançador, frequentava os bailes da comunidade rural, mas a minha mãe não podia dançar, ele não deixava”. O conjunto das entrevistas

ressalta que algumas famílias e jovens, ao visitarem os amigos no sítio e nas fazendas, apreciavam nadar ou brincar no rio.

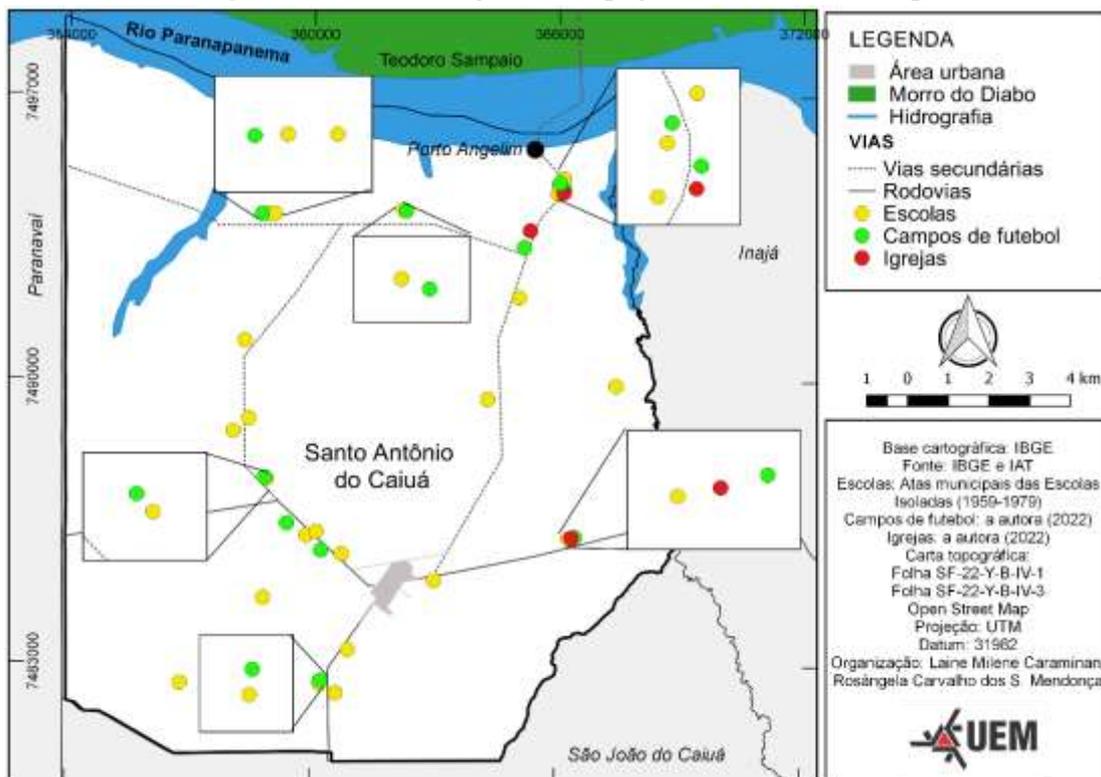
Os vários recortes de entrevista citados evidenciam que os moradores dos sítios e fazendas tinham momentos de socialização. Ao retornarem do trabalho, muitos passavam pelo vilarejo no Xavier, onde confabulavam com os amigos, consumiam, jogavam, tocavam instrumento musical e negociavam no comércio local, embora nesse caso fique clara a predominância de um universo masculino, enquanto as mulheres tinham participação restrita e limitada.

Observa-se, contudo, nesse espaço controlado por homens a jovem Matildes, gerenciando a empresa familiar, tendo uma relação direta com tal mundo masculino, impulsionando os negócios.

As transformações urbanas, advindas da industrialização, difundiram o lazer às sociedades rurais agrárias alcançando os países em desenvolvimento, que incorporam tais práticas (POIRIER, 2002).

4 OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

Figura 82 – Localização dos espaços sociais no município



Fonte: CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

4.1 A EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ANTECEDE A ESCOLA

O processo educacional⁴⁵ do indivíduo inicia no âmbito doméstico e no convívio social. Os pais orientam seus filhos quanto ao comportamento, às formas de tratamento e de cumprimento às pessoas com as quais se relacionam e convivem. Passam seus conhecimentos a partir das experiências vivenciadas no seio do lar, no campo, na empresa e no trabalho.

Destaca Matildes Carvalho dos Santos, na infância:

Aprendemos desde cedo a pedir benção aos pais, tios, avós e padrinhos (cumprimentar as pessoas, pedir licença ao entrar na casa das pessoas e tirar o chapéu, no caso dos homens), respeitar os mais velhos, ser educado e gentil com as pessoas, receber bem as visitas e convidados e esperar a vez para falar (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

⁴⁵ O objetivo é fazer uma descrição de como eram os processos educacionais em Santo Antônio do Caiuá. Há uma vasta literatura sobre a educação, mas não vamos abordá-las nesse objeto de estudos.

Nessa toada, os filhos de agricultor aprendem com o pai na lida no campo observando o tempo, a contar as horas em observância à posição da sombra, a plantar, a colher, a comprar e vender. Esses ensinam os filhos a contar, a cubicar a madeira, a calcular a quantidade de grãos colhidos e animais em quilos e em arrobas. Com os pais, aprendem a história familiar, do lugar, do país e a rezar por repetição e, em alguns casos, a escrever o nome (com os pais, amigos ou vizinhos). Algumas famílias tinham rádio à pilha através do qual ouviam o programa a Voz do Brasil, músicas, novelas, missas, com a vitrola e, com os discos de vinil, tem-se acesso à música. Pouquíssimas famílias compravam revistas e livros. Em 1958, chega o cinema ao município, no início da década de 1970, as primeiras televisões.

Segundo Matildes Carvalho dos Santos, o:

meu pai comprou o rádio em 1952. A família ouvia música e os programas Voz do Brasil e do Edgar de Souza e minhas irmãs a novela de rádio. Como a família tinha uma preocupação com a educação dos filhos e eu já lecionava, comprava livros e minha irmã Maria, revistas. Várias famílias tinham rádio, mesmos morando no sítio, era um meio para saber o que estava acontecendo no país.

O Betinho mineiro tinha vitrola, algumas pessoas iam ouvir música na casa desse senhor (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Liana Terezinha Vial (27/03/2022) afirma: “meus pais ouviam a missa no rádio e o programa a Sala dos Romeiros de Aparecida. Como o rádio funcionava a pilha, logo que terminava a programação, eles desligavam, para não as gastar”.

Na década de 1960, a música veiculada pelos alto-falantes da igreja católica (sacra) e do cinema (diversos gêneros) democratiza o acesso das massas urbanas e seu entorno. Da mesma forma que pessoas se convidavam para ouvir música na casa dos vizinhos, o faziam para assistir à televisão, que chega ao município a partir de 1970. Embora muito divertido, causava um certo incômodo pela assiduidade e frequência na casa do outro. No processo, o que era novidade e privilégio de alguns passa a se estender a outras famílias com a aquisição desse bem.

Segundo o conjunto dos entrevistados, as primeiras pessoas do município a adquirir televisão em 1970 foram as famílias de Regina Cacilier, Agostinho da Purificação, Ernesto Domênico Carniel, Luiz Rossato e Wilson Sassaki. Os quatro últimos instalaram antenas muito altas. Salienta Ricardo Jesus Carvalho dos Santos (2022) que eram televisores da marca Colorado RQ.

Segundo o mesmo entrevistado: “Regina Cacilier fechava o mercado, na avenida São João e colocava a televisão na janela da residência, e o povo assistia pelo lado de fora

ao jogo do Brasil. Eu assisti, foi emocionante” (RICARDO JESUS CARVALHO DOS SANTOS, 2022).

O coletivo de pessoas compradoras acima elencadas fazia parte do seletor empresariado local do município, correspondendo a 0,06% da população. Esse número de compradores se eleva para os anos seguintes.

Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022), salienta “em 1952 meu pai comprou rádio, ouvia à noite e pela manhã”, portanto, algumas famílias têm acesso a esse recurso midiático de informação e descontração muito antes da instalação da escola orientada por ação coletiva da comunidade local, no início do ano de 1953.

A criação das escolas no município contribui para o processo de democratização do ensino e célere acesso ao conhecimento, embora algumas famílias tenham privado seus filhos desse direito em razão do trabalho.

Ressalta a entrevistada Hilda Ferreira da Silva (20/02/2022) que o pai dizia, “mulher não precisava estudar, porque vai ser dona de casa. Queria que eu fosse pra roça limpar cova e desbrotar café”.

4.1.2 ESCOLA NO PORTO SÃO JOÃO, POSTERIOR PORTO ANGELIM

“Quando descobri a leitura, lia todos os rótulos de latinhas” (LIANA TEREZINHA VIAL, 2022)

A escola nasceu no Porto São João, na vila Xavier, por iniciativa da comunidade, liderada pelos moradores José Xavier de Carvalho, os irmãos Abraão e Ernesto Vial, entre outros.

No ano de 1953, Matildes Ciryaco de Carvalho⁴⁶, filha de Xavier, iniciou junto à comunidade o processo catalisador de alunos, para dar início à formação dos filhos de agricultores locais. O gaúcho Olívio Frigo, então, disponibiliza a sala de sua residência, para a referida professora alfabetizá-los.

A escola funcionava em uma casa de 8mx12m, de quatro águas (estilo muito comum no período), de peroba e assoalho de pinho, com tábuas de 3 cm de espessura. Era desprovida de portas e janela. “Ângelo Vial adquiriu o lote 170, na gleba Paranapanema, através do corretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, pelo mapa. O proprietário nunca veio ao município”, arrendando-o à família Frigo (VALDIR FRIGO, 15/02/2022). Carmerino da Silva Alves (12/02/2022), sexto proprietário, demoliu a referida casa em 1996, construindo outra na lateral, distante cinco metros.

⁴⁶ Passa a assinar Matildes Carvalho dos Santos, com o casamento, em 10 de julho de 1959.

Segundo a entrevista da Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022): “no segundo semestre de 1953, os alunos foram transferidos para a sala de visita da residência do meu pai José Xavier de Carvalho, no lote 177, onde permaneceram por mais seis meses”.

A instrução educacional foi uma iniciativa da comunidade local, com início nas residências das famílias do povoado, em decorrência da ausência de prédios públicos para ministrá-la.

Matildes Carvalho dos Santos passou a exercer a função de professora, sem nenhuma remuneração e, na continuidade, seus honorários foram pagos pela “imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held, de Alto Paraná, por um período de seis meses” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Por que a imobiliária Ypiranga e não a Companhia Melhoramentos, pagou a professora? Consta-se que a família Xavier, ao chegar ao Paraná, se fixa inicialmente em Alto Paraná antes de se estabelecer em Santo Antônio do Caiuá. Xavier era um homem bem articulado. Lucílio de Held, juntamente com outros representantes, estavam se articulando em Alto Paraná para elevá-la a município. Sua empresa comprou terras da CMNP. A empresa Boralli & Held trouxe parte da família Xavier e os peões ao lote 177 (12 agosto de 1950) e cedeu uma área cercada em Alto Paraná para os mueres da família até trazê-los a Santo Antônio do Caiuá. Portanto, “com a criação do município em 1953, jurisdicionado os então distritos de São João do Caiuá e Santo Antônio do Caiuá a administração de Alto Paraná” (PARANÁ, 2005, p. 1). Nesse sentido, observa-se que há interesse político envolvido, pois as eleições ocorreriam em 1954.

Alude a mesma professora que, com o aumento do número de alunos, em nome da comunidade Porto São João, Xavier e os irmãos Vial articularam-se com outras lideranças e autoridades locais em prol da construção da escola naquele povoado. Focado nesse propósito, Xavier disponibilizou uma área na parte frontal em sua propriedade para a construção do prédio da futura escola.

Uma sala de peroba de sete metros e meio por seis, de quatro água, coberta de telhas, com quatro janelas nas laterais e duas portas uma na entrada e outra na lateral esquerda, na parte do fundo da sala. A sala de aula tinha uma pequena área na entrada, contornada de ripas cruzadas, com altura de um metro, a qual tinha um pequeno portão que facilitava meu acesso e dos alunos. Foi construída pelo carpinteiro Joaquim da Davanço e seu irmão, sobre tocos, de assoalho beneficiado e sem forro (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

A sala estava equipada com quadro negro, mesa do professor e carteiras de madeira com dois lugares. Criou-se, assim, o primeiro centro oficial de educação para os

filhos de agricultores, trabalhadores e empresários do lugar. Portanto, a escola surgiu por iniciativa da própria comunidade para suprir uma demanda socioeducacional local. A responsabilidade educacional é abraçada pela própria comunidade em propriedade particular.

Figura 83 – Escola Isolada Porto São João, 1953



Fonte: Escola Isolada Porto São João. Local: sítio São Pedro, lote 177, estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá. Edificada na propriedade particular de José Xavier de Carvalho. A instituição funcionou nesse espaço (março de 1953 até dezembro de 1965). Reconstituição externa: Rivelino Proença Motta Costa, a partir das descrições da depoente Matildes Carvalho dos Santos. Coordenado pela autora. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

Figura 84– Parte interna da Escola Isolada Porto São João



Fonte: Escola Isolada Porto São João. Local: sítio São Pedro, lote 177, estrada Paranapanema, Santo Antônio do Caiuá. Edificada na propriedade particular de José Xavier de Carvalho. A instituição funcionou nesse imóvel (março de 1953 até dezembro de 1965). Reconstituição interna: Rivelino Proença Motta Costa, a partir da descrição da entrevistada Matildes Carvalho dos Santos. Coordenado pela autora. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

Agostinho A. Stefanello, candidato a prefeito por Alto Paraná⁴⁷, em campanha na Vila Xavier, incentivou a ação da comunidade e, principalmente, da professora. Eleito para a gestão de 1954, nomeou Matildes Carvalho dos Santos como docente.

A Escola Isolada Porto São João teve início com apenas 15 alunos. O ensino foi ministrado em salas multisseriadas, com distorção de série e idade (três séries juntas: 1º, 2º e 3º ano). Em razão da dificuldade em trabalhar com os diferentes graus de aprendizagem, a professora optou por organizá-los separadamente no mesmo espaço. Simultaneamente, dividiu o quadro em três partes, identificou os espaços e ordenou os alunos em filas por série, em frente aos espaços correlatos. “Cada série era atendida com conteúdos e atividades específicas”, destacou a depoente (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022). Essa ação possibilitou manter certa ordem disciplinar interna. Os trabalhos foram realizados na escola no período matutino, com as diferentes séries no mesmo espaço, dentro das possibilidades e do limite humano. Segundo Matildes Carvalho dos Santos:

Os alunos se locomoviam a pé ou montados a cavalo até a instituição. Alguns iam descalço, outros de chinelo de couro denominado três pontas, ou com alpargatas. Inicialmente levavam seus lanches (batata ou mandioca cozida, pipoca e frutas (mamão, banana entre outros), mas se não trouxessem, a comunidade providenciava. Algumas crianças chegavam com os cadernos de tarefas sujos de areia, borra preta de lamparina e até gordura de porco (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Com a construção da escola na propriedade do Xavier, “a prefeitura contratou a funcionária Aurora Morone para a limpeza da sala e preparo da merenda. Como não tinha cozinha, a merendeira trazia o lanche pronto de casa” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

O crescimento demográfico trouxe no seu bojo a urgência de novas matrículas simultâneas. A escola em Porto São João não era suficiente para atender à demanda, por isso passa a ser prioridade ter uma escola maior.

A instituição funcionou na propriedade de José Xavier de Carvalho por doze anos e meio (agosto de 1953 até dezembro de 1965). Em 1966, Evaristo Versales⁴⁸, vizinho de Xavier, fez uma concessão verbal de uma pequena fração de terra ao município, o qual construiu a nova instituição educacional de madeira com duas salas de aula, dois

⁴⁷ Emancipou-se de Nova Esperança [...] Criado pela Lei Estadual n.º 1.190 de 19 de agosto de 1953. Instalação oficial em 5 de maio de 1954 com o primeiro prefeito municipal eleito foi Agostinho A. Stefanello (PARANÁ, 2017, p. 1).

⁴⁸ Proprietário da Fazenda Santa Aurélia, Gleba Paranapanema, Lote 176, Estrada Paranapanema.

banheiros e cozinha. A “escola funcionou por três anos neste estabelecimento com salas multisseriadas, 1º, 2º e 3º séries. Na fase inicial, a 4ª era ofertada em Santo Antônio do Caiuá. Nos anos seguintes, devido à demanda de alunos, a escola foi ampliada, ganhando uma nova sala” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Várias escolas surgiram em diversas regiões do futuro município de Santo Antônio a partir de 1955, todas criadas na informalidade, como resultado da manifestação social em prol da instrução dos filhos. Conforme os migrantes e imigrantes iam chegando, desmatavam, plantavam e se mobilizavam pelas escolas, que surgiam em sítios e fazendas. Houve “fazendeiros que trouxeram professores de outras cidades para atender à clientela da sua fazenda e de propriedades próximas, cederam uma edificação e/ou construíram” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Evidencia Maria Xavier de Carvalho Macedo:

Em 1956 uma equipe de professores de São João do Caiuá, vem ao patrimônio de Santo Antônio, visita as famílias com o objetivo de obter alunos para a Escola Normal Regional. No ano de 1957, eu e meus irmãos Matildes e Atenor ingressamos. Íamos de ônibus, de carona e a pé. Conclui em 1960, Matildes parou, formando em 1975 e Atenor desistiu (MARIA XAVIER DE CARVALHO MACEDO, 24/02/2022).

Figura 85 – Alunos ensaiando para o desfile de 7 de setembro



Fonte: Acervo de Nadime Vial. Ensaiando para o desfile de 7 de setembro. Professora Matildes Ciryaco de Carvalho, com a régua, na frente da aluna Nadime Vial (com guarda-pó branco, fila da esquerda); do lado direito, a segunda aluna é Liana Terezinha Vial (loira); na frente, a moça de saia pregueada é Alminda Ciryaco de Carvalho. Nesse período, a escola funciona no sítio São Pedro, lote 177. Local: Porto Angelim, vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1958.

De 1954 a 1955, os professores recebiam em Alto Paraná. Com a emancipação de São João do Caiuá, o colegiado educacional e os demais funcionários da educação de Santo Antônio tiveram sua folha de pagamento transferida para o novo município.

Somente em 1962 é que passaram a ser oficialmente funcionários do município recém-criado, Santo Antônio do Caiuá. Destaca Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022): “no vencimento, o professor ia receber em Alto Paraná, na prefeitura. Eram vários professores de Santo Antônio do Caiuá e São João do Caiuá. Íamos de ônibus”.

Figura 86 – Livro de chamada



Fonte: Matildes Carvalho dos Santos. Livro de chamada da Escola Isolada Porto São João, 1962/1963. Professora Matildes Carvalho dos Santos. Local: Porto Angelim, Vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR. Ano: 1962.

O livro de chamada traz um dado importante para a história da escola naquele município, pois ela nasce em 1953, com o nome de Porto São João, e de “1962 a 1963 é (re)nominada Escola Isolada Porto Angelim”, na gestão de Stersa Júlio Maximiliano Ângelo, o também empreendedor da balsa no antigo porto São João, rebatizado Angelim. Portanto, o porto e a escola são (re)nominados com o nome do prefeito em exercício. No início de “1964”, a professora abriu o livro de chamada da escola com o nome “Escola Isolada Porto São João”, mantido até o seu cessamento, mas o nome Porto Angelim se mantém (LIVRO DE CHAMADA DA ESCOLA ISOLADA PORTO SÃO JOÃO, 1962). Segundo a professora Matildes Carvalho dos Santos, o retorno ao antigo nome da instituição foi uma determinação da Inspeção Auxiliar de Ensino.

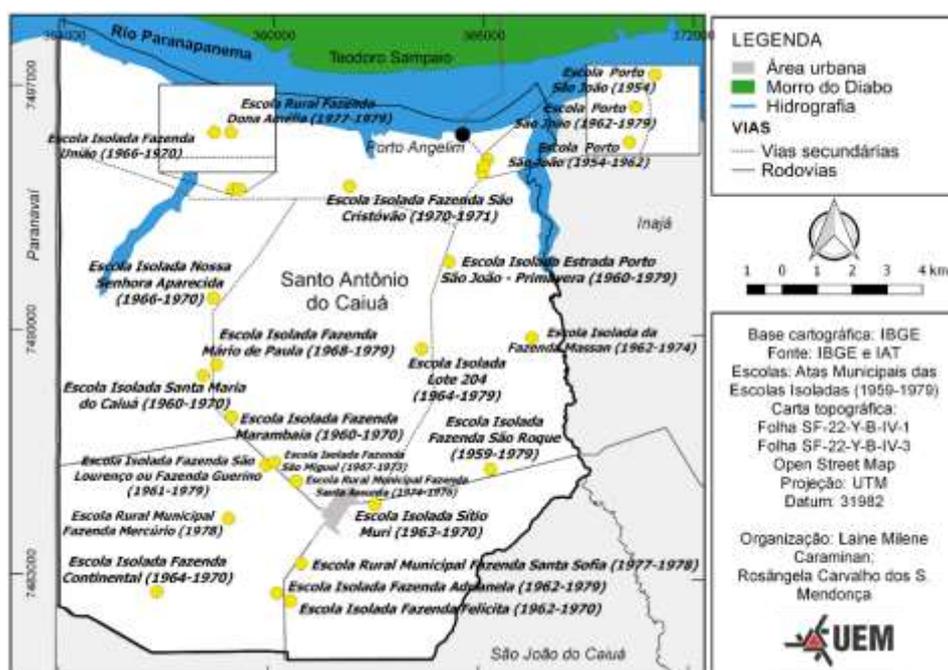
4.1.3 AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

O município de Santo Antônio do Caiuá teve, entre os anos de 1953 e 1979, um total de 25 escolas rurais e 4 urbanas, somando 29 instituições de ensino. As rurais foram nominadas com o número do lote, o nome da propriedade, o nome ou sobrenome do proprietário do imóvel rural, nome de santo(a), nome do porto local, entre outros.

Do conjunto das escolas rurais, 20 são nominadas no período (1953 a 1969), com o prefixo “Escola Isolada”; de 1970 a 16 de julho de 1978, “Escola Rural Municipal”; e nos anos 1978 a 1979, as escolas rurais continuaram com o prefixo anterior, seguido da nomenclatura dos presidentes da república do período militar no país.

Entre os anos de 1950 e 1995, o município teve apenas 2 escolas urbanas: Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá (de 1º a 4º ano) e o Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEC (1963), renomeando Ginásio Estadual de Santo Antônio do Caiuá (de 5ª a 8ª série) (1071), em 2001, a antiga recebe a nomenclatura Escola Estadual Duque de Caxias, ensino de 1º e 2º Graus e posteriormente é criada a Escola Infantil Pequeno Príncipe⁴⁹ e também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)⁵⁰.

Figura 87 – Escolas Rurais de Santo Antônio do Caiuá, 1953/1979



Fonte: CARAMINAM, L. M.; MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Pode haver alguma divergência quanto à localização das escolas rurais no mapa em decorrência da dificuldade de localização exata de alguns imóveis rurais.

⁴⁹ O Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente foi criado pelo Decreto nº 010/95, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá, com a denominação de Creche Municipal Santo Antônio. A resolução nº 6.102 autorizou o funcionamento e credenciamento da educação básica em 28/12/2011, pelo Parecer 3004/11-SEED/CEF (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2021, p. 6).

⁵⁰ Passa a funcionar em 01/08/1994, autorizada pela resolução nº 2.207/94, na área de Deficiência Intelectual (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

Constata-se que o maior número de escolas ocorreu entre 1960 e 1970, com 21 isoladas, das quais 10 cessaram em menos de uma década⁵¹. De 1974 a 1978, foram criadas 4 novas escolas rurais⁵², que funcionaram, em média, por dois anos. Os estudos evidenciam ainda que, em 1978, restavam apenas 13 escolas rurais, renomeadas pela Lei nº 328, de 17 de julho de 1978.

As transformações tecnológicas no campo, associadas ao enfraquecimento do solo e intempéries, levaram à erradicação do café, ao êxodo rural, provocaram simultaneamente a redução demográfica, bem como a diminuição dos alunos, ocasionando o fechamento das escolas do campo. Tal redução levou ao remanejamento e replanejamento destes para as escolas rurais próximas. O alunado do sítio Muri foi remanejado para a Escola São Roque; o da São Miguel, para a Guerino; o da Marambaia, para a Mário de Paula; o de São Cristóvão, para Nossa Senhora Aparecida; o da Felicidade e Santa Assunta, para a fazenda e escola do mesmo nome, Santa Sofia. Em menos de 25 anos, todas as escolas rurais haviam cessado, e os poucos alunos restantes foram centralizados nas escolas urbanas.

Tabela 11 – Escolas rurais em Santo Antônio do Caiuá

Período	Nome da instituição	Cessação definitiva
1953/1959/1979	Escola Porto São João (1953/1961) Escola Isolda Porto Angelim (1962/1963) Escola Rural Municipal Porto São João (1970/1977) Escola Rural Municipal Presidente Ernesto Geisel (1978/1979)	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1959/1960/1979	Escola Isolada Fazenda São Roque (1960/1969) Escola Rural Municipal São Roque (1970/1977) Escola Rural Municipal Presidente Castelo Branco (1978/1979)	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1960 a 1979	Escola Isolada Estrada Porto São João – Primavera (1960/1979)	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983

⁵¹ Marambaia (1970), São Lourenço (1964), Santa Isabel (1968), Continental (1970), Santa Cruz (1964 – 1 ano de funcionamento), Cezarina (1962 e 1963), Felicidade (1970), Muri (1970), Boa Vontade (1969) e Fazenda União (1970) (ATAS DE EXAME DAS ESCOLA ISOLADAS, 1959 e 1979).

⁵² Santa Assunta (1974), Santa Sofia (1977), Dona Amélia (1977) e Fazenda Mercúrio (1978) (ATAS DE EXAME DAS ESCOLA ISOLADAS, 1959 e 1979).

	Escola Rural Municipal da Estrada Porto São João – Primavera (1970/1977) Escola Rural Municipal Presidente Emílio Médici (1978/1979)	
1960 a 1970	Escola Isolada Fazenda Marambaia (1960/1970) Escola Rural Municipal Fazenda Marambaia (1970) Escola Rural Municipal Venceslau Brás	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1960 a 1970	Escola Isolada Santa Maria do Caiuá (1960/1969) Escola Rural Santa Maria do Caiuá (1970) Escola Rural Municipal Washington Luís (1978/1979)	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1961 a 1964 1965/1979	Escola Isolada Fazenda São Lourenço (1961 a 1964) ⁵³ Escola Isolada Fazenda Guerino (1965 a 1969) Escola Rural Municipal Fazenda Guerino (1970/1977) Escola Rural Presidente Epitácio Pessoa (1978/1979)	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1970 a 1971	Escola Isolada Fazenda São Cristóvão Escola Rural Municipal São Cristóvão	Res. Nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1963/1964/1968	Escola Isolada Santa Isabel	-
1964 a 1979	Escola Isolada Lote 204 Escola Rural Municipal Presidente Costa e Silva	Res. Nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1964 a 1970	Escola Isolada Fazenda Continental Escola Rural Municipal Washington Luís	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1964	Escola Rural Municipal da Fazenda Santa Cruz	-
1966 a 1970	Escola Isolada Nossa Senhora Aparecida Escola Rural Municipal Hermes da Fonseca	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985

⁵³ Segundo o secretário e documentador da Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis, de Santo Antônio do Caiuá, Primo Rossato Neto (13/02/2022), a “Escola isolada Fazenda São Lourenço foi (re)nomeada Escola Isolada Fazenda Guerino”, recebendo novas nomenclaturas no decorrer do tempo, conforme a tabela.

1962 a 1963	Escola Isolada Fazenda Santa Cesarina	-
1962/1979	Escola Isolada Fazenda Adrianela (1962/1977) Escola Rural Municipal Presidente Eurico Dutra (1978 e 1979)	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1962/1970	Escola Isolada Fazenda Felicita	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1966 a 1969	Escola Isolada Boa Vontade (1966 a 1969)	-
1962/1974	Escola Isolada da Fazenda Massan (1962/1969) Escola Rural Municipal Massan (1970 a 1974) Escola Rural Municipal Presidente Juscelino Kubitschek	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1963/1970	Escola Isolada Sítio Muri Escola Rural Municipal Castelo Branco	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1968/1979	Escola Isolada Fazenda Mário de Paula Escola Rural Municipal Fazenda Mário de Paula (1970/1977) Escola Rural Municipal Presidente Venceslau Brás (1978/1979)	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1967 /1973	Escola Isolada Fazenda São Miguel Escola Rural Municipal Fazenda São Miguel (1970/ 1973)	-
1966/1970	Escola Isolada Fazenda União (1966/1970)	-
1974/1978	Escola Rural Municipal Santa Assunta (1974/1976) Escola Rural Municipal Rural Presidente Getúlio Vargas (1977)	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1977 a 1979	Escola Rural Fazenda Dona Amélia (1977) Escola Rural Municipal Presidente Prudente de Moraes (1978/1979)	Res. nº 3.260/85 DOE: 22/07/1985
1977/1978	Escola Rural Municipal Fazenda Santa Sofia (1977) Escola Rural Municipal Presidente Getúlio Vargas (1978)	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983
1978	Escola Rural Municipal Fazenda Mercúrio	Res. nº 3.645/82 DOE: 25/01/1983

	Escola Rural Municipal Presidente Artur Bernardes	
--	--	--

Fonte: Matildes Carvalhos dos Santos (25/02/2022, informação verbal); ATAS DE EXAMES DAS ESCOLAS ISOLADAS DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 1959 a 1979. Instituição: Escola Municipal Machado de Assis. Local: Santo Antônio do Caiuá, PR. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

4.1.4 ATAS DE EXAME E DOCUMENTOS

De 1953 a 1979, portanto em 26 anos, o município de Santo Antônio do Caiuá instalou 25 escolas rurais, que foram cessadas definitivamente entre os anos de 1982 e 1985 pelas Resoluções 3.645/82/DOE, de 25 de janeiro de 1983, e 3.260/85/DOE de 22 de julho de 1985.

As salas de aula eram construções de madeira e em raras exceções, funcionaram de forma multisseriadas (um professor ministrava para até quatro turmas), segundo depoimentos e atas de exames de alunos de 1959 e 1978. Os docentes se deslocavam até a escola: a pé, a cavalo, de bicicleta, parte do percurso de ônibus e/ou de carona. Somente em 1973, o município implantou o transporte público escolar para alunos e professores.

Lembro-me que meu pai dava carona na carroça para a professora Enedina Honorina de Oliveira da Silva, quando a encontrava no percurso (ida ou vinda), da sede do município até o sítio de sua propriedade, onde trabalhava, a cinco quilômetros, na estrada do Piastrelli, saída para Inajá. A referida professora ministrava aula na escola São Roque, no lote 148, localizada na mesma estrada, um pouco mais à frente da propriedade do meu pai, por isso, ela concluía o restante do percurso a pé. Todos os dias, logo de manhã, ele fazia esse percurso de carroça, ora com o cavalo Meia Branca, ora com a égua Campolina, e me levava, juntamente com minha irmã Ana Regina para trabalhar na roça, depois voltávamos a pé.

Como meu irmão Ricardo já estudava o Ginásio no período da manhã, levava a comida no famoso caldeirãozinho para nosso pai. Muitas vezes, a pé, chegava no sítio, entre 12h e 13h, mas quando conseguia carona ou realizava o trajeto a cavalo, chegava rápido. Meu pai, muitas vezes, estava esperando à sombra “varado de fome”, como ele dizia.

Estudávamos à tarde. Com a introdução do transporte escolar, pegávamos carona no transporte público municipal, a Kombi Volkswagen branca, que buscava a professora e também nos levava para estudar. Eu e minha irmã fazíamos o percurso inverso dos alunos rurais. Éramos moradores urbanos, e desde os nove anos, trabalhávamos na roça e

estudávamos no Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá, posteriormente nominado Machado de Assis.

As escolas rurais eram edificações de madeira, muito simples e desprovidas de conforto. Analisando as atas de exames das escolas isoladas rurais do período de 1959⁵⁴ a 1978, a professora ministrava aula para duas, três ou quatro turmas simultaneamente. Consta-se que, quando a turma de 1º ano tinha muitos alunos matriculados, formava-se uma única turma.

Um(a) professor(a), ao trabalhar oito horas, ministrava aulas dois períodos na mesma escola ou em duas escolas rurais do município em lugares distintos. Os alunos eram dispostos por sexo na lista de chamada, o que se comprova pelas atas de exames e pelos livros de chamada do período. Observa-se, por meio das atas de exames finais, que os alunos não preparados para o exame, eram dispensados pelos docentes.

Para aplicar as provas de exame final, compareciam à instituição de ensino a Inspectora Auxiliar de Ensino e a Inspectora Municipal de Ensino, além dos examinadores (professores de outras escolas do município, que se revezavam). Na ata, constam nomes de inspetores, examinadores, professores regentes, bem como o nome do município, da escola rural, o número total de alunos matriculados na instituição discriminados por turma, o total de alunos presentes e os dispensados “por serem de classe A”, quantos prestaram os exames e quantos foram aprovados e reprovados.

Evidencia a professora entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/02/22): “os alunos que não sabiam ler, escrever e fazer as operações eram dispensados mesmo”.

Ivany Cavaly Vicente (15/02/2022) relata que “a professora me falou que não precisava vir para prestar o exame. Mas compareci e disse a ela que queria fazer a prova. A professora perguntou à inspetora o que fazer, e ela me autorizou. Realizei o exame e fui aprovada”.

Os estudos e relatos permitem compreender a dispensa de alunos, em decorrência do “fraco desempenho de aprendizagem”, porém o critério utilizado para dispensar os considerados despreparados, muitas vezes, pode falhar, mesmo porque cada aluno tem o seu tempo de aprendizagem e, de repente, ocorre um clique, abrindo-o para a apreensão do conhecimento de fato. Quantos alunos foram retidos na mesma série por uma simples dispensa?

⁵⁴ Não foram encontradas atas de exames de 1953 a 1958 nos arquivos do município de Santo Antônio do Caiuá/PR.

Muitos exames realizados no final do ano de 1969 aparecem nas atas de 1970 (registro posterior). Às vezes, a ata traz o título centrado no livro ata: “Exame de 1969”; pula uma linha e inicia com a data de 1970, dando a nítida impressão de que os exames foram realizados no final do ano de 1969, mas a ata foi escrita no início de 1970.

4.1.5 ESCOLA ISOLADA SÃO ROQUE

Maria Xavier de Carvalho foi a primeira professora da Escola Isolada São Roque, localizada na gleba Paranapanema, no lote 148, de Natal Piastrelli, na estrada de mesmo nome. A depoente relata como ela e sua irmã Matildes conseguiram a nomeação de professora e as formas de deslocamento para chegar até a instituição de ensino rural, além do comprometimento com a instrução pessoal e profissional.

Iniciei aos 20 anos, na escola São Roque, na fazenda Piastrelli, em Santo Antônio do Caiuá. Meu pai se relacionava com pessoas influentes. Era amigo do César Baiocchi. Eu e meu pai José Xavier de Carvalho o encontramos numa festa em São João do Caiuá. Nós fomos a um churrasco onde rolou uma cervejinha. Papo vai, papo vem, quando o Baiocchi falou para o meu pai: “vamos ver se nomeamos a Matildes como professora”. Já fazia mais de cinco anos que a minha irmã Matildes dava aula e nada. Meu pai aproveitou o momento e falou: “providencie a da Maria também”. Doutor César levou os nossos nomes para Curitiba. O da Matildes já estava lá empacado há vários anos. Não deu três meses, chega a nomeação das duas. Minha irmã Matildes Ciryaco de Carvalho fixada na escola no Porto São João e eu na São Roque. A Matildes ficou saltitante de alegria, eu fiquei insegura, tímida, mas enfrentei meus medos. No dia seguinte, eu e minha irmã fomos a Londrina, realizar os exames de saúde, para assumir a sala. Primeiro fui conhecer o lugar onde estava a escola. A mulher do proprietário me propôs um café da manhã e um almoço nos dias letivos. Todos os dias pegava o ônibus da empresa Santa Ana, que saía do Porto São João, às seis da manhã, descia no Concatto, na sede do município, e andava mais de 5 quilômetros a pé. Era um arreião danado. Ia a pé e voltava a pé até Santo Antônio. Era um total de dez quilômetros a pé todos os dias, ida e volta. Esse ônibus fazia a linha de Santo Antônio a Paranavaí. O motorista e cobrador tomavam café da manhã, jantavam e posavam na pensão dos meus pais, José Xavier de Carvalho e Anna Josepha Ciriaco de Carvalho, no Panema. O mesmo ônibus saía às seis da manhã para Paranavaí e retornava às 12 h e novamente se dirigia a Paranavaí e retornava às 18 h. Os donos da propriedade, onde se encontrava a escola, moravam aproximadamente uns 200 metros para dentro da propriedade, mas a escola ficava bem próximo da estrada.

A Escola Isolada São Roque era uma construção de uma água só, tinha uma mesa para o professor e um quadro negro na parede e uns bancos rústicos compridos, uma mesona de uma tábua no mesmo comprimento e os bancos, em que se sentavam de 4 a 5 alunos. A sala tinha apenas quatro mobiliários desses. Era uma turma híbrida, se não me engano dez alunos. Uns sabiam ler, outros não. Eu já estava cursando a Escola Estadual Normal Regional, em São João do Caiuá. Então, quando terminava a aula, fazia rapidamente a refeição gentilmente cedido pela família Piastrelli, retornava a pé a Santo Antônio e pegava o ônibus e ia cursar a Escola Normal em São João do Caiuá, chegando em casa às 18h, com a mesma empresa, à vila Xavier. A empresa pegava os

estudantes no portão do colégio (MARIA XAVIER DE CARVALHO, 24/03/2022).

Houve várias levas de nomeações de professores pelo estado do Paraná, no município, em períodos distintos. Devido à falta de educadores, foram nomeadas pessoas da localidade, desprovidas de formação profissional para o exercício do magistério, embora tivessem de assumir compromisso prévio, como participar de cursos de formação educacional para professores durante o ano letivo e concluir o curso de magistério.

Em geral, as escolas rurais eram construídas em pontos estratégicos, próximos às estradas ou no meio da propriedade, facilitando locomoção, transporte e centralização de alunos daquela região. Com a emancipação política de São João do Caiuá em 17 de dezembro de 1955, Santo Antônio passou a pertencer a esse município, recebendo verbas que agilizaram a infraestrutura educacional urbana e rural.

Figura 88 – Escola Isolada Primavera



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá/PR. Estilo de arquitetura das escolas isoladas do município. Local: estrada Paranapanema, Escola Isolada Primavera, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo e ano desconhecidos.

4.1.6 EDUCAÇÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ

Em 1954, Primo Rossato organizou um mutirão para a edificação da escola e da igreja no patrimônio de Santo Antônio. Convocou a comunidade para cumprir a tarefa, no que foi prontamente atendido.

Lá pelo ano de [...] 1954, eu lembro que o meu pai fez um mutirão, porque não tinha escola e não tinha igreja. Fez uma lista no papel de embrulho, que tinha naquela época, e foi pegando o nome de pessoas que podiam dar um dia de serviço e aí conseguiu várias pessoas. Formou um mutirão. Depois foi pedir não sei pra mais quem [...]. Fez esse mutirão. Seu avô José Xavier de Carvalho deve ter colaborado e todo mundo ergueu a escolinha (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Ainda a mesma depoente, a escola na sede do município passou “a funcionar oficialmente em 1954, na rua Santo Antônio, esquina com a Ibiruba, nº 331. Era um barracão de peroba com duas salas (multisseriadas – 1º e 2º série), mobiliado com “carteiras grandes pesadas, com 4 divisórias onde se sentavam 4 alunos” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

A primeira professora chamava-se Maria Monssato, ela era de Santa Mariana. O marido veio pra trabalhar [...]. Ela era professora e foi dar aula nessa escolinha. [...] era assim: tinha o primeiro ano e o segundo tudo na mesma turma. Depois dividiram aquele barracão em três salas (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

O relato da ex-professora entrevistada demonstra que houve um aumento de alunos, exigindo uma nova (re)divisão de sala, fato que chama a atenção para o aumento de população do município. No processo, a escola passou a funcionar em “dois períodos (matutino e vespertino), seis turmas no total”, em virtude da demanda de alunos e, simultaneamente, do fluxo migratório (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/ 2022).

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Machado de Assis (2018, p. 11), o antigo Grupo Escolar foi criado com o objetivo de “alfabetizar as crianças, porém, esta não possuía nome nem regulamento” na sua fase inicial.

Em 1959, o barracão educacional foi nominado “Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá, criado pelo Decreto nº 26.734/1959” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2018a, p. 9). No referido ano citado, Santo Antônio do Caiuá era distrito em ascensão, sob a jurisdição do município de São João do Caiuá, tendo como prefeito Domingo Beraldi (FERREIRA, 1999).

Figura 89 – Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá



Fonte: Pedro dos Santos Fernandes. Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá. Local: Rua Santo Antônio, 331, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1960.

Figura 90 – Professores do Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá



Fonte: Acervo Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá. Da direita para a esquerda: 1 - Veneranda de Oliveira; 2 - Maria das Graças de Souza Leite; 3 - Maria Xavier de Carvalho; 4 - Flora González da Silva; 5 - Alícia Xavier de Carvalho; 6 - Ilda Pena, 8 - Maria José Davanço; 9 - Jurema Silocki; 10 - Claudete Crescêncio; 12 - Pedro dos Santos Fernandes; 13 - Timóteo Gonçalves; 17 - Zaida Nélia Fay; 16 - Salvador Vieira de Souza, 18 - Leonilda Schnato; 19 - Matildes Carvalho dos Santos; 20 - Jacira Tavares; 21 - Antônia de Jesus da Purificação. Local: Santo Antônio do Caiuá, PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1963.

Figura 91 – Alunos do Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá



Fonte: Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Local: Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá, rua Santo Antônio, 331, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo e ano desconhecidos.

Em 1961, foi edificado o Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá, com apenas quatro salas iniciais, um pátio e dois banheiros – um feminino e outro masculino. Em 1963, com o gestor institucional Pedro dos Santos Fernandes, ocorreu a ampliação para duas salas de aula. Ele evidencia que, ao assumir a direção da instituição de ensino (1963 a 1969), “construiu mais 2 salas”, vindo a atender a novas demandas de alunos (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Ressalta o mesmo entrevistado, anteriormente, a “Inspetoria de Ensino estava fixada em Alto Paraná, comandada por Polidoro Fernandes, e a escola tinha apenas quatro salas e um amplo pátio”; ainda segundo o memorialista, com a emancipação do município, a “Inspetora Auxiliar de Ensino passa a ser Maria de Lourdes Souza Carneiro”, que exerceu a função de 1961 a 1964 (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES,

15/03/2022). Algumas das primeiras professoras da instituição de ensino foram: Maria Monssato, Zaida Nélia Feyh, Eunice Pena, Ilda Pena e Maria de Lurdes Souza Carneiro.

A explosão demográfica no início da década de 1970 no município exigia novas salas e, nesse sentido, optou-se pelo funcionamento da instituição em três turnos, visando atender à demanda (das 7h às 10h; das 10h às 14h; das 14h às 17 h). Saía um turno e, simultaneamente, entrava outro. As salas, repletas de alunos, trouxeram a emergência da contratação de novos profissionais para atuar na educação. Além do ensino de 1º ao 5º ano, funcionou na mesma instituição de ensino o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

A partir do ano de 1971, os alunos do 4º ano podiam optar por continuar no grupo escolar para cursar o 5º ano ou fazer um teste de admissão para entrar na 5ª série do curso ginásial. Em 1973, o Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá passou a se chamar Grupo Escolar Machado de Assis, criado pelo Decreto nº 1.154 de 19/09/79, ofertando até então somente o curso de 1ª a 4ª séries.

Desde sua criação, a escola se submetia a uma hierarquia de poder que orientou e fiscalizou os seus pares. Assim descreve o memorialista Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022): “1ª Delegacia de Ensino – Curitiba, 2º Inspeção Auxiliar de Ensino – São João do Caiuá e 3º a Inspeção Municipal de Ensino de Santo Antônio do Caiuá”. Dessa maneira, as escolas estavam subordinadas à Inspeção Auxiliar de Ensino, e esta à Delegacia de Ensino, com sede na capital do estado.

O município de São João do Caiuá sediou a 34ª Inspeção Regional de Ensino, abrangendo os municípios de Santo Antônio do Caiuá, Inajá, Paranapanema, Jardim Olinda e Paracity, um total de 6, contando com o município-sede (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, 2021).

Tabela 12 – Inspectores de Ensino em Santo Antônio do Caiuá

Período	Inspetoria Auxiliar de Ensino	Inspetoria Municipal de Ensino
1960	Josephina Desounet Baiocchi/ São João do Caiuá	Maria Pessica Franqui/ São João do Caiuá
1961/1964	Sub-Inspetora Estadual de Ensino Maria de Lourdes Souza Carneiro	-
1965/1967	Maria Xavier de Carvalho	-
1968/1960	Lydia Bittencourt Pinto	-
1971/1974	Maria da Gloria Rossato Fernandes	Maria José Davanço 1971/1974

1975/1977	Maria da Gloria Rossato Fernandes	Euzita Souza Tavares 1975/1976 Cleonice Nunes de Oliveira 1977
1978	-	Catarina Xavier Dante
1979	-	Nilza Sassaki Iwasaki Maria Lurdes Silva Franca

Fonte: ATAS DE EXAMES DAS ESCOLAS ISOLADAS DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 1959 a 1979. Instituição: Escola Municipal Machado de Assis. Local: Santo Antônio do Caiuá, PR. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Tabela 13 – Professores das escolas rurais de Santo Antônio do Caiuá

Ano	Professores	Instituição de ensino
1953/1959/ 1968	Matildes Ciryaco de Carvalho	Escola Isolada Porto S. João
1960/	Neide Pacheco Montoan	E.I. Fazenda São Roque
1960/1961	Osvaldo Rodrigues	E.I.E.R. Primavera
1960	Odete Botter	E.I. Santa Maria do Caiuá
1960/1963	Cândida Zapata Cavalheiro	E.I. Fazenda Marambaia
1961/	Maria Irrecijo	E.I.E.R. Primavera
1961	Benvinda Fernandes	E.I. Fazenda São Lourenço
1962/1973	Veneranda de Oliveira	E.I. da Fazenda Massan E.I. Fazenda São Roque E.R.M. Primavera Escola Isolada Lote 204
1962/1963	Laudelino Gomes Cordeiro Filho	E.I. Fazenda Adrianela
1962	Adalgisa Santos	E.I. Fazenda São Roque
1962	Vanderley Aparecida de Angelis	E.I. Fazenda São Lourenço
1962/1964	Zoraide Motta	E.I. Faz. Santa Cesarina Escola Isolada Lote 204
1962	Dalva Tereza Galvão	E.I. Santa Maria do Caiuá
1962/1963	Jacira Tavares de Oliveira	E.I. Fazenda Felicita
1963/1965	Jaira Mota Ramo	E.I. Fazenda São Roque E.I. Primavera
1963	Eny Ribeiro Mendes	E.I. Faz. São Lourenço
1963	Maria Luciene Inácio	E.I. Santa Maria do Caiuá
1963/1965	Rosa Carlos do Amaral	E.I. Sítio Muri E.I. Porto São João
1963/1970	Marilene Cavalli	E.I. Fazenda Marambaia
1964/1973	Alicia Xavier de Carvalho	E.I. Porto São João
1964	Josias Alves de Oliveira	E.I. Porto São João E.I.E. R. Primavera
1964	Lúcia Alves de Oliveira	E.I.E. R. Porto São João- Primavera

1964	Valdir Crescencio	E.I. Faz. São Lourenço
1964/1968	Isolina Maria Romão	E.I. Fazenda Santa Isabel
1964/1966	Zilda Alves Mery	E.I. Santa Maria do Caiuá
1964	Maria Felicidade do Nascimento	Escola Isolada Lote 204
1965/1969	Nadime Vial	E.I. Porto São João Escola Isolada Lote 204
1965	Clarinda Alvina de Moura	Escola Isolada Lote 204
1965/1966	Antônio dos Santos Sobrinho	E.I. Fazenda Adrianela
1965	Laura dos Santos Cordeiro	E.I. Fazenda Adrianela
1965	Julinda Rodrigues dos Santos	E.I. Fazenda Adrianela
1965/1975	Elzita Idália de Souza	E.I. Fazenda São Roque E.I. Porto São João Escola Isolada Lote 204
1965	Luiza de Jesus Souza	E.I. Fazenda Guerino
1965/1967	Salvador Vieira de Souza	Escola Isolada Sítio Muri E.I. E. Rural Primavera
1965	Maria das Graças Araújo Souza Leite	E.I. Santa Maria do Caiuá
1965	Dinoclecio Rosseto	E.I. Fazenda Marambaia
1965	Elízio Felipe do Nascimento	E.I. Fazenda Massan
1966/1970	Benta Xavier de Carvalho	E.I. Porto São João
1966	Júlia Moreira da Costa	E.I. Fazenda Adrianela
1966	Clarinda Moura	E.I. Fazenda São Roque
1966	Luzia Alves Liniz	E.I.E. Rural Primavera
1966	Ilda Matias	E.I.E. Rural Primavera
1966/1968	Carlos Antônio Neto	E.I. Fazenda Guerino
1966	Maria Perpetua Silva Sanches	E.I. Fazenda Continental
1966/1970	Maria Dalva Araújo Costa	E.I. Nossa Senhora Aparecida
1966	Maria Eva Fernandes	E.I. Fazenda Santa Isabel
1966/1967	Maria da Costa Moreira	E.I. Boa Vontade
1966/1967	Aparecida da Silva Almeida	E.I. Fazenda União
1966/1967	Maria Oliveira	E.I. Fazenda União
1967/	Benedita Maria da Silva	E.I. Porto São João
1967	Josefa Pacheco Bustilho	Escola Isolada Lote 204
1967	Ivone Aparecida Pavelli	E.I.E.R Primavera
1967/1973	Eluza Luiz da Silva	E.I. Fazenda São Miguel
1966/1968	Isaura dos Santos Cordeiro	E.I. Santa Maria do Caiuá
1967/1970	Zuleica Jung Geasa	E.I. Fazenda Marambaia E.I. F. Mário de Paula
1967/1977	Sofia Forjado Ferreira	E.I. Fazenda Massan Escola Rural Porto São João E.R.M.E. Primavera E.I.F. Mário de Paula

		E.I. Fazenda Dona Amélia
1968/1972	Catarina Xavier de Carvalho	E.I. Porto São João
1968/1970	Júlia Rodrigues dos Santos	E.I. Fazenda Adrianela
1968	Julinda Santos da Silva	E.I. Fazenda Adrianela
1968	Clarinda Alvina Moura da Costa	E.I.E.R. Primavera
1968/1972	Enedina Honorina de Oliveira da Silva	E.I.E.R. Primavera E.R. Santa Maria do Caiuá E.I. Fazenda São Roque
1968/1970	Rosalia Stachovski	E.I. Fazenda Continental R.M.F. Adrianela
1968	Osmar Stachovski	E.I. Fazenda Santa Isabel
1968/1970	Izilda Porfírio de Souza	E.I. Sítio Muri E.R. Santa Maria do Caiuá
1968	Altemia Roque Domingos	E.I. Boa Vontade
1968/1970	Maria dos Santos Ferreira	E.I. Fazenda Massan
1968/1971	Hilce Massam	E.I. Fazenda Massan
1968/1970	Ana Maria Corveloni	E.I. Fazenda União
1968	Maria Luiza Cicutt	Escola Isolada Lote 204
1969/1970	Genira Dias da Silva	E.I. Fazenda Dona Amélia
1970/1971	Clonete Arneiro	ER. Porto São João
1970	Inês Maria Correia Romanoski	E.R. Porto São João
1970	Maria de Lourdes da Silva	E.R.M.F. Adrianela
1970	Marilene Cavalli	E.R.M.F. Adrianela E.I. Fazenda São Miguel
1970	Maria Iliane Sales Araújo	E.I. E. Rural Primavera Escola Isolada Lote 204
1970	Maria José Siqueira	E.I. Fazenda Guerino
1970	Antônio Edson Petri	E.I. Fazenda Guerino
1970	Maria Avelina dos Santos	E.I. Fazenda São Cristóvão
1970	Gláucia Hansen	E.R. Santa Maria do Caiuá
1970	Irene Silva Rego	E.I. Boa Vontade
1970	Clarice Ribeiro Gomes	E.I. Fazenda Dona Amélia
1970/1971	Antônio Araújo Porfírio	Escola Isolada do Lote 242 E.R.M.F. Adrianela
1970/1977	Rosa Ida Stachovski	E.R.M.F. Adrianela E.I. Faz. Mário de Paula
1970/1971	Cícera do Nascimento	Escola Isolada Lote 204
1971	Maria Nilza Martins de Oliveira	E.R. Porto São João
1971,	Liana Terezinha Vial	E.R. Porto São João
1971/1972	Noêmia da Silva Moura	E.I. Fazenda São Roque
1971	Maria de Lourdes F. de Oliveira	E.R.M.E. – Primavera
1971/1974	Maria de Lourdes da Silva	E.I. Fazenda Guerino

1971	Rita Sereno Domingos	E.I. Fazenda São Miguel
1971	Carlos Rodrigues	E.I. Fazenda Massan
1971	Roberto Rodrigues	E.I. Fazenda Massan
1971/1972	Adilson Pimentel	E.I. F. Mário de Paula
1971	Maria Porfírio Costa	Escola Isolada Lote 204
1972/1973	Mariza Ardem Sapioni Vial	E.R. Porto São João
1972	Tereza Rossato	E.R. Porto São João
1972	Inês Maria Correia	E.R. Porto São João
1972	Adélio Rodrigues dos Santos	E.R.M.F. Adrianela
1972	Ana Lindonir de Oliveira	E.R.M. Primavera
1972	Célio Porfírio de Souza	E.I. Fazenda Massan
1972	Janete Nunes da Silva	Escola Rural Guerino
1972	Maria Nilza Martins	Escola Isolada Lote 204
1972	Francisco Moacir de Almeida	Escola Isolada Lote 204
1973	Antônia Alves de Almeida	E.I. Rural Porto São João
1973	José Carlos Maestrello	E.R.M.F. Adrianela
1973/1975	Benedita Aparecida Ricardo	E.I. Fazenda São Roque
1973	Maria Ismar de Freitas	E.R.M.E. Primavera
1973	Neila Aparecida Petri	E.I. Fazenda Massan
1973	Maria Aparecida de Oliveira	Escola Rural Guerino
1974	Francisco Moacir de Almeida	E.R. Porto São João
1974	Antônia Alves de Almeida	E.R. Porto São João
1974/1977	Maria Aparecida Campos de Souza	E.R. Santa Assunta Escola Rural Guerino
1973/1975	Josefa Barbosa da Silva	Escola Isolada Lote 204
1974	José de Freitas	E.R.M.E. Primavera
1974/1976	Maria de Lourdes da Silva	E.R. Lote Rural 242
1974	José Leite de Souza	Escola Rural Guerino
1974/1978	Eliane Maria Petri Rezende	E.I.M.F. Mário de Paula E.I. Fazenda São Roque E.R.M.P. Ernesto Geisel
1975	Marilene Santana Alves	E.R. Porto São João
1975/1976	Maria Dulce Araújo Costa	Escola M.F. Adrianela E.I. Fazenda São Roque
1975	Marilú Basílio dos Santos	E.I.R.M. Primavera
1975	Aparecida Pinheiro Cangussu	E.R. Lote Rural 242
1975	Maria Aparecida Maestrello	Escola Rural Guerino
1975/1979	Maria José Freitas de Oliveira	E.I.F. Mário de Paula E.R. Porto São João E.R.M. Prudente de Moraes – Fazenda Dona Amélia
1976	Florindo Geraldo	E.R. Porto São João

1976	Marilena Santana Alves	E.R. Porto São João
1976	Maria Aparecida da Silva	Escola Rural Guerino
1976	Aparecida Maria de Souza	E.I.F. Mário de Paula
1976	Maria Aurea Costa	E.R. Santa Assunta
1976/1978	Carmem Concatto	Escola Isolada Lote 204 E.R.M.P. Castelo Branco – Adrianela
1977/1979	Sebastiana Xavier Frigo	E.R.M. Porto São João
1977	Aparecida Lúcio Ferreira	E.R.M. Porto São João
1977/1979	Maria Nunes de França	E.R.M.F. Adrianela E.R.M.P Epitácio Pessoa
1977	Antônia Aparecida Sobreira Coimbra	E.R.M.F. Santa Sofia (ERP Getúlio Vargas)
1977	Elizabeth Pereira Lima	E.R. Guerino
1977/1978	Antônia Santos Sena	E.R.F. Dona Amélia E.R.M. Washington Luís F. Santa Maria do Caiuá
1978	Maria Luzione Farias	E.R.M.F. Adrianela
1978/1979	Maria Aparecida da Silva	E.M.P. Emílio Médico (Primavera)
1978	Maria Helena Lima Cavalli	E.R.M. Presidente Hermes
1978	Cícera da Silva	E.R.F São Miguel
1978/1979	Cleide Carlos Ferreira	E.R.M.P. Venceslau Brás
1978/1979	Basmarly Galego	E.R.P. Costa e Silva Lote 204
1979	Maria de Lourdes Silva de França	ERMP Washington Luís F Santa Maria do Caiuá
1979	Maria Helena Lima	E.R.M. P. Ernesto Geisel
1979	Vera Lúcia de Lima	E.R.M.F. Adrianela
1978	Ana Barboza da Silva	E.I.F. São Roque / E.R.M. P. Castelo Branco

Fonte: Matildes Carvalho dos Santos (25/02/2022, informação verbal) e ATAS DE EXAMES DAS ESCOLAS ISOLADAS DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, 1959 a 1979. Instituição: Escola Municipal Machado de Assis. Local: Santo Antônio do Caiuá, PR. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Com a emancipação do município, na gestão do prefeito Stersa Júlio Maximiliano Ângelo, ocorreu uma explosão de novas Escolas Isoladas. A criação iniciou tímida, dando enorme salto a partir de 1962, simultaneamente na área rural, contemplando várias fazendas e sítios em todo o município. A expansão educacional exigiu a contratação de professores para ministrar aulas. Muitos desses profissionais tinham apenas concluído a 4ª série e, no máximo, a 8ª série, portanto, recebiam um curso de formação em período de férias em São João do Caiuá e também em outros municípios.

Figura 92 – Curso para professores santo-antoniense e região, em Paranavaí



Fonte: (MENDONÇA, 2022, p. 123).

O expressivo das escolas do município estava localizada na zona rural, em fazendas com 10 a 250 famílias. As fazendas eram grandes centros produtores de café ou de algodão⁵⁵, com aglomerados de casas habitadas por famílias de colonos, porcentageiros, fiscais e administradores dos imóveis e outras categorias de trabalhadores. Os fazendeiros construía a casa do administrador, dos colonos, um pequeno barracão, ou cedia uma das casas ou tulha para a instrução educacional dos filhos desses colonos.

Afirma Primo Rossato Neto (13/02/2022), secretário e documentador da Escola Municipal Machado de Assis:

Novas escolas foram posteriormente construídas pelo município seguindo um padrão de construção em propriedades particulares rurais de forma consensuada, proprietário e poder público municipal. Com a cessação, essas construções foram demolidas e seus restos recolhidos pelo poder público (PRIMO ROSSATO NETO, 13/02/2022).

Constata-se que a escola de Porto Angelim, construída no lote 176, na propriedade de Evaristo Versales no período, atualmente pertence à família Thorony, não teve o mesmo destino das demais. As edificações foram ocupadas por famílias de pescadores no final da década de 1980, que alteraram a característica original.

As escolas rurais eram edificações de madeira, com assoalho, equipadas com quadro negro (lousa) e mobiliadas com carteiras rústicas de dois ou três lugares, com mictório separado do corpo da construção, na parte externa.

Em 1953, a professora Matildes Ciryaco de Carvalho iniciou o ofício

⁵⁵ É o caso específico da fazenda União, que, ao erradicar a floresta, efetuou o plantio de algodão, segundo o administrador Natalício Correia de Araújo (28/02/2022).

voluntariamente, posteriormente remunerada pela Companhia Boralli & Held, no processo, pela prefeitura de Alto Paraná, seguida de São João do Caiuá, e em 1959, há registros de nomeações de professores pelo estado do Paraná no distrito de Santo Antônio do Caiuá.

No processo, o poder público assumiu a contratação dos professores pelos municípios os quais estava jurisdicionado. Em 1959, ocorreram as primeiras nomeações de docentes pelo estado paranaense e, em 1962, pelo poder público municipal constituído.

Segundo Ata da Câmara Municipal de São João do Caiuá (1959), as irmãs Matildes Ciryaco de Carvalho e Maria Xavier de Carvalho foram as primeiras professoras nomeadas pelo Estado do Paraná como professoras do então distrito de Santo Antônio do Caiuá.

4.1.7 O MUNICÍPIO DEMANDA O CURSO GINASIAL

“É preciso criar o ginásio, então pregamos-lhe o ferro” (PAULO CRUZ PIMENTEL, 1971).

No início da década de 1960, cria-se o curso ginásial no município, atendendo a reivindicações da comunidade e demanda estudantil. No dia 11 de novembro de 1964, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná oficializou a doação de uma área de 1.200 metros quadrados, as datas de número 19 e 20, na quadra 3, para a construção do ginásio. A escritura de doação foi lavrada em São Paulo, capital, pelo Vigésimo Terceiro Tabelionato de Notas, tendo como tabelião responsável o Dr. José de Carvalho Sobrinho, Lº 95 – fls. 269 (SÃO PAULO, 1964).

Ainda em 1963, o prefeito Stersa Júlio Maximiliano Ângelo conseguiu, junto ao Ministério da Educação em Brasília, a instalação da Escola Comunitária, com manutenção comunitária e municipal, via Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC). Segundo o entrevistado Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), a CNEC pretendia levar o ensino público a todas as cidades no interior do país.

De acordo com Ramalho e Damasceno (2022), essa instituição buscou atender aos anseios da sociedade, comprometendo-se com a inclusão social e com a construção do conhecimento pautado na promoção e na transformação. Evidenciou o “conceito de instituição comunitária, envolvendo toda a comunidade no processo de construção dos seus alicerces” (RAMALHO; DAMASCENO, 2022, p. 1).

Tal segmento de escola passou a ser denominada de Educandário Gratuito. A primeira diretora do Ginásio de Santo Antônio do Caiuá foi Isolde Eleonor Florian

Piccolli e, posteriormente, Odete Dultra Saes.

O entrevistado Pedro dos Santos Fernandes ressalta que os funcionários dessa instituição no município eram remunerados com:

Um pouco de verba federal, a prefeitura ajudava um pouquinho e os pais de alunos contribuíam também. Aquele que não podia, não contribuía, não era obrigado. Mas havia uma contribuição direta na escola para formar aquele bolo e fazer um rateio entre os professores. O problema era o atraso e a baixa remuneração do corpo docente em decorrência da falta de verba federal (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Pedro Fernandes foi indicado para diretor por Henrique Jaco Pfannemuller, mas alegou não ter experiência para a função, no entanto, diante da insistência, acabou cedendo. Assumiu a direção do Ginásio Estadual de Santo Antônio do Caiuá, em 1968, formou uma equipe administrativa e docente com pessoas do município e região. Em 1970, o Ginásio se desvinculou da CNEC e transformou-se em instituição estadual.

Arnaldo Busato presidia a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Paraná, e as lideranças do município pleiteavam junto a ele a criação do ginásio estadual. Para tanto, era necessário que Busato fizesse a liberação. Nesse sentido, Pedro dos Santos Fernandes e Waldemar Cicutti, entre outros, foram conversar com Busato para auxiliar e viabilizar a criação do Ginásio Estadual de Santo Antônio do Caiuá, no que foram atendidos. O referido deputado condicionou o apoio político dado à educação ao retorno político nas urnas.

Relata, quanto a isso, Pedro dos Santos Fernandes:

Foi uma luta para criar o Ginásio Estadual. Montei o processo de criação. 1970 era ano eleitoral, Paulo Pimentel estava deixando, o governo. Fui a Curitiba com o vereador Waldemar Cicutti, contamos com apoio o do deputado Arnaldo Busato.

Nós fomos para resolver a questão em três dias, levamos 12 porque não havíamos agendado com o governador. Levei o documento em mãos, voltamos com ele assinado. Paulo Pimentel decretou a criação do Ginásio de Santo Antônio do Caiuá (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

A formação de um coletivo político, somado à competência organizacional de Pedro dos Santos Fernandes, focado no propósito de manter plantão na porta do governador, possibilitou a efetivação da instituição de ensino, tão almejada pela comunidade santo-antoniense. Foi criada com o nome de:

Ginásio Estadual de Santo Antônio do Caiuá pelo decreto nº 21.253 de 08 de outubro de 1970, pelo então Governador do estado Exmo. Sr. Paulo Pimentel, autorizado o seu funcionamento pela Resolução nº 349/71 de 27 de janeiro de

1971 (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2018b, p. 7).

Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022) relata que o ginásio, funcionando como estadual em 1971, “caminhou bem e melhorou bastante”. O diretor tinha autonomia para procurar profissionais para a instituição de ensino. Em razão da “defasagem de profissionais com formação superior, muitos foram admitidos apenas com o 2º grau ou cursando o ensino superior” (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Segundo o mesmo entrevistado, a baixa aprendizagem dos alunos exigiu ação pontual do gestor junto ao colegiado educacional, construindo coletivamente alternativas de mudanças metodológicas, pautadas em resultados positivos de aprendizagem. Para professores relapsos e/ou faltosos, contatavam-se instâncias superiores de educação, apresentando-lhes provas e argumentos concretos, solicitando a mudança de conduta e/ou sua imediata remoção. Tal postura adotada levou os profissionais a adotarem posições permeadas pela competência e por práticas metodológicas eficazes (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

Em geral, externava-se preferência pelo profissional comprometido com a educação, o promotor da aprendizagem. A exigência de formação superior, os cursos de formação docente, a cobrança por um professor de excelência, tudo isso promoveu a seleção natural dos descomprometidos com o processo ensino-aprendizagem, mudando o perfil dos educadores da instituição. Nessa direção, afirma a ex-professora da instituição, Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022), o “professor tinha que apresentar produtividade”. Em decorrência desse “comprometimento, a evasão e repetência eram muito pequenas”.

4.1.8 AS INSTITUIÇÕES PRIMÁRIAS ADOTAM AÇÕES INTERNAS

A instituição optou por uniforme docente e discente. O professor usava guarda-pó branco, e os alunos também. No início da década de 1970, os discentes passaram a usar calça azul-marinho e blusa branca. As meninas tinham a opção de usar saia com modelo pré-definido (duas pregas nas partes da frente e atrás).

Segundo Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), era dever do professor “chegar 15 minutos antes do horário; usar guarda-pó; preparar a aula e escrever o diário de classe com os conteúdos e as atividades a serem desenvolvidas a cada aula; o diretor fiscalizava a ação do profissional e via o diário”.

De acordo com Maria da Gloria Rossato Fernandes, a aula era dividida em três

momentos:

[...] exposição, fixação e verificação. Tínhamos um quadro negro, giz, apagador, boa vontade, pouquíssimos livros, cartazes que preparávamos nas datas comemorativas. Era assim: Exposição: Preparava o diário de classe: entrada, oração, chamada, corrigia-se a tarefa de casa. A partir da correção tinha-se noção do aprendizado do aluno. Se o total dos que não tinham dominado era maior, fazia-se a revisão de forma diferenciada. Orientávamos atividades diversificadas em sala, coletivo e individual – a verificação (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

As reuniões escolares contavam com um pequeno quórum de pais, em decorrência do trabalho agrícola e da dificuldade de locomoção.

Os “alunos eram alfabetizados no 1º ano, no 2º estudava-se o município (agricultura e recursos econômicos), no terceiro, o Estado, no quarto, o Brasil. Naquela época, na 5ª série do ginásio, ministrava-se História do Paraná” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Os professores do primário eram todos do município, e o ginásio tinha professores locais e de fora. Segundo Pedro dos Santos Fernandes (15/03/2022), “o professor de escola estadual era bem remunerado, atraindo muitas pessoas para a área da educação”.

Evidencia-se, com isso, a atuação de um “grande número de professores leigos no Ensino de 1º Grau, no curso ginásial tinham segundo grau (normal ou científico) ou universitários”. No início, o “professor tinha que estar pelo menos matriculado numa instituição de ensino superior” (PEDRO DOS SANTOS FERNANDES, 15/03/2022).

O governo militar de Emílio Garrastazu Médici instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º grau, mudando a organização do ensino no Brasil. A Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, no capítulo V, evidencia:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
 (a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
 (b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
 (c) em todo o ensino de 1º e 2º graus habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971).

Para ministrar aulas no ginásio, era preciso ter graduação na área de atuação. Essa norma provocou a corrida de muitos professores (Gloria Rossato, Pedro dos Santos Fernandes, Laudelino Gomes Cordeiro Filho, Maria José Davanço, Alicia Xavier de Carvalho, entre outros) para a universidade. Dessa forma, mantiveram suas aulas e permaneceram na educação.

A reforma educacional de 1971 também mexeu na organização das escolas. Até então, a educação básica era dividida em primário (com quatro anos de duração) e Ensino Médio (composto por ginásio e colegial, com oito ou nove anos). Foi com a reforma que se criaram o 1º e o 2º grau. O 1º grau uniu o primário e o ginásio, somando oito anos. O 2º grau ficou com três anos (BELTRÃO, 1971, p. 1).

Na década de 1970, o município ofertava apenas o ensino de 1º grau, 1º a 4º, e o ginásial, 5º a 8º. Ao concluir este, o estudante poderia fazer o segundo grau em São João do Caiuá. Somente no ano de 2001, o Colégio Estadual Duque de Caxias implantou o Ensino Médio, favorecendo a participação dos munícipes. A Lei 5.692/1971 unificou o antigo primário e o ginásial, passando a ter um único ciclo obrigatório de oito anos (BRASIL, 1971).

4.1.9 INSPETORIA ELABORA PROVAS FINAIS DO ENSINO DE 1º GRAU (1ª A 4ª SÉRIE)

A inspetoria elaborava as provas subjetivas por disciplina (português, matemática e conhecimentos gerais) para a educação básica, com o objetivo de averiguar a eficácia da aprendizagem nas escolas urbanas e rurais (escolas isoladas) do município de Santo Antônio do Caiuá. Quanto a isso, destaca Maria da Glória Rossato Fernandes, que:

Os alunos escreviam redação, conhecida atualmente como produção de texto. A redação tinha a reprodução de texto, a descrição, produção e a formação de história com elementos dados. Apresentava-se um grupo de palavras para o aluno produzir o texto: Pedrinho, caçador, lobo e espingarda. No 1º ano frases, no 2º bilhete, no 3º telegrama, no 4º carta e redação. Depois vinha a 2ª parte da prova de português: gramática aplicada – dependendo do conteúdo, cada série tinha atividades, exercícios sobre o plural, adjetivo composto, conjugar um verbo, passar frase do presente para o futuro. Matemática disponibiliza para resolver, questão de problemas, de cálculos e de exercícios que envolvia outros assuntos e frações. Conhecimentos gerais englobava história, geografia e ciências. A prova tinha a duração de 4 horas (MARIA DA GLÓRIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Complementa Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022): “designa-se uma equipe de professores, sob uma coordenação específica, para aplicar provas em outras instituições de ensino no município. A mesma Banca aplica e efetiva a correção”. Ainda a mesma entrevistada: “a inspetora de ensino acompanha pessoalmente a aplicação dos exames” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

4.1.10 ÊXODO RURAL PROMOVE CENTRALIZAÇÃO DE ESTUDANTES EM INSTITUIÇÕES URBANAS

Os estudos demonstram que, a partir da década de 1970, muitas famílias deixaram as grandes fazendas, com isso, várias escolas rurais cessaram.

A geada de 1975 provocou a morte de milhões de pés de café. Essa forte bordoadá climática acelerou o êxodo rural e a transformação do campo. A decepção com a catástrofe natural, associada à baixa fertilidade do solo e à introdução do gado já incipiente no início da colonização e à introdução de novas tecnologias e implementos, fizeram com que muitos agricultores enveredassem para outras atividades econômicas, transformando sua antiga área de cultivo monocultor (café ou algodão) em lavoura branca, em pastagem para a criação de gado de corte e leiteiro e/ou plantio de cana e mandioca, entre outras. A ação levou o êxodo para outros centros urbanos ou rurais em diferentes estados brasileiros, provocando queda demográfica no município e, simultaneamente, a cessação das escolas isoladas ali estabelecidas. Com isso, grandes proprietários foram comprando as pequenas propriedades, acelerando a concentração fundiária.

Antigas fazendas compostas de muitas famílias passaram a ter de uma a três famílias com algumas exceções para mais. Em decorrência da opção de produção econômica no campo, o município teve a sua população subtraída, acentuando a defasagem de alunos. Em apenas um quarto de século, as escolas rurais no município foram cessadas, e os parques filhos de agricultores e trabalhadores do campo que permanecera, foram nucleados nas instituições educacionais na sede do município.

4.1.11 AUTORIDADE, DISCIPLINA E ALIMENTAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Os professores eram autoridades respeitadas, dotados de ações firmes. Os alunos tinham respeito imenso ao conjunto da hierarquia institucional. Os desvios de conduta eram passíveis de punição ou castigo, como ficar em pé de frente para a turma; reguada nas costas e na cabeça; puxão de orelha; e até beliscões. Os professores tinham o apoio dos pais para disciplinar seus filhos. Nos casos que fugiam ao controle docente, encaminhava-se o aluno ao diretor para assinar advertência, convocava os pais para conversar e no caso de reincidência, suspensão por três dias. Na fase inicial da colonização do município, solicitava-se a autoridade local – o inspetor de quarterião.

Evidencia Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022): “o meu pai Primo Rossato exerceu a função de inspetor de quarterião. Requisitado pela professora Zaida Nélia Feyh para disciplinar um aluno que recusava obedecer-lhe Subiu no telhado e cuspiu nos outros alunos”; após uma boa “conversa, conseguiu fazê-lo descer”.

As instituições de ensino eram desprovidas de merenda, portanto, através dos seus frequentadores, “a escola cultivava horta, cada aluno levava um pouco de alimento de casa pra fazer a sopa”, conforme afirma a moradora Carmita de Souza Pena (10/03/2022), professora do município.

Em escolas rurais, o professor exercia diferentes funções, como limpar a sala, puxar água do poço, preparar a merenda e ministrar aula em salas multisseriadas. Nesse sentido, a ex-professora Eliane Maria Petri Rezende (13/02/2022) conta que nas escolas rurais “no início não tinha nada”; e complementa um de seus pares: “muito difícil para o professor” (OSMAR STACHOVSKI, 11/02/2022).

Observa-se no depoimento de um ex-aluno, Cícero Rodrigues da Silva, estudante da Escola Rural Municipal Presidente Marechal Hermes no início da década de 1980, que, para o deslocamento a pé até a escola, era preciso atravessar carregadores, mata, plantações e pasto, correndo risco de ataque animal, chegando molhado à escola inúmeras vezes. Para isso, a iniciativa de fazer uma trilha no pasto facilitou o percurso e também colaborou voluntariamente com quem puxava água do poço para o preparo da merenda, lavar os utensílios e a escola.

Nós morávamos na fazenda Bom Retiro e atravessava um carregador, passava beirando um mato. Para chegar na escola, tinha um sítio que era pasto. Às vezes, quando a gente chegava que não tinha gado para bater o capim, a gente chegava todo molhado na escola. Nós atravessávamos pasto com gado, às vezes levava muita carreira do gado e também passava um café para chegar na escola.

[...] e nós tínhamos que atravessar o pasto pra chegar no sítio que tinha uma escola. O proprietário se chamava Minegildo. A gente estudava lá. Essa escola ficava na estrada da União. Quando não tinha apoio e tinha que atravessar aquele pasto, a gente decidiu pegar uma enxada e abrir um trilho [...]. Um caminho, pra quando a gente passar não molhar os pés. Nossa vida era essa. No sítio tinha um senhor, a professora pedia. Falava assim: “Dá para o senhor tirar uma lenha pra gente?”. A escola ficava bem do lado da casa do proprietário. Então, quando era à tarde, ele pegava o machado e ia [...] lá no meio do pasto e rachava um monte de lenha, e [...] colocava na cantina pra gente. Os alunos chegavam primeiro e acendia o fogão a lenha [...] puxava água do poço. Quando a professora chegava o fogo estava aceso. Ela vinha de Kombi, passava por um carregador bem longo, era só café. Atendia a sala e ia preparando a merenda. Quando dava o horário, nós íamos lá puxar a água do poço de 60 metros pra lavar os pratos e as coisas todas. O governo mandava açúcar, macarrão, essas coisas assim, alimento seco, agora tempero não. A professora combinava: “amanhã vamos fazer uma sopa. Cícero, você vai trazer mandioca”; outro falava: “vou trazer uma abobrinha”, o outro [...] “vou trazer uma cebola”, “vou trazer um repolho”; e outro “um cheiro verde que na minha casa tem”. Quase todo mundo que morava lá tinha uma horta grande. Tinha repolho, tomate e pimentão. Alho a minha mãe plantava muito no meio do café. Tirava uma rua daquelas lá, estercava e plantava o alho. A gente levava pra escola. Levava com casca. Lá a gente ajudava a professora. Todo final de semana a gente tinha que lavar a escola, que era de assoalho. Quando era para puxar água do poço, aí ia todo mundo, com aqueles caldeirões grandes, às

vezes a gente até tropeçava e caía com aqueles baldes [...], não aguentava. Os meninos tiravam sarro e a professora ficava brava. A vida na roça era bem difícil (CÍCERO RODRIGUES DA SILVA, 12/05/2022).

O entrevistado nos leva a perceber a ausência do poder público em diferentes frentes na educação, mas, por outro lado, evidencia a força pujante de um coletivo rural se organizando para tornar real e aprazível o espaço escolar, aliando ensino-aprendizagem, cooperação na limpeza e preparo alimentar. Demonstra, assim, um professor polivalente, abraçando diferentes funções.

4.1.12 A EDUCAÇÃO FAZ PARCERIA COM O TRABALHO

As famílias fixadas no povoado de Santo Antônio, a partir de 1950, vão se preocupar com a educação escolar, quase três anos depois. Inicialmente, priorizaram a derrubada da mata e o cultivo da terra, relegando a educação a segundo plano. Somente no início de 1953 ocorreu mobilização social nesse sentido. No entanto, havia famílias que privavam seus filhos da educação, apresentando-lhes apenas o trabalho, enquanto outras conciliaram trabalho e estudo. Foram poucas famílias que incentivaram apenas a educação.

Segundo Cícero Rodrigues da Silva (12/05/2022), “eu estudava de manhã. Quando chegava em casa, meus pais já estavam trabalhando no café. Deixavam as coisas prontas, quando a gente chegava, almoçava e pegava o picuá e ia para a roça e só voltava cinco ou seis horas da tarde”, todos os dias. Algumas famílias procuravam conciliar o estudo dos filhos com o trabalho na agricultura e/ou empresarial. Em geral, os pequenos proprietários e arrendatários não disponibilizavam tempo aos filhos para estudar, enquanto os de famílias estabilizadas desfrutavam desse direito.

O que muda são as formas de trabalho. As crianças e os adolescentes trabalharam nas atividades domésticas, agrícolas e empresariais de suas respectivas famílias. Não havia uma idade consensual para a introdução dos filhos no trabalho no campo. Variava de família para família. A partir dos 7 anos, os filhos passavam a acompanhar os pais no trabalho rural, de acordo com a força e capacidade, evitando contratações de trabalhadores e, simultaneamente, ampliando a renda familiar.

Nesse sentido, Primo Rossato Neto (13/02/2022) afirma que os filhos de agricultores “eram utilizados como mão de obra nos serviços, nas lavouras e nas colheitas, principalmente”. Os empresários, donos de serrarias, também preparavam seus filhos para o trabalho na empresa. Adolescentes de 14 anos dirigiam caminhão, auxiliavam no

carregamento e no transporte de toras, madeira beneficiada e trabalhavam na serra (inclusive as mulheres). Ausentes da escola, aprenderam com o pai na prática do dia a dia.

Muitas vezes, o acesso à educação era garantido apenas aos menores. Mas também encontramos casos de filhos de famílias urbanas que trabalhavam por empreita na roça com o pai para ajudarem na renda familiar. Alternavam horários para revezarem no trabalho, os mais velhos estudavam à noite e os menores à tarde (trabalhando meio período).

Os estudos demonstram ainda que vários pais se faziam presentes na escola apenas para matricular os filhos, mas ficavam ausentes da vida estudantil – mal conheciam os(as) professores(as). No entanto, havia pais comprometidos e presentes.

Também se evidenciaram casos em que o acesso à escola foi uma escolha do indivíduo como alternativa para a emancipação econômica, social e cultural. Muitas pessoas, privadas de seus estudos na infância e na adolescência, o fizeram na fase adulta.

Nesse entendimento, destaca a moradora Ritinha Holanda Cavalcante (20/02/2022): “perdi o emprego, fui estudar. Não sabia ler nem escrever. Comecei no primeiro ano do Mobral, estudei o primeiro ano de admissão, o ginásio e o segundo grau. O curso técnico em contabilidade, fiz em São João do Caiuá”.

Muitas pessoas encontraram na educação a autonomia, a independência pessoal e a ascensão econômica. A educação garantiu-lhes acima de tudo, a emancipação cidadã.

4.1.13 O TEATRO NO CHÃO DA ESCOLA

O teatro surgiu no município de Santo Antônio do Caiuá na década de 1960, como iniciativa da escola, mas com a participação da comunidade. Os migrantes fizeram parte da formação do município e trouxeram na bagagem ricas experiências de seus estados, contribuindo para seu crescimento cultural, social, político e econômico.

Em 1960, Santo Antônio do Caiuá era distrito do município de São João do Caiuá, que estava em plena efervescência teatral desde 1959. Essa febre cultural viralizou e certamente contagiou o distrito santo-antoniense.

Segundo Galli (2013), nos anos de 1959 e 1960, o médico Cesar Baiocchi e sua esposa Josephina Desounet Baiocchi, com sua trupe, fizeram grande sucesso na capital curitibana. Segundo Dotti (*apud* GALLI, 2013), Baiocchi fundou e dirigiu o GETA – Grupo Experimental de Teatro –, que se apresentou no II Festival de Teatro Amador com

a peça de Pedro Bloch, “Morre um gato na China”, sendo inclusive premiado (DOTTI *apud* GALLI, 2013, 147).

O repertório do grupo experimental de teatro “Joãozinho anda pra trás de Lúcia Beneditte, “Amor proibido” de Cesar Baiocchi, “Carícia fatal” (adaptação feita por Cesar Baiocchi da peça “Ratos e Homens”) além de “Revista” e “shows” realizados com fins beneficentes (DOTTI *apud* GALLI, 2013, p. 146).

Em 1960, Josephina Desounet Baiocchi ocupava o cargo de Inspetora Auxiliar de Ensino no município, portanto não tinha como não propagar tal feito. Além do mais, os eventos teatrais em São João do Caiuá ocorriam também no cinema, sem contar que as pessoas se confabulavam, com isso, o espírito de dinamicidade espalhou-se, contagiando a educação e rompendo fronteiras.

Nesse espírito de dinamicidade em Santo Antônio do Caiuá, a professora de português Eliane Pimentel de Oliveira introduziu o teatro na escola como uma forma de expressão. Alunos de todas as séries do ginásio e membros da comunidade, a exemplo de Maria Xavier de Carvalho, Aparecida Amaral, Maria José Davanço, Dinoclecio Rosseto, Maria da Gloria Rossato Fernandes, Marlene Maria Carniel Silva, Osvaldo de Jesus da Purificação, Iraides Amaral, Belarmino Concatto, entre outros, deram impulso à arte de representar.

Maria da Gloria Rossato Fernandes e Maria José Davanço organizaram a peça teatral de Maria Clara Machado, “A bruxinha que era boa”, para o Dia das Mães. Nessa peça, “Belarmino fez o papel do Bruxo Belzebu III e Maria do Socorro a bruxinha boa, Dinoclecio era o Pedrinho e Maria Mota Ramos, a bruxinha má” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Evidencia Marlene Maria Carniel Silva (20/02/2022) que, na apresentação teatral da peça Chapeuzinho Vermelho, teve musicais e bailados: “eu realizei algumas apresentações com sanfona”, exaltando o talento musical. Eram comuns as apresentações em datas como Dia das Mães, Dia do Professor e Dia das Crianças.

Entre os anos de 1964 e 1966, a arte teatral alcançou o ápice no município. A partir daí, foi arrefecendo sua prática, em decorrência de muitos dos participantes darem continuidade aos estudos em outros municípios e, principalmente, em razão das responsabilidades profissionais e pessoais. Contudo, a ideia da ação cultural não morreu,

sendo canalizada nas escolas primárias (com participações eventuais dos alunos do ginásio), dinamicamente com diferentes vieses⁵⁶, até o início da década de 1970.

Segundo a entrevistada Maria da Gloria Rossato Fernandes (15/03/2022), “muitos de nós fomos estudar, eu e a Maria José Davanço queríamos fazer o normal regional [...]. Mas ficou um resquício dos aspectos engajado dos desfiles de trajes típicos. Nossos alunos representando os estados brasileiros, caracterizados”.

Ainda a mesma entrevistada alude que a professora Maria Orsi ensaiou e caracterizou os alunos da 3ª série primária para a apresentação do canto “Barquinhas de luz guiadas por Deus” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

Em incentivo à arte e à cultura, os professores usavam da criatividade para criar, decorar, improvisar e adaptar diferentes materiais e apresentações em favor da promoção intelectual de seus alunos e da comunidade local. Nesse sentido, o cinema e clube local eram insuficientes para abarcar novos talentos.

As atividades culturais eram uma forma de alunos e jovens locais evidenciarem seus talentos, tirarem o pequeno município da passividade e darem impulso à cultura local. Os filhos de agricultores e empresários locais não ficaram imbuídos nas suas práticas econômicas fechadas, assim como os trabalhadores, procuraram se abrir para a dinamicidade do mundo cultural dos grandes centros urbanos, inteirando-se e recriando-as em seu município, despertando novos olhares e saltos aos filhos da nova terra que agora se delineava com a efervescência populacional e econômica.

⁵⁶ Desfiles de trajes típicos, apresentações do Dia das Mães e do Dia das Crianças (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

5 SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ E SUAS CRENÇAS

As primeiras famílias de Santo Antônio do Caiuá são provenientes de vários estados brasileiros, imigrantes europeus e descendentes de asiáticos, africanos e indígenas. Na fase inicial do patrimônio até 1959, a maioria dessas famílias é praticante da religião católica. A partir dessa data, surgem os primeiros grupos pentecostais da Congregação no Brasil e Assembleia e Deus⁵⁷ e, no decorrer do processo, outras denominações religiosas, capelas católicas e praticantes de “religiões afrobrasileira” no município, não necessariamente nessa ordem em períodos distintos.

O município contemplou 10 templos religiosos⁵⁸ das quais tratar-se-á apenas das 4 primeiras em decorrência do recorte da pesquisa. No entanto, deve-se salientar que do conjunto dos templos, dois cessaram: a capela católica São Roque, no Piatrelli (posteriormente transferida para a vila de mesmo nome,) e a Igreja Internacional Terra Santa. Levantou-se ainda seguidores de Jeová desde 2021, que se reúnem no município de São João do Caiuá.

Indistintamente, surgem como igreja viva. Os católicos rezavam o terço em suas casas e nos vizinhos. Já os crentes se encontravam na residência de um irmão de fé. Os estudos mostram que a maioria dos praticantes das igrejas evangélicas no município são dissidentes do catolicismo e católicos não praticantes e/ou evangélicos que migraram de uma igreja evangélica para outra.

Há também registro de duas famílias luteranas: uma chegou em 1951 e a outra em 1967⁵⁹, e uma terceira budista em 1956, todas migraram para a Igreja Católica; e uma crente da Batista, em 1962, migra para a Assembleia de Deus; uma senhora benzedeira (1960) que se autodenomina Católica umbandista (1970).

Os templos religiosos católicos foram construídos pela própria comunidade em imóveis doados por instituição ou empresa. A área onde se encontra a Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua é resultado da doação da CMNP e a Capela Nossa Senhora auxiliadora

⁵⁷ “[...] primeiras igrejas pentecostais estabelecidas no país [...] denominadas clássicas [...] pioneiros históricos dessas denominações (MARIANO, 1999, p. 24).

⁵⁸ Capelinha Nossa Senhora Aparecida, 1952; Paróquia Santo Antônio de Pádua, 1954; Congregação Cristã no Brasil, 1959; Assembleia de Deus, 1960; Praticantes da Umbanda, 1970; Capela São Roque 1980, no Piatrelli, estrada para Inajá, transferida para Vila São Roque, na sede do município pelo pároco João Batista Monteiro, 1983/1990; Igreja evangélica Só o Senhor é Deus, 1994; Assembleia de Deus Missão; Assembleia de Deus Madureira Pentecostal, 2015; Igreja Internacional Terra Santa, 2013/2020. Encontram-se seguidores da Igreja Testemunho de Jeová no município desde 2001, mas em decorrência da ausência de templo religioso no município, os fiéis frequentam o Salão do Reino, em São João do Caiuá.

⁵⁹ Roberto Arnold Stachovski e a sua esposa Jhanna Ida Stachovski são imigrantes alemães (OSMAR STACHOVSKI, 12/02/2022).

muitas [...] pessoas que vieram do Rio Grande do Sul, o Carniel, meu pai Germano Concatto e Orlando Silocki, trabalharam também na construção”.

Figura 93 – Construção da capela Santo Antônio



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1954.

A imagem demonstra um cenário de desmatamento. Ao fundo, a velha mata viva em processo de derrubada. Quinze pessoas posam para a foto, 14 trabalhando na construção da igreja e no barracão na lateral direita. Ainda há um motorista sentado no capô do caminhão, este pertencente à serraria.

O conjunto dos entrevistados reafirma que a igreja foi construída por moradores do lugar, com exceção dos carpinteiros mestres, que foram contratados.

A imagem é uma representação da transformação do espaço urbano no patrimônio santo-antoniense congelado pelo fotógrafo no início da colonização do lugar.

A pesquisadora Zeny Rosendahl em seus estudos em religiões, destaca sobre os espaços e hierarquização de poder da Igreja Católica Apostólica Romana:

Reconhecemos três níveis políticos-administrativos hierárquicos de gestão do sagrado: o primeiro situa-se na sede oficial do Vaticano; o segundo e o terceiro são, respectivamente, a diocese e a paróquia. Em cada um desses territórios, a gestão administrativa da Igreja Católica corresponde ao poder na hierarquia territorial: os sacerdotes têm jurisdição sobre a paróquia; os bispos sobre a dioceses; os arcebispos, sobre as arquidioceses; e o papa sobre todas as unidades territoriais. É claro que a relação não é perfeita (ROSENDAHL, 2012, p. 52).

A capela está sob a responsabilidade da paróquia São João Batista⁶², centrada no município de São João do Caiuá que, por sua vez, responde à diocese de Maringá,.

⁶² Nasce como capela São João, em 1953 (ATA DO LIVRO TOMBO DA IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA, 1959).

Portanto, o pároco desse município se deslocava ao patrimônio de Santo Antônio do Caiuá para atender à capela Santo Antônio, na sede do povoado.

A Arquidiocese de Maringá (2022) evidencia que, com a posse do primeiro bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, no dia 3 de dezembro de 1956, foram abrangidos 24 municípios, composto de 15 paróquias⁶³, administradas por 29 padres.

Doze anos depois, em decorrência do vasto território, em 15 de março de 1968, foi criada oficialmente a diocese de Paranavaí, desmembrada de Maringá, com Dom Benjamin de Sousa Gomes presidindo o primeiro bispado, no dia 7 de julho do ano em curso (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2022).

Corroborando Rosendahl (2012, p. 138), a decisão “para a implantação de um território religioso com gestão católica esteve em evidência, no [...] Paraná, em municípios de forte centralidade, que exercesse função econômica, política e cultural.

Destaca a entrevistada Ana Lúcia Concatto (17/05/2022) que, quando o bispo D. Jaime vinha para a crisma em Santo Antônio, “ele ficava lá na casa da mãe [Vilma Emílio Concatto]”. Ainda nessa direção, corrobora Elvira Concatto (15/05/2022): “geralmente era uma noite e um dia. Minha mãe oferecia cama e comida”. Ressalta, ainda, que “outras pessoas também disponibilizavam casa e alimento a quem viesse. O Carniel, o Rossato o Zé Neves também”. Afirma a mesma entrevistada: “os missionários que vinham pregar as missões, hospedaram na nossa casa” (ELVIRA CONCATTO, 15/05/2022).

Os relatos demonstram a preocupação dos moradores em receber bem o bispo e sua comitiva religiosa, bem como hospedá-los e alimentá-los. A comunidade se revezava no acolhimento às autoridades religiosas.

A entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) relata: “eu fui professora e catequista no Porto São João. Preparei 20 crianças e, como também era costureira, fiz o vestido branco de oito meninas para o dia da primeira comunhão”. A “professora Zaida Nélia Feyh preparou as crianças para a primeira comunhão e o padre Marcos Alija Ramos celebrou a missa. Isso foi no ano de 1956, em Santo Antônio do Caiuá, às 9h da manhã” (MARIA DA GLORIA ROSSATO FERNANDES, 15/03/2022).

⁶³ Catedral São José Operário, em Maringá, Alto Paraná, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Loanda, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, São João do Caiuá e Tamboara; recém-criada, Terra Rica aguardava instalação (ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ, 2022).

Figura 94 – Capela Santo Antônio

Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotografia desconhecido. Ano: 1956.

Com base na imagem acima e na análise do depoimento dos(as) entrevistados(as), vemos a participação das mulheres na formação religiosa dos pré-adolescentes no período da colonização. Mulheres esclarecidas, trabalhadoras assalariadas, que exerciam função social e religiosa no patrimônio e também na área rural. Período este, segundo os estudos, em que predominavam apenas católicos no lugar.

Tabela 14 – Crismados em Santo Antônio do Caiuá

Ano	Nome da capela	Número de crismados
27/06/1959	Capela de Santo Antônio do Caiuá	415
09/03/1965	Capela Nossa Senhora Auxiliadora	184
13/03/1965	Capela de Santo Antônio do Caiuá	558
	Total	1.157

Fonte: ATA DA IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA, DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ, 1959/1965.
Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

A capela de madeira funcionou por mais de uma década. Mas, na noite de 13 de março de 1965, pegou fogo após festejos. Segundo o Livro Tombo da Paróquia São João Batista, de São João do Caiuá, a qual a Capela Santo Antônio pertencia registra:

Na noite de 13 para 14, após as festas em Santo Antônio do Caiuá, violento incêndio destruiu o barracão de festa e a capela local. O fogo partiu do forno do barracão, e na madrugada do dia 14, tudo estava destruído. Da capela salvou-se pouca coisa. Arregimenta-se agora os fiéis para a construção de nova igreja (ATA DA 3ª VISITA PASTORAL DE DOM JAIME COELHO, 1965, p. 30).

O padre Jorge Martin, estabelecido na paróquia São João Batista, questionou a origem do fogo, o que também o fazem os fiéis do lugar. O referido vigário propôs, então, a construção da nova igreja agora em alvenaria.

Segundo a Ata da Igreja São João Batista, São João do Caiuá (1966, p. 31), “Com a boa vontade do povo começamos outra capela de material, de 26 metros de comprimento

por 12 de largura e conseguimos fazer a parede e cobrir esta capela. A primeira missa será realizada dia 12 de julho de 1966”.

Infelizmente, 17 dias após a missa inaugural, em 30 de julho de 1966, a nova capela pegou fogo novamente, perdendo parte de seus bens.

No mês de julho, na noite do dia 30, queimou a nossa casa – as dependências, o motor enfim quase a totalidade dos bens da paróquia. Felizmente temos agora uma outra casa, desta vez de material. No mês de outubro fizemos a sala de festa e as barracas (ATA LIVRO TOMBO DA IGREJA SÃO JOÃO BATISTA, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, 1966, p. 31).

A reincidência do acontecimento catastrófico uniu novamente a comunidade para a reconstrução do templo religioso e a instalação dos mobiliários. Os padres nominados na tabela abaixo atenderam Santo Antônio do Caiuá de 1955 a 1969.

Tabela 15 – Párocos da paróquia São João Batista

Nº	Nome do padre	Posse e cessação na paróquia
1	Pe. Marcos Alija Ramos	1955 a 06/04/1957
2	Pe. Tadeu Winzikroski	05/01/1958 a 1960
3	Pe. Ângelo Rotondi	14/08/1960 a 1964
4	Pe. Jorge Martin	05/07/1964 a 1968
5	Pe. João Antônio Amâncio da Costa Neves	28/04/1968 a 20/07/1969
6	Pe. Ladislau Musial	22/07/1969 a 1973

Fonte: LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. Ano: 1955. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Em 1969, Santo Antônio do Caiuá recebeu oficialmente o primeiro vigário:

O Bispo Dom Benjamim de Souza Gomes decidiu enviar para Santo Antônio do Caiuá o Padre Ladislau Musial na qualidade de vigário auxiliar da Paróquia de São João do Caiuá, com residência naquela localidade. Atenderia também as Capelas de Nossa Senhora Auxiliadora e São Roque, como a fazenda União (ATA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ RECEBE PADRE, FUTURO VIGÁRIO, 1969, p. 10).

No dia 7 de novembro de 1970, o bispo diocesano Dom Benjamim de Souza Gomes decretou oficialmente a criação da paróquia Santo Antônio de Pádua, no exercício religioso desempenhado pelo pároco David Reichert no município.

HAVEMOS por bem desmembrar da paróquia de São João do Caiuá o município de Santo Antônio do Caiuá, e pelo presente decreto erigimos canonicamente e instituímos uma Nova Paróquia, nesta Diocese de Paranavaí, amovível, denominada: - SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, de acordo com o Canon 454, a que terá por limites os mesmos limites do território civil do município do mesmo nome, para efeito de jurisdição eclesial.

CONCEDEMOS à Igreja em que funcionará a MATRIZ todos os direitos das Igrejas Matrizes das paróquias, podendo ter sacrário que conserve o Augustíssimo Sacramento do Altar, com as necessárias seguranças e a devida descendência, com lâmpada (de óleo vegetal ou elétrico) continuamente acesa. Pia batismal, livros de Batizados, Casamento (em duplicata), Crisma, óbito e do TOMBO. Gozará de todos os direitos, honras e distinções de uma Igreja Paroquial. SERÁ PADROEIRO da nossa Paróquia SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, cuja festa será celebrada, quando possível, a treze (13) de junho, com pompa e esplendor litúrgico. Procure-se dotar a igreja e, se possível também as apelas das alfaias para o culto, e das festas que se realizarem depois de construídas a Igreja Matriz e a casa paroquial, se reserve sempre uma importância para a construção do patrimônio da Paróquia para a manutenção do Vigário e promoção dos serviços pastorais (DIOCESANA, 1970, destaques do documento).

Salienta Rosendahl (2012, p. 53), “a igreja readapta sua organização espacial interna ao crescimento urbano, ao surgimento de novos bairros à diminuição da população rural”. A mesma autora reitera que, a paróquia é um lugar simbólico no qual seus paroquianos desenvolvem uma forte identidade religiosa. A paróquia se destaca como um espaço território importante na vida das comunidades locais (ROSEND AHL, 2012).

A paróquia, elemento do catolicismo institucional brasileiro, tornou-se expressiva no século XIX. Nos séculos anteriores existiram fundações esparsas pelo território, com algumas concentrações litorâneas (BARTHOLO, 2000).

O padre desempenha ação de suma relevância junto a sua comunidade de jurisdição religiosa. Nunes (2011) afiança que, o celebrante ocupa posição de relevo no ritual eucarístico, como mediador entre o fiel e o santo de devoção.

Entre os anos de 1969 e 2022, foram empossados 23 padres na paróquia. Apresentamos, na sequência, a tabela com o nome dos que se sucederam com a edificação da capela Santo Antônio, posteriormente nominada Paróquia Santo Antônio de Pádua.

Tabela 16 – Párocos da Paróquia Santo Antônio de Pádua

Nº	Nome do padre	Posse e cessão na paróquia
1	Pe. Ladislau Musial	18/01/1969 a 11/08/1969
2	Pe. David Reichert	14/09/1969 a 12/09/1971
3	Pe. Guilherme Langesiepen	10/10/1971 a 30/03/1975
4	Pe. Ladislau Musial	21/04/1972
5	Pe. Antônio Ferraz	26/08/1973 a 02/12/1973
6	Pe. Gim Cecchin	13/04/1975 a 28/03/1976
7	Pe. Roque Bosso	11/04/1976 a 10/10/1976
8	Pe. Mathias Eugenio Henz	14/11/1976 a 29/06/1978
9	Pe. José Edwin Kalsing	29/07/1978 a 18/12/1981
10	Pe. Alípio Máximo	27/11/1981 a 19/12/1982
11	Pe. João Batista Monteiro	02/01/1983 a 02/09/1984

12	Pe. Francisco Antônio de Souza	04/11/1984 a 24/08/1988
13	Pe. Milton Berça da Silva	11/09/1988 a 10/12/1988
14	Pe. Alípio Máximo	24/12/1988 a 25/03/1989
15	Pe. Luíz Carlos dos Santos	25/03/1989 a 24/03/1990
16	Pe. Settimo Giacobbo	01/04/1990 a 09/07/1991
17	Pe. José Alves Bezerra	14/07/1991 a 04/10/1992
18	Pe. José Carlos Ferreira de Carvalho	22/11/1992 a 27/05/2021
19	Pe. Silvio César Pereira	08/07/2001 a 03/02/2016
20	Pe. Elfren Soares do Nascimento	12/04/2016 a 31/03/2019
21	Pe. Romildo Neves Pereira	08/04/2019 a 31/12/2019
22	Pe. Gustavo Paulo da Silva	01/01/2020 a 31/12/2020
23	Pe. Rodrigo de Carvalho	08/12/2020 a 17/02/2023
24	Pe. José Bezerra da Silva	18/02/2023 (em exercício)

Fonte: PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA. Local: Santo Antônio do Caiuá, PR. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

A Paróquia Santo Antônio de Pádua contou com a colaboração dos fiéis, estes exercendo diferentes funções na instituição (catequistas, liturgia, equipe de canto, ministros, diáconos, coroinhas), colaborando com o dízimo e participando nos eventos, bem como das celebrações.

Tabela 17 – Ministros da Paróquia Santo Antônio de Pádua

Nº	Nome dos ministros
1	Antônio Romanim (<i>in memoriam</i>)
2	Manuel Alves Feitosa (<i>in memoriam</i>)
3	José Pedro Pires (<i>in memoriam</i>)
4	Manuel Becher de Araújo (<i>in memoriam</i>)
5	Lurdes Barreto da Silva
6	Hebe Tibério Teixeira Rezende (<i>in memoriam</i>)
7	Salvador Vieira de Souza (Doca) – <i>in memoriam</i>
8	Aquiles Afonso de Oliveira
9	Edmilson Feitosa
10	Sandra Romanim
11	Ana Barbosa
12	Luiza Azevedo
13	Ancelmo Azevedo
14	Maria Antal
15	Raimunda Ciríaco
16	Luiz Melato

Fonte: Conjunto das entrevistas. Organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

As residências católicas geralmente tinham o santo de devoção ou vários santos em quadro na parede, em pequenas esculturas em altar improvisado, em lugar reservado da casa. Algumas famílias tinham oratório com vários santos, e nesses lugares realizavam suas orações e faziam seus pedidos. Ocorriam procissões, vindas de vários lugares do município, em caminhões, e se encontravam próximo ao Concatto (entre a entrada para Inajá e a Paranapanema), e de lá seguiam a pé até a igreja Santo Antônio de Pádua.

Segundo a entrevistada Vanda Alves da Conceição:

Ensaiei muitas crianças, vários cantos religiosos em Santo Antônio do Caiuá, para homenagear Maria. Preparamos uma construção de madeira em forma de pirâmide bem alta, com vários degraus. Nossa Senhora Aparecida ficou no centro, na parte mais elevada da construção, e as crianças todas vestidas de anjo foram colocadas na frente e do lado. As crianças entoaram vários cantos a Maria. Nesse dia comparecia muita gente (VANDA ALVES DA CONCEIÇÃO, 28/03/2022).

Na sexta-feira da Paixão de Cristo, várias famílias preparavam um pequeno altar do lado de fora, na frente de suas residências. À noite, na avenida São João, quando a procissão passava, algumas dessas casas eram previamente definidas como ponto de parada e oração. Nas 14 estações, a comunidade rezava, e Vanda Alves da Conceição, caracterizada de Verônica, cantava.

Era comum a procissão de Santo Antônio e também de Nossa Senhora Aparecida com a participação dos devotos pelas principais ruas do patrimônio.

Figura 95 – Procissão de Santo Antônio



Fonte: acervo MENDONÇA, R. C. S. Procissão de Santo Antônio. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR. Identificada com o número 1 na foto: Matildes Ciriaco de Carvalho. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1956.

Figura 96 – Bispo D. Jaime Luiz Coelho em visita à capela Santo Antônio



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S. Visita do bispo da Diocese de Maringá Dom Jaime Luiz Coelho ao município. Local: Santo Antônio do Caiuá/. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1965.

Figura 97 – Pe. David Reichert na procissão de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Acervo MENDONÇA, R. C. S. Local: Procissão à Nossa Senhora Aparecida, realizada pelo Pe. David Reichert. Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo desconhecido. Ano: 1970.

5.2 CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA NA VILA XAVIER

“Abraão, aqui você constrói a Igreja” (ANTÔNIO ZATTERA, 1960).

“A igreja tinha a nossa cara” (LIANA TEREZINHA VIAL, 2022).

No terreno cedido pelo bispo Dom Antônio Zattera, do Rio Grande do Sul, a comunidade local contribuiu para a construção da capela Nossa Senhora Auxiliadora, no Porto Angelim. Nesse contexto, evidencia a entrevistada Liana Terezinha Vial (27/03/2022), a comunidade realizou uma festa com ampla divulgação em “Santo Antônio do Caiuá, Paranaíba, Nova Esperança, Alto Paraná, São João do Caiuá e Inajá”. O evento garantiu o retorno econômico para a construção do templo religioso.

O contrato particular para a construção da igreja foi assinado entre os contratantes,

irmãos Vial, e o carpinteiro, em São João do Caiuá, no dia 15 de março de 1961, pelo valor de CR\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros), com prazo de 120 dias, contados a partir da assinatura do contrato, especificando que:

Contratado Snr. Francisco Dias se obriga a construir uma igreja no lote nº 169 A, da Gleba Paranapanema de Propriedade do Bispo Dom Antônio Zattera, com 72 mts² (setenta e dois metros quadrados) com a altura de 4 metros e uma torre com três metros acima do corpo da igreja atingindo três metros da altura da cumeeira, o alicerce será de tijolos ou seja de alvenaria, as paredes internas: as paredes deverão ser construídas com parede dupla de tábuas de pinho beneficiada, as janelas deverão ser de caixilhos tipo vitraux em número de dez (10), sendo seis (6) na nave da Igreja, duas (2) na sacristia e duas (2) na frente e três (3) janelas de veneziana na torre; a forro deverá ser sextavado ou arredondado; um altar que deverá obedecer a orientação a ser dada pelos contratantes (CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DA CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, 1961, p. 1).

Figura 98 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 1961



Reconstituição externa com base em fotografias e imagens parciais das famílias Xavier e Vial; Reconstituição por Rivelino Proença Motta Costa a partir das fontes citadas e esboço de Liana Terezinha Vial e Rosângela Carvalho dos Santos. Programa: Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

Figura 99 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora (interna)



A produção é uma reconstituição interna com base em fotografias e imagens parciais da família Xavier e da família Vial, além do contrato efetivado entre Abraão e Ernesto Vial com o carpinteiro Francisco Dias e relato de moradores e ex-moradores. A reconstituição é representada por Rivelino Proença Motta Costa a partir das fontes citadas e esboço de Liana Terezinha Vial e Rosângela Carvalho dos Santos. Programa: Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

Pelo sino de bronze, pesando 106 quilos, foi pago o valor de CR\$ 84.800,00, adquirido da empresa Irmãos Bellini & CIA. LTDA., no município de Canoas, Rio Grande do Sul, em 4 de outubro de 1966. Ele foi transportado até o município pela empresa Serval S.A., de Porto Alegre, e instalado no mesmo ano, na torre da referida capela (IRMÃOS BELLINI & CIA. LTDA.,1966).

Em decorrência dessa iniciativa, a comunidade católica local, no final do primeiro semestre de 1961, reuniu na capela Nossa Senhora Auxiliadora para rezar. Na semana anterior, tiveram início os preparativos. Os irmãos Vial coordenaram a festa. Os moradores, homens e mulheres, pediram prendas por vários dias na vizinhança (sítios e fazendas, entre elas União, São Cristóvão e outras, a pé, a cavalo e de carroça). Os homens construíram a valeta para assados e uma barraca meia-água comprida, onde vendia-se bolo, bolacha, doce, churrasco, refrigerante e cerveja. Manuel Becher de Araújo (popular Mané Gaúcho) ficou encarregado de assar o churrasco no espeto (bovino, suíno, galináceo e pato). O gaúcho tinha grande habilidade na arte de assado. Veio muita gente! Logo após a missa inaugural, iniciou-se a festa. Em 1962, o fazendeiro Evaristo Versales doou para a capela a imagem de Nossa Senhora Auxiliadora. “Vinha um padre, uma vez por mês de São João do Caiuá, para celebrar a missa na capela” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

O primeiro presidente foi meu pai Abrahão Vial, exercendo a função por 13 anos. A minha mãe Anna Elly Vial realizava a limpeza, lavava as toalhas e preparava o altar. Em geral, os padres e bispos, quando celebravam a missa na Vila Xavier, se hospedavam na nossa casa (LIANA TEREZINHA VIAL, 27/03/2022).

A declaração, assinada no tabelionato Chaves, em Santo Antônio do Caiuá, no dia 19 de novembro de 1970, destaca:

Pelo presente e na melhor forma do direito, Valdemar Cicutti e sua mulher dona Luiza Rosa da Silva Cicutti, brasileiros, casados, ele do comércio, ela do lar, residentes e domiciliados nesta cidade de Santo Antônio do Caiuá, Estado do Paraná, DECLARAM, para que se produzam todos os efeitos legais de direitos, que nesta data venderam à CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, da Vila Paranapanema, neste município, o lote de terras sob nº. 169/A-1, parte do lote 169 A, com área de 975,00mts² (novecentos e setenta e cinco metros quadrados), situado neste município de Santo Antônio do Caiuá, Estado do Paraná, pelo preço certo e ajustado de CR\$. 200,00 (duzentos cruzeiros) [...] em moeda corrente [...]. Declaram ainda que, em virtude da transação acima mencionada, fica sem nenhum efeito ou validade, a declaração firmada entre Abrahão Vial e sua mulher dona Anna Elly Vial e o ora vendedor, da qual o sr. Valdemar Cicutti tornava-se dono e legítimo proprietário do imóvel acima, devendo a escritura do referido terreno ser

outorgada em nome da CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA (TABELIONATO CHAVES, 1970, p. 1, grifos do autor).

A declaração evidencia que Valdemar Cicutti vendeu o terreno, do qual a cota parte acima citada era proprietário, para a capela Nossa Senhora Auxiliadora.

Não foi encontrado nenhum registro de missa inaugural nos arquivos da Paróquia de São João Batista de São João Caiuá e na Paróquia Santo Antônio de Pádua, em Santo Antônio do Caiuá. Segundo o pároco em exercício na igreja São João Batista, Sergio Aparecido Mozzer, muitos registros se perderam, enquanto a segunda pegou fogo duas vezes. Mas, em observância à relação de padres que atenderam à Paróquia de São João do Caiuá, que cuidava das capelas de Santo Antônio do Caiuá, os padres em exercício, Angel Rotondi (1960-1964), José Martim (1964-1968), João Amâncio da Costa Neves (1968-1969) e Ladislau Nusial (18/01/1969 a 11/08/1969), presidiram missa na capela Nossa Senhora Auxiliadora.

De acordo com o primeiro documento encontrado na Paróquia São João Batista, o padre “Ladislau Musial” atendia às capelas de Santo Antônio do Caiuá, entre elas, a Nossa Senhora Auxiliadora (ATA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ RECEBE PADRE, FUTURO VIGÁRIO, 1969, p. 10).

No mesmo Livro Tombo da Igreja Matriz São João Batista, consta uma relação das visitas do bispo Dom Jaime Luís Coelho a várias capelas; entre elas, ressalta o registro, em março de 1966, no “dia 11, ocorreu missa na Capela Nossa Senhora Auxiliadora (Paranapanema) e foram [...] 184 crismas fieis e às 20 horas ocorreu Conferência para as moças. Também houve grande comparecimento” (ATA DA 3º VISITA PASTORAL DOM JAIME LUÍS COELHO, 1966, p. 29).

5.2.1 A capela perde as características originais

A capela Nossa Senhora Auxiliadora apresenta uma característica interna trazida pelos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul. Assim como a capela Santo Antônio era forrada internamente, a famosa parede dupla, a da Vila Xavier também.

Em 1987, em decorrência do apodrecimento das paredes externas, a igreja passou por uma reforma e ganhou ampliação na parte esquerda. A antiga madeira foi substituída por alvenaria, e os pedreiros mantiveram o formato externo original, embora a característica interna (parede dupla forrada) tenha desaparecido.

O padre João Batista Monteiro recebeu uma verba da Alemanha, em 1983, e

realizou uma reforma parcial na capela Nossa Senhora Auxiliadora, substituindo a madeira por alvenaria. Demoliu a fachada, retirando a área na entrada, a torre e o sino da parte frontal (no centro da construção) e o mezanino interno. Refez apenas a fachada, eliminou a área, não restabeleceu o mezanino, instalou o sino na lateral da capela e construiu um barracão no fundo do terreno para festas. A reforma alterou as características originais da igreja: a área na entrada da capela, além da torre e o mezanino na parte superior da porta de entrada, com acesso pela escada lateral, onde cantava o coral, e a parede dupla deixaram de existir.

Figura 100 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 1997



Fonte: Fotografia: MENDONÇA. R. C. S., 2018. A igreja Nossa Senhora Auxiliadora, com a reforma de 1997, foi reedificada em alvenaria e ganhou um puxado na lateral esquerda, modificando totalmente a característica original. Local: Estrada Paranapanema, lote 169 A, Vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR.

No exercício da função, o padre José Carlos Ferreira de Carvalho, entre os anos de 1996 e 1997, e os moradores do lugar arrecadaram fundos para efetivar a reforma da igreja, substituindo o restante da velha construção de peroba de parede dupla pela alvenaria (LIVRO DE CONTABILIDADE DA CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA, 1997).

Figura 101 – Capela Nossa Senhora Auxiliadora



Fonte: Fotografia: Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Data: 2021. Em 2001, a capela Nossa Senhora passou por nova reforma, com o pároco Rodrigo de Carvalho, perdendo o puxado à esquerda, voltando ao antigo tamanho. Também ganhou dois banheiros do lado esquerdo, separados do corpo da igreja. Local: Estrada Paranapanema, lote 169A, Vila Xavier, Santo Antônio do Caiuá/PR.

5.2.2 Divergências entre padre e comunidade afasta fieis na Vila Xavier

Em 1969, o padre David Reichert convocou uma reunião com a comissão de finanças da igreja. A reunião em pauta tratava da doação do caixa da igreja local para a capela Santo Antônio. Contudo, a comissão da Vila Xavier não aceitou. Teve início, então, uma indisposição, por questões econômicas, dos representantes da comunidade com o padre (VALDIR FRIGO, 15/02/2022). Depois, isso se afunilaria para questões políticas.

Essa indisposição agravou-se no ano em curso, quando o pároco entrou em divergência com Tranquilo Zortéa, candidato à vereança pelo MDB no município. Durante a missa na comunidade, “o padre chamou o povo do lugar de peteba. Tranquilo não gostou”. O padre, sujeito fervoroso, “era da Arena, partido da oposição, e participava dos comícios na Vila Xavier. Descia da condução antes de chegar ao lugar, prosseguia o percurso, a pé e descalço, até o palanque da Arena, com Nossa Senhora nas mãos” (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

Nesse mesmo ano, as divergências políticas se acirraram na comunidade, e o padre “se dirigiu à Vila Xavier acompanhado de outras pessoas, num domingo, após as quinze horas da tarde, e atravessaram duas ripas cruzadas na porta da igreja, fechando-a a prego”. O “povo observou de longe, sem entender” a conduta arbitrária do padre (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Tal ato deixou a comunidade local indignada, que passou a frequentar a missa em cidades vizinhas, enquanto outras pessoas deixaram de frequentar a igreja por um longo período. O referido padre não soube respeitar as diferentes posições políticas dos fiéis, fazendo provocações, medindo forças com o povo. Tomou uma medida extrema, fechando um templo religioso sagrado, construído pela comunidade, onde ele chegou depois.

Destaca Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022) que, após as eleições, em uma carreata política à Vila Xavier, antes de chegar ao centro do povoado, “as pessoas desceram das conduções, seguindo o restante do percurso a pé, em procissão até a capela. Durante o trajeto, os opositores do candidato eleito Ademário Carlos Ferreira e os que se indispuseram com o padre foram integrando a procissão”. Foi um momento de comoção para os moradores, que esqueceram as divergências por um momento, aderindo ao ato religioso. “Eles reabriram a igreja, rezaram a missa e foram para suas casas em silêncio” (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Os relatos demonstram que nem sempre as relações dessa comunidade religiosa rural foram harmoniosas com a pároco. Ocorreram conflitos e tensões em que os fieis buscaram ser ouvidos e respeitados seja por divergências políticas e econômicas entre outras.

Anos mais tarde, “doente em Santa Catarina, o padre solicitou a presença de algumas famílias santo-antoniense, que assim o fizeram, e o padre formalizou o pedido de perdão pelos seus atos no município” (VALDIR FRIGO, 15/02/2022).

5.3 CAPELINHA NOSSA SENHORA APARECIDA

5.3.1 Edificação do antigo morador no início da década de 1950

“Nossa Senhora Aparecida é minha mãe protetora” (IZAIAS BARRETO CARDOSO, 2022).

A capela Nossa Senhora Aparecida, primeiro templo religioso católico do município, foi construída por uma família gaúcha no início da década de 1950, em propriedade particular, hoje com mais de 70 anos de existência, ainda situada no mesmo endereço.

Segundo a entrevistada Matildes Carvalho dos Santos (25/01/2022), a primeira igreja do município de Santo Antônio do Caiuá surgiu no início do povoamento, quando ainda era patrimônio, em 1952, no lote 182, de propriedade do gaúcho Miguel Bernardo Costa, e construída pelo arrendatário Pedro, popularmente conhecido no período, “Pedro Mãozinha”.

Figura 102 – Capelinha Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Acervo de Izaias Barreto Cardoso. Edificada em 1952, desabou em 1994. Local: Gleba e estrada do Paranapanema, lote 182, Santo Antônio do Caiuá/PR. Fotógrafo: Izaias Barreto Cardoso. Ano: 1990.

Em observância à fotografia acima, ao medir a largura de uma tábua em casa de madeira, contou-se as tábuas da capela na imagem, efetivado o cálculo, conclui-se que a pequena capela tinha aproximadamente 3m de largura x 5m de comprimento, compondo uma área de 15 m², em peroba. A construção de madeira encontrou-se em estado natural até o início da década de 1960 do século passado, construída em duas águas, coberta de telha, assolhada, uma porta de entrada e uma janela. A construção exhibe no centro da parte externa frontal uma cruz de madeira, e internamente contemplava um pequeno “altar com a imagem de Nossa Senhora Aparecida” (IZAIAS BARRETO CARDOSO, 14/02/2022).

Assim descreve a antiga moradora do lugar na segunda metade da década de 1950 do século passado:

Na beira da estrada do Paranapanema, em direção ao Porto São João, divisa com Teodoro Sampaio, São Paulo. O primeiro morador Pedro Mãozinha construiu uma capelinha de madeira, na sua cor natural, duas águas, sem forro e com assoalho. Uma vez por semana, às seis horas da tarde, os moradores iam até o lugar para rezar o terço. Uns iam a cavalo, outros a pé. Era tudo muito rápido. Os vizinhos chegavam, conversavam um pouco e logo uma senhora ou senhor iniciava o terço. Como a capelinha era muito pequena e tinha muita gente, grande parte participava do terço pelo lado de fora, tomando também parte da estrada, e logo após a oração todos voltavam para as suas propriedades. A comunidade fazia procissão nos dias santos, saíam de frente da propriedade do meu pai [José Xavier de Carvalho], rezando até a capelinha. Conforme a procissão ia seguindo, os moradores a acompanhavam (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

A família Barreto Cardoso, proveniente da cidade sergipana de Ribeirópolis, chegou ao município no início de 1960. Relata Izaias Barreto Cardoso (14/02/2022): “em 1963, o Gaúcho Darcy José Baldasso vende a propriedade para meus pais Manuel Cardoso da Silva e Maria de Lourdes Barreto da Silva”. O mesmo entrevistado explica que, quando chegaram: “a imagem de Nossa Senhora Aparecida já estava lá, na antiga capelinha de madeira, por isso o nome da capela”. Ainda evidencia que “todos os anos quando pintávamos nossa casa, pintávamos também a capela”.

A família Cardoso descende de católicos devotos de Nossa Senhora Aparecida. O filho Izaias nasceu no dia 12 de outubro e tem a santa como “mãe protetora” (IZAIAS BARRETO CARDOSO, 14/02/2022).

Complementa o entrevistado:

A capela tinha um altar de madeira, [...] coloquei cadeiras. Lá não tinha missa, tinha terço com mais frequência na quaresma. Também ocorria uma procissão todo ano, na Sexta-Feira da Paixão, que saía da capela até a Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua. A Santa ia num andor carregado pelos homens e todos rezando até Santo Antônio Caiuá. Saía às 17 h, chegando em Santo Antônio

do Caiuá à noitinha. Depois de assistir à Paixão de Cristo, todos voltavam a pé pra casa, de madrugada (IZAIAS BARRETO CARDOSO, 14/02/2022).

No início de 1994, com o alargamento da estrada Paranapanema, realizado pelo poder público municipal⁶⁴ constituído, a velha capela ruiu. No mesmo ano, meses depois, a família Cardoso reconstruiu o pequeno templo, agora em alvenaria, a 7 metros a contar da cerca de arame (beirando a estrada) para dentro da propriedade. O templo foi reconstruído na mesma posição da anterior, porém menor.

Figura 103 – Nova Capela Nossa Senhora Aparecida, em alvenaria



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Capela Nossa Senhora Aparecida. Reedificada em alvenaria, em 1994. Local: Gleba e estrada do Paranapanema, lote 182, Santo Antônio do Caiuá/PR.

A nova capelinha de alvenaria tem 2,34 metros de altura e 2,87 metros de comprimento por 2,87 metros de largura, com 2 janelas laterais de 98 cm de altura por 97 cm de largura, ladrilhada e forrada, com apenas uma porta de entrada e saída. A edificação é contornada com calçamento rústica de cimento.

A construção da pequena capela evidencia a preocupação do seu morador em reestabelecer no mesmo espaço o templo religioso da santa de sua devoção no imóvel rural. Ao praticar o ato, preserva o templo religioso mais antigo do município segundo a memória de seus antigos moradores e simultaneamente contribui para a preservação da história local.

5.4 OUTRAS CAPELAS EM PROPRIEDADES RURAIS

⁶⁴ Gestão 1993-1996. O prefeito Arnaldo Rossato, atendendo à solicitação dos proprietários de terra e da EMATER, PR, refaz a estrada que liga Santo Antônio do Caiuá à Vila Xavier para fluir melhor o tráfego e constrói caixas de contenção de água da chuva, nas laterais da estrada, em combate à erosão e para conservar o solo.

Em Santo Antônio do Caiuá, havia outras capelas em sítios e fazendas: na estrada do Piastrelli, lote 148, propriedade de Natal Piastrelli – Capela São Roque; há referência na ata da Paróquia São João Batista de atendimento religioso na fazenda União, embora não mencione nenhum nome de capela no lugar. Nessa propriedade não há qualquer menção entre os entrevistados da existência de capela católica, no entanto, ocorre relato de cultos em sala de aula e também ao ar livre por crentes da Congregação Cristã no Brasil conforme depoimento de Antônio dos Santos Sobrinho⁶⁵.

Também há relatos, entre os entrevistados, de que os arrendatários em colônias nas fazendas se reuniam para rezar o terço e fazer procissões. Em entrevista, Ivany Cavali Vicente (15/02/2022), mineira de Guaranésia, estabelecida na fazenda Marambaia, de propriedade de Mário Ribeiro de Lima, em 1961, onde o pai Arlindo Cavali exerceu a função de fiscal, destaca:

A fazenda tinha uma capelinha de madeira, que os colonos deram o nome de Nossa Senhora Aparecida. Era uma pequena construção, não tinha nenhuma cruz do lado de fora identificando. Lá nunca teve missa, nem veio padre, mas os colonos se reuniam pra rezar o terço e participar da procissão. A capela era uma pequena construção de madeira, tinha um altar, mas não tinha bancos (IVANY CAVALI VICENTE, 15/02/2022).

Em visita ou passagem pela estrada e na sede do município, é possível ver algumas propriedades: sítios, chácaras ou residências, com pequenas capelinhas, símbolo da forte devoção dessa gente.

Figura 104 – Capelinha Nossa Senhora do Caravaggio



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Capela Nossa Senhora do Caravaggio, edificada em cumprimento de promessa. Local: avenida Paranapanema, lote 37, Santo Antônio do Caiuá/PR.

⁶⁵ Veja páginas 291 e 292.

Na chácara Farroupilha, no lote 37, localizado na avenida Paranapanema, antiga propriedade do gaúcho Germano Concatto, foi edificada a Capelinha Nossa Senhora do Caravaggio, em alvenaria, próximo à estrada, em decorrência de uma promessa. Segundo Elvira Concatto (15/05/2022), seu irmão Belarmino Concatto contraiu tétano em 1958, quando:

Estrepeou o pé. O espeto de pau ficou dentro do pé e meu irmão contraiu tétano. Ficou oito dias aqui em São João do Caiuá no hospital com o Doutor Cesar Baiocchi. Morre não morre, morre não morre, foi ao extremo mesmo e daí muitas pessoas se compadeciam e faziam promessas pra ele melhorar, [...] sarar. E essa igrejinha foi promessa de um senhor lá do Rio Grande do Sul. Francisco Garnieri fez a promessa, se meu irmão melhorasse ia construir a igrejinha e colocar a imagem de Nossa Senhora do Caravaggio, que veio do Rio Grande do Sul (ELVIRA CONCATTO, 15/05/2022).

A pequena igreja tem 1,62 m de altura, 1,32 m de largura e 1,32 m de comprimento, coberta de telha e desprovida de janela, com um portão de ferro vazado. Também contempla um pequeno altar no fundo, com várias imagens, entre elas, a de Nossa Senhora do Caravaggio e duas pernas esculpidas em madeira.

Esclarece Elvira Concatto (15/05/2022): “aquelas pernas e aquele braço não é promessa da nossa família. Alguém que pediu a intenção da santinha. Nós não sabemos quem colocou ali”. Essa capela é tão pequena e baixa que não é possível entrar.

5.5 AS FESTAS EM DOMICÍLIOS RURAIS: SÍTIOS E FAZENDAS

Em 1953, no mês de junho, tem início na propriedade rural de José Xavier de Carvalho, no sítio São Pedro, lote 177, gleba Paranapanema, Porto São João, as festas de Santo Antônio, São João e São Pedro. Este último é o santo de devoção de Xavier. A festa da comunidade rural se dava em frente à referida propriedade. Davi, morador local, organizava o evento.

Segundo Matildes Carvalho dos Santos:

Davi era o dono da máquina de arroz, localizada na propriedade do meu pai. Ele convidava os moradores dos sítios próximos para participar dos terços e das festas de Santo Antônio, São João e Santo São Pedro e já pedia a prenda e a colaboração para levantar a bandeira do santo do dia, o pau-de-sebo com um brinde no topo e montagem da fogueira. Os adultos e crianças tentavam chegar ao topo para conseguir o prêmio. Era aquela festa, até que alguém conseguia atingir o topo depois de muitas tentativas. Era coisa muito séria. As famílias sitiadas participavam. Mas também aconteciam festas ao longo da estrada do Paranapanema em outras propriedades (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Complementa o entrevistado Geraldo Ciriaco Xavier (11/02/2022), “junho era o mês que os sitiantes encerravam os trabalhos na roça mais cedo, porque quando o terço não era na minha casa era nos vizinhos e todos os moradores que podiam, colaboravam com os preparativos e participavam das festas”.

O mês de junho era um mês de festas. No dia 13 festejavam Santo Antônio, 24, São João, e 29, São Pedro. Nesse mês, tem início as novenas e os preparativos, que finalizavam no dia 29, com a festa de São Pedro. A cada festa, a comunidade se reunia para prepará-las: levantavam a bandeira do santo do dia, reuniam a madeira para edificar a grande fogueira e instalavam o pau-de-sebo. Paralelamente, as famílias dos agricultores rurais colhiam batata-doce e mandioca, preparavam o amendoim, moíam e socavam o milho no pilão, debulhavam o milho de pipoca e preparam os quitutes, alguns dias antes ou no dia do evento. Cada família levava um prato: bolo de fubá, bolo de puba, milho cozido, curau, pamonha, canjica, doces (amendoim, abóbora, mamão, leite), paçoca, pipoca, batata-doce, chá de gengibre e quentão. O milho verde e a batata-doce, muitas vezes, eram assados na brasa da fogueira no dia do santo homenageado.

O mês de junho iniciava com o terço nas casas das famílias. Tudo era marcado com antecedência e o último terço terminava na casa do Davi. As famílias gostavam muito dos terços e das festas, por isso participavam. Cada um colaborava com o que tinha, geralmente produzido em suas propriedades (levam cru ou pronto), preparavam e levavam os doces de amendoim, de leite, de goiaba, de abóbora, de mamão, bolos de fubá de puba, a canjica, o milho, curau, pamonha, pipoca e outros que não me lembro. Montam a barraca, acende o lampião, põem uma mesa farta, com o que as pessoas trouxeram para ser consumida por todos. Cada festa terminava com o sol raiando. Era muito bom e divertido. Comparecia muita gente. A gente fazia compadre. As duas pessoas que estava fazendo o compadresco cantavam em volta da fogueira: São João dormiu, São João acordou e faz compadre que São João mandou e pulava os tições de fogo. Eu, meus irmãos e amigos fizemos muitos compadres nessa época. No dia de São João as pessoas passavam descalças sobre as brasas da fogueira. Eu caminhei sobre brasas. Você acredita? Não queimou não, era coisa rápida (MATILDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/01/2022).

Complementa Geraldo Ciriaco Xavier que:

Às vezes fazíamos uma barraca, enfeitada de bandeirola e balão. Ela fica de frente para a fogueira e vinha o sanfoneiro e violeiro. Me lembro do Pedro sanfoneiro. Sempre se improvisava um baile e virava aquela festa, homem dançando com mulher e mulher com mulher. Era uma festa animada, se soltava traque, bombinha e rojão. Em 1970 essa festa perdeu a força na nossa comunidade, as pessoas mudam do lugar (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Temos também o relato do colono Cícero Rodrigues da Silva, ex-residente na fazenda Bom Retiro, estrada da União, no município.

Tenho 55 anos, sou filho de dona Ilda Justino da Silva e Antônio Rodrigues da Silva. Na década de 60 [1960] meu pai chegou nessa fazenda Bom Retiro e conheceu minha mãe e no dia 20 de maio de 1967 eles se casaram. Em 69 eu nasci e aos 14 anos comecei a trabalhar na roça. Colhia café. Quando era na época das fogueiras, a gente trabalhava até 4 horas da tarde e descia todo mundo pra sede da fazenda. Éramos 13 famílias. Aí a gente chegava, ia lá pro meio dos pasto catar lenha pra fazer aquelas fogueira. Aí fazia aquela fileira de 13 fogueira. Quando era 7 horas da noite cada um ia acender aquelas fogueiras. Tinha um senhor chamado José Simplício, ele gostava de fazer baile de sanfona. Era lampião, não tinha energia. Aí todo mundo acabava indo lá pra casa dele e todo mundo levava alguma coisa, uns levavam quentão, outros levavam bolo de puba, outro frango caipira assado, canjica. Era muito bom o tempo da roça! Era muito gostoso! Era muito lindo quando acendia aquelas treze fogueiras! Era a coisa mais linda! Aí todo mundo se divertia, dançava. Sabe? Aqueles bailes de lampião, era bem gostoso. Maravilhoso, era muito bom! As 13 famílias terminavam se reunindo tudo na casa dele. Quando não tinha, a gente acabava acendendo as 13 fogueiras das famílias, daí ficava ali um pouco na casa de um, na casa de outro, uns soltavam bombinha, outros, traque e fogos.

Fazíamos uma única festa para os três santos. Tinha ano que a festa era na casa de um único morador, aí os moradores cortavam o bambu e planeavam o terreno, armavam as barracas, cobria e molhava para acalmar a poeira. Colocava uma mesa de peroba pesada num canto e uma cadeira em cima onde o músico tocava. Era aquele arrasta-pé a noite inteira. Era maravilhoso! Muito bom! Um tempo muito bom mesmo e gostoso! A diversão da gente era ir pros pastos, caçar lenha junto com os pais, né. Era muito bom! Nossa! Maravilhoso! Essas festas aconteceram até a década de 1980, depois o café foi arrancado, veio o algodão, amendoim e por último pasto e gado, as famílias foram embora e as casas foram derrubadas pelo proprietário e transformadas em barracão, com isso as festas acabaram. Essa é uma história, que eu posso contar um pouco do que vivi (CÍCERO RODRIGUES DA SILVA, 12/05/2022).

As narrativas dos entrevistados evidenciam duas formas de organização de festas religiosas tradicionais: a coletiva, formada por pequenos proprietários rurais, em que o terço era previamente agendado na casa dos vizinhos e já divulgavam o local da festividade coletiva e colaboração, seja com trabalho organizando o local da festividade para a recepção das famílias e, simultaneamente, a colaboração dos quitutes para o evento. Estes ainda trazem na lembrança a prática das novenas, a festa, o compadresco de fogueira e a passagem descalças pelas brasas. Temos um segundo caso, de como os colonos se organizavam na fazenda Bom Retiro. Esses trabalhadores moravam em uma colônia, onde as casas se encontravam em fila reta, e cada colono fazia a sua fogueira na frente de sua moradia. Acendiam-nas praticamente juntos, mas logo começavam a transitar pela vizinhança e terminavam na casa do vizinho sanfoneiro, onde reuniam os cardápios e dançavam. A festa que se iniciava na mesma propriedade agrícola individualizada terminava em uma das residências, com todos daquela colônia reunidos.

Essa segunda comunidade se mostra versátil, pois, segundo o entrevistado, havia ano que elegiam uma única casa da colônia para a festa tradicional, e optavam por festa

para os três santos festejados no mês de junho. Afirma Cícero: “fazíamos uma novena e uma única festa para todos os Santos” (CÍCERO RODRIGUES DA SILVA, 12/05/2022).

Concluimos que essas duas formas festivas, em dois lugares diferentes e por comunidades distintas no mesmo município, têm algo em comum: homenagear os santos e, simultaneamente, se reunirem para rezar, confabular, comer e se divertir. A primeira perde o vigor na década de 1970, e a segunda na década de 1980, com o êxodo rural.

5.6 FESTAS DO PADROEIRO DO MUNICÍPIO

“os municípios possuem duas datas para comemorarem sua existência: a de sua fundação e a de seu padroeiro” (ANDRADE, 2012, p. 202).

A festa de Santo Antônio de Pádua ocorre todos os anos, no dia 13 julho, em homenagem ao santo padroeiro local. O evento acontece há quase 70 anos, sendo o mais antigo do município. Teve início com as primeiras famílias católicas, que realizavam os festejos domésticos. Uma família convidava as demais para participarem da festa de Santo Antônio, o santo casamenteiro, mas também realizavam as de São João e São Pedro, em suas residências urbanas ou rurais, conforme a devoção.

Com a instalação da Capela Santo Antônio, edificada em 1954, o festejo centralizou-se em seu salão, com a participação concentrada da maioria dos munícipes. Mesmo assim, algumas famílias continuam realizando-a no recanto de suas propriedades rurais, com os seus vizinhos mais íntimos.

Para a autora Andrade (2012, p. p. 201), a “memória católica está impregnada na sociedade brasileira, em suas tradições e práticas que podem ser identificadas nas festas de padroeiros. [...] história local a partir dos santos padroeiros dos municípios”.

Desde os primeiros festejos realizados pela paróquia até o final da década de 1970, todo o controle organizacional do evento estava centrado no padre que formava uma comissão com aproximadamente 10 pessoas para a organização da festa, arrecadando nas comunidades rural e urbana prendas das mais diversas.

Segundo Geraldo Ciriaco Xavier:

essa comissão era liderada pelo presidente e tem a missão de organizar a festa, preparar os cartazes e panfletos, imprimir e vender as cartelas e fazer a divulgação. Realizam visitas a sítio, fazendas, empresários locais e famílias, a quem vendem as cartelas do bingo, solicitando prendas diversas e convidam para a festa (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

A comissão recebia para o evento aves, animais de pequeno a grande porte, produtos diversos e contribuição em dinheiro. Segundo o conjunto dos entrevistados, a comunidade doava “vaca, bezerro, garrote, carneiro, leitoa, frango. Alguns deixam o frango pago em determinado estabelecimento comercial que fazem a entrega ou a comissão do evento passa recolhendo”.

Reunidas as doações, cabia à comissão da festa contar, contabilizar e registrar o recebido. Do total, parte dos alimentos era preparada compondo o cardápio do evento, assim uma parcela dos animais era selecionada e abatida para o consumo no grande dia, enquanto outros eram preparados para leilão.

Em geral, são dois dias de festa, sábado e domingo, com almoço regado a churrasco, bebidas, bolos e doces, seguido de um bingo e dois leilões, um de aves e animais abatidos assados e outro de animais vivos. Os animais e aves assados também integram o cardápio do almoço comercializado em porções variadas, atendendo à solicitação do consumidor e/ou leiloados antes da finalização do almoço, com pequenas prendas prontas para consumo, como leitoa e frango assado, bolo recheado com cobertura, pudim, entre outras. No domingo, dão continuidade ao festejo com bingos e leilão dos animais vivos.

Com a cartela até o 5º prêmio (pode variar a quantidade de um ano para o outro), iniciam-se as vendas com antecedência, indo até minutos antes de iniciar o bingo.

Os animais vivos são identificados e ferrados. Anotam a raça, o tamanho, a cor, a idade e a procedência. No dia e na hora do leilão, o encarregado da articulação das vendas faz uma convincente locução, com a finalidade de supervalorizar o produto, promovendo as vendas, que só se encerram com o último animal leiloadado.

O locutor do evento, inicia com entusiasmo a venda dos animais recebidos: “essa bela novilha é da raça tal, da fazenda tal. Dessa forma, o anunciante valoriza o animal e deixa claro a sua procedência” (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022). A partir de 1980, transformaram as festividades em um grande acontecimento do município, com início em 1º de junho e encerramento no dia 13.

Conforme Alfredo Dias Inácio:

São 13 dias de festa. O pároco passa a delegar poder, facilitando a organização, pela comissão de pessoas da comunidade sob a liderança do presidente em exercício. Cada dia do evento era comandado por um grupo da comunidade: professores, bancários, agricultores, comerciários, funcionários públicos e outros (ALFREDO DIAS INÁCIO, 14/02/2022).

Desde “2014, os eventos festivos religiosos estão centrados no padre” (GERALDO CIRIACO XAVIER, 11/02/2022).

Publiciza Andrade que:

no Paraná, as festas de padroeiros ainda conseguem ser um “lugar” de visibilidade política para os grupos dominantes. Nota-se a participação de autoridades e lideranças políticas, em maior ou menor expressão, presentes nessas festas e a relação entre o santo e o povo era mediada pelo poder eclesástico, criando um modo de religiosidade que coadunava com a ideia de organização da sociedade em funções distintas e consequentemente desiguais (ANDRADE, 2012, p. 205).

Com base no conjunto dos entrevistados, todos os anos, o evento atrai pessoas do município e da região noroeste, em razão da ampla publicidade e da ótima receptividade ao cardápio ofertado. No entanto, é um convite aberto a ex-moradores estabelecidos em vários municípios do estado e do país a retornarem à terra natal para festejar e confraternizar com familiares e amigos. Em geral, os lucros provenientes da festa são destinados à realização de restaurações na paróquia e demais imóveis ou outros empreendimentos.

5.7 FOLIA DE REIS

“Essas tradições revelam, por meio do ritual da Folia de Reis, valores arraigados capazes de expressarem os sentimentos, a história e a memória coletiva (SONZA, 2006, p. 87).

A Folia de Reis, em Santo Antônio do Caiuá, é uma manifestação coletiva que reúne a comunidade local para expressar sua religiosidade.

Segundo os entrevistados, várias pessoas cantaram Reis no município de Santo Antônio do Caiuá a partir da década de 1950. Davi (1954), José Gomes, José Benedito de Andrade e o filho José Justino de Andrade (1969 a 1999), José Francisco de Oliveira (popular Zé Pretinho) e o filho Luís Antônio de Oliveira (1975). A família toda de Oliveira cantava Reis.

A entrevistada Matilde Carvalho dos Santos (25/01/2022) diz: “me lembro que em 1954 cantava Reis em Santo Antônio do Caiuá um senhor chamado Davi, o qual não me lembre o sobrenome”.

Destaca Luís Antônio de Oliveira (10/07/2022), “meu pai cantou na Companhia de Serqueira Campos, em Ribeirão Preto”.

O embaixador de Folia de Reis José Benedito de Andrade é filho de José Justino de Andrade. Cantava em Pirapozinho e Colorado no Estado de São Paulo. Essa família chegou a Santo Antônio do Caiuá, em 1969, passando a cantar no município e na região. José Gomes, entre outros, integrou esse grupo de Folia de Reis.

Destaca Ademar que iniciavam as cantorias às 20h na cidade e nas fazendas, terminando só de madrugada. Com o falecimento do embaixador José Benedito de Andrade em 1999, o grupo cessou as cantorias (ADEMAR ANDRADE, 14/02/2022). O baiano afrodescendente José Francisco de Oliveira (popular Zé Pretinho), filho de Venino Francisco de Oliveira e de Venina Francisca de Oliveira, descende de uma família de benzedores e foliões de reis nominada Estrela do Oriente. Com a morte do pai, José Francisco passou a exercer as funções acima descritas com a família. Em 1975, mudou-se para Santo Antônio do Caiuá. Continuou a tradição cantando em família, integrando o grupo a esposa Maria Soares de Oliveira e os filhos Luís Antônio de Oliveira (Luís Pretinho), João Batista de Oliveira, Aparecido Duque do Nascimento, entre outros. Com o falecimento da esposa, casou-se com Maria Duque do Nascimento, que se integrou à Companhia. Antes de falecer, o pai José Francisco deixou a bandeira para o filho, Luís Antônio, esclarecendo que deveria cumprir a função até a morte.

Desde os 7 anos aprendi a tocar bastião, depois caixeiro e instrumentos de corda como a viola, violão, cavaquinho e outros. Fazia a primeira e segunda voz e tocava viola no Santo Reis. O meu pai confeccionava bastião. Ele fez o primeiro que toquei. Eu iniciei na Folia de Reis aos 7 anos como requinteiro (LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

Cumprindo a solicitação do pai, Luís Antônio assumiu a função de embaixador da Folia de Reis e também passou a benzer. Não está cantando desde 2008, por causa de enfermidades familiares e falta de integrantes para a tradicional Folia de Reis Companhia Estrela do Oriente, que tem suas raízes em solo baiano. Ela era composta de 12 pessoas, com funções predefinidas. São dez foliões e dois bastiões⁶⁶. O embaixador é o líder do grupo; dois cantores (respectivamente, primeira e segunda voz); o requinteiro toca qualquer instrumento musical⁶⁷ e pode ser um cantor; dois bastiões. A composição de integrantes das Foliás de Reis se dá de forma independente e diferenciada. Algumas têm mais elementos, outras menos.

⁶⁶ O bastião guarda a Companhia, livra a bandeira e os foliões. Protege o grupo de qualquer impedimento que obstrua o caminho (LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/05/2022).

⁶⁷ Viola, violão, cavaquinho, banjo, zabumba e caixa de surdo (LUIZ ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

Afirma Nery (2023, p. 6), “capitão, embaixador, mestre ou maestro [...] lideram [...] se responsabilizam pelo grupo. Suas funções extrapolam o campo musical. São os “guardiões” das tradições populares, detentores dos códigos [...] das Folias. [...] desempenham os papéis mais importantes nos rituais”.

Os santo-antonienses, integrantes da Companhia Estrela do Oriente liderados pelo embaixador Luís Antônio de Oliveira (Luís Pretinho), participaram de encontros Regional de Folia de Reis, em Paranavaí, juntamente com várias Companhias dos municípios que compõem o noroeste do Paraná. Prática cultural essa que também ocorre na “região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e interior de São Paulo” (NERY, 2023, p. 11). Ressalta a mesma autora que:

com as diretrizes do Concílio Vaticano II, reunião da alta hierarquia católica realizada em 1962. Nela, a igreja oficial passa a se adaptar aos valores modernos, assumindo [...] visão mais pluralista do catolicismo e do mundo, respeitando e legitimando as religiosidades populares e, ainda, permitindo a volta das mesmas dentro da nave das igrejas, incorporando valores da racionalidade científica, valorizando a democracia (NERY, 2023, p. 11).

As entrevistas evidenciaram: foliões urbanos majoritariamente formada por homens; a partir de 1975 ocorre a participação de mulheres⁶⁸; o encerramento da Companhia de foliões no município, por falecimento do embaixador, questões de saúde e divergências entre seus integrantes; falta de componentes interessados em dar continuidade à tradição. Fica claro, existe a intenção de continuar com a Companhia, no entanto ela não gerou foliões continuadores local.

5.7.1 Indumentária da Companhia Estrela do Oriente

A vestimenta dos bastiões difere do restante do grupo e é definida pelo coletivo dos foliões que integram uma companhia. Cada grupo de Folia de Reis cria o modelo do seu uniforme. A companhia do embaixador Luís Antônio de Oliveira, em Santo Antônio do Caiuá, optou por “gorro verde, camisa branca enfeitada e a toalha branca de rosto acompanhando o fardamento” (LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

O embaixador é o líder do grupo, o guardião, guarda da bandeira, aprende através da tradição. No dia 6 de janeiro, a festa de encerramento da Folia de Reis ocorre na residência do embaixador.

⁶⁸ “Manifesta uma tradição estabelecida e que reflete as mudanças sociais contemporâneas”(SONZA, 2006, p. 32).

Afirma Sonza (2006), a bandeira tem relevância simbólico na Folia de Reis, representa a presença dos Três Reis Magos. Ainda nessa direção “a bandeira representa um símbolo de proteção, a qual pode ser concedida ou dada” (DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS DE CHEVALIER, 2003, p. 119 *apud* SONZA, 2006, p. 87).

Cada folia confecciona sua bandeira colocando muitas cores e fitas, as quais possuem funções simbólicas. A azul representa o manto que Nossa Senhora ofertou aos Três Reis Magos em agradecimento ter a honra em receber suas visitas; a vermelha representa o Divino Espírito Santo; a amarela, a branca e a verde representam as cores dos presentes ofertados pelos Três Reis Magos: o ouro, o incenso e a mirra, respectivamente (SONZA, 2006, p. 87).

Figura 105 – Casal de foliões



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2018. Autora. Luiz Antônio de Oliveira (Luís Pretinho) com a esposa Maria José de Moraes. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR.

Se for realizar a Folia de Reis no Natal seguinte, reforma-se a bandeira. O “guardião não pode se desfazer da bandeira velha, pois ela traz muitas intenções e promessas realizadas pelas pessoas visitadas pelos foliões. Se for necessário trocar de bandeira, a antiga bandeira acompanha as visitas, porque tem todo um significado” (LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

5.7.2. Inicia-se a Folia de Reis

No município de Santo Antônio do Caiuá, geralmente os foliões iniciam as cantorias às 18h e as encerram às 20h, deixando a bandeira na última casa visitada. No dia seguinte, cada componente do grupo retoma suas atividades normais e, após o trabalho, se encontram na casa do embaixador, dirigindo-se à última casa guardiã da

bandeira, dando continuidade às visitas. São ao todo 11 dias e 11 noites cantando, com início em 24 de dezembro à meia-noite e término no dia 6 de janeiro (LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

Os moradores do município apresentam comportamentos distintos: uns preferem que os foliões cheguem a suas residências cantando, há outros que pedem para abrir a porta, e os devotos de Santo Reis seguram a bandeira.

Para Marett (*apud* RIBEIRO, 2006), “as crenças religiosas são [...] representações que expressam a natureza das coisas sagradas e os ritos são as regras de conduta que prescrevem como um homem deve se comportar na presença dos objetos sagrados.

Canta-se nas zonas urbana e rural de acordo com as solicitações. Ao aceitar a bandeira, faz-se o pedido com a finalidade de abençoar família, casa, propriedade, gado e a oferta em dinheiro, porco, galinha, gado, entre outros, aos foliões. Estes cantam para família que os recebe, solicitam e agradecem à oferta recebida e finalizam a cantoria convidando a família para participar da festa em 6 de janeiro. Se a casa tem presépio, os foliões encenam a visita dos três Reis Magos ao menino Jesus, no dia 24 de dezembro à meia-noite, e entregam simbolicamente mirra, incenso e ouro (LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

Ainda o mesmo entrevistado esclarece, no dia 6, pegam a bandeira na última residência guardiã, às 18h, dando sequência à tradição religiosa, cantando em seis casas. Depois, retornam à casa do guardião, cantando em três arcos (cada arco contém a imagem de um santo), na sequência, cantam no interior da residência, entregam a bandeira e finalizam com o terço. Após as orações, encerram com um jantar para os presentes, foliões e convidados, enquanto as rainhas seguram a bandeira. Uma grande festa! Ao término, o excedente das doações é partilhado entre os foliões (LUÍS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 10/07/2022).

O sagrado contagia a comunidade envolvida através dos objetos e dos rituais que fazem parte da festa. O sagrado qualifica as relações religiosas que acontecem no decorrer do evento; a religiosidade, fé e devoção se intensificam na Festa de Reis. O encerramento da festa religiosa manifesta a práticas profanas de ordens econômicas e sociais, no ambiente tido anteriormente como sagrado (RIBEIRO, 2006).

5.8 BENZEDORES(AS) NO MUNICÍPIO

“a arte de benzer é uma prática [...] antiga, [...] ligada aos mundos físico e espiritual das pessoas, [...] tradição que transpõe os tempos, perpassa os avanços científicos e da medicina” (GOMES, 2020, p. 61).

No Brasil, os benzimentos ganham força no período colonial, através do sincretismo das crenças indígenas, africanas e europeias, emergindo a prática híbrida nacional. A ação acontecia pelas mãos das mulheres que, historicamente, envolviam-se em magia e assistência a terceiros (SILVA, 2009 *apud* GOMES, 2020).

Ainda na fase do patrimônio, Santo Antônio foi palco de vários benzedores(as). Benziam a cabeça, lombriga, quebrante, mal olhado, inveja, mal de sete dias, qualquer dor, bicheira de animais, propriedades, picada de cobra. Os benzedores(as) benziam também bens de ordem material (roupa, ferramentas etc.) as pessoas presentes ou ausentes, os de perto ou distantes.

Passaram pelo lugar vários benzedores(as), muitos esqueceram seus nomes, mas recordam que existiram por lá. Dona Aparecida, popular Cidona (que também exercia função de parteira), Emília Fermianas da Silva, conhecida por “Dona Fia”, entre outros, benziam mediante solicitação, não cobravam nada, mas aceitavam doações. José Xavier de Carvalho e outros benziam os animais (as bicheiras caiam) curando-os. Havia mães que benziam os seus filhos e netos.

Em geral, benziam em suas residências. Alguns tinham um cômodo separado do corpo da casa, outros um lugar dentro da própria residência, mas havia os que benziam na parte externa (numa área aberta) e os que se deslocavam para benzer.

Alguns receitavam chás (erva ou capim cidreira, erva-doce, hortelã, poejo, arruda, alecrim, mentruz, losna, quebra pedra, garrafada por eles produzidos para a cura do mal, banhos de ervas (picão, guiné, espada de São Jorge e outras) e emplastos.

Nas práticas de rezar, benzer e curar pela natureza, as plantas passam a ser utilizadas por rezadores e rezadoras não apenas na fabricação de remédios, mas para rituais de rezas e benzeduras, principalmente quando essas práticas têm suas origens no catolicismo. Os ritos fazem parte das atividades católicas, dos textos bíblicos e das técnicas para fortalecimento das ações e da confirmação da fé. As missas católicas estão repletas de ritos, as datas sagradas são comemoradas por meio de ritos, e os sacramentos, balizados por rituais que reforçam o momento de fé (GOMES, 2020, p. 63).

Minha mãe me levou, assim como meus irmãos, em períodos distintos das nossas vidas a várias benzedoras. Confesso que ao entender, não me sentia muito confortável, mesmo assim recebia o benzimento.

Me lembro que elas colocavam um pouco de água num recipiente, mergulhavam as pontas de um ramo verde e iniciavam a oração, outras apenas o ramo verde, havia também as que utilizavam um recipiente e um pingo de óleo na água.

No primeiro caso, enquanto realizava o benzimento, rezava bem baixinho e simultaneamente movimentava o ramo com as mãos em forma de cruz e as gotículas de água se espalhavam pelo meu rosto e corpo. No segundo, apenas não fazia uso da água e no terceiro após colocar a água pingava o óleo, se ele continuasse unido, a pessoa não tinha nada, mas se ele se espalhasse, sim. Esta última ungia a testa do solicitante (fazia uma cruz com o óleo), iniciando a oração. Em todas as formas de benzimento, finalizado o ato, descartava-se o material utilizado (água, ramo e óleo) no benzimento. Faziam-se algumas recomendações e chamavam o próximo.

A entrevistada Matilde Carvalho dos Santos afirma que:

Eu já ia me benzer na Bahia com o senhor João Duria. Em Santo Antônio, levei meus filhos para a Cidona benzer de catapora, sarampo, qualquer doença que aparecia. Aproveitava e levava objetos, roupa dos filhos e do esposo também para benzer.

Tinha uma benzeadeira, que após o benzimento, escrevia uma oração num pedaço de papel e recomendava para amarrá-la num paninho e pendurasse num cordão, no pescoço até perder. Só depois da benzeadeira, se não melhorassem, levava os filhos no médico

Benzedor é igual médico. De acordo com o problema eles recomendava um chá de folha, de raízes, banhos de ervas e emplasto (encima do machucado ou local da dor). Falava para tomar o chá uma, duas ou três vezes por dia. Dependendo do problema tomar banho de ervas, sal, açúcar.

O benzimento era coisa rápida. A minha mãe Anna Josepha também benzia, mas apenas os filhos e netos.

Quando as pessoas estavam indo para a benzeadeira, tinham outras que falavam baixinho para a outra: olha lá, fulana está indo benzer (MATILDE CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Os depoimentos mostram a forte crença dos povoadores no benzimento e nos remédios caseiros receitados pelos benzedores(as), médicos apenas em último caso. O relato demonstra ainda que Matildes era assídua frequentadora dos préstimos de benzeadeiras, além disso, evidencia um certo preconceito dos vizinhos que não faziam uso desses (as) curadores(as), muito comum no lugar e região naquele período.

As benzeadeiras tinham maior aceitação e credibilidade do que os médicos, entre as camadas populares locais e regionais, embora atendessem sujeitos das diferentes camadas sociais (AZEVEDO, 2022). Elas(es) são lideranças reconhecidas(os) e respeitadas(os) na comunidade e região onde residem, muitas vezes, sua fama extrapola fronteira trazendo-lhes novos sujeitos.

Para Gomes (2020. p. 59), o “benzimento aparece na interpretação de alguns autores como uma prática de cura ligado ao sagrado, às crenças e às tradições”.

Ainda a entrevistada Matilde Carvalho dos Santos (25/02/2022), afirma que: “se a benzeadeira não desse conta, procuravam outra no lugar ou em outro município, região

ou estado. Havia políticos do município que recorriam a benzedeadas para ganhar a eleição. Realizavam viagens à Bahia”.

A benzedeadas era o remédio para todos os males, doenças físicas, emocionais, de trabalho e disputas políticas. Fica claro pelo depoimento da entrevistada que não há um vínculo com tal benzedeadas e sim com a solução do problema. Procuravam por benzedeadas famosas pelo “boca a boca”. Havia até indicação: “fulana de tal dá jeito, resolve e cura” (MATIDES CARVALHO DOS SANTOS, 25/02/2022).

Figura 106 - Benzedeadas umbandista católica



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2018. Emília Fermianas da Silva. Local: Rua São João, Santo Antônio do Caiuá/PR.

Contribui para com este estudo a benzedeadas católica umbandista Emília Fermianas da Silva, popularmente “Dona Fia”, residente no lugar. Exemplar viva da década de 1960, uma das últimas no município, referente ao período da colonização a quem a autora teve o prazer de entrevistar.

Quando chego a sua residência para entrevistá-la, ela me diz: “Por que Ogum apareceu?”, referindo-se a mim.

Indaguei o porquê se referia dessa forma a meu respeito. Ela respondeu: “Por causa da sua postura firme, altiva, jeito de andar, olhar e falar. Ogum é um orixá guerreiro, de coragem e força”.

A senhora me recebeu bem. Logo que me apresentei, afirmou conhecer meus avós, mãe e tias. Me senti em casa, na presença de uma velha conhecida da família, que prontamente me concede a entrevista ali mesmo na minuta área de sua residência em madeira.

Com um guia de contas coloridas, com três voltas no braço direito, a benzedeadas relata ter migrado de Nubia Paulista/SP, em 1960, do século passado com a família, para trabalhar na Fazenda Remo Masso, em Paranavaí, na divisa com Santo Antônio do Caiuá.

Emília Fermianas da Silva afirma que:

Meu pai toda vida foi roceiro. Quando deixamos a fazenda do Remo Masso, nós mudamos pra estrada Paranapanema em Santo Antônio do Caiuá, era só mata. Moramos lá na dona Maria de Lourdes Barreto da Silva, depois fomos pro Tião Vendrami [Sebastião Vendrami], e de lá fomos trabalhar no seu Xavier (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

A benzedeira é filha de trabalhador, ora arrendatário, ora assalariado, que migra de um estado para o outro e, no município, de propriedade em propriedade agrícola, buscando a sobrevivência econômica familiar.

A paulista salienta que, ainda na infância, iniciou suas primeiras vidências. Questionada, sobre o que via, a entrevistada respondeu:

Não via nada. O primeiro indício de vidente acontece quando estava na barriga da minha mãe. Chorei na barriga da minha mãe.

Eu nasci às 11h e chorei até às 11h do outro dia. Tomei banho, não mamei, nem tomei chá.

Por isso meu pai me levou num africano velho, em Nubia Paulista/SP, porque de primeiro não tinha médico. Levou porque só chorava e não comia. O velho preto já tinha 90 anos, não andava mais. Sentado num banquinho, me pegou no colo.

O africano falou: Nego Véio, não precisa ficar triste, a pretinha não vai morrer. Ela vai se criar. De primeiro não falava umbandista. Ele falou: ela é vidente e não vai morrer. Quando ela fizer 24 horas, vocês dão um banho e um chá de camomila e ela vai tocar a vidinha dela pra frente.

O veinho [africano] quando me olhou, falou que eu ia cair pela primeira vez. E eu cai, me levaram mortinha pra casa.

Minha mãe conta que quando eu estava maiorzinha, chegou um menino, tava com 3 anos e só engatinhava. Aí eu peguei nos dois braços daquele molequinho e falei assim: levanta nenê, vamos caminhar! Daí saí puxando as duas mãos dele e falei: Anda! Vai andar sozinho, você já está grande, tem que caminhar. Aí a mãe dele: não solta que ele cai.

Daí minha mãe disse que eu soltei e sai andando na frente e o menino foi andando atrás (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

Para a depoente, o ato de chorar no ventre materno é o forte indício do seu dom divino. O choro excessivo aliado a não alimentação leva os pais a recorrerem a um curador, em decorrência da falta de médico. O “Preto velho” era o veículo de tratamento e cura das famílias necessitadas, em decorrência da ausência de custos.

A bisneta de índia benzedeira, aos sete anos, tem as primeiras vidências e passa a ter conhecimento antecipado sobre futuros acontecimentos.

Quando eu peguei de sete pra oito anos [...] já tinha um altar com Nossa Senhora Aparecida, São José (que minha mãe me deu), São Benedito, Santo Antônio, meus santinhos. Eram santos da minha devoção, pra rezar.

Eu rezava de joelho. Quando eu rezava, via uma mulher muito bonita. [...]. Aquela mulher me tomava assim, e eu sei tudo o que sei hoje. Daí eu via ela, e dormia. Eu sentia as duas mãos dela na minha cabeça. E ela me ensinava a

rezar. Quando ela saía, ia embora, eu assustava como se tivesse dormido e sonhando. Eu levantava dali e brucutu pra cama.

Quando foi um dia, já estava mocinha de 15 pra 16, eu estava rezando e a minha mãe entrou. Eu não fechei a porta. Tinha deixado a porta aberta e a minha mãe entrou de porta a dentro e me chamou. No que a minha mãe chamou, a mulher sumiu da minha vista. Passei três dias muda, quer dizer, não era pra contar o que tinha acontecido pra minha mãe. Fiquei três dias sem falar. Fazia tudo mais não falava nada.

O que eu via era uma santa que me ensinava a rezar. Aquela santa que estava próximo de mim, falava comigo e me ensinava a rezar. E daquele dia eu não vi mais.

Quando eu rezava antes de dormir, recebia essa Santa. Quer dizer uma entidade. Uma mulher vestida de azul e branco, muito linda. Tinha um manto (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

Ainda na adolescência, a católica sentia a presença manifesta de uma entidade, levando-a a benzer crianças doentes, empanzinadas, com lombriga e outros, disponibilizando ou sugerindo chás. Para Gomes (2020), o benzimento é uma ação de cura pautada no sagrado, crenças e tradições populares.

Aprendi com minha entidade. Eu benzia e rezava na criança. Eu não sei como era as minhas rezas, mas rezava nas crianças, rezava. As crianças sararam. Curou-se todas.

Eu pegava água e brasa no fogão. Benzia com água e dava uma água com brasa pra criança beber e o menino colocou aquelas verme feio pra fora. Foi sarando e se curou. E o povo falava: Essa menina e benzedeira!

As pessoas levavam as crianças pra mim benzer, eu chorava que não queria. Eles falavam para a minha mãe: Oh dona Maria, a Fia, não quer rezar na criança, ela sabe. A gente sabe que ela sabe.

Ai a minha mãe falava: Reza minha filha, tadinha, a criança tá doente. Faz o que você sabe, benze esse nenê (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

Diante da procura e, simultaneamente, a recusa da jovem benzedeira, ocorre a insistência de membros da comunidade que mediante a solicitação da mãe, Emília volta a benzer. Portanto, há uma crença no poder de cura da benzedeira, endossado pelos sujeitos que a procuram.

5.8.1 Benzedeira se torna umbandista em São Paulo, capital

“O Terreiro de Umbanda é lugar de cantar, muita oração e pedir cura” (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, /2022).

Após sua mãe falecer no parto, Emília Fermianas da Silva, com 17 anos, ficou muito doente. O pai não aceitava que a filha desenvolvesse os dons, com isso: “os guias de luz se afastaram, e os guias pesados se aproximaram. Queriam me levar à morte. Foi

aquele corre, corre. Fui pra São Paulo me tratar, num Terreiro de Umbanda” (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

A Umbanda é uma religião brasileira, formada por uma pluralidade cultural. Faz sincretismo com as religiões afro-brasileiras, católicas, indígenas, orientais e espíritas. Apresenta diversidade ritualística variando de terreiro para terreiro, no entanto apresenta características doutrinárias em comum, como crenças de reencarnação, existência de guias e protetores espirituais elucidando, tendo por missão a fraternidade, caridade e amor ao próximo, abominando discriminações (raça, credo ou classe social) (VIEIRA, 2016). Complementa a pesquisadora, os “guias” [...] são uma espécie de colares de proteção imantadas pelas forças dos orixás, guias e protetores (VIEIRA, 2016, p. 10).

Em São Paulo, capital, fui parar no Terreiro de Umbanda do seu Zé Baiano. As tias do terreiro de Umbanda da Bahia vieram. Depois do tratamento, fiz as tradições na água - o banho de defesa com erva: guiné, arruda, alecrim, espada de São Jorge e outras ervas e muita oração. O terreiro tinha mais de cem pessoas, todos de branco.

Os meus padrinhos João Salvador e Cida. Os meus padrinhos de cabeça, Isaura Machado e Benedito, fizeram toda a minha obrigação em São Paulo.

Vieram as tias da Bahia. Eu queria parar por causa do meu pai, e as tias falaram “Seu pai só é vivo pela força dada por Deus. Ele cuida da vida dele e deixa a sua”. Ela falou pra mim. O que Deus nos dá ninguém tira. Nós não pode por as mãos. Você vai cumprir sua missão - prover a cura de quem precisa, aconselhar as pessoas que necessitam.

Fui batizada espiritualmente na Umbanda. Eu sou umbandista.

Eu não precisei desenvolver, porque já era médium. Sou médium vidente espiritualmente. Tem gente que vai lá e fica girando, girando. Vai receber Iemanjá e fica girando.

Minha madrinha me ajudou, deu banho, expulsou o mal e cruzou. Cruzou pra tirar do mal e fechar o corpo contra os inimigos. Porque quem benze está sujeito a tudo, é muito arriscado.

No terreiro de Umbanda, em São Paulo, aprendi coisas que vem do coração e da natureza. Eu recebo entidade do lado das matas. Recebo caboclo e do lado da Bahia recebo os baianos. Fez caridade, deu licença, vêm todo mundo, de Preto velho, Cosmo e Damião, falange de criança e da banda da Bahia.

Se eu não for no terreiro fazer as obrigações, eu faço aqui mesmo - a pipoca, doce, bala, bolo, guaraná. É uma festa. Vinte e sete de setembro é dia de Cosme e Damião, que é também o governador da Bahia espiritualmente. Benzo em qualquer lugar, até no terreiro. Benzo de tudo, cobra, lagarta, tudo o que Deus me preparou eu rezo. Benzo qualquer coisa, a distância também (roupa, pessoas, fazenda daqui a Piacas). Não cobro nada. Cada um dá o que pode. Preparo chás para infecção, corrimento, ferida. Tudo o que faço é para o bem das pessoas (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

Evidencia Emília não ter enfrentado nenhum preconceito. Relaciona-se bem com os padres e frequenta a igreja católica. Declara-se benzedeira umbandista católica, com missão de cura e caridade. Realiza suas orações no altar de um cômodo reservado da casa, onde se encontram vários santos e orixás.

Figura 107 – Gongar dos orixás



Fonte: Fotógrafa: MENDONÇA, R. C. S., 2018. Gongar - altar com os orixás, em um cômodo, da residência da Emília Fermianas da Silva (benzedeira umbandista católica). Local: Rua São João, Santo Antônio do Caiuá/PR.

A benzedeira pratica a caridade, destaca que “tem gente que toma destino fazer o mal. Eu cuido dos guias da pesada, para eles não tomarem conta de mim. Oro para eles, faço oferenda, acendo vela, pra eles se afastarem, não cruzar o meu caminho e nem me estorvar” (EMÍLIA FERMIANAS DA SILVA, 10/03/2022).

Afirma a benzedeira ter boa relação com a comunidade e com os padres que passaram pelo município. Questionada por um deles sobre o papel da benzedeira, responde e faz nova indagação a ele: “faço oração e cura. Padre será que xingando cura alguém? Será que amaldiçoando cura alguém?” Ele respondeu que não.

A benzedeira, sentindo-se acuada, reage com sabedoria, solicita ao padre respostas, mediante novos questionamentos. Esta senhora frequenta a Paróquia Santo Antônio de Pádua, onde a sua filha foi batizada e integrou o coletivo de coroinhas.

O depoimento da benzedeira demonstra uma forte pressão do pároco, sobre suas práticas e esta, por sua vez, realiza arguições em sua defesa pessoal. O que demonstra a desaprovação da Igreja ao exercício do benzimento, realizado pela senhora.

As narrativas revelam ainda a tentativa de aceitação e respeito da benzedeira pela comunidade a qual está inserida. Afinal, ela e a filha são integrantes e frequentadoras da igreja católica local, onde a autoridade religiosa também benze e os mesmos fieis católicos buscam o benzimento da jovem senhora Fia.

Vieira (2016) alerta que muitos frequentadores de terreiro de Umbanda são adeptos de outra religião pelo preconceito sofrido por assumir a religião praticada ou por serem frequentadores esporádicos. Fato que pode maquiar o real número de umbandistas

praticantes. Ainda a mesma autora, a “Umbanda nasceu no Rio de Janeiro se espalhando pelo país se expandiu para América Latina (Uruguai e Argentina) e do norte (EUA) (VIEIRA, 2016).

5.9 IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL

A Congregação Cristã no Brasil tem suas raízes na igreja pentecostal, com muitos fieis por todo o país. Em 1903, o missionário italiano Louis Francescon, chega ao Brasil e, em 1910, funda a instituição religiosa em Santo Antônio da Platina, PR., onde também realizou o primeiro batismo (CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, 2023).

Corroborando Mariano, ao expor que:

a expansão do pentecostalismo constitui fenômeno de amplitude mundial, [...] este ramo do Cristianismo, formado no início do século na América do Norte, vem crescendo aceleradamente em várias sociedades em desenvolvimento do sul do Pacífico, da África, do leste da Ásia. Trata-se de um autêntico processo de globalização ou transnacionalização dessa forma de protestantismo popular (MARIANO, 1999, p. 9).

O crescimento pentecostal avançou na América Latina no final do século XX. O Brasil se desponta como o maior país protestante latino-americano, com aproximadamente 50 milhões de evangélicos (Martins, 1990 *apud* MARIANO, 1999).

O termo evangélico, na América Latina, é composto pelas denominações cristãs nascidas da Reforma protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus etc.), nascido nos Estados Unidos no começo deste século, o pentecostalismo, herdeiro e descendente do metodismo wesleyano e do movimento *holiness*, distingue-se do protestantismo, grosso modo, por pregar, baseado em Atos, a contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, dos quais sobressaem os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento espíritos. Para simplificar, os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, acreditam que Deus, por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bênçãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com seus servos, concedendo infinitas amostras concretas de Seu Supremo poder inigualável bondade (MARIANO, 1999, p. 10).

As primeiras famílias crentes, chegaram ao distrito de Santo Antônio do Caiuá no final de 1950. Vieram para trabalhar em suas propriedades e/ou em fazendas de cultivo de café e também de algodão. A partir de 1959 e anos seguintes, migraram os primeiros

congregados para as fazendas Adrianela, União, Marambaia, Paulista, Jeová, entre outras. Nesse mesmo período, algumas famílias católicas se desvencilharam, aderindo à Congregação.

Em 1959, as famílias dos congregados Antônio Deraldo, João Everaldo, Ademar Teodoro, Manuel e a esposa Antônia (mora em São Caetano do Sul, SP), João Manuel de Oliveira (popular João Dino) e Manuel Cardoso, se reuniram para orar na casa do Ademar Teodoro Cristiano (localizada na rua Ibiruba nº 421, atualmente rua Domênico Ernesto Carniel) e do irmão Manuel Baiano sob a coordenação do cooperador João Bernardi Nelli, que vinha de São João do Caiuá (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

O Estatuto da Congregação, no Capítulo I, art. 1º., define que a instituição é formada por um coletivo religioso, pautada na doutrina apostólica, sem fins lucrativos, com livre participação, sem qualquer distinção, com a finalidade de pregar o Evangelho de Jesus Cristo, o amor a Deus, orientado pelo Espírito Santo, fundamentada na Bíblia (CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, 2022)

Entre os anos de 1959 e 1960, os congregados levantaram uma pequena e singela construção de madeira, a igreja Congregação Cristã no Brasil, com poucas famílias frequentadoras.

A igreja era uma construção de madeira coberta de telha, sem forro, com janelas retangulares, mais altura do que largura, com duas folhas de madeira que abriam para fora. O terreno era cercado de balaústre. No fundo da igreja tinha dois mictórios. Tinha uma placa fixada na parte frontal da igreja, com o nome “Congregação Cristã no Brasil”. Era iluminada com dois lampiões a querosene e ar. colocava querosene no reservatório e bombeava, essa mistura produzia uma incandescência de luz e eram colocados dos dois lados do corredor da igreja, o lado feminino e masculino, e tinha apenas duas carreiras de banco. Não tinha tanque batismal, a água era do poço da dona Quinha [Maria Pena Inácio], e a maioria dos congregados residiam na zona rural. A rua tinha várias datas vazias (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Figura 108 – Congregação Cristã no Brasil



Fonte: Igreja Congregação Cristã no Brasil, edificada em madeira, entre os anos 1970. Local: rua José Pena, Santo Antônio do Caiuá/PR. Reconstituição externa: Rivelino Motta Proença Costa, a partir da descrição do memorialista Antônio dos Santos Sobrinho. Produção coordenada pela Autora. Programa: Blender, versão 2.82. Ano da reconstituição: 2022.

Figura 109 – Parte interna da Igreja Congregação Cristã no Brasil



Fonte: Igreja Congregação Cristã no Brasil. Parte interna do templo. Na parede e no púlpito as inscrições “EM NOME DO SENHOR JESUS”. Reconstituição interna: Rivelino Motta Proença Costa, a partir da descrição do memorialista Antônio dos Santos Sobrinho. Produção coordenada pela autora (2022). Programa: Blender, versão 2.82. Ano da reconstituição: 2022.

A descrição apresenta a área urbana em processo de povoamento, a rua José Pena com várias datas vazias e a ausência de energia elétrica. Em 1959, o bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, em visita⁶⁹ ao município, falou da relevância de ler a Bíblia. As aquisições dessa obra levaram algumas famílias a substituí-la e, simultaneamente, questionarem práticas católicas. Tal ação promoveu a migração de algumas famílias para outros segmentos religiosos nos anos seguintes.

Até então isso era fechado. Um dia veio o bispo e disse “vamos ler as escrituras”. Havia uma comitiva que acompanhava o bispo. No final da missa, um grupo de freiras se encontravam em barraquinhas, vendendo Bíblia do lado de fora da igreja e poderia ser adquirida apenas uma por família. Muita gente comprando, o tio Antônio Gomes Sobrinho também comprou uma. Ao encontrar o bispo perguntou sobre o uso de imagem na igreja. O bispo responde: “O Santo aqui representava e seria representante, o intermediário entre o homem e Deus”. Toda a minha família era católica. O tio Antônio realizava os terços. Foi depois dessa missa de 1959 que a minha família deixou a Igreja Católica. A família passou a estudar a Bíblia, buscando entendimento. Quando se lê a Bíblia, não vemos a figura do santo. Tem um capítulo que fala sobre o ídolo, como e por que é feito.

Toda a nossa família foi para a Congregação Cristã no Brasil. A versão que aceitamos da Bíblia é a de João Ferreira de Almeida.

Não aceitamos as Bíblias modificadas. Às vezes se coloca um vocabulário moderno, muda toda a estrutura da frase. Por isso não aceitamos. Ao ler a Bíblia e tendo dúvidas, buscamos novos esclarecimentos (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

⁶⁹ A paróquia São João Batista, em São João do Caiuá, tem registro em ata da visita pastoral de Dom Jaime Luiz Coelho entre os dias 24 e 27 de junho de 1959. Crismou na Capela Santo Antônio, no município de Santo Antônio do Caiuá, 415 pessoas (ATA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, EM SÃO JOÃO DO CAIUÁ, 1959, p. 18).

A família de pequenos proprietários rurais, moradores do campo, com domínio de leitura e interpretação, compararam as escrituras. Segundo esses novos crentes, as incoerências os levaram à dissidência.

Relata o antigo morador do município, Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022), “em 1960 ocorreu o primeiro batismo, entre o sítio do meu tio Antônio Gomes Sobrinho [Água do Mercúrio] e do vizinho Manuel Cardoso, numa represa. O ancião Gedor José da Silva, vindo do município de Paranavaí, atendeu o batismo”.

Ainda segundo o mesmo entrevistado: “o culto ocorreu em campo aberto, ao lado da represa. Ali os congregados entoaram o hino, oraram, proferiram a palavra e realizaram o batismo de sete pessoas. Da minha família, obedeceram aos tios Sebastião e Antônio Gomes Sobrinho”. Após a celebração: “o congregado passa pelas águas, obedece se estiver consciente e preparado para o batismo. Segundo a escritura, o crente deve ser batizado, tal qual Jesus o foi emergido nas águas. Após esse batismo, houve outros que obedeceram”. Destaca “obedecer significa aceitar Jesus como seu salvador. Só então o fiel é batizado” (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Segundo o Estatuto da Congregação no Brasil (2022), no art. 8º., a pessoa ao aceitar Jesus Cristo como seu Salvador, e sua doutrina, por meio do santo batismo, ministrado segundo a fé e doutrina da Congregação, passa a integrá-la.

Destaca Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022), “praticamos a Santa Ceia, uma forma de reverenciar e purgar os erros. O ato é realizado anualmente com a participação dos membros batizados na fé. O culto é atendido pelo ancião e auxiliado pelo cooperador”.

Ainda o mesmo entrevistado esclarece:

o ato ocorre uma vez por ano e não tem uma data fixa. Todos os fieis em comunhão após oração e arrependimento, servem-se do pão [as mulheres congregadas produzem o pão natural, sem fermento] e vinho. O pão representa o corpo e o vinho o sangue de Jesus Cristo. O ato está no estatuto da igreja e assim é realizado (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

De 1960 a 1961, foram batizados trinta congregados, conforme apontado a seguir.

Tabela 18 – Primeiros batismos dos Congregados no sítio Mercúrio

Ancião Gedor José da Silva / 1960 / 1º batismo	Ancião Wilson Diogo /Nova Esperança / 1960 / 2º batismo	Ancião Gedor José da Silva/ Paranavaí / 1961 / 3º batismo	Ancião Petronilho José da Silva / Paranavaí / 1961 / 4º batismo
---	--	--	--

Antônio Gomes Sobrinho Sebastião Gomes Sobrinho Manuel e esposa Ariston e a filha Iracema Josias de Oliveira	Antônio Cordeiro Sobrinho e Carmem Sobrinho Francisca Fausta da Conceição Florinda Maria Gomes Ana Maria dos Santos Francisco Gomes Sobrinho e esposa Maria Fernandes Sobrinho. Josino Rodrigues de Freitas e Maria de Freitas.	Antônio dos Santos Sobrinho Osmar Gomes Sobrinho Maria Aparecida Sobrinho Eunice Simione Jeremias de Oliveira Seleide Cardoso Osélio Rodrigues	Francisco Rodrigo e esposa Cícera Rodrigues João Rodrigues de Freitas Júlio e Helena José Domingo e a Esposa Páscoa Domingos
--	--	---	---

Fonte: Entrevista com Antônio dos Santos Sobrinho (30/03/2022) e Antônio Fantini (18/05/2022). Os nomes desprovidos de sobrenome surgem em decorrência da ausência de registros escritos. Os entrevistados não se lembraram. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

A Congregação Cristã no Brasil realizou cultos na fazenda União, isso com a autorização dos proprietários do lugar, os irmãos Severo Lins, em 1967, onde já se encontravam várias famílias dessa denominação religiosa e de onde emergiram novos fieis, efetivando-se os batismos. Também houve vários cultos em outras fazendas do município, como Adrianela, Jeová e Paulista, embora não houvesse templo físico. O ato ocorria em espaços improvisados ou ao ar livre.

Declara Antônio Sobrinho dos Santos:

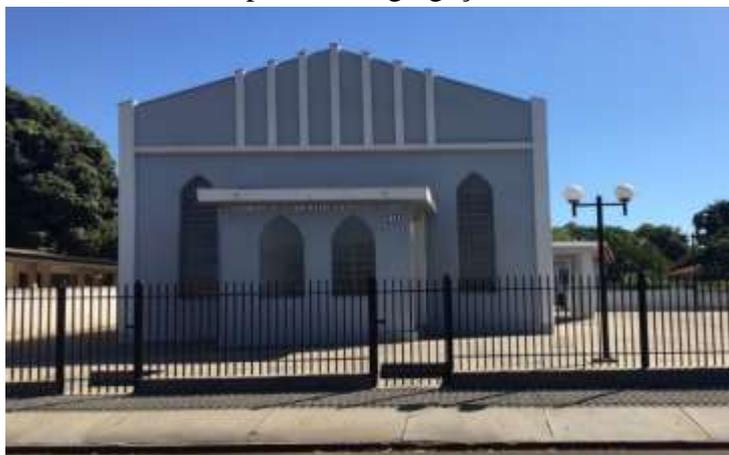
Em 1967, Altino Severo Lins e Homero Severo Lins, proprietários da fazenda União, autorizaram o culto da Congregação Cristã no Brasil numa das salas da escola rural da fazenda. A propriedade está localizada no município de Santo Antônio do Caiuá, entre os rios Caiuá e o rio Paranapanema. Na fazenda tinha uma escola e o fazendeiro cedeu uma sala, onde ocorreram os primeiros cultos. Concedeu o uso aos sábados. Um cooperador atendia [...]. A fazenda tinha quatro famílias numerosas de evangelizados batizados. A família do Dedé (não me lembro do nome), [...] do Francisco Bezerra, popular Chico Bezerra, a família Chagas e a da Nair. Essas famílias convidavam os moradores da colônia para participar do culto. Com o decorrer do tempo aumentou tanto o número de participantes que o culto passou a acontecer em tempo aberto. Porque na sala cabia de trinta a quarenta pessoas no máximo e teve momentos com aproximadamente 100 pessoas. [...] O cooperador na União era Antônio, na sua ausência tinham mais três irmãos batizados que atendiam no lugar dele, Ademar Teodoro Cristiano, José Mendes, André, todos moradores de Santo Antônio. Eu mesmo estive lá três vezes. Com um ano os cultos foram transferidos para o ar livre. Houve quatro batismos na fazenda União, celebrados no rio Paranapanema. Quando houve o primeiro batismo eu testemunhei. Ocorreu a realização de culto em feriados nas fazendas Adrianela, fazenda Jeová e também na Paulista. Os cultos na fazenda União iniciaram em 1967 e foram até 1972, com o êxodo rural o fazendeiro transformou as áreas de algodão em pastagem e introduziram o gado (ANTÔNIO SOBRINHO DOS SANTOS, 30/03/2022).

Os estudos demonstram um trabalho de base da Congregação no município, com a solicitação de licença para pregar em propriedade privada. Em seis anos, ocorre a redução desses praticantes em decorrência da opção de cultivo no campo. O imóvel era composto por 250 famílias arrendatárias, que viviam do cultivo de algodão. No final da década de 1960, o proprietário opta por pastagem e criação de gado. Tal prática provocou o êxodo dessas famílias, diminuição vertiginosa dos trabalhadores rurais e, simultaneamente, dos congregados no município.

5.9.1 Edificação do novo templo da Congregação em Santo Antônio do Caiuá

Em 1970, os congregados deram início ao novo templo da Congregação Cristã no Brasil, na mesma rua, em novo endereço. Os congregados contribuíram com a doação de algodão, correspondente à colheita de um ou dois dias de trabalho, para a construção do templo. Seus integrantes trabalharam nos finais de semana, sob a coordenação do mestre de obra contratado. Um mutirão de congregados unidos colocou a igreja de pé em 1972, substituindo a velha construção de madeira por um majestoso templo de alvenaria, com 120 m² e capacidade para receber aproximadamente 120 pessoas, na rua José Pena, n. 663.

Figura 110 – Novo templo da Congregação Cristã no Brasil



Fonte: Fotografia: MENDONÇA, R. C. S., 2022. Local: rua José Pena, n. 663, Santo Antônio do Caiuá/PR.

A igreja tem, atualmente, 53 congregados⁷⁰. A migração para outras cidades e outros estados, em busca de trabalho e de novas oportunidades econômicas, levou a essa diminuição.

⁷⁰ Nesses dados, não estão contabilizados os não batizados (ANTÔNIO FANTINI, 18/05/2022 – informação verbal).

Tabela 19 – Pastores da Congregação Cristã no Brasil

Cooperador	Período de exercício na Congregação
João Bernarde Nelli	1959
Antônio Gomes Sobrinho	1996 a 2014

Fonte: Conjunto das entrevistas. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Tabela 20 – Cooperador de jovens e menores na Congregação

Cooperador de jovens e menores	Período de exercício na Congregação
Ademar Teodoro Cristiano	1962 a ?
José Mendes	? a 1979
Antônio Fantini	1980 a 2003
Paulo Sérgio Sergio Santos Xavier	2004 até a presente data

Fonte: Conjunto das entrevistas. Tabela organizada por MENDONÇA, R. C. S., 2022.

Quanto as decisões da instituição religiosa local, não existe uma hierarquia rígida, mas há um princípio que toda a vida material e espiritual subordina a Igreja local à sede regional Paranavaí e esta, por sua vez, ao campo estadual de Apucarana e esta última, à sede nacional em São Paulo.

A Congregação Cristã no Brasil nasceu em Santo Antônio da Platina, PR., mas a sede nacional está localizada na rua Visconde de Parnaíba, nº 1616, bairro Brás, São Paulo/SP.

O campo eclesial estadual está em Apucarana (1959); os polos regionais no Paraná são: Apucarana, Santo Antônio da Platina, Curitiba e Cascavel; as cidades polos regionais e cidades satélites pertencem a Paranavaí (ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO, 30/03/2022).

Nesse entendimento, o Ancião da Congregação Cristã no Brasil, de Santo Antônio do Caiuá agenda encontro com o ancião do Polo Regional de Paranavaí⁷¹ para dirimir dúvidas, direcionar e consensuar resoluções de questões internas e agendar batizados, entre outros.

⁷¹ Integra a Congregação Cristã no Brasil - Polo Regional de Paranavaí 11 municípios, formando um total de 24 Congregações a saber: Paranavaí (Vila City, Distrito de Graciosa, Ademar de Barros, Distrito de Quatro Marcos, Parque Morumbi, Jardim Araucária, Jardim Simone e Colônia São Jorge); Alto Paraná; Amaporã; Guairaçá (Jardim São Jorge); Terra Rica (casas populares do Jardim São Jorge e Distrito de Santa Maria); Mirador; Nova Aliança do Ivaí; Paraíso do Norte (Vila Operária e Jardim Ipê); Santo Antônio do Caiuá; São João do Caiuá; Tamboara (CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL, PARANAÍ, 2023).

5.9.2 A orquestra na Congregação Cristã no Brasil

Em 1960, a Congregação Cristã no Brasil, em Santo Antônio do Caiuá, formou uma pequena orquestra com 15 componentes. Estes tocavam trombone, trompete, saxofone e bombardino. Os irmãos “Antônio, Joaquim e Raimundo Cardoso tocavam trompete; Raimundo Cardoso e Otávio Simione, trombone; João do Santos, bombardino; Otacílio de Oliveira, saxofone” (PAULO SERGIO SANTOS XAVIER, 20/05/2022). Esses músicos, com residência anterior, já tinham formação instrumental, enquanto os “congregados Wilson Cristiano Teodoro e José Ramos aprenderam música” vindo a posteriori compor, o corpo da orquestra (PAULO SERGIO SANTOS XAVIER, 20/05/2022).

Os instrumentistas ensaiavam os hinos em local e dias definidos pelo coletivo. Com o passar dos anos, a orquestra ganhou outros instrumentos, como violino, flauta transversal e órgão eletrônico com a chegada da energia elétrica no município, fortalecendo-a.

Na fase inicial, alguns congregados buscaram formação instrumental através do método Bona, posteriormente com um professor particular e/ou nas universidades. Ensaivavam e tocavam música do hinário, com melodias inspiradas em Bach. Segundo o entrevistado Paulo Sergio Santo Xavier (20/05/2022), a Congregação utilizava o hinário:

O três é composto de 330 (trezentos e trinta) hinos (1960 a 1963), o quatro compreende 450 hinos (1964 – 2005) e o cinco contém 480 hinos (2014 até hoje). Basicamente, a melodia dos hinos da Congregação está centrada na estrutura de Johann Sebastião Bach. São compostas por diversos autores internacionais e/ou nacionais congregados. A melodia é 100% da Congregação (a partir do hinário 2, 3, 4 e 5). O primeiro hinário utilizado na Congregação foi o 2. O hinário 1 era usado praticamente por todas as igrejas evangélicas. Cada linha melódica possui autores variados. Alguns desses são membros da Congregação e optam pelo anonimato. O hino tem um autor. Tem instrumentalista entre 300 (trezentos) a 400 (quatrocentos) anos (PAULO SERGIO SANTO XAVIER, 20/05/2022).

Conforme o mesmo depoente, a “Congregação Cristã no Brasil tem um hinário único, com uma versão mundial, o que permite aos músicos oficializados tocarem em qualquer templo desse segmento religioso. Cada músico tem seu hinário e tocam hinos solicitados pelos congregados no culto” (PAULO SERGIO SANTO XAVIER, 20/05/2022). A solicitação espontânea aos congregados exige preparo de excelência dos instrumentalistas.

5.10 IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS

Os imigrantes suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren realizavam orações inserindo a nova doutrina pentecostal com a participação de crentes. A Assembleia de Deus nasceu em Belém do Pará, em 1911, alcançando vilas, cidade e capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizontes. Esse crescimento projetou os crentes pentecostais no âmbito religioso brasileiro. Essa instituição protestante segue os princípios da Reforma Luterana (ASSEMBLEIA DE DEUS, 2023).

Ainda o mesmo autor, a partir do movimento pentecostal ocorrido em Azusa, California (1906), ocorreu uma explosão das congregações pentecostais. Nesse sentido, líderes realizaram uma convenção em Hot Springs, Arkansas, em 1914, criando o Concílio Geral das Assembleias de Deus que, posteriormente, passou a funcionar em Springfield, Missouri (ASSEMBLEIA DE DEUS, 2023).

Mariano (1999, p. 23) afirma que “o pentecostalismo brasileiro nunca foi homogêneo. Desde o início, conteve diferenças internas. Congregação Cristã e Assembleia de Deus, as primeiras igrejas pentecostais fundadas no Brasil [...] sempre apresentaram claras distinções eclesiais e doutrinárias”.

Segundo a Assembleia de Deus (2023), as igrejas protestantes possuem doutrinas distintas umas das outras em alguns pontos. Essas doutrinas corroboram para a organização disciplinar e unificada dos congregados. Salientamos alguns pontos centrais das doutrinas assembleianas:

1. Prática de batismo em água por imersão total;
2. Entende a Bíblia como inspiração de Deus;
3. Crê que há apenas um Deus e na trindade Pai, Filho e Espírito Santo;
4. Jesus nasceu de uma virgem, morreu e ressuscitou indo para o céu;
5. Todo ser humano já nasceu em pecado;
6. Salvação do homem;
7. Batismo pelo Espírito Santo;
8. Arrebatamento;
9. Juízo final;
10. Um novo céu e nova terra (ASSEMBLEIA DE DEUS, 2023, p. 1).

Santo Antônio do Caiuá nasceu do desmembramento do município de São João do Caiuá, e os primeiros integrantes ligados à igreja Assembleia de Deus frequentavam o culto no templo sede, em São João do Caiuá, onde alguns se batizaram.

O Estatuto Social da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de São João do Caiuá (2015), no capítulo I e ART. 1º, destaca os cultos em meados do ano de 1950 inaugurando o templo em 7 de junho de 1959, sendo campo eclesialístico de Nova Esperança/PR, em 3

de julho de 2015. É uma instituição religiosa sem fins lucrativos, de caráter religioso, social, beneficente, educacional e cultural, composta por um número ilimitado de membros.

A Assembleia de Deus foi construída em Santo Antônio do Caiuá no início da década de 1960. Entre os seus vários membros nos anos iniciais, em 1962, o irmão Ananias Joel de Arruda passou a frequentar o templo de madeira no município e, em 1978, a irmã Josefa Mendonça. O primeiro foi batizado em 1957, em São João do Caiuá, na igreja de mesmo nome, e a irmã Josefa Mendonça, proveniente da igreja Batista, migrou para a Assembleia de Deus.

O entrevistado Ananias Joel de Arruda (15/06/2022) afirma: “cheguei a Santo Antônio em 1951 e fui batizar em São João do Caiuá em 1957, na Assembleia de Deus. No início de 1960, aumentou os irmãos no município e então construímos a igreja”; e Josefa Mendonça (10/07/2022): “eu era da igreja Batista, mas como no município não tinha essa igreja, escolhi a Assembleia de Deus”.

A igreja era uma construção de madeira, foi aumentando os irmãos, então construímos outra no lugar de material. Primeiro construímos em volta, levantamos as paredes, quando a igreja estava na altura certa da outra, desmanchamos a velha, de madeira, e cobrimos a nova. A igreja foi construída aos poucos e nós participávamos dos cultos na igreja antiga, e depois de arrancar, nós continuávamos indo no culto, na igreja de material inacabada, e assim foi até terminar (ANANIAS JOEL DE ARRUDA, 15/06/2022).

Figura 111 – Igreja Assembleia de Deus



Fonte: Fotógrafa: MENDONÇA, R. C. S., 2018. Local: Santo Antônio do Caiuá/PR.

Segundo o mais velho congregado assembleiano Ananias, a igreja funciona no mesmo endereço desde sua instalação no município. Inicialmente de madeira, foi

substituída por alvenaria. A igreja tem atualmente 65 frequentadores, entre batizados e visitantes. No templo ocorre o Círculo de Oração. Todas as quartas-feiras, as mulheres oram em favor das pessoas (doentes, desempregadas, entre outros).

Destacam os congregados, nos primeiros cultos, não possuíam instrumentos musicais, e posteriormente (sem precisar datas) passaram a fazer uso do violão e da sanfona. Houve também a época da vitrola, do toca-fitas, do *playback* e do CD. Na última década, foram introduzidos o violino, o contrabaixo e a bateria. Alguns membros da instituição tocam os instrumentos, mas todos cantam os hinos do livro Harpa Cristã.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto pautado na história local/regional fez estudo sobre o município de Santo Antônio do Caiuá, entre os anos de 1950 e 1975. As datas são dois grandes marcos para o município e, principalmente, para muitos municípios criados nesse período, destacando que a geada de 1975 afetou fortemente o Paraná, destruindo as lavouras de café.

Inicia-se, com a criação do Patrimônio de Santo Antônio do Caiuá pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no início da década de 1950, o processo de loteamento urbano e rural da área recém-criada, seguido da venda das frações do território e, simultaneamente, de (re)ocupação por migrantes brasileiros (brancos, índios, afrodescendentes) e imigrantes europeus de diferentes nacionalidades e descendentes destes e de asiáticos.

Compuseram o cenário demográfico do município proprietários e não proprietários, formados por trabalhadores (as) ocupando ou exercendo diferentes funções nas áreas urbana e rural. Grandes proprietários e alguns pequenos e médios nunca residiram no município, colocando em evidência o absenteísmo em terras para arrendamento.

Os estudos demonstram a transição da floresta e a (re)ocupação do espaço geográfico com a instalação dos casebres e ranchos em madeira e a introdução da monocultura do café ou algodão, paralela à lavoura branca (por pequenos proprietários que praticaram a policultura) e a criação de gado. Há depoimentos da introdução do gado por alguns pequenos proprietários: em 1951, gado Gir (José Xavier de Carvalho); 1953, duas vacas leiteiras de raça indefinida (Concatto); 1960, gado PO (Belo Thorony); e grandes proprietários na década de 1970, Nelore (Fazenda Dona Amélia), fazenda Santa Luzia e outros.

Portanto, a construção hegemônica de que colonizadores chegaram por causa do café não se generalizou no município, pois parte desses migrantes praticaram a diversificação da economia local. O lucro direcionava o cultivo. Preços determinam a ausência ou dinamismo do plantio cafeeiro (CANCIAN, 1981).

Os estudos também demonstram uma grande onda migratória proveniente do sul, do sudeste e do nordeste do país (as duas últimas representam maior número, com predominância da nordestina). O conjunto das entrevistas atesta que alguns nortistas saíram de seus estados no final da primeira metade da década de 1930, passando por diversas cidades paulistas e também paranaenses antes de atingir Santo Antônio do Caiuá.

Isso permite confirmar o estado de São Paulo como centro aglutinador de “nordestinos” (Alagoas, Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe), espalhando-se por diferentes cidades, destacando-se entre elas Mirante do Paranapanema, onde trabalhavam de arrendatários, colhendo algodão (por arroba), como pequeno proprietário de terra (cultivando amendoim) antes de acessarem Santo Antônio do Caiuá. Tal contingente humano era formado (famílias ou trabalhadores avulsos), em grande parte, por assalariados.

As populações de diferentes nações e nacionalidades eram de maioria católica, com grande número de filhos (variando de 2 a 17 filhos), na sua maioria trabalhadores (as) em diferentes funções (urbana ou rural).

Constata-se ainda que os compradores de imóveis da Companhia passaram a especular, (re)loteando a propriedade rural em porções menores e revendendo-as a outros.

A abertura do Porto São João, posterior Porto Angelim, na segunda metade da década de 1950, na fronteira com o estado de São Paulo, ligando o município através do rio Paranapanema com o Morro do Diabo, impulsionou a economia local, permitindo fluir o comércio interestadual (nos dois sentidos) via escoamento de café, algodão, gado, madeira e outros e os transportes coletivos, facilitando o tráfego de veículos. Muitos empresários e fazendeiros locais e de outros municípios, faziam negócios com cidades paulistas e do Mato Grosso do Sul, elegeram o Porto Angelim encurtando distância entre os estados por duas décadas.

As intempéries que acometeram no município no início de 1953 e, ao longo da colonização, desapropriaram pequenos proprietários desprovidos de capital que dependiam da terra para alimentar o coletivo familiar e pagar o lote à CMNP. O processo de evasão do campo foi ganhando impulso entre o final da década de 1960 do século passado. O êxodo também está ligado à baixa fertilidade do arenito Caiuá, somado ao avanço da mecanização e à modernização do campo, à concentração fundiária, à expansão das pastagens, introdução do gado (corte e leiteiro), da cultura de mandioca e cana, colaboraram para a erradicação das colônias de trabalhadores das grandes propriedades agrícolas e do pequeno povoado na Vila Xavier, simultaneamente, declinando demográfica e economicamente nas décadas seguintes no município. A geada de 1975 e a cessação desse Porto Angelim em 1978, colaboraram para o desfecho.

Elucida Rossoni, A. *et al.* (2019, p. 97), “apesar de apresentar uma das agriculturas mais modernas, no Paraná, existem áreas de agricultura com baixo grau de modernização”.

Nessa esteira, as transformações do e no campo favoreceram a concentração fundiária no município. Acentua-se o processo de transição das fazendas monocultoras de café à monocultura da pastagem para a criação de gado, dando impulso ao fechamento das escolas rurais. O município efetiva a cessação de 25 escolas rurais em 1979, sendo 11 delas na década de 1970, em razão da forte introdução da pecuária no campo. Embora ínfima, é evidente a prática do absenteísmo, desde o início da colonização até a presente data, principalmente por grandes proprietários rurais no município.

Os estudos demonstraram que nas primeiras duas décadas, o município alcançou o ápice do seu desenvolvimento político/econômico, social/cultural, com predominância de grande contingente de população rural. Houve toda uma infraestrutura em torno do café entre os anos 1950 e 1975 voltada para indústria (máquinas de beneficiamento de cereais, e da madeira, olarias, empresas de atacado e varejos) e instituições públicas direcionadas para educação, saúde, fisco, registro civil, lazer e cultura. Foram mais de 60 empresas (serrarias, máquinas de arroz, olarias, cerealistas, armazém, bares, cafezeiras, pedreira, posto de combustível, cartório, clube, cinema, instituição bancária, correio, posto telefônico, posto fiscal, coletoria, posto de saúde, farmácia), 25 escolas rurais, igrejas de várias denominações, porto, entre outros.

Análises sobre o papel da mulher na colonização, foram realizados, evidenciando as diferentes funções que exerceram e percalços enfrentados pela busca da liberdade e autonomia. Elas participando direto e indiretamente de todo o processo de colonização e formação do município. Fez-se uma garimpagem dos hábitos alimentares desses povoadores, indumentária de trabalho e festividades, a partir das memórias coletadas, além do sistema de transportes utilizados no período, a educação rural e parte da urbana, educadores e instituições de ensino. A edificação das capelas, igrejas e espaços de lazer e cultura no município identificados em cartografia.

Os brasileiros provenientes de várias regiões brasileiras e imigrantes de diferentes nacionalidades ali estabelecidos contribuíram fortemente para formação e o desenvolvimento do município. Os estabelecidos no lugar e os que por ali passaram, contribuíram com seus conhecimentos, trabalho e experiências no processo de condução e desenvolvimento do lugar.

A segunda metade da década de 1970 do século passado acelera a evasão concentrada de trabalhadores e pequenos agricultores para outras cidades, estados e países (Alemanha, Espanha, Estados Unidos, Japão e Suíça). Reafirma-se aqui, a redução demográfica e a mudança do perfil econômico do município, com introdução do gado

empreende-se a silagem (ração alimentação animal), a ordenha mecânica e a venda do produto em laticínios da região (Paranavaí e São João do Caiuá), além da mandioca comercializada em fecularias (Paranavaí e Terra Rica, entre outros municípios) e da cana. Assim, os agricultores dinamizam o campo, melhoram o plantel animal no município, mantendo o seu perfil agrícola rural.

Portanto, no município, assim como na região noroeste do Paraná, estabeleceu-se um novo perfil econômico com a introdução de novas culturas. Paranavaí centraliza indústria de cítricos (sucos), fecularias, frigoríficos, aves etc.) e outros municípios do entorno (citados no parágrafo anterior), atendem a demanda dos produtores rurais.

Do ponto de vista de acesso às fontes, deparou-se com poucas fontes documentais e, principalmente, empecilhos criados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em negar o acesso de manuseio aos documentos referentes ao município de Santo Antônio do Caiuá; o fornecimento parcial de documentos pela Paróquia São João Batista de São João do Caiuá (não permitiu acesso direto às fontes, enviou fotocópias parciais de várias atas, alegando não poder fornecer integralmente porque se trata de documento sigiloso); ao solicitar as escrituras dos imóveis públicos, doados pela Companhia, o prefeito alegou não ter tempo para localizá-los.

O que temem? O que escondem? Uma relevante questão a ser indagada refere-se à população nordestina no município. Quantos são? Por que primeiro São Paulo, antes de atingir o Paraná? Qual a situação em que se encontram hoje?

Qual o seu papel na composição do município? Qual a nova composição de lotes no município? Quantas pequenas propriedades incorporaram? Qual a quantidade de pequenos imóveis rurais no município? Acredita-se que há temas aqui propostas de novas pesquisas.

Portanto há muito o que buscar. As histórias do município estão em construção e por construir e registrar.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ACERVO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ. **Santo Antônio do Caiuá**. 1955. 1 fot., preto e branco, 8 x 14 cm.

_____. **Construção da capela Santo Antônio**. 1954. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Capela Santo Antônio**. 1956. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Escola Isolada Primavera**. 1 fot., 10 x 15 cm

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DE VALTER FREHNER. **Casal Fredrich Frenher e Irene Rosa Frehner** 1954. 1 fot., 15 x 10 cm.

_____. **Família Frehner e amigos no córrego do Diabo**. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Residência da família Stersa**. 1963. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Galpão para a construção dos batelões da balsa**. 1957. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Batelão da balsa em direção ao rio Paranapanema**. 1957. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Caminhão de tora no Porto Angelim**. 1961. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Stersa Júlio Maximiliano Ângelo**. ?. 1 fot., 20 x 30 cm.

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DE PEDRO DOS SANTOS FERNANDES. **Família Rossato**. 2012. 1 fot., montagem: color, 10 x 15 cm.

_____. **Arnaldo Rossato**. 2012. 1 fot., color, 4 x 4 cm.

_____. **Professores do Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá**. 1960. 1 fot., color, 10 x 15 cm.

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA DE ANTÔNIO CARLOS FERREIRA. **Ademário Carlos Ferreira**. 1972. 1 fot., color, 4 x 4 cm.

_____. **Casa agropecuária**. 1972. 1 fot., color, 10 x 15 cm.

ACERVO PARTICULAR DE LIANA TEREZINHA VIAL. **Corretores acompanham compradores a Santo Antônio do Caiuá**. 1950. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Compradores visitam lotes em Santo Antônio do Caiuá.** 1950. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Florada do Café.** 1958. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Colônia de casas em imóvel agrícola.** 1960. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Meeiros ensacando café.** 1960. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Meeiros, administradores e proprietário ensacando café.** 1960. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Alunos ensaiando para o desfile de 7 de setembro.** 1958. 1 fot., 10 x 15 cm.

ACERVO DA PARTICULAR DA FAMÍLIA XAVIER. **Gado da família Xavier.** 1960. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Paróquia Santo Antônio de Pádua.** 1975. 1 fot., color, 10 x 15 cm.

ACERVO PARTICULAR DA MATILDES CARVALHO DOS SANTOS. **Livro de Camada.** 1962. 1 fot., color.; 10 x 15 cm.

_____. **Edificações urbana de madeira e alvenaria.** 1960. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Balsa atracada no Porto Angelim.** 1958. 1 fot., 10 x 15 cm.

_____. **Alunos do Grupo Escolar de Santo Antônio do Caiuá.** 1 fot., color, 10 x 15 cm.

_____. **Procissão de Santo Antônio.** 1956, 1 fot., color, 10 x 15 cm

_____. **Bispo D. Jaime Luiz Coelho em visita à capela Santo Antônio.** 1956, 1 fot., color, 10 x 15 cm.

_____. **Pe. David Reichert na procissão de Nossa Senhora Aparecida.** 1956, 1 fot., color, 10 x 15 cm.

_____. **Jovens com traje de passeio.** 2018. 1 fot., color.; 10 x 15 cm.

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA FRENHER. **Serraria Brinco de Ouro.** 1954. 1 fot., 10 x 15 cm.

ACERVO DA PARTICULAR DA FAMÍLIA RECH. **Gado da família Reck.** 1 fot., 10 x 15 cm.

ACERVO PARTICULAR DA FAMÍLIA ANTÔNIO DOS SANTOS SOBRINHO.
Família Sobrinho registrou a florada do café. 1969. 1 fot., 10 x15 cm.

ACERVO PARTICULAR DE MARIA JOSÉ DE FREITAS DUARTE. **Cavalos de corrida promovida por José Rocildo.** 1 fot., 10 x15 cm.

_____. **Cavalos de corrida de José Rocildo.** 1 fot., 10 x15 cm.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA FAZENDA SÃO ROQUE. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 01, 1960.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 1, 1962.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 2, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 2, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 03, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 3, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 4, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p 5, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 5 - 6, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 7, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 7, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL FAZENDA SÃO ROQUE. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 8, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 8 , 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 9, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 9, 1972.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 10, 1973.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 11, 1974.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p.12, 1975.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 13, 1976.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 14, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 16, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 02, p. 16, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA PORTO SÃO JOÃO. Distrito de Santo Antônio do Caiuá. São João do Caiuá, PR, n. 3, p. 1, 1959.

_____. Distrito de Santo Antônio do Caiuá. São João do Caiuá, PR, n. 3, p. 2, 1960.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA PORTO SÃO JOÃO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 3, p. 2, 1961.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA PORTO ANGELIM. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 3, 1962.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 3, 1963.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA PORTO SÃO JOÃO. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 4, 1964.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 4 -5, 1964.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 4 -5, 1964.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 5 - 6, 1965.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 6, 1965.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 6 - 7, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 3, p. 7, 1965.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 8, 1966.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 8, 1966.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 8 – 9, 1966.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 9, 1966.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 10, 1966.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 11, 1967.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 12, 1967.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 13, 1967.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 13, 1968.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 14, 1968.

- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 14, 1968.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 14, 1968.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 15, 1968.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 16, 1968.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 16, 1970.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 16, 1970.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 17, 1970.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 17, 1970.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 18, 1970.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 18 - 19, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL PORTO SÃO JOÃO. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 21, 1970.

- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 22, 1971.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 23, 1971.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 23, 1971.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 24, 1972.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 26, 1972.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 26, 1972.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 27, 1972.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 28, 1972.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 30, 1973.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 32, 1974.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 32, 1974.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 33, 1975.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 35, 1975.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 36, 1975.
- _____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 36, 1976.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 37, 1976.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 38, 1977.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 39, 1977.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 39, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL PRESIDENTE ERNESTO GEISEL.
Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 40, 1978.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 41, 1978.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 42, 1979.

_____. Santo Antônio Do Caiuá, PR, n. 3, p. 43, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA LOTE 204. Santo Antônio do Caiuá,
PR, n. 17, p. 1, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 2, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 3, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 3, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 4, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 4 - 5, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL LOTE 204. Santo Antônio do Caiuá,
PR, n. 17, p. 5, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 5 - 6, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 6, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 8, 1972.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 9 - 10, 1972.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 10, 1973.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 10 - 11, 1973.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 11 - 12, 1974.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 13, 1975.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 13, 1976.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 14, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 15, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 17, p. 18, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA FAZENDA SÃO LOURENÇO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 1, 1961.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 1, 1962.

ATA DE EXAME FINAL. DA ESCOLA ISOLADA FAZENDA GUERINO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 2, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 3, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 3, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 4, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 5, 1968.

_____. São João do Caiuá. n. 19, p. 6, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 7, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL FAZENDA GUERINO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 8, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá. n. 19, p. 8, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 9, 1974.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL LOTE Nº 242. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 10, 1975.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR., n. 19, p. 11, 1976.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR., n. 19, p. 12, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE HERMES. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 13, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR., n. 19, p. 10, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA ESTRADA PORTO SÃO JOÃO, PRIMAVERA. Distrito de Santo Antônio do Caiuá. São João do Caiuá, PR, n. 18, p. 1, 1960.

_____. Distrito de Santo Antônio do Caiuá. São João do Caiuá. n. 18, p. 3, 1960.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 4, 1961.

- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 4, 1962.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 5, 1963.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 5, 1964.
- _____. Santo Antônio do Caiuá PR, n. 18, p. 6, 1964.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 8, 1966
- _____. Santo Antônio do Caiuá. n. 18, p. 8, 1966.
- _____. Santo Antônio do Caiuá PR, n. 18, p. 9, 1967.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 9, 1967.
- _____. Santo Antônio do Caiuá. n. 18, p. 9, 1968.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 11, 1968.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL ESTRADA PORTO SÃO JOÃO, PRIMAVERA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 11, 1970.

- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 12, 1970.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 12 – 13, 1970.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 13, 1971.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 13, 1971.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 14, 1971.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 15, 1972.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 17, 1972.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 17, 1973.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 18, 1974.
- _____. Santo Antônio do Caiuá. n. 18, p. 18, 1974.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 20, 1975.
- _____. Santo Antônio do Caiuá PR, n. 18, p. 20, 1975.
- _____. Santo Antônio do Caiuá., PR, n. 18, p. 22, 1976.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 22, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE EMÍLIO MÉDICI. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 23, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 18, p. 4, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA CONTINENTAL.
Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 21, p. 2, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 21, p. 3, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 21, p. 4, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA SANTA
CESARINA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 1, 1962.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA NOSSA
SENHORA APARECIDA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 2, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 3, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 3, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 4, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 5, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL FAZENDA SANTA
SOFIA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 25, p. 01, 1978.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE
GETÚLIO VARGAS. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 25, p. 02, 1978.

ATA DE EXAME FINAL (1969) DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA SÃO
CRISTÓVÃO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 1, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 2, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA SANTA IZABEL.
Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 3, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 3, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 4, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 5, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 6, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 7, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 22, p. 8, 1968.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA ADRIANELA.
Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 1, 1962.

- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 1, 1962.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 2, 1963.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 2, 1964
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 19, p. 3, 1965.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 4, 1965.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 4, 1966.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 4 - 5, 1966.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 5 - 6, 1966.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 6, 1967.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 6, 1967.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 7, 1968.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 8, 1970.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 8, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL DA FAZENDA ADRIANELA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 8 - 9, 1970.

- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 10, 1971.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 10, 1972.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 11, 1973.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 11, 1974.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 29, p. 12, 1975.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA SÃO MIGUEL. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 31, p. 1, 1967.

- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 31, p. 2, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL DA FAZENDA SÃO MIGUEL. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 31, p. 2, 1970.

- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 31, p. 3, 1971.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 31, p. 4, 1972.
- _____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 31, p. 5, 1973.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA SÍTIO MURI. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 35, p. 1, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 35, p. 1, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 35, p. 2, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 35, p. 2, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 35, p. 3, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 35, p. 4, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA SANTA MARIA DO CAIUÁ. Distrito de Santo Antônio. São João do Caiuá, PR, n. 39, p. 1, 1960.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 2, 1962.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 2, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 2, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 3, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 3, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 4 -5, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 5, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 6, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 7, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 7, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 7 - 8, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL DA FAZENDA SANTA MARIA DO CAIUÁ. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 8, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 39, p. 8, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA SANTA FELICITA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 2, 1962.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 2, 1962.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 3, 1963.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA BOA VONTADE. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 3, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 4, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 5, 1968.

ATA DE EXAME FINAL (1969). ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA DONA AMÉLIA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 48, p. 6, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA MARAMBAIA. Distrito de Santo Antônio do Caiuá. São João do Caiuá, PR, n. 50, p. 1, 1960.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 1 - 2, 1961.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 2, 1962.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 2 - 3, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 3, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 3, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 4, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 4, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 4 - 5, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 6, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 50, p. 8, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA MASSAN. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 1, 1962.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 2, 1963.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 3, 1964.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 4, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 4, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 5, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 5, 1965.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 6, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 6, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 6, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 7, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 8, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 8 - 9, 1968.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 9, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 9 -10, 1971.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL DA FAZENDA MASSAN. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 11, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 12, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 12, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 13, 1972.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 14, 1973.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 14, 1974.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 1, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 1, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL FAZENDA GUERINO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 2, 1972.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 3, 1973.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 4, 1974.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 6, 1975.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 6, 1976.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 7, 1976.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 7, 1977.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 8, 1978.

ATA DE EXAME FINA DA. ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 55, p. 10, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE WASHINGTON LUIZ. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 54, p. 1, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 54, p. 2, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL SANTA ASSUNTA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 58, p. 2, 1974.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 58, p. 4, 1975.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 58, p. 4, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL FAZENDA DONA AMÉLIA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 51, p. 09, 1977.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL PRESIDENTE PRUDENTE DE MORAES. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 59, p. 04, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 59, p. 05, 1979

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA MARIA DE PAULA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 2, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 2, 1968.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA RURAL DA FAZENDA MARIA DE PAULA. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 2, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 3, 1971.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 4, 1972.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 6, 1973.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 6, 1974.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 8, 1975.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 9, 1977.

ATA DE EXAME FINAL. ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE VENCESLAU. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 9, 1978.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 61, p. 10, 1979.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA UNIÃO. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 1, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 1, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 2, 1966.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 3, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 3, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 4, 1967.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, n. 62, p. 5, 1970.

ATA DE EXAME FINAL DA ESCOLA ISOLADA DA FAZENDA DONA AMÉLIA. Santo Antônio do Caiuá, PR, Livro 62, p. 6, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, Livro 62, p. 7, 1970.

_____. Santo Antônio do Caiuá, PR, Livro 62, p. 8, 1970.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ. Santo Antônio do Caiuá. Ata da sessão realizada em 25 de março de 1961. v. 1, p. 09.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ. São João do Caiuá. **Ata da Sessão Especial, 09 de abril de 1959.** v. 1, p. 220, 1959.

_____. São João do Caiuá. **Ata da Sessão Especial, 09 de abril de 1959.** v. 1, p. 222, 1959.

_____. São João do Caiuá. **Ata da Sessão Especial, 09 de abril de 1959.** v. 1, p. 223, 1959.

ATA DA IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA. São João do Caiuá. v. 1, 1959.

_____. São João do Caiuá. v.1, 1965.

_____. São João do Caiuá. v.1, 1969.

_____. **Termo de visita pastoral à Paróquia São João Batista do Caiuá.** São João do Caiuá. v. 1, p. 19, 1959.

_____. **Termo de visita pastoral à Paróquia São João Batista de São João do Caiuá.** v. 1, p. 29, 1964.

_____. **3º Visita Pastoral Dom Jaime Luís Coelho.** n. 1, p. 29, 1965.

_____. **3º Visita Pastoral Dom Jaime Luís Coelho.** n. 1, p. 30, 1965.

_____. São João do Caiuá. n. 1, p. 31, 1966.

ATA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ RECEBE PADRE, FUTURO VIGÁRIO. Igreja São João Batista, São João Do Caiuá. v. 1, p. 10, 1969.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO CLUBE RECREATIVO PARANÁ. v. 1, p. 1, 1968.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO CLUBE RECREATIVO PARANÁ. v. 1, p. 2, 1968.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO CLUBE CREPAR DE 15 DE DEZEMBRO DE 1981. p. 18, 1981.

ATA DA ASSEMBLEIA CLUBE RECREATIVO PARANÁ. p. 43, 1968.

ATA DA DIRETORIA DO CLUBE CREPAR. nº 01, p. 12, 1968.

ATA DA DIRETORIA DO CLUBE CREPAR. nº 01, 1968.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DO CLUBE CREPAR. p. 1 – 2, 2005.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DO CLUBE CREPAR. p. 5, 2005.

CARDOSO, Izaias Barreto. **Nova Capela Nossa Senhora Aparecida**. 1994. 1 fot., color.; 10 x15 cm.

COSTA, Rivelino Proença Motta. **Congregação Cristã no Brasil**. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

_____. **Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 1961**. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

_____. **Capela Nossa Senhora Auxiliadora (interna)**. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

_____. **Escola Isolada Porto São João, 1953**. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

_____. **Parte interna da Congregação Cristã no Brasil**. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

_____. **Parte interna da Escola Isolada Porto São João**. Programa Blender, versão 2.81. Ano da reconstituição: 2022.

_____. **Reconstituição da instalação dos ranchos 1951, sítio São Pedro**.

CONTRATO AGRÍCOLA. Abahão Vial e Ernesto Vial. Santo Antônio do Caiuá. 1958

DIOCESANA. **Decreto de criação da paróquia de Santo Antônio do Caiuá**. DIOCESANA DE PARANAÍ. 1970.

ESTATUTO SOCIAL DO CLUBE RECREATIVO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ. 2011.

ESTATUTO SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ. 2015.

IRMÃOS BELLINI & CIA. LTDA. **Cadastro Geral do Ministério da Fazenda nº 88 301 254**. Porto Alegre, 1966.

LIVRO DE CHAMADA DA ESCOLA ISOLADA PORTO SÃO JOÃO. Santo Antônio do Caiuá. 1962.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. São João do Caiuá. v. 1, 1955.

LIVRO DE CONTABILIDADE DA CAPELA NOSSA SENHORA AUXILIADORA. 1997.

LIVRO DE ATAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CREPAR. p. 49, 2018.

MENDONÇA, R. C. S. **Residência da família Concatto**. 182. 2014. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Benedeira umbandista católica**. 2018. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Praça da Capela Nossa Senhora Auxiliadora**. 2019. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Balança fixa para pesar o gado**. 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Construção com parede dupla**. 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Porão na casa da família Manuel Becher de Araújo**. 2022. 1 fot., montagem: color: 10 x15 cm.

_____. **Porão na casa da família Carniel**. 2022. 1 fot., montagem: color: 10 x15 cm.

_____. **Residência da família Carniel**. 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Residência da família Xavier**. 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Casal de foliões**. 2018. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Casa edificada por Rafael Schnato**. 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Casa e tulha da família Purificação**. 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Casa edificada em lote rural 182**. 2014. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 1997**. 2018. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Capela Nossa Senhora Auxiliadora**. 2021. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Capela Nossa Senhora Aparecida em alvenaria.** 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Capelinha Nossa Senhora do Caravaggio.** 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Capela Nossa Senhora Auxiliadora, 2020.** 2020. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Clube CREPAR.** 2018. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Praça Ney Braga, atual Pioneiro Primo Rossato.** 1972. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Monumento Praça Pioneiro Primo Rossato arborizada.** 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Gongar dos orixás.** 2018. 1 fot., color: 10 x15 cm

_____. **Novo templo da Congregação Cristã no Brasil.** 2022. 1 fot., color: 10 x15 cm.

_____. **Igreja Assembleia de Deus.** 2018. 1 fot., color: 10 x15 cm.

SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ (PR). **Decreto nº 328 de 17 de julho de 1978.** Poder Executivo, Santo Antônio do Caiuá, PR. Diário Oficial, 1978.

SÃO PAULO (SP). **Escritura de doação de data da Companhia melhoramentos Norte do Paraná para construção do Ginásio em Santo Antônio do Caiuá, PR.** 1964.

PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA. SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ. **Relação nominal dos padres que trabalharam na Paróquia Santo Antônio de Pádua.** 2022.

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ. **Livro tomo de 27 de maio de 1959.** 1959.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - CEMEI. **Escola Santo Antônio do Caiuá – Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial.** Santo Antônio do Caiuá, 2016.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Santo Antônio do Caiuá – educação infantil e ensino fundamental na modalidade educação especial.** Santo Antônio do Caiuá, 2021.

PROJETO POLÍTICO PRDÁGÓGICO. **Colégio Estadual Duque de Caxias ensino fundamental e médio.** 2018b.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Municipal Machado de Assis**. 2021a.

TABELIONATO CHAVES. **Declaração**. Santo Antônio do Caiuá, 1970.

BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V.; Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

ALVES, E; CONTINI, E. **A modernização da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

ALVES, Eliseu; CONTINI, Elisio; HAINZELIN, Étienne. **Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 37-51, jan./abr. 2005.

ANDRADE, Solange Ramos de. **Devoções e santuários Marianos na História do Paraná**. REVISTA ANGELUS NOVUS, nº 3, maio, 2012.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. **Comida de mãe: notas sobre alimentação e relações familiares**. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2019.

AZEVEDO, A. C. M. A. In: MENDONÇA, Rosângela Carvalho dos Santos (Org.). **Historiadores em Construção: mosaico das famílias que compuseram e compõem o cenário demográfico de Jardim Alegre**. Maringá: Massoni, 2022.

BARBIZAN, J. M. **Tuneiras do Oeste – Paraná: a formação de um município entre dois projetos de colonização – período de 1950 – 1970**. Maringá: UEM, 2020.

BARTHOLO, Maria Elisa Carvalho. **Uma presença tardia: Raízes Históricas da Rede Paroquial Brasileira**. Revista do Mestrado de História, Vassouras, v.3, p.241-266, 2000.

BESSER, M. L.; BRUMATTI, M; SPISILA, A. L. **Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Paraná**. Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Curitiba: SBG-CPRM, 2021, 1 mapa colorido, 235 x 90 cm. Escala 1:600.000.

BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: RÉMOND, René (org.). Uma história Política. Tradutora: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRAGA, N. A. B. **Ney Braga: tradição e mudança na vida política**. Entrevista à Adherbal Fortes de Sá Junior. Curitiba: Ed. do Autor, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 2005.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

CALÍRIO, E. P. **Vale do Paranapanema: sonhos de uma terra rica**. Paranavaí: Gráfica Paranavaí Ltda, 2005.

CANCIAN, N. A. **Cafecultura paranaense – 1900-1970**. Curitiba: Grajipar/Sece-PR, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2016.

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação**. História: Questões & Debates, Curitiba: UFPR, n. 42, p. 71-80, 2005.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 2006, p. 46-47.

CRANE, Diana. **Ensaio sobre moda, arte e globalização cultural**. Organizadora: Maria Lucia Bueno. São Paulo: Ed. Senac, 2011.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 1977.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte Y ocio em el Proceso de la civilizacion**. México. Madri. Buenos Aires. Fundo de Cultura econômica, 1992.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

_____. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FIORATO JUNIOR, Osvaldo. **Uma cidade, um clube de futebol e as disputas pela memória: o Londrina Esporte Clube (1956-2017)**. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

_____. **Agonia e êxtase: o Londrina Esporte Clube segundo o jornal Folha de Londrina (1976-1982)**. 2015. 73 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

FORJADO, S.; CUNHA, L. A. G. **Paraná: desenvolvimento e diferenças regionais**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

GALLI, U. **Cesar Baiocchi: um médico muito além do divã**. Goiânia: Kelps, 2013.

GOEVERT, F. U. **História e memória de Paranavaí**. Paranavaí: Livraria Nossa Senhora do Carmo, 1992.

GOULART, J. A. **O cavalo na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

GODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **Histórias das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991

HARACENKO, A. A. S. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. 627 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

INÁCIO, Vânia Costa Gomes. **Parteiras e benzedoiras: saberes e fazeres de mulheres na região do Vale do Ivaí, Paraná (1960-1990)**. 156 f. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2020.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LOIOLA, T O. **A produção de lavouras branca no projeto Assentamento Humaitá nos períodos de 1996/1997 e 2005/2006**. Monografia, Universidade Federal do Acre, 2009.

LUPION, M. R. O. **Nas águas de Lobato: a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, norte do Paraná (1948-1973)**. 224 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

_____. **O uso do WhatsApp na construção de fontes orais sobre o poder que curava**. V Simpósio Nacional do Movimento Contestado XIII. Semana de História VIII. Seminário de Estudos Étnico-Raciais da Unicentro, 2018. ISSN 2177-9643.

LUZ, F. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Prefeitura de Maringá, 1997.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais**: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola. 1999.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. O cativo da terra. 9. ed. revista e ampliada - São Paulo: Contexto, 2010.

MASSUIA, B. L. S. **“Nunca existiram indígenas aqui”**: a invisibilização dos povos indígenas na história de colonização de Paranavaí. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Tecnologia. Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp032806.PDF>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MENDONÇA, R. C. S.; MOTA, L. T. **Santo Antônio do Caiuá**: a formação e desenvolvimento de um município (1951-2020). XV Semana de História. X Seminário de Estudos Étnicos-Raciais VII Jornada de Integração Graduação e Pós-Graduação. UNICENTRO, Irati, p. 1 – 16, 15 de abril de 2021. ISSN 2177-9643. Disponível em: <https://evento.unicentro.br/files/Submissaoarquivos/car_submissao/15_04_2021_car_submissao_1248394333.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MENDONÇA, R. C. S. As mulheres no processo de colonização de Santo Antônio do Caiuá (1950 a 1970). In: AZEVEDO, J. N. (Org.). **História**: repertório de referências culturais históricas. Ponta Grossa: Atena, 2022.

_____. **Vestígios indígenas no processo de (re)ocupação de Santo Antônio do Caiuá, PR**. ANAIS DO XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-PR NAÇÃO, POVOS E TERRITÓRIOS - Configurações e Reconfigurações. UNILA, Foz do Iguaçu, p. 1 – 11, 07 a 10 de setembro de 2022. ISBS: 978-65-00-59140-8. Disponível em: <https://www.encontro2022.pr.anpuh.org/anais/trabalhos/lista#R> Acesso em: 10 dez. 2022.

NERY, Vanda Cunha Albieri. **Folias e Festas de Reis**: o mundo ritualístico dos cantadores da fé. Centro Universitário do Triângulo – Uberlândia/MG/Brasil. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/147775184718077013419135724310489755722.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

MOTA, L. T. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. R (Org.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

MÜLLER, Line Maria; AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de. **(Re)pensando a teoria da cultura material: as ‘coisas’ enquanto objeto de estudo**. Revista História em Reflexão, vol. 15, n. 30 de jul. a dez. 2021.

NUNES, Elton de Oliveira. **Teoria e metodologia em História das Religiões no Brasil: o estado da arte**. História: Questões & Debates, Curitiba, Editora UFPR. n. 55, p. 43-58, jul./dez. 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

PIMENTA, Rosângela Duarte. **O Jogo do sertão: conhecendo o futebol amador na zona rural**. Espaço plural, vol. XIV. n. 29, jul.- dez, 2013, pp.90-133.

POIRIER, Jean. **História dos costumes no Brasil: éticas e estéticas**. Lisboa; Estampa, 2002.

PORTELLI, A. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 7-24, jan./jun. 1997a.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, jan./jun. 1997b.

PORTELLI, A. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. In: PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ. **Histórico do Município de São João do Caiuá**, 2021.

RECCO, R. **À sombra dos ipês da minha terra**. Londrina: Midiograf, 2005.

RÉMOND, René. **As eleições**. In: RÉMOND, René (org.). Uma história Política. Tradutora: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996a.

RÉMOND, René. **Do político**. In: RÉMOND, René (org.). Uma história Política. Tradutora: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996b.

RIBEIRO, M. V.; WOLFART, C.; SILVA, M. A. B. da. **Aspectos da “modernização” da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): vínculos, métodos e estratégias**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados

de História, [S. l.], v. 68, 2020. DOI: 10.23925/2176-2767.2020v68 p.79-112. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48242>>. Acesso em: 11 maio. 2022.

ROMPATTO, M. Construções históricas acerca da (re)ocupação do noroeste do Paraná: o caso de Paranavaí e região. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 26, p. 1-16, maio, 2012.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005**. Rio de Janeiro: Uerj. 2021.

ROSSONI, A. et al. **A modernização da agricultura do Paraná**. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 14, n. 25, p. 71–102, 2019. DOI: 10.5418/RA2018.1425.0003. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8809>>. Acesso em: 10 maio. 2023.

SAMPAIO, T. **Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo: considerações geographicas e econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema**. São Paulo: Typographia King, 1890.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo, Petrópolis, 2009.

SANTOS, H. G.; JACOMINE, P. H. T.; ANJOS, L. H. C.; OLIVEIRA, V. A.; LUMBRERAS, J. F.; COELHO, M. R.; ALMEIDA, J. A.; ARAÚJO FILHO, J. C.; OLIVEIRA, J. B.; CUNHA, T. J. F. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5º ed. Brasília: Embrapa, 2018.

SERRA, Elpídio. **Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 89-111, fev., 2010.

SILVA, F. R. **História local: objetivos, métodos e fontes**. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 1999.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **De colona a boia fria**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: <<https://efabiopablo.files.wordpress.com/2013/04/dicionc3a1rio-de-conceitos-histic3b3ricos.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SCHWENDLER, S. F. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento**. 2003.

SONZA, Ana Cristina de Almeida. **Dos velhos é que vem a semente: o idoso na folia de reis**. Brasília, Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2006.

SOUZA, Maria Djiliah C. A; HARDT, Priscilla Primi. **Evolução dos hábitos alimentares no Brasil**. Brasil alimentos, n. 15, p. 32 – 39, ago., 2002.

STELMACHUK, R. T. L. **Paraná nos anos 1960**. 49 f. Monografia (Especialização em Economia do Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SZEUCZUK, A. A ordem no distrito: breve análise da atuação dos inspetores de quarteirão e subdelegados de polícia nos distritos rurais da década de 1950 no Paraná. **Saber Acadêmico**, Presidente Prudente, n. 15, p. 40-47, jun., 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

VALE, E. C. S; FURTADO, T. **Leishmaniose tegumentar no Brasil**: revisão histórica da origem, expansão e etiologia. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/abd/v80n4/v80n4a15>. Acesso em: 24 fev. 2022.

VIEIRA, Carolina Ferreira. **Umbanda**: estrutura e rituais. Universidade federal de Juiz de Fora. Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas, p. 14, 2016. Disponível em: <
<https://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/CAROLINA-FERREIRA-VIEIRA-sda.pdf>>.
 Acesso em: 15 dez. 2022.

SITE

ALPARGATAS. **São Paulo Alpargatas S.A (1883-1980) e a relação com pilar do Sul**. Disponível em: <
<http://caminhososul.blogspot.com/2017/07/sao-paulo-alpargatas-sa-1883-1980-e.html>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. **Nossa história**. Disponível em:
 <<https://arquiocesedemaringa.org.br/historia>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

ASSEMBLEIA DE DEUS. **Panorama histórico da Assembleia de Deus**. Disponível em: <
<https://institutodeteologialogos.com.br/assembleia-de-deus/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BDGEX, Mobile do Exército Brasileiro. **Santo Antônio do Caiuá**. 1980. Disponível em:
 <<https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/mobile/?l=963,953&c=-52.326787,-22.735373&z=11>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BELTRÃO, Tatiana. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971**. 1971.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>>. Acesso em: 7 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília, DF, ago. de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 7 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952**. 1952. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1779-22-dezembro-1952-366795-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto do Conselho de Ministros nº 79, de 26 de outubro de 1961**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-79-26-outubro-1961-356026-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. **Sinopse preliminar do censo demográfico**: Paraná: IX Recenseamento Geral do Brasil: 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CAMILA CUNHA CENTURION MELO. **Solicitação de acesso à pesquisa nos arquivos da Companhia sobre Santo Antônio do Caiuá, PR**. <rscsmendonca1963@gmail.com>. Acesso em: 24 jun. 2022.

COMARCA. **Ato Paraná**: de município a comarca. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/documents/397262/4513290/ALTO+PARAN%C3%81/464ae847-c325-45c5-9ab1-708d02d69cf5?version=1.1>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL. **Estatuto padrão Brasil**. Disponível em: <<https://www.congregacaocristanobrasil.org.br/institucional/estatuto>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL. **História da Congregação Cristã no Brasil**: Origem, crenças e práticas. 2023. Disponível em: <<https://bibliotecadopregador.com.br/historia-crencas-e-praticas-da-congregacao-crista-no-brasil/>>. Acesso em: 23 de fev. 2023.

DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/reocupacao/>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DIOCESE DE PARANAÍ. **Bispos**. Disponível em: <<https://www.dioceseparanaivai.org.br/bispos>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

IBGE. **Santo Antônio do Caiuá – Cidade e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/santo-antonio-do-caiua.html>>. Acesso em: 28 nov. 2023.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico: VII Recenseamento Geral do Brasil: 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd_1960_sinopse_preliminar_br.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico: Paraná**. Rio de Janeiro: 1981. Recenseamento geral do Brasil, 1980, 9.: v.1, t. 1, n. 19. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n19_pr.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

IBGE. **Alto Paraná**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/alto-parana/historico>>. Acesso em: 10 out. 2022.

IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ITCG. **Solos - Estado do Paraná, Mapeamento Sistemático**. Curitiba, 2008. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/mapa_solos.pdf. Acesso em: 8 ago. 2022.

IPARDES. **Mapas**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2021.

LANNA, Domingos. **Eleições 1970**. Disponível em: <http://www.pontenet.com.br/pontenova/politica14.html>. Acesso em: 22 mar. 202.

PARANÁ. **Lei ordinária nº 4.338, de 25 de janeiro de 1961**. Diário Oficial: nº 274 de 7 de fevereiro de 1961. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-4338-1961-parana-cria-diversos-municipios-no-territorio-estadual-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

PARANÁ. **Alto Paraná**. 2005. Disponível em: <http://cmaltoparana.pr.gov.br/index.php?sessao=e4f4ad1173h1e4&id=73>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PARANAVAÍ. **Bispos**. Disponível em: <https://www.dioceseparanavai.org.br/bispos>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RAMALHO, Francisca Arruda; DAMASCENO, Gerfânia. **História da Rede CNEC**. Disponível em: <http://www.cnec.br/institucional-cnec/historia/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SANTO Antônio do Caiuá. **Google**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapa+de+Santo+Ant%C3%B4nio+do+Caiu%C3%A1&oq=mapa+de+Santo+Ant%C3%B4nio+do+Caiu%C3%A1&aqs=chrome..69i57j0i22i30l2.16038j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SANTOS. José Miguel dos. **Paróquia Santo Antônio de Pádua**. Santo Antônio do Caiuá/PR. Disponível em: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/117884/pracaiegrejadesantoantonioemsantoantoniodocaiua-fotojosemiguel dossant/santoantoniodocaiua/>. Acesso em 20 ago. 2022.

SÃO PAULO. **Decreto-lei nº 26.142, de 19 de julho de 1956**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1956/decreto-2614219.07.1956.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SÃO PAULO. **Governadores do Estado de São Paulo**. Assembleia legislativa do estado de São Paulo. 21/09/2012. Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>. Acesso em: 3 dez. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Boletim eleitoral de São João do Caiuá. 1955. Disponível em: <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19551003A78735.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Boletim Eleitoral de Santo Antônio do Caiuá**. Paraná: 8 out. 1961. Disponível em: <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19611008A78611.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Boletim Eleitoral de Santo Antônio do Caiuá**. Paraná: 1965. Disponível em: <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19651003A78611.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Boletim Eleitoral de Santo Antônio do Caiuá**. Paraná: 1 dez. 1969. Disponível em: <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19691130A78611.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

VÍDEO

PEREIRA, João da Conceição. Aniversário de 59 anos de Santo Antônio do Caiuá/PR. Brasil, 2011. 1 DVD.

Título: Aniversário de 59 anos de Santo Antônio do Caiuá/PR.

Diretor: João da Conceição Pereira – Danga.

Produtor: João da Conceição Pereira – Danga.

Local: Santo Antônio do Caiuá-PR.

Duração: 9 minutos e 38 segundos.

Data: 2011.

FONTES ORAIS

1. Alfredo do Rosário Inácio. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 14 fev. 2022, com duração de 1h30 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
2. Ademar Andrade. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 10 jul. 2022, com duração de 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
3. Ananias Arruda. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 fev. 2022, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
4. Ana Lúcia Concatto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 maio 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
5. Antônio Carlos Ferreira. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 16 fev. 2022, via e-mail. [a entrevista completa encontra-se em poder da entrevistadora e do entrevistado, e trechos dela foram transcritos neste objeto]. de fevereiro de 2022 (respondeu questionário via e-mail).
6. Antônio Fantini. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 18 maio 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
7. Antônio dos Santos Sobrinho. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 30 mar. 2022, com duração 2h10 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto]. 30 de março de 2022, com duração de 1h50.

8. Argiberto Antônio Stersa. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. São Paulo (SP), 10 jul. 2022, via e-mail. [a entrevista completa encontra-se em poder da entrevistadora e do entrevistado, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
9. Camerino da Silva Alves. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 12 fev. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
10. Carmita de Souza Pena. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 10 mar. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
11. Cícero Rodrigues da Silva. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 12 maio 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
12. Dinoclecio Rosseto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 12 fev. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
13. Domingos Batista Santana. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 11 fev. 2022, com duração 55 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
14. Eliane Maria Petri Rezende. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 13 fev. 2022, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
15. Elvira Concatto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. São João do Caiuá (PR), 15 maio 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
16. Emília Fermianas da Silva. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 10 fev. 2022, com duração 50

- min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
17. Geraldo Ciryaco Xavier. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 11 fev. 2022, com duração 2h50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 18. Hilda Ferreira da Silva. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 20 fev. 2022, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 19. Izaias Barreto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Osaco (SP), 14 fev. 2022, com duração 30 min, via WhatsApp. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e do entrevistado, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 20. Ivany Cavalry. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 fev. 2022, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 21. Gonçalves Siqueira. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 10 fev. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 22. José Alves de Almeida. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 12 fev. 2022, com duração 1h50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 23. José Lenandro Feitosa. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 16 fev. 2022, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 24. Josefa Mendonça. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 10 jul. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].

25. Liana Terezinha Vial. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Maringá (PR), 27 mar. 2022, com duração 1h50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
26. Luís Antônio de Oliveira. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 10 jul. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
27. Marcelo Thorony. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Paranaíba (PR), 10 fev. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
28. Marlene Maria Carniel Silva. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. São João do Caiuá (PR), 20 fev. 2022, com duração 1h40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
29. Maria das Neves dos Santos. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Paratinga (BA), 23 mar. 2022, via *WhatsApp*, com duração 30 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
30. Maria Madalena Souza. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 13 fev. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
31. Maria Irene Rogovski. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 fev. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
32. Maria da Glória Rossato Fernandes. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 mar. 2022, com duração 2h43:54 segs. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
33. Maria José de Freitas. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. São Paulo (SP), 16 mar. 2022, via *WhatsApp*, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e do entrevistado, e trechos dela foram transcritos neste objeto].

34. Maria Xavier de Carvalho Macedo. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Curitiba (PR), 24 mar. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
35. Matildes Carvalho dos Santos. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Jardim Alegre (PR), 25 jan. 2022, com duração 2h50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
36. Natalício Correia de Araújo. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 29 fev. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
37. Orlando Mendes de Oliveira. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 12 fev. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
38. Osmar Stachovski. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 11 fev. 2022, com duração 1h10:55 seg. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
39. Osvaldo de Jesus da Purificação. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 28 mar. 2022, com duração 1h28:04 segs. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
40. Paulo Sergio Santos Xavier. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 20 maio. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
41. Pedro dos Santos Fernandes. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Maringá (PR), 15 mar. 2022, com duração 2h43:54 segs. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
42. Primo Rossato Neto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 13 fev. 2022, com duração 2h50 min.

- [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
43. Ricardo de Jesus Carvalho dos Santos. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Campo Mourão (PR), 05 maio 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 44. Ritinha Holanda Cavalcante. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 20 fev. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 45. Roberto José Barreto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 11 fev. 2022, com duração 60 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 46. Salvador Batista de Souza. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 13 fev. 2022, com duração 50 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 47. Sebastião Avelino Pinto. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 fev. 2022, com duração 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 48. Valter Frehner. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 14 fev. 2022, com duração 1h10 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 49. Valdir Frigo. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Santo Antônio do Caiuá (PR), 15 fev. 2022, com duração 1h30 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].
 50. Vanda Alves da Conceição. [Entrevista concedida a] Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça. Ivaiporã (PR), 28 mar. 2022, com duração de 40 min. [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora, e trechos dela foram transcritos neste objeto].

ANEXO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPH**

**PROJETO DE PESQUISA:
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ PR: MEMÓRIA, HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA (1950-1975)**

PESQUISADORA: ROSÂNGELA CARVALHO DOS SANTOS MENDONÇA

Observação: A entrevista será usada integral ou parcial para uso e publicação em (I) dissertação, (II) livro, (III) Artigos acadêmicos, (IV) texto completo em anais e eventos, (VI) apresentação em mesas redondas, palestras e conferências, desde que reconhecidas e referenciadas de acordo com as normas vigentes (ABNT NBR – 6023).

LOCAL DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(A):

DATA:

TELEFONE:

E-MAIL:

PROFESSOR ORIENTADOR: Lúcio Tadeu Mota (UEM)

PROFESSORA PESQUISADORA: Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça

ENTREVISTADOR(A): Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça.

TRANSCRITOR(A): Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça

CONFERENTE: Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça

QUANTIDADE DE PÁGINAS TRANSCRITAS:

Nº DO CD:

DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO:

Rosângela = Rosângela Carvalho Dos Santos Mendonça

SOBRE O ENTREVISTADO:

01. Rosângela: Nome do entrevistado?

02. Onde você nasceu? Dia, mês e ano?

02. Rosângela: Idade?

03. Rosângela: Há quantos anos você morar neste município?

04. Rosângela: O que levou você ou sua família a morar neste município?

05. Rosângela: De onde sua família veio?

06. Rosângela: Na roça ou na cidade?
07. Rosângela: Qual era a sua profissão?
08. Rosângela: Sentiu diferença em relação ao lugar que residia antes?
09. Rosângela: O que você encontrou em Santo Antônio do Caiuá quando chegou?
10. Rosângela: Você veio sozinho para o município ou trouxe mais alguém?
11. Rosângela: Por que você veio para o Município de Santo Antônio do Caiuá?
12. Rosângela: Naquela época enfrentou risco?

SOBRE A CIDADE:

13. Rosângela: Como era a cidade no início?
14. Rosângela: Tinha vestígio de antigos habitantes (índios posseiros entre outros)?
15. Rosângela: Que tipo de animais eram comuns na região?
16. Rosângela: Qual era o tamanho das propriedades na região?
17. Rosângela: Como adquiriram a propriedade? Compraram da companhia ou de outros proprietários que não se adaptaram ao lugar?
18. Rosângela: Tinha muita gente idosa?
19. Rosângela: Como tomaram conhecimento do lugar?
20. Rosângela: Em que ano mudara para esse município?
21. Rosângela: Em que lugar estava localizado a propriedade da família?
22. Rosângela: Você lembra qual a origem das famílias?
23. Rosângela: Quando o patrimônio foi emancipado?
24. Rosângela: Houve conflito de terra no município ou na região?
25. Rosângela: Por que a cidade recebeu este nome?
26. Rosângela: Como era o lugar e a região no início da ocupação?
27. Rosângela: O lugar tinha condições para receber as famílias?
28. Rosângela: Que condições eram essas?

29. Rosângela: O que plantavam?
30. Rosângela: Criavam animais?
31. Rosângela: Qual o perfil econômico da Região? Mudou?
32. Rosângela: Tinha escola para os filhos? Em que ano surgiu a 1ª escola no município? E nas comunidades próximas ao porto São João, Piastrelli, entre outros lugares do município?
33. Rosângela: Foram as primeiras professoras? Como se comportavam? Como era a escola e as salas de aula?
34. Rosângela: Tinha dificuldade para aprender?
35. Rosângela: Tinha tempo para estudar?
36. Rosângela: Sua família se preocupava com a educação?
37. Rosângela: Quantas famílias se fixaram na região no período?
38. Rosângela: Tem conhecimento de mulheres que tenham adquirido propriedade?
39. Rosângela: As mulheres tinham os mesmos direitos que os homens?
40. Rosângela: Quais direitos?
41. Rosângela: As sugestões das mulheres eram ouvidas e acatadas?
42. Rosângela: Você lembra exemplo de casos em que isso aconteceu?
43. Rosângela: As mulheres exerceram algum papel de liderança no município?
44. Rosângela: Quais as atividades ou funções desenvolvidas pelas mulheres no município desde a fase da colonização até a atualidade. Quais atividades? De que forma as mulheres participaram?
45. Rosângela: A emancipação do município contribuiu para a melhoria econômica das famílias? Como?
46. Rosângela: Quais os progressos e conquistas que o município obteve?
47. Rosângela: Por que o município não cresceu demograficamente?
48. Rosângela: O fechamento da passagem do morro do Diabo para São Paulo pelo Rio Paranapanema contribuiu para a diminuição do crescimento do município?
49. Rosângela: A Geada de 1975 contribuiu para o êxodo rural? Como?

Rosângela: Muito obrigada pela entrevista.